

Simoni Mendes de Paula
Sílvio Marcus de Souza Correa
Organizadores

NOSSA ÁFRICA

ensino e pesquisa



Nossa África

Ensino e Pesquisa

**Simoni Mendes de Paula
Sílvio Marcus de Souza Correa
Organizadores**

Nossa África

Ensino e Pesquisa

E-book



2016

© Dos autores – 2016

Editoração: Oikos

Capa: Sílvio Marcus de Souza Correa

Revisão: Carlos A. Dreher

Arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Antonio Sidekum (Ed.N.H.)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (SED/SC e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luís H. Dreher (UFJF)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL/MHVSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Uni-Bremen e Uni-Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

Caixa Postal 1081

93121-970 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848 / 3568.7965

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

N897 Nossa África: ensino e pesquisa / Organizadores Simoni Mendes de Paula e Sílvio Marcus de Souza Correa. – São Leopoldo: Oikos, 2016.

228 p.; 16 x 23 cm. E-book.

ISBN 978-85-7843-614-8

1. História da África. 2. História da África – Estudo e ensino. I. Paula, Simoni Mendes de. II. Correa, Sílvio Marcus de Souza.

CDU 96

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

E pluribus unum 7

Parte I

Conexão Sul: contributo africano para o modernismo sul-brasileiro 15

Sílvio Marcus de Souza Correa

Afinal, África é patrimônio de quem? Descolonizar o conhecimento
como proposta curricular 31

Hector Guerra Hernandez

O “equilíbrio das histórias”: reflexões em torno de experiências
de ensino e pesquisa em História das Áfricas 41

Claudia Mortari

Da desconstrução dos estereótipos às peculiaridades da construção
nacional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ... 54

Marçal de Menezes Paredes

Uma mirada insular ao continente africano: a África no PPGH/UFSC 68

Sílvio Marcus de Souza Correa

Os estudos africanos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul ... 82

José Rivair Macedo

Como ensinar o que não se conhece? Reflexões sobre o ensino de
História da África nas universidades estaduais do Paraná 93

Ana Paula Wagner

Nossa África 104

Marina de Mello e Souza

Parte II

A História da África a partir dos arquivos do Ministério das
Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios
Estrangeiros de Portugal: os casos de Angola e de Moçambique 117

Tiago João José Alves

Exotismo e Sensualidade Africana: Raça, Nação e Império na 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934	131
<i>Mateus Silva Skolaude</i>	
A produção histórica a partir dos arquivos coloniais portugueses	146
<i>Simoni Mendes de Paula</i>	
A obra História Geral das Guerras Angolanas como fonte documental: aspectos contextuais e aportes metodológicos	157
<i>Priscila Maria Weber</i>	
“Saudações das nossas colônias”: o cartão postal como fonte para os estudos de colonialismo em África	168
<i>Ana Carolina Schweitzer</i>	
Por uma perspectiva mais endógena das sociedades africanas	182
<i>Rafael Antunes do Canto</i>	
Sudão do Sul, Orientalismo, Tolstoi. Um caldo de digressões sobre História, fontes e o ofício do historiador	194
<i>Gabriel Cabeda Egger Moellwald</i>	

Parte III

A África em caricaturas nos periódicos ilustrados e satíricos da Primeira República Portuguesa	207
<i>Diego Schibelinski</i>	
A África e os africanos na literatura colonial infanto-juvenil	213
<i>Lara Lucena Zacchi</i>	
Caçadores de troféus, produtores de imagens: fotografias e imaginário colonial em Moçambique	222
<i>Ruben Souza</i>	

E pluribus unum

Desde a aprovação da Lei Federal n. 10.639/2003, tem-se a expectativa de que o ensino de História da África deixe de ser matéria exótica nas escolas brasileiras. É verdade que tal diretriz tem favorecido um maior conhecimento sobre o passado africano entre crianças e jovens do Oiapoque ao Chuí. Porém, as desigualdades regionais se manifestam também na educação nacional. Na área disciplinar da História da África, a capacitação e a qualificação dos profissionais do ensino fundamental e médio dependem muito da oferta de cursos de licenciatura e/ou bacharelado em História das universidades, bem como de cursos de extensão universitária, de formação continuada, etc.

Para discutir sobre o estado atual da História da África em atividades de ensino e pesquisa nas universidades do Sul do Brasil, historiadores e estudantes do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná se reuniram em Florianópolis durante a Primeira Jornada de Estudos em História da África. Os textos reunidos no presente livro foram apresentados sob a forma de conferência, comunicação oral ou pôster na referida jornada, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina no início de junho de 2016.

O evento foi organizado pelo Laboratório de Estudos de História da África (LEHAf) do Departamento de História da UFSC e teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e do Grupo de Trabalho em História da África da ANPUH – Seção SC.

Durante esse encontro acadêmico, vários aspectos relativos ao ensino e à pesquisa em História da África foram tratados. Entre outros, podemos destacar as limitações teóricas e metodológicas intrínsecas às perspectivas eurocêntricas e afrocêntricas. Ao invés de considerar, por exemplo, a validade da semântica histórica desenvolvida por Reinhart Koselleck ou da reflexão de François Hartog para combinar epistemologia e historiografia, preferiu-se discutir a História da África com base em autores africanos como Valentin Yves Mudimbe e Elikia M'Bokolo. A necessidade de rever as bases epistemológicas da História da África foi enfatizada em certas contribuições, outras foram mais reticentes à “tentação epistemológica” e cobra-

ram mais competência durante o trabalho artesanal na oficina da história, assim como um melhor conhecimento da vasta produção historiográfica das últimas décadas, notadamente em língua estrangeira.

Num exercício de maiêutica, houve mesmo lugar para uma indagação filosófica, ou seja, como ensinar o que não se conhece? Sobre temas relacionados à História da África, vale lembrar que muitos profissionais do ensino enfrentam esse desafio pedagógico desde que a lei 10.639 entrou em vigor. As lacunas na formação dos estudantes do curso de História foram, igualmente, abordadas durante a jornada, pois a oferta de disciplinas em História da África varia nas instituições de ensino superior dos três estados do Brasil meridional.

Para quê e para quem ensinar História da África foram duas questões evocadas por alguns participantes e cujas respostas soaram como notas de um mesmo acorde. Houve, porém, notas dissonantes, pois nem todos estavam afinados sob o mesmo diapasão. Sem cair numa cacofonia, buscou-se superar o próprio limite de um sistema tonal. Dito de outra maneira, as divergências de opiniões enriqueceram o debate e, num ambiente de respeito pelas diferentes formas de pensar, as reflexões abarcaram com propriedade a complexidade das questões levantadas durante a jornada.

A ancoragem da discussão sobre a História da África num suposto locus de enunciação permitiu, igualmente, melhor entender as grandezas e as limitações de uma historiografia produzida no Brasil e seus eventuais desdobramentos para uma política nacional de educação. Nesse sentido, os participantes da primeira jornada de estudos em História da África denunciaram em uníssono o perigo do retrocesso no campo da educação e da cultura em nível nacional. Côncios de nossas limitações, lutamos por construir uma história polifônica em que, na sinfonia da humanidade, as vozes africanas sejam ouvidas como todas as outras.

Como patrimônio imaterial da humanidade, todas as histórias nos pertencem. Algumas delas podem fazer mais sentido para determinadas agendas. Outras podem ser mais instrumentalizadas para responder certas questões prementes na sociedade brasileira. Assim como a memória, a história pode ser agenciada. Uma história militante e engajada foi, outrossim, discutida durante a jornada.

De forma inusitada, uma certa clivagem emergiu durante as profícuas intervenções dos participantes. Podemos, *grosso modo*, apontar para uma abordagem particularista e outra universalista em relação ao ensino e à pesquisa em História da África. O primeiro *approach* prioriza o reconhecimen-

to das diferenças, enquanto o segundo enfatiza a dimensão universal de cada particularismo. A história é uma das formas de remanejar o passado para dar lugar a um futuro. Em muitas democracias ocidentais, o multiculturalismo tem sido evocado para tratar com paridade as histórias de diferentes grupos no seio das sociedades contemporâneas. Com base nas experiências do Canadá, dos EUA ou da França, autores como Charles Taylor, Will Kymlicka, Michael Walzer ou Michel Wieviorka indagaram sobre as alternativas políticas para lidar com as diferenças e com os particularismos sem comprometer a democracia. Esses autores também discutem como o multiculturalismo pode favorecer o reconhecimento de minorias. Entre outros desafios que o multiculturalismo enfrenta, tem-se a revisão da história nacional, ou seja, uma história que possa acomodar diferentes narrativas; afinal, uma sociedade plural implica vários grupos e todos eles têm uma história. Outrora, a história nacional se confundia com a história política do Estado nacional. Com o multiculturalismo, tem-se uma perspectiva pluralista da história nacional.

Com as leis 10.639/2003 e 11.654/2008, o ensino da história nacional no Brasil tem sido reformulado. Cabe lembrar que certas memórias conflitivas dificilmente podem ser apaziguadas por uma história nacional. Certas comemorações suscitam uma revisão crítica da história nacional. O multiculturalismo também favorece o debate sobre os “interesses nacionais” que definem o que deve ser patrimônio. Os monumentos são, igualmente, alvos de controvérsias. Em vários países onde predomina o multiculturalismo, a escola é uma instituição fundamental para as ações de políticas de integração e de reconhecimento de minorias. Por isso, o ensino da história nas escolas tem mais do que nunca a difícil tarefa de estudar a diversidade cultural numa perspectiva de tolerância e de respeito às diferenças.

No Brasil, o multirracismo tem predominado nos debates em detrimento de um enfoque multicultural. Reduz-se muitas vezes a questão social à mera questão racial. Escusado é lembrar que Claude Lévi-Strauss, em seu ensaio *Race et histoire* (1952), sugeriu abandonar a ideia de raça e privilegiar a de cultura. Também pleiteou por uma civilização que pudesse acomodar a diversidade cultural. O antropólogo francês salientou que ser diferente não significa ser menos. Diferença não é falta. Podemos imaginar o impacto de suas palavras quando a ordem colonial ainda vigorava e dependia ideologicamente da suposta inferioridade dos colonizados.

O multiculturalismo tem sido um exemplo dessa abordagem que prioriza a cultura e não mais a obsoleta ideia de raça para abarcar a realidade

social e para orientar as políticas de integração social e de reconhecimento das minorias.

Porém, o multiculturalismo garante o viver em comunhão e com as nossas diferenças? Como garantir os direitos coletivos de determinados grupos ou minorias sem comprometer certos princípios universais e republicanos que regem o conjunto nacional? Como garantir a igualdade de todos e, ao mesmo tempo, o direito à diferença? Como atender alguns particularismos sem dar azo ao comunitarismo ou a um novo tribalismo? Por outro lado, como superar o modelo nacional assimilacionista e reconhecer a pluralidade cultural?

Uma história polifônica pode atender certas reivindicações em prol de uma sociedade plural e democrática. A História da África contribui nesse sentido ao favorecer uma paridade das histórias e das memórias coletivas. No entanto, algumas perspectivas racialistas ou essencialistas ainda encontram adeptos nos bancos acadêmicos e acabam reproduzindo dicotomias anacrônicas, sem valor heurístico para a sociedade contemporânea.

O presente livro está dividido em três partes. Na primeira parte, reunimos as contribuições de professores das universidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Tem-se ainda o texto da conferência de encerramento, proferida pela professora Marina de Mello e Souza (USP). O primeiro capítulo faz uma homenagem póstuma ao escritor Salim Miguel (1924-2016). O autor destaca a permuta luso-afro-brasileira nas páginas da revista Sul, do Círculo de Arte Moderna, e que teve o escritor de origem libanesa como um dos seus principais intelectuais. Impressa em Florianópolis, a revista Sul chegava em vários lugares da África, como Luanda, Nampula e Lourenço Marques (atual Maputo). Em suas páginas foram publicados alguns contos e poemas de escritores da então chamada África portuguesa. Salim Miguel foi um dos artífices dessa comunhão transatlântica entre escritores expoentes de uma literatura moderna e anticolonial.

O segundo capítulo apresenta uma reflexão sobre os postulados epistemológicos do ensino em História da África. O autor pleiteia por uma “descolonização” do conhecimento, notadamente no campo historiográfico relativo ao continente africano. Tanto na pesquisa quanto no ensino da História da África, a renovação dos pressupostos teóricos e metodológicos parece ser um imperativo. No terceiro capítulo, a autora enfatiza o seu lugar de enunciação para tratar do “equilíbrio das histórias” (Chinua Achebe). Sua proposta converge com aquela do capítulo precedente, assim como a sua crítica epistemológica. A autora flerta com a epistemolo-

gia, mas sem se deixar seduzir por ela. Pierre Chaunu tinha razão ao alertar que *l'épistémologie est une tentation qu'il faut résolument savoir écarter*.

O quarto capítulo segue a senda aberta pelos antecedentes e visa a desconstrução de estereótipos. Com base na sua experiência no ensino e na pesquisa em História da África nos cursos de graduação e pós-graduação da PUCRS, o autor ressalta algumas dificuldades em lidar com a diversidade quando um conjunto de países africanos (PALOP) vem a ser objeto de estudos. No quinto capítulo, uma retrospectiva dos estudos africanos no Rio Grande do Sul destaca a emergência de um campo do saber multidisciplinar. No capítulo seguinte, o autor propõe histórias sem centro, sem periferias. Inspirado nas “ilhas de história” (Marshall Sahlins), relativiza as percepções do tempo, dos acontecimentos e da própria historicidade para mirar a história de um continente a partir de uma ilha. Por analogia, aborda o insulamento no qual alguns historiadores laboram.

No sétimo capítulo, a situação do ensino de História da África no interior do Paraná foi abordada, assim como o desafio para atender uma demanda por temáticas africanas na formação de profissionais do ensino. No capítulo seguinte, a autora pleiteia por uma equiparação das histórias de uma e de outra margem do Atlântico. A paridade proposta demonstra o quanto o ensino da história pode contribuir para superar o alheamento que se operou no Brasil em relação à África.

Nos seis capítulos da segunda parte do livro foram abordadas diferentes fontes para a pesquisa em história da África, bem como as vantagens e desvantagens em pesquisar nos “arquivos coloniais”, notadamente em Lisboa. Alguns trabalhos trouxeram a questão do “arquivo colonial”, outros a da “biblioteca colonial”, a fim de discutir sobre as fontes para a pesquisa histórica. Matérias de jornais e de revistas ilustradas, documentos oficiais, correspondências diplomáticas, fotografias, cartões postais e bibliografia em língua estrangeira serviram de base para as reflexões sobre a pesquisa em História da África. Seus autores representam uma nova geração de pesquisadores e cujos trabalhos acadêmicos, em nível de mestrado ou doutorado, fazem parte de uma historiografia regional da “nossa África”.

Na última parte do livro, temos quatro trabalhos de acadêmicos do curso de História da UFSC e que provêm de pesquisas realizadas em nível de iniciação científica. De fotografias a bandas desenhadas e caricaturas, o imaginário metropolitano e o circuito social das imagens foram abordados para tratar a História da África durante o colonialismo.

Com os trabalhos aqui reunidos, esperamos oferecer aos leitores uma parte do que foi a primeira jornada de estudos em História da África e o que ela representa da “Nossa África”. Cabe ressaltar que, durante o colonialismo, Leo Frobenius e outros pesquisadores europeus usaram o pronome possessivo “nossa África” em alguns de seus trabalhos; inclusive, o etnólogo alemão e outros fizeram suas pesquisas de campo e coletas de material sob a proteção do poder colonial. Nossa África não tem nada a ver com isso. Usamos o pronome possessivo como expressão de superação da alienação que marcou a historiografia brasileira por gerações. Nossa África afirma nosso propósito de fazer uma história a partir de um lugar onde o particular e o universal sejam ambas faces da mesma moeda. *E pluribus unum.*

Florianópolis, inverno de 2016

Simoni Mendes de Paula
Sílvio Marcus de Souza Correa

Parte I

Conexão Sul: contributo africano para o modernismo sul-brasileiro

A Salim Miguel (*in memoriam*)

*Sílvio Marcus de Souza Correa*¹

Em janeiro de 1948 foi publicado o primeiro número da revista *Sul*, do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis. A revista surgiu para divulgar os “valores novos”, isto é, modernos, principalmente no campo das letras e das artes.² Naquele mesmo ano, o grupo *Sul* criava o Museu de Arte Moderna (MAM), atual Museu de Arte de Santa Catarina. Deste grupo, destacaram-se Eglê Malheiros, Salim Miguel, Ody Fraga e Silva, Aníbal Nunes Pires e Walmor Cardoso da Silva.

Ainda em 1948, Léopold Sédar Senghor publicava l’*Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, cujo prefácio de Jean Paul Sartre problematizava a estética da negritude não sem vaticinar que a poesia negra em língua francesa era, naquela altura, a única grande poesia revolucionária. Os modernistas do grupo *Sul* descobririam uma literatura africana de expressão portuguesa tão moderna e revolucionária quanto aquela poesia africana em língua francesa.

Naquele mesmo ano, estreou no Teatro Álvaro de Carvalho a primeira encenação de um texto de Jean Paul Sartre no Brasil. “As estátuas volantes” foi uma adaptação da novela “O Quarto”, do filósofo francês, pelo jovem Ody Fraga e Silva, diretor do grupo de teatro do Círculo de Arte Moderna.³

Os jovens escritores e artistas em torno da revista *Sul* formavam um grupo de vanguarda no campo artístico e literário de Santa Catarina. Além de atuar no teatro, no cinema, na literatura e nas artes plásticas e gráficas, o

¹ Professor do departamento de história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Ver editorial *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, N. 1, Ano I, Florianópolis, janeiro de 1948.

³ Ainda em 1948, o grupo de teatro experimental do C.A.M. preparava a montagem de “Um taciturno”, de Roger Martin du Gard. Uma tragédia burguesa que abordava a homossexualidade.

grupo *Sul* organizou exposições e palestras e divulgou suas opiniões e críticas por meio da revista que teve uma duração de quase uma década, sendo que 30 números foram editados neste período.

Em 1950, a população da ilha de Florianópolis era de 67.500 habitantes.⁴ Quando a companhia de seguros Sul-América inaugurou seu novo edifício (com seis andares!) foi logo visto como um ícone da modernidade em pleno centro da cidade.⁵ Era o começo da verticalização do centro urbano, da eletrificação e do asfaltamento das principais ruas da cidade. Foi nessa urbe insular, localizada a meio caminho entre Buenos Aires e Rio de Janeiro, que o grupo *Sul* veio abalar os cânones conservadores ainda vigentes no campo artístico e literário da “pacata e modorrenta” Florianópolis.⁶

Assaz conhecida é a participação do escritor carioca Marques Rebelo junto ao grupo de modernistas de Florianópolis.⁷ Além do seu entusiasmo e apoio, o seu intermédio foi importante para o início de uma correspondência entre o grupo *Sul* e Augusto dos Santos Abranches.⁸ Ele seria um dos principais colaboradores da revista, enviando gravuras, poemas, contos, críticas literárias e resenhas. De supina importância foi ainda o agenciamento de outros jovens metropolitanos, moçambicanos e angolanos para colaborar com a revista *Sul* do Círculo de Arte Moderna de Florianópolis.

O contributo africano para o modernismo sul-brasileiro pode ser compreendido através do material artístico e crítico enviado de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné e São Tomé e publicado em parte na revista *Sul* desde o seu número 15 (mar. 1952) até o último (dez. 1957).

Desta conexão Sul, alguns escritores e artistas tinham origem portuguesa ou eram mesmo nascidos em Portugal, como Augusto dos Santos Abranches e Américo de Carvalho. Outros, nascidos em Moçambique ou Angola, foram, mais tarde, morar na Europa, como Noêmia de Souza, Bertina Lemos e Viriato da Cruz. Assim que o contributo africano será doravante entendido como todo o material publicado na revista *Sul* resultante da parceria de escritores e artistas com experiência africana e comprometidos e identificados com uma nova África, ou seja, moderna e independente.

⁴ Segundo o IBGE, atualmente, a região da “Grande Florianópolis” conta com mais de 1 milhão de moradores.

⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). *Rev. Bras. Hist.* São Paulo, 2007, v. 27, n. 53, p. 315.

⁶ Ver dossiê Salim Miguel, Revista Litteris, n. 8, Ano III, Setembro de 2011.

⁷ MIGUEL, Salim. *Cartas d’África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 153-154.

⁸ Segundo Antônio Jacinto, em carta (Luanda, 24/09/1952) para Salim Miguel, Augusto dos Santos Abranches foi quem lhe apresentou a Revista *Sul*. Ver MIGUEL, S. Op. cit., p. 17.

Figura 1: Mulheres (linoleogravura de Augusto dos Santos Abranches)



Fonte: SUL – Revista do Círculo de Arte Moderna (25) Florianópolis, 1955.

Uma ponte com a África

Inaugurada em 13 de maio de 1926, a maior ponte pênsil do Brasil foi construída para ligar a ilha de Florianópolis ao continente. Com a ligação terrestre, confirmava-se a vocação da ilha a ser capital do estado. Naquele dia chuvoso, houve ainda a comemoração anual em torno da Lei Áurea (13/05/1888) e do fim da escravidão no país.

Porém, foram precisos mais vinte anos para uma outra ponte ser construída. Dessa vez, a ponte não custaria um tostão ao orçamento do estado de Santa Catarina. Ela não era de ferro, nem de concreto armado, mas de ideias, de prosa e verso. Ela ligaria a ilha de Florianópolis com o Brasil e com outros países. Nas palavras de Eglê Malheiros:

Era uma vez uma ilha. Uma ilha e uma ponte. Uma ponte e um grupo de rapazes. Os rapazes da “Sul”. Uma revistinha que surgiu, em janeiro de 1948, na ilha. E serviu de ponte. Ponte que transportou para o Brasil uma série de nomes, uma série de feitos, uma série de aventuras que, sem ela, permaneceriam incógnitas.⁹

⁹ MALHEIROS, Eglê. “A Ilha e a Ponte”, *Sul, Revista do Círculo de Arte Moderna*, n. 30, ano X, Florianópolis, dezembro 1957, p. 3.

No que tange à ligação com a África, um dos principais responsáveis dessa ponte não foi nenhum engenheiro norte-americano, e, sim, o escritor de origem libanesa Salim Miguel.¹⁰ De Moçambique, Orlando Mendes, Manuel Felipe de Moura Coutinho, Domingos de Azevedo, Domingos Ribeiro da Silveira e Dulce dos Santos trocaram cartas com Salim Miguel. De Angola, Antônio Jacinto, José Luandino Vieira, Américo de Carvalho, Mário Lopes Guerra e Viriato da Cruz foram outros correspondentes e colaboraram com a revista.¹¹ Com as cartas, exemplares da revista *Sul* e livros eram expedidos de Florianópolis. Alguns eram, inclusive, encomendas.

O intercâmbio entre o grupo *Sul* e os seus colaboradores africanos não era nada fácil, pois era preciso burlar o controle colonial português. Em janeiro de 1953, Viriato da Cruz escrevia de Luanda ao seu amigo de Florianópolis. Em sua carta, tem-se uma encomenda de livros. Entre outros títulos, constava *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de Stalin. O futuro Secretário Geral do MPLA alertava em sua missiva:

Para reduzir ao mínimo as possíveis complicações, peço-lhe diligenciar para que os livros não venham como encomenda da livraria em que forem adquiridos, mas sim como encomenda particular, oferta ao amigo. Se possível, deverão ser vestidos com capas de outros livros vulgares. E, finalmente, os embrulhos, que deverão ser pouco volumosos, convém, sejam feitos de papel forte.¹²

Viriato da Cruz ressaltava ainda que os livros encomendados eram do seu maior interesse, pois, como antecipou na carta, estava a escrever “um estudo sobre a filosofia banto.” Agradeceu ainda o convite de colaborar na revista *Sul* e prometeu enviar textos de outros jovens escritores.

Para o grupo modernista da revista *Sul*, o intercâmbio com os artistas e escritores em África era uma forma de sair daquela condição insular no sentido mais cultural que geográfico. Ao mesmo tempo, os modernistas da *Sul* “descobriam” as artes africanas, como fizeram as vanguardas artísticas da Europa das primeiras décadas do século XX. Ao mesmo tempo, mostravam interesse por uma nova literatura africana.

¹⁰ MACEDO, Tânia C. Revista Sul (Uma ponte com a África). In: SOARES, Iaponam (Org.). *Salim Miguel, literatura e coerência*. Florianópolis: Lunardelli, 1991, p. 73-78.

¹¹ Sobre a colaboração de escritores angolanos para a revista *Sul*, ver: SANTIL, Juliana M. «Ce métis qui nous trouble». *Les représentations du Brésil dans l’imaginaire politique angolais: l’empreinte de la colonialité sur le savoir*. Bordeaux, Université Montesquieu – Bordeaux IV/ Centre d’études d’Afrique noire, 2006, p. 394-410.

¹² MIGUEL, Salim. *Cartas d’África e alguma poesia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 42-43.

No Brasil, o modernismo chegava à sua segunda dentição. O grupo *Sul* valorizava o regional. Em Santa Catarina, havia uma “redescoberta” da cultura açoriana. Festas populares como o *Boi de Mamão* e a arte insular das rendas de bilro foram tratadas na revista *Sul*. Isso não obistou a abertura do grupo em direção à outra margem do Atlântico. Se alguns consideravam a antiga Ilha de Santa Catarina como a mais meridional do arquipélago dos Açores, outros viam a ilha como um *carrefour* no Atlântico Sul. Além de sua relação histórica com os Açores, havia ainda relações com o Prata, com outras partes do Brasil e com a África.

Da ilha, o grupo *Sul* promoveu um intercâmbio afro-luso-brasileiro, ao menos em termos artísticos e literários. No Brasil, a revista *Sul* era vendida em livrarias do Recife, de João Pessoa, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre. Ela também tinha representantes em Buenos Aires, Montevideu e Lisboa. A partir do seu quinto ano, ela também tinha representante em Nampula. Em outras cidades africanas, a revista chegava sob a forma de permuta, oferta ou esporádicas assinaturas.

A publicação numa revista como a *Sul* foi uma oportunidade ímpar para jovens novelistas, poetas, desenhistas e gravuristas do outro lado do Atlântico. Malgrado o pioneirismo do grupo *Sul*, a internacionalização *avant la lettre* de uma nova literatura africana, posto que algumas nações africanas teriam apenas a sua independência reconhecida nas décadas seguintes, não teve maior desdobramento para ampliar o interesse pelas artes africanas no Brasil meridional. O mesmo não se repetiu na Bahia, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde os estudos africanos se institucionalizam a partir de 1959 e dos anos seguintes.

Percebe-se, assim, mais um aspecto do pioneirismo do grupo *Sul*. Ao promover as relações afro-luso-brasileiras em sua revista, os modernistas de Florianópolis afirmavam uma postura arrojada e renovadora em termos estéticos. Além dos escritores e artistas do grupo *Sul*, os colaboradores do Rio Grande do Sul e demais estados do Brasil compartilhavam os mesmos valores estéticos, e alguns ainda tinham a mesma afinidade política.

Muitos modernistas eram comunistas, sendo alguns filiados ao PCB. A revista *Sul* promoveu a circulação de ideias e valores humanistas, comunistas e compartilhou algumas críticas ao colonialismo tardio. De Luanda, Viriato da Cruz podia ler os versos de Lilla Ripoll pelas páginas da revista *Sul*. Em cartas, o mesmo Viriato da Cruz comentava sobre a sua admira-

ção pela poetisa porto-alegrense e comunista, assim como pelo escritor Graciliano Ramos, filiado ao PCB desde 1945, e pelo escritor francês e comunista Aragon. De Lourenço Marques, Manuel Filipe de Moura Coutinho enviara um poema em homenagem a Pereira Gomes, líder comunista do PC de Portugal, que foi publicado na revista *Sul*.¹³

Em Luanda, Viriato da Cruz estava envolvido com o movimento clandestino de libertação de Angola. Em 1955, ele entrou para o Partido Comunista Angolano e, dois anos depois, seguiu para Paris. Juntamente com Mário Pinto de Andrade, participaria da fundação do MPLA no exterior. Também na companhia de Mário Pinto de Andrade e ainda de Lúcio Lara, Viriato da Cruz conheceu Frantz Fanon em Roma, em 1959, durante o Segundo Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros.¹⁴ Teme-se, portanto, um intercâmbio entre escritores africanos e o grupo da revista *Sul* na mesma década em que escritores e intelectuais africanos e da diáspora negra estavam organizando congressos e publicando suas obras, notadamente pela *Présence Africaine* em Paris.

Além da literatura, as artes plásticas, gráficas e cênicas foram divulgadas pela revista *Sul*. As xilogravuras de H. Mund Jr., Aldo Nunes e Edgard Koetz e os desenhos de Meyer Filho e de Martinho de Haro chegavam à África pelas páginas da *Sul*. Os poucos leitores em África podiam através dela melhor acompanhar as novidades no plano artístico e literário. E não é difícil imaginar a reação dos leitores africanos ao ler um número da revista *Sul* dedicado ao “gênio negro da poesia brasileira”, Cruz e Souza.¹⁵ Também deveriam agradar os leitores africanos as notas da revista, como aquela sobre a menção honrosa atribuída à artista plástica Neusa Amélia Mattos, pela escultura “cabeça de negro”.¹⁶ Da mesma forma, os leitores africanos podiam facilmente ter empatia com a personagem principal do conto “Operário na construção”, de Francisco José Pereira.¹⁷

Assim como a revista *Sul* destacava as expressões artísticas com temas em torno dos trabalhadores, como pescadores ou operários, e das

¹³ *Sul*. Revista do C.A.M., ano IX, n. 26, Florianópolis, fevereiro de 1956, p. 59.

¹⁴ MACEY, David. *Frantz Fanon*. Une vie. Paris: La découverte, 2013, p. 412.

¹⁵ O terceiro número da revista *Sul* foi dedicado à poesia de Cruz e Souza.

¹⁶ A menção honrosa recebida pela artista catarinense foi concedida durante o VI Salão de Artes Plásticas Francisco Lisboa, realizado em Porto Alegre. Ver Notas e Comentários, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 23, Ano VII, Florianópolis, dezembro de 1954, p. 79.

¹⁷ Pereira, Francisco J. “Operário na construção”, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 29, Ano X, Florianópolis, junho 1957, p. 36-38.

trabalhadoras, como lavadeiras ou rendeiras, ela também publicava poemas e contos que denunciavam o salazarismo e a exploração colonial.¹⁸

É verdade que o intercâmbio entre os “novos” de Florianópolis e de Portugal antecedeu aquele entre o grupo *Sul* e os “novos” em África, mas a posição crítica dos modernistas da *Sul* em relação ao salazarismo era conhecida desde o início dessas relações luso-afro-brasileiras.

Uma das principais vantagens culturais que nos trouxe a publicação de “Sul” foi o intercâmbio com os escritores novos de Portugal. Foi-nos revelada uma geração de coragem e valor, por meio da ficção principalmente, todos os graves problemas dos homens e do mundo, com uma sinceridade que provocava admiração de quem quer que saibam por ouvir dizer ou pela própria experiência, o que é um governo como o de Salazar.¹⁹

Naquela altura, a diplomacia brasileira pouca atenção dava às relações externas com a África. Da Era Vargas até o governo de Juscelino Kubitschek, a aproximação com a África não foi prioridade brasileira. O governo JK, inclusive, defendeu o colonialismo português.²⁰

O acordo bilateral entre Brasil e Portugal era favorável ao colonialismo tardio.²¹ Por sua vez, o Estado Novo salazarista aumentara a censura nos territórios africanos sob dominação colonial portuguesa. Como bem lembrou Luandino Vieira, eram momentos de emoção, naqueles idos de 50, “furando todos os silêncios e censuras, ter nas mãos a revista *Sul*”.²² Salim Miguel também comentou a respeito:

Cartas e pacotes eram violados. Certa vez, recebemos um cartão endereçado à revista *Sul*, caixa postal 384, Florianópolis, SC, Brasil, informando que determinado número da Revista havia sido apreendido por conter matérias que não atendiam ao disposto nas leis da censura portuguesa.²³

¹⁸ Apesar da publicação de contos e poemas anticoloniais desde a primeira colaboração de escritores africanos, Aníbal Nunes Pires afirmou que “por questões de princípios, a revista *Sul*, não cogita, terminantemente, de questões político-partidárias e de religião.” Ver editorial *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 1, Ano I, Florianópolis, janeiro de 1948.

¹⁹ MALHEIROS, Eglê. “Escritoras de Portugal”. *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 1, Ano IV, Florianópolis, janeiro de 1948, p. 38.

²⁰ Ver RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda*. As contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004, p. 42; D’AVILA, Jerry. *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African colonization: 1950-1980*. Duke University Press, 2010, p. 27.

²¹ O Tratado de Amizade e Consulta, de 1953, era uma forma de controle da política externa brasileira em relação à África. Ver RAMPINELLI, Op. cit., p. 48.

²² MIGUEL, S., 2005, p. 144.

²³ Idem, p.10.

Malgrado os empecilhos, o grupo *Sul* recebia cartas de Luanda, de Lubango (antiga Sá da Bandeira), da Ilha de São Tomé, de Nampula e Maputo (antiga Lourenço Marques). Além de africanos, a revista contava com outros colaboradores opositores ao regime de Salazar como, por exemplo, Augusto dos Santos Abranches, Américo de Carvalho e Agostinho Silva. Este último publicou alguns poemas na revista *Sul* sob o heterônimo de Mateus Maria Guadalupe.²⁴ Foi ainda Agostinho Silva que, muitos anos depois, recebeu do poeta Ruy Nugal, em Moçambique, um número da revista *Sul* no qual haviam sido publicados poemas seus.²⁵

A Revista *Sul* na África

A documentação epistolar de Salim Miguel atesta ainda a importância de alguns nomes, como António Jacinto e Viriato da Cruz, para a divulgação da revista *Sul* no incipiente meio artístico literário de Angola.²⁶ Em Moçambique, Augusto dos Santos Abranches foi o grande responsável pela divulgação da revista. Com a vinda deste último para o Brasil, em meados de 1955, Manuel Filipe de Moura Coutinho tornou-se o correspondente da revista na então África oriental portuguesa.

A revista chegava também em outras colônias. De São Tomé, Fernando Reis agradeceu Salim Miguel pelo envio da revista. Na mesma carta, o escritor são-tomense tentou angariar colaboradores brasileiros para o seu periódico. Por seu turno, Antônio Jacinto pediu a colaboração de brasileiros para o quinzenário independente *Farolim* e para *Mensagem*, Revista de Cultura e Arte.²⁷ Também Domingos Ribeiro Silveira solicitava o envio de algumas gravuras de artistas brasileiros para a revista moçambicana *Elo*.²⁸

²⁴ Depois de uma curta estadia em Florianópolis, Agostinho Silva se instalou em Salvador da Bahia, onde fundaria o Centro de Estudos Africanos e Orientais (CEAO) em 1959, primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. OLIVEIRA JR. Gilson B. Agostinho Silva e o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). A primeira experiência institucional dos estudos africanos no Brasil. Dissertação (Mestrado), USP/FFLCH, São Paulo, 2010.

²⁵ Carta de Agostinho da Silva a Salim Miguel, datada de 02/05/1988. Os poemas referidos por Agostinho da Silva eram, provavelmente, aqueles três publicados no número 24 (Maio de 1955), p. 44.

²⁶ Ver também os depoimentos de A. Jacinto e Viriato da Cruz: LABAN, Michel. *Angola*. Encontro com escritores. Lisboa: Fundação Eng. Antonio de Almeida, 1991.

²⁷ Carta de A. Jacinto para Salim Miguel (Luanda, 24/09/1952). Sobre o trabalho de A. Jacinto na revista *Mensagem*, ver: SILVA, Fabio M. "A Mensagem poética de António Jacinto", *Navegações*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2013, p. 85-90.

²⁸ Carta de Domingos Ribeiro Silveira para Salim Miguel (Lourenço Marques, 25/02/1957).

Para os novos colaboradores da revista *Sul*, o Círculo de Arte Moderna era uma oportunidade impar de romper com o isolamento imposto pelo colonialismo.²⁹ A identificação de uma nova geração com a revista *Sul* deu-se ainda pela perspectiva de mudança que ela continha, senão política, ao menos artístico-literária. Além da estética moderna, ao evocar o novo, a revista *Sul* visava um leitorado jovem e ávido de novidades. Pelo seu “espírito moço” e papel de “vanguarda desse movimento renovador”, a revista *Sul* conquistara os “novos” de São Vicente de Cabo Verde. Nas palavras de Nuno Miranda:

Meus amigos, aos quais passei a vossa revista, também se interessaram pelo movimento dos “novos” de Santa Catarina, de tal maneira que eu vos posso afirmar que “Sul” – suas peças de teatro, seus contos e seus poemas – conquistou por forma iniludível a simpatia dos “novos” de São Vicente de Cabo Verde.³⁰

Antônio Jacinto afirmava que o interesse pela revista tinha a ver com seu caráter juvenil e de solidariedade para com os novos de todo mundo. “Os problemas da juventude são idênticos em toda parte”.³¹

Outro correspondente de Luanda informou que a revista *Sul* era “bastante lida, discutida e apreciada no nosso grupo de jovens”.³² De Lourenço Marques, Domingos Ribeiro Silveira endossava as palavras de Salim Miguel numa carta em que afirmava a necessidade juvenil de aprender através da literatura e enfatizava que a revista *Elo* “vive da boa vontade de jovens não só de Moçambique como de Portugal e do Brasil.”³³

A circulação da revista *Sul* no incipiente meio artístico e literário luso-africano dependia das remessas de Florianópolis e do engajamento dos correspondentes na África. Algumas informações sobre as operações podem ser extraídas das missivas. Se números da revista *Sul* eram enviados a título de doação, outros eram vendidos. Em suas cartas, os correspondentes da *Sul* comentavam sobre as possibilidades de assinaturas, de remessas e de permutas.

Pela correspondência de José Graça com Salim Miguel, sabe-se que Antonio Jacinto distribuía alguns números da *Sul* aos amigos em Luanda. Também arranjava assinantes para ela. No final de 1953, Antônio Jacinto

²⁹ SABINO, L. *Grupo Sul: o Modernismo em Santa Catarina*. Florianópolis, FCC, 1982.

³⁰ MIRANDA, Nuno. “Correspondência para os diretores da Sul”, *Revista Sul*, n. 11, Ano III, Florianópolis, 1950.

³¹ Carta de A. Jacinto para Salim Miguel (Luanda, 24/09/1952).

³² Carta de José Graça para Salim Miguel (Luanda, 08/03/1957).

³³ Carta de Domingos Ribeiro Silveira para Salim Miguel (Lourenço Marques, 25/02/1957).

prometia, para o próximo ano, organizar uma lista de assinantes para a revista *Sul*. Responsabilizava-se pela distribuição e pelo envio final do produto líquido da venda. Para isso, solicitava informação sobre o custo das assinaturas e se a transferência poderia ser em Escudos.³⁴

Para a venda da revista *Sul* em Moçambique, Augusto dos Santos Abranches sugeria confiar os exemplares à casa Minerva. Aqueles não vendidos seriam devolvidos. Se a proposta fosse aceita, sugeria ainda fazer a próxima remessa diretamente para a casa Minerva, com a respectiva nota de débito em conta de consignação.³⁵

Permutas também eram feitas. A proposta de uma permuta entre *Itinerário* e *Sul* foi cogitada por Augusto dos Santos Abranches em sua carta de 5 de maio de 1952. Mesmo depois do fim da revista *Sul*, Salim Miguel continuava recebendo propostas de permutas de livros, como aquelas feitas por Garibaldi de Andrade em cartas de 1963.

Além de cartas e revistas, livros também eram remetidos. Salim Miguel enviou vários livros para os seus correspondentes em Angola e Moçambique. Ele também recebeu livros de autores como José Graça (Luandino Vieira). Alguns desses títulos fazem parte do acervo doado pelo escritor à biblioteca da FAED/UDESC. O grupo *Sul* recebia também alguns periódicos da então chamada África portuguesa. Em 1954, por exemplo, os números 53 a 56 (de junho a outubro de 1953) da *Elo* – Revista de Novos, de Lourenço Marques, chegaram à redação da revista *Sul*, em Florianópolis.³⁶

Difícil colimar a respeito do impacto da revista *Sul* em seus leitores em Cabo Verde, Guiné, Angola, São Tomé e Moçambique. Nas cartas de Nuno Miranda, Viriato da Cruz e José Luandino Vieira, entre outros, pode-se ter uma ideia do quanto a revista motivou os “novos” daquelas terras africanas, quer devido aos valores e ideais, quer devido à liberdade expressa em prosa e verso nas páginas da revista. Para ficar num exemplo, o poema “Revolução”, de Eglê Malheiros, deve ter agradado um bocado aqueles “novos” que viviam sob a opressão do domínio colonial. Vale citar a última estrofe:

³⁴ Carta de A. Jacinto para Salim Miguel (Luanda, 27/12/1953).

³⁵ Carta de Augusto dos Santos Abranches para Salim Miguel (Nampula, 03/12/1954)

³⁶ Ver rubrica notas de agradecimento, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 26, Ano IX, Florianópolis, fevereiro de 1956.

Surgem heróis das campinas
Das fábricas e dos roçados
Morrem homens vinte vezes
Mas não morre a liberdade
O povo ama seus mortos
Não olvida os matadores
Juventude em mundo velho
Limpará o mundo novo.
Que outros irão viver.³⁷

A África na *Revista Sul*

De alguns poetas como Tomaz Martins, da Guiné, e Jorge Barbosa, do Cabo Verde, o jornal *O Estado de Santa Catarina* já tinha publicado alguns poemas em sua página literária antes da revista *Sul* publicar em seus números poemas e contos africanos.³⁸ Acontece que o diretor do jornal, Dr. Rubens de Arruda Ramos, confiara a página literária dominical d'*O Estado* ao Círculo de Arte Moderna.³⁹ A partir de meados de 1952, a prosa e a poesia africanas passam a ser publicadas na revista *Sul*. Provavelmente, isso tem a ver com o fim da parceria entre o C.A.M. e *O Estado de Santa Catarina*.

A contribuição de africanos à revista *Sul* traduz uma África moderna, consciente da imperativa superação da condição colonial. Através dos seus contos, poesias, gravuras e desenhos, os escritores e artistas africanos evocam a escravidão, o trabalho compulsório, a alienação. A dimensão telúrica da liberdade e da integridade humana, como no conto *O Homem e a Terra*, de José Graça (Luandino Vieira), ou a esperança numa África livre, como no poema *Na Encruzilhada*, de Viriato da Cruz, ou em *Dia a Dia*, de Noêmia de Souza, tiveram na revista *Sul* um importante meio de divulgação.

Além de publicar algumas novelas e poemas, desenhos e gravuras, a revista *Sul* também informava sobre algumas publicações em África. Para

³⁷ MALHEIROS, Eglê. “Revolução”, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 13, Ano IV, Florianópolis, abril de 1953, p. 33.

³⁸ MARTINS, Tomaz. “*Junto ao Mar*”, *O Estado de Santa Catarina*, (página literária), Florianópolis, 5 de março de 1950; Barbosa, Jorge. “*Poema do Mar*”, *O Estado de Santa Catarina*, (página literária), Florianópolis, 3 de janeiro de 1950.

³⁹ Ver rubrica notícias, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 9, Ano, II, Florianópolis, agosto de 1949.

ficar num exemplo, a nota sobre o lançamento do primeiro livro de poemas de Manuel Filipe de Moura Coutinho.⁴⁰ Nele, foram reunidos poemas de várias épocas do autor e poesias dispersas por jornais e revistas. A nota também informava que o poeta já preparava um segundo livro.⁴¹ Um excerto do livro “Monangambés”, de José Luandino Vieira, que ainda estava em preparação, foi publicado na revista *Sul* em seu último número.⁴²

Vale lembrar que o contributo africano para a revista *Sul* era também feito pela pena de romancistas e poetas de origem portuguesa com experiência africana, sendo críticos tenazes do regime salazarista e do colonialismo português. De um deles, Alexandre Cabral, a revista *Sul* publicou seu conto “Kandot era o *boy* do Senhor Hiebler” no número 27, de maio de 1956.⁴³ O conto se passa no Congo Belga, onde Alexandre Cabral gastou três anos de sua juventude. Sua prosa apresenta elementos que também podem ser encontrados no romance *Une vie de Boy* de Ferdinand Oyono, publicado também em 1956.

Entre os portugueses na África, Augusto dos Santos Abranches foi quem mais agenciou colaboradores para a revista *Sul*. Como informou em missiva:

[...] Natércia Freire é metropolitana; Filinto de Menezes, Antônio Jacinto, Humberto da Silvan e A. Leston Martins são angolanos; Mário Antônio Fernandes de Oliveira também é angolano, e queira tomar nota que Filinto de Menezes é cabo-verdeano, embora atualmente residindo em Angola; Antero, Domingos de Azevedo, Bertina Lopes, Duarte Galvão e Noêmia de Souza são moçambicanos, ou residindo aqui. Todos os poemas que deles envio estão inéditos, salvo qualquer um deles que possa ter sido publicado sem o meu conhecimento. Isso, contudo, em nada deve influenciar no interesse para aí dos mesmos.⁴⁴

Em Angola, Antônio Jacinto enviou para o grupo *Sul* trabalhos, entre outros, de sua autoria (alguns sob o heterônimo de Orlando de Távora), de sua amiga Ermelinda Pereira Xavier e de uma certa Alda, cujo marido (também poeta) parece ter “estragado” a promissora poetisa.⁴⁵ Escusado é

⁴⁰ Desde meados de 1955, Manuel F. de M. Coutinho era o representante da revista *Sul* em Lourenço Marques e colaborou também com a revista com alguns poemas.

⁴¹ Ver Notas & Comentários, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 28, Ano IX, Florianópolis, dezembro de 1956, p. 78.

⁴² GRAÇA, J. (Luandino Vieira). “O Homem e a Terra”, *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, Ano X, n. 30, Florianópolis, dezembro 1957, p. 119-121.

⁴³ CABRAL, Alexandre. “Kandot era o *boy* do Senhor Hiebler”, *Sul*, Revista do A. C. M., Ano IX, n. 27, Florianópolis, maio de 1956, p. 66-74.

⁴⁴ Carta de Augusto dos Santos Abranches para Salim Miguel (Nampula, 05/05/1952).

⁴⁵ Carta de A. Jacinto para Salim Miguel (Luanda, 09/10/1955).

lembrar que esses colaboradores da revista *Sul* eram membros do “Movimento dos Novos Intelectuais de Angola” e denunciavam, através da literatura, as relações de trabalho, a opressão, a prostituição, a discriminação social e racial e outras mazelas do colonialismo.⁴⁶

Os escritores e artistas africanos colaboradores da *Revista Sul* contaram com a simpatia e a solidariedade dos leitores de uma revista que circulava nas bordas de um incipiente mercado editorial lusófono. Naquela altura, a propaganda salazarista do Estado Novo já se valia da retórica lusotropicalista para idealizar uma unidade política baseada na língua e na cultura portuguesas. Ao contrário das publicações que exaltavam a obra civilizatória portuguesa nos trópicos, a revista *Sul* serviu para a expressão de uma posição anticolonial. Seus colaboradores africanos condenavam o racismo e criticavam a exploração capitalista do trabalho. Fiel ao realismo social tão caro ao modernismo regionalista, o grupo da *Sul* valorizou os trabalhadores e as trabalhadoras através de vários poemas, contos, desenhos e gravuras publicados ao longo de uma década.

De Angola, José Graça (Luandino Vieira) fazia saber que havia “um bom número de jovens interessados em fazer literatura de caráter regionalista e alguns mesmo já com obra feita”. Mas o custo com a publicação era um problema para a gente nova, alguns estudantes, outros pequenos empregados.⁴⁷ Havia ainda um agravante. Como o remetente informava o seu destinatário: “Os jornais, controlados, não publicam nada que tenha ‘regionalismo’”. Para as autoridades coloniais, isso cheirava a nativismo, a pratonacionalismo. Mesmo assim, havia uma determinação em tentar publicar “obras todas de jovens que pretendem cantar os temas da sua terra e do seu povo”.⁴⁸ A revista *Sul* foi uma alternativa para a prosa e a poética africanas consideradas subversivas pelo poder colonial.

Com o fim da revista em dezembro de 1957, os poucos colaboradores africanos ficaram sem um importante veículo para publicação de seu trabalho. Além disso, o periódico africano *Itinerário* também havia deixado de circular. Manuel F. de Moura Coutinho reconheceu a dificuldade de continuar a colaborar com a imprensa colonial. “Não quero continuar a colaborar em jornais de atitudes vendidas ou dirigidas nem naqueles que nunca foram senão de bajulação local ou nacional.”⁴⁹

⁴⁶ TRIGO, Salvato. A poética da “Geração Mensagem”. Porto: Brasília, 1979, 71.

⁴⁷ Carta de José Graça a Salim Miguel (Luanda, 10/01/1957).

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Carta de M. F. de M. Coutinho para Salim Miguel (Quelimane, 23/06/1958).

Embora já abordado por Tânia Macedo, ao contributo africano para o modernismo sul-brasileiro ainda resta um objeto a ser mais estudado.⁵⁰ A colaboração dos “novos” em África para a revista *Sul* perfaz um conjunto de poemas, contos, gravuras, resenhas e críticas literárias. Em geral, os contos e poemas dos “novos” africanos destacam a natureza e a cultura africanas. Tanto a natureza quanto a cultura serviam não raro de metáforas para mobilizar recursos à libertação.

A alienação imposta pela escravidão ou pelo colonialismo foi tema recorrente entre os “novos” do meio intelectual africano. No poema “1619”, de Francisco José Terneiro, tem-se a redução do valor de um homem a 40 libras esterlinas. Os versos aludem à escravização e ao comércio atlântico de escravos que marcaram a história de São Tomé.⁵¹ No poema “Tropa Negra”, de Mário Antônio Fernandes de Oliveira⁵², um camponês se fez soldado, depois da sua cubata ser queimada, sua plantação destruída. Ele acaba por nutrir um desgosto telúrico. Assim, alienado de sua terra, de si mesmo, sem patrimônio, por conseguinte, sem patriotismo, aquele que, agora, serve nas tropas, foi antes uma vítima do colonialismo.

Em dois poemas de Bertina Lopes, tem-se a angústia da mulher em situação colonial.⁵³ Similar sensação sugere o poema “Hora”, de Ermelinda Pereira Xavier, cujo último verso é “a vida passa por mim e eu não vejo, nem sei!”.⁵⁴ Em “Cais”, Noêmia de Souza resume em versos o trabalho árduo de toda gente que se vê oprimida pela cidade portuária e pelo mar, alegorias de uma economia colonial baseada na exploração do trabalho e na exportação das riquezas produzidas na hinterlândia africana.⁵⁵ Em outro poema, a poetisa pergunta: “Por que é que os negros gritam, gritam à luz do dia?”.⁵⁶

Apesar da dominação colonial, os “novos” de Cabo Verde, Angola e Moçambique passavam em versos o prenúncio de uma nova era. Da ilha de

⁵⁰ MACEDO, T. C. O modernismo brasileiro e as literaturas africanas de língua portuguesa. *Ecos* (Porto Alegre), Cáceres, 2005, p. 40-44; MACEDO, Tânia. A Revista *Sul* e o diálogo literário Brasil-Angola. In: *Angola e Brasil – estudos comparados*. São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

⁵¹ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VI, n. 19, Florianópolis, maio de 1953, p. 25.

⁵² *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VIII, n. 25, Florianópolis, agosto de 1955, p. 24.

⁵³ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano V, n. 17, Florianópolis, outubro de 1952, p. 25.

⁵⁴ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VI, n. 21, Florianópolis, dezembro de 1953, p. 28. O poema “Hora” foi publicado com a data de 8/07/1951, juntamente com o poema “Sombra” (27/12/1952), sendo a autora de ambos natural do Lobito, apresentada aos leitores da *Sul* como poetisa do “Movimento” [dos Novos Intelectuais de Angola].

⁵⁵ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano V, n. 18, Florianópolis, dezembro de 1952, p. 28.

⁵⁶ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VIII, n. 25, Florianópolis, agosto de 1955, p. 23.

São Vicente, Nuno Miranda fazia da esperança um imperativo: “Vai, que eu já diviso a manhã clara e prometida!”.⁵⁷ Afinado, talvez, pelo diapasão do poema “Revolução” da musa do grupo *Sul*, Antonio Jacinto anunciava de Luanda: “Quero cantar e cantarei/toda esta humana ânsia louca./A mão que me cerrar a boca/não impedirá o canto que sei!”.⁵⁸ Por sua vez, Noêmia de Souza escrevia de Lourenço Marques: “Dia a dia, do fundo da noite em que nos estorcemos, mais e mais se sente a certeza radiosa de uma esperança...”.⁵⁹

Considerações finais

No penúltimo número da revista *Sul*, depois de 10 anos de circulação, a poetisa Eglê Malheiros alertou para o perigo do “mofa acadêmico se infiltrando em nossas páginas”. Isso porque, segundo ela, os escritores se acomodavam, os acadêmicos não discutiam mais, nem criticavam mais.⁶⁰ Afinal, aquele grupo de jovens que, em 1948, fundou a revista *Sul* para reagir à “pasmaceira provinciana”, tinha, talvez, perdido um pouco de fôlego.⁶¹ Na avaliação de Eglê Malheiros, a colaboração estrangeira – inclusive, africana – era de assaz importância para evitar o marasmo e o conformismo daquele grupo em torno da revista *Sul*.

Porém, a contribuição de africanos ou de portugueses radicados em África ou no Brasil se arrefeceu ao longo dos anos. Apenas Augusto dos Santos Abranches, radicado em São Paulo desde 1955, colaborava de forma regular com a revista. A contribuição africana à revista de uma vanguarda artística sul-brasileira faz parte de uma história pouco conhecida das relações afro-luso-brasileiras.

Nas páginas da revista *Sul*, poemas, contos, desenhos e gravuras apresentaram uma África moderna. Diferentemente daquela África residual que a etnografia e os estudos linguísticos buscavam encontrar ainda no início

⁵⁷ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VI, n. 19, Florianópolis, maio de 1953, p. 22.

⁵⁸ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano V, n. 17, Florianópolis, outubro de 1952, p. 26.

⁵⁹ *Sul*. Revista do C.A.M., Ano VI, n. 20, Florianópolis, agosto de 1953, p. 24. O poema “Dia a Dia” trazia a data de 22/11/1949, mas ao ser publicado na revista *Sul*, Noêmia de Souza já tinha deixado Moçambique e, desde 1951, vivia em Lisboa.

⁶⁰ Ver editorial *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 29, Ano X, Florianópolis, junho 1957.

⁶¹ Ver editorial *Sul*, Revista do Círculo de Arte Moderna, n. 30, Ano X, Florianópolis, dezembro 1957.

do século XX, os colaboradores africanos da revista *Sul* tratavam dos dilemas da modernização do continente africano. Em contraste com aquela África folclórica do imaginário colonial, a revista *Sul* trouxe em suas páginas poesias, contos e crítica literária que tratavam de temas do mundo do trabalho, da vida da “gente miúda” e dos “heróis anônimos” de uma África sob o jugo colonial.

Em 1955, quando a colaboração africana para a revista *Sul* atingiu o seu cume, não eram raras as vozes, como a do Senador Lourival Fontes (PTB) em seu discurso no Congresso Nacional (22/04/1955), a alarmar que a concorrência africana representava uma grande ameaça para a economia brasileira.⁶² Na contramão do conservadorismo, a revista *Sul* promoveu uma abertura para a África jamais vista em termos artísticos e literários no sul do país.

O contributo africano a uma revista sul-brasileira naqueles idos anos 50 favoreceu uma consciência moderna que, em termos estéticos e políticos, ainda encontrava resistência no campo artístico e literário do Brasil meridional.

⁶² Apud RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 215.

Afinal, África é patrimônio de quem?

Descolonizar o conhecimento como proposta curricular

Hector Guerra Hernandez¹

No dia 10 de janeiro de 2013, cumpriram-se 10 anos desde a promulgação da lei n. 10.639, que tornou obrigatório, em todos os níveis do ensino formal, o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira². Não cabe nesta curta apresentação realizar uma retrospectiva em torno ao seu processo de implementação em todo o Brasil, visto que isso implicaria um desenvolvimento maior deste trabalho, no entanto cabe, sim, realizar algumas reflexões relacionadas à própria experiência vivida pelo autor, no referente à implementação das unidades e planos de aula no curso de História da África³ na universidade na qual me encontro enquadrado. Acredito que, mesmo sendo um caso particular, reflete algumas das dificuldades em torno de sua implementação, mas também abre algumas possibilidades, precisamente as que dizem respeito a reforçar o trabalho interdisciplinar, tanto na perspectiva historiográfica como epistemológica. Assim sendo, tentarei abordar, de maneira sucinta, estes aspectos relacionados. Por uma questão de ordem metodológica, primeiro falarei sobre as dificuldades encontradas na implementação da disciplina, principalmente em nível curricular. Em seguida realizo uma breve reflexão no que diz respeito às possibilidades de autonomia epistêmica, sobre a qual acredito que sem ela o desenvolvimento da disciplina acabaria, ao meu ver, reproduzindo o mesmo repertório de saberes que a confinaram ao isolamento. Por último, apontarei para algumas das possibilidades de desdobramento que a implementação da Histó-

¹ Professor Adjunto de História da África do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná – UFPR. E-mail: hec.gue@gmail.com.

² Deve-se destacar que em 2008, através da Lei 11.654/2008, ampliou-se a Lei n. 10.639/2003 ao incluir a história e a cultura das populações indígenas nos currículos.

³ Embora discorde completamente da definição em singular e maiúscula de uma realidade muito mais complexa e diversa, neste texto e por questões de ordem espacial, usarei a designação singular.

ria da África no currículo de formação da graduação e pós-graduação pode chegar a ter.

Lidando com o antigo, o pressuposto e o isolamento

Acredito não ter sido o primeiro nem o único a ter experimentado uma série de sentimentos de desconforto no decorrer da implementação da disciplina. São sentimentos de incômodo que surgiram em torno ao baixíssimo nível de conhecimentos sobre o continente não apenas por parte dos estudantes, até porque nestes caso não podemos exigir deles/delas um conhecimento prévio visto o tipo de formação que se tem na escola tanto pública quanto privada. Mas, sobretudo, de alguns dos meus colegas de departamento. Obviamente não se trata de uma falta de conhecimento voluntária ou de qualquer atitude deliberada. Contudo, se pensarmos o contexto ampliado sobre o qual não apenas a disciplina, mas principalmente a lei que sustenta sua implementação, se insere, veremos que este desconhecimento desafortunadamente não é casual.

A modo de exemplo cito uma reunião de um dos órgãos colegiados que coordeno. Neste encontro se discutia a reformulação do projeto pedagógico do curso. Naquela oportunidade, a discussão era sobre a reformulação de disciplinas e suas respectivas ementas. Devo assinalar que este processo é bastante delicado, pois é aqui que os conteúdos tanto teóricos como metodológicos são definidos. A uma certa altura foi discutida a disciplina de História da África. Uma das colegas presentes comentara que, para “África”, à diferença de outras disciplinas dentro do currículo, as quais requeriam uma reflexão epistemológica, a elaboração da ementa ia ser mais fácil, pois se tratava apenas de aplicar um recorte “historiográfico”. Pois bem, minha primeira reação foi perguntar pelo tal recorte historiográfico. Qual seria esse recorte que tornaria a disciplina tão fácil de ser digerida pelos/as estudantes? Seria um recorte baseado na serialização de eventos a partir de categorizações produzidas alhures do próprio continente? Seria a partir da reprodução mecânica de uma periodização imposta por uma narrativa construída sobre o silenciamento ou ocultamento de outras tantas temporalidades?

Após um silêncio um tanto constrangedor, prossegui com um simples questionamento em torno da definição de “África”. Seria esta um continente? Seria um conceito? Seria uma proposta heurística? Afinal, qual

devia ser a chave desta definição para tornar uma problemática ampla, diversa e sobretudo complexa em um simples recorte fácil de digerir? O desfecho desse breve contratempo ficou inconcluso. No entanto, ficou o incômodo, não em relação à colega, mas, sim, em relação a este aspecto muitas vezes velado porque aceito no senso comum do fazer histórico, que é sobrepor um aspecto inicialmente “inofensivo” porque metodológico: um recorte historiográfico e conseqüentemente um tipo específico de tempo histórico, a uma problemática epistêmica.

Outro aspecto que reforça esta sensação de enquadramento um tanto forçado e, ao mesmo tempo, de isolamento, é a falta sistemática de diálogo com as outras disciplinas que conformam o currículo do curso, tanto as que estão configuradas desde uma perspectiva historiográfica como América e Brasil ou mesmo Moderna e Contemporânea, quanto as de ordem epistêmica como é o caso das diversas teorias da história. No primeiro caso, as duas primeiras são configuradas desde uma perspectiva espacial, e as duas últimas, desde uma perspectiva construída sob a base de uma temporalidade específica. No entanto, sabemos que os processos históricos das duas primeiras estão imbricados nos processos africanos por distantes que estejam localizados no mapa. Do mesmo modo, sabemos que é possível trabalhar as temáticas moderna e contemporânea no continente africano, precisamente porque as temporalidades do continente percorrem paralela e simultaneamente as outras temporalidades. Para o caso das disciplinas de ordem epistêmica, além da Escola dos Annales e da Nova História Social inglesa, ambas entendidas como escolas de pensamento histórico referenciais para nossa formação – e em ambas África aparece como um apêndice –, agrega-se apenas a história cultural e a crítica pós-moderna, simplesmente omitindo décadas de crítica oriunda do Sul global.

É neste sentido que parece apontar a crítica de Chakrabarty quando afirma que:

[...] a Europa funciona como um referente silencioso no conhecimento histórico em si torna-se óbvia de uma forma altamente comum. Pelo menos dois sintomas cotidianos de subalternidade das histórias não-ocidentais, terceiro-mundistas. historiadores do Terceiro Mundo sentem uma necessidade de se referir às obras da história da Europa; os historiadores da Europa não sentem a obrigação de corresponder. Se é um Edward Thompson, Le Roy Ladurie um George Duby um Carlo Ginzburg um Lawrence Stone, um Robert Darnton ou uma Davies Natalie – para citar apenas alguns nomes ao acaso de nosso mundo contemporâneo – os “grandes” e os modelos do historiador são sempre, pelo menos, culturalmente “europeus”. “Eles” produzir o seu trabalho em relativa ignorância das histórias não-ocidentais, e isso

não parece afetar a qualidade do seu trabalho. Este é um gesto, no entanto, que “nós” não podemos corresponder. Nem sequer podemos nos permitir uma igualdade ou simetria de ignorância a este nível, sem correr o risco de parecer “antiquado” ou “ultrapassado”.⁴

O segundo sintoma a que refere o autor indiano na citação, e que talvez seja o mais significativo para esta reflexão, diz respeito de um paradoxo que se produz na formação das nossas ciências humanas, de forma geral, e para a ciência histórica em específico. O paradoxo é que apesar da ignorância inerente de “nós” na escrita destes autores, para nós estas teorias parecem eminentemente úteis para entender nossas sociedades. Esta subalternidade acaba por enaltecer uma função dominante na academia euro-norte-americana, a qual por sua vez controla e designa as categorizações e periodizações que entram em circulação internacional, dotando de legitimidade institucional os termos do debate que ela mesma classifica e organiza de acordo com suas próprias hierarquias conceituais e político-institucionais. Esta situação tem um efeito perverso, pois constatamos que, ao tornar referência a teoria produzida ignorando as histórias não cênicas, da qual a “África” em particular faz parte, a heterogeneidade do africano tende a ser homogeneizada pelo aparelho de tradução acadêmica do africanismo e dos estudos africanos, que como no caso dos estudos latino-americanos, não tomam em conta nem “a densidade significativa nem a materialidade operativa de seus respectivos contextos de enunciação”.⁵

Na atualidade, os e as profissionais que se debruçam sobre a problemática africana devem lidar com alguns obstáculos oriundos basicamente desses regimes de verdades que definem a produção acadêmica. É neste circuito de transferências acadêmicas que se evidencia a falta de autonomia epistêmica para definir não apenas nossas problemáticas históricas, mas também nossos modelos de compreensão e de abordagem das mesmas. A teleologia universalista e desenvolvimentista, constitutiva do historicismo ocidental, ainda paira em nossos departamentos. Daí que, quando procuramos por modelos de compreensão da realidade e história africana, apenas nos restem esses recortes parciais de uma África indeterminada atravessada

⁴ CHAKRABARTY, Dipesh. “La poscolonialidad y el artificio de la Historia: ¿Quién habla en nombre de los pasados “indios”? In: DUBE, Saurabh (Ed.). *Pasados Poscoloniales*. Colección de ensayos sobre la nueva historia y etnografía de la India. CEEA – Colegio de México, 1999, p. 624.

⁵ RICHARD, Nelly. “Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana”. In: MATO, Daniel: *Cultura, política y sociedad Perspectivas latinoamericanas*. CLACSO, Argentina. 2005, p. 458.

por um período pré e outro pós, com o devido “durante” colonial no meio, herança dessa modernidade euronorteamericana.

Trilhando caminhos diversos, transgredindo e propondo

Esta problemática da falta de autonomia não é nova, nem é apenas um problema dos nossos departamentos. Quando o historiador indiano Dipesh Chackrabarty, ou os antropólogos sul-africanos Jean e John Comaroff, refletem sobre as possibilidades de autonomia histórica para a Índia e a África do Sul respectivamente, suas reflexões apontam em direção do mesmo problema: a unidirecionalidade do historicismo ocidental. Para Chackrabarty, no que respeita ao discurso acadêmico da história, “isto é, a ‘história’ como um discurso produzido ao nível institucional da universidade, ‘Europa’ continua a ser o soberano, disciplina teórica de todas as histórias”.⁶ Do mesmo modo, Jean e John Comaroff concluíam que o historicismo ocidental

oferece apenas uma trajetória para as sociedades não-ocidentais que pretendam ser reconhecidas como parte da grande narrativa da história da humanidade: têm de submeter-se a uma metamorfose visível – rápida ou lenta, efectiva ou não – no sentido da modernidade capitalista ocidental.⁷

Este fenômeno da “dependência epistêmica”⁸ tem contribuído substancialmente à manutenção de uma ordem na qual muitas identidades e saberes, além de essencializados através de enquadramentos ontológicos excludentes continuam reclusos nas margens da produção do conhecimento, negando cosmovisões e sistemas cognitivos que, por não se encaixarem no modelo eurocêntrico se tornam inconcebíveis se pensados desde suas próprias lógicas ou racionalidades. Eis o caso da história africana.

Esta subalternidade e dependência epistêmica tem seus desdobramentos no cotidiano das nossas aulas. Como já mencionava, muitas vezes me confronto com um desconhecimento sistemático sobre o continente africano, porém o mais estarrecedor é me defrontar ainda hoje com imagens simplistas do continente africano na maioria dos/das estudantes. Guerra, doenças, subdesenvolvimento, corrupção, catástrofes humanitárias e eco-

⁶ CHACKRABARTY, 1999, p. 623.

⁷ COMAROFF, Jean; COMAROFF, John. *Teorías desde el sur*. O cómo los países centrales evolucionaron hacia África. Argentina: Siglo XXI, 2013, p. 18.

⁸ MIGNOLO, Walter. “El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 25-46.

lógicas, todo um coquetel de infortúnio ronda a famigerada figura deste continente. Aqui o trabalho de desconstrução e ressignificação é exaustivo e não isento de armadilhas, muitas delas de ordem culturalista, outras tantas de ordem desenvolvimentista, todas elas também herança deste paradoxo epistêmico. Devemos confrontar estas armadilhas considerando a problemática colocada por Mahmood Mamdani frente a este binômio:

As discussões sobre a difícil situação da África na atualidade giram em torno de duas tendências claras: a modernista e a comunitária. Os modernistas se inspiram nos levantamentos da Europa Oriental no final dos oitenta; os comunitários desaprovam o eurocentrismo liberal ou de esquerda e pedem um retorno à fonte. Para modernistas, o problema é que a sociedade civil é um construto embrionário e marginal na África; para os comunitários, o problema é que as comunidades de carne e osso das que consta a África estão marginalizadas da vida pública como outras tantas “tribos” [...] a solução africanista consiste em colocar as seculares comunidades africanas no centro da política africana.⁹

E este desafio de questionar os regimes de verdade – culturalista, ou desenvolvimentistas –, que sustentam a produção de conhecimento em torno ao continente africano, passa por apostar em um processo árduo de ressignificação crítica do lugar de enunciação epistêmico, mesmo sabendo que o próprio marco conceitual e os sistemas de categorização continuam sendo determinados pela ordem epistemológica ocidental que se pretende questionar. Construir uma consciência crítica em torno deste fato constitui um desafio coletivo de enormes proporções. Esta é uma preocupação constante, seja como crítica ou oportunidade, e ela aparece na reflexão de muitos autores neste Sul globalizado. Na reflexão de Valentin Mudimbe:

A questão em causa é que, até agora, tanto interpretes ocidentais como analistas africanos têm vindo a usar categorias de análise e sistemas conceituais que dependem de uma ordem epistemológica ocidental. Mesmo nas mais evidentes descrições “afrocênicas”, os modelos de análise utilizados referem-se, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente à mesma ordem.¹⁰

Neste sentido, sair ou contornar este paradoxo na própria elaboração da disciplina e na sua integração no currículo de formação profissional parece mais um empecilho. Contudo, como diria Amílcar Cabral, *a crítica é um arma*.

⁹ MAMDANI, Mahmood. “Introdução: Reflexión a través del callejón sin salida africano.” In: *Ciudadano y Súbdito. África contemporánea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo XXI, 1996, p. 5.

¹⁰ MUDIMBE, Valentin. *A invenção da África*. Gnose, filosofia e ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo, 2013, p. 10.

Na minha trajetória de pesquisa e docência pude constatar uma série de prováveis caminhos. De todos eles me inclino decididamente por dois, pois os considero fundamentais para abrir possibilidades de aproximação à(s) realidade(s) africana(s) que pretendemos estudar. Certamente não pretendo confeccionar um manual de como sair dos enquadramentos teóricos e curriculares aos quais estamos de uma ou outra forma submetidos, mas aponto, como disse anteriormente, caminhos ou possibilidades heurísticas com um caráter mais descolonizador. Desta forma, uma das primeiras tarefas e talvez a mais importante, seja o trabalho de desconstrução da universalidade da história europeia como modelo de análise e interpretação de outras temporalidades, nelas a africana incluída. De maneira geral, o primeiro passo deve ser desvelar o que o filósofo argentino-mexicano Enrique Dussel denominou o *mito da modernidade*¹¹, no qual civilização e modernidade agiriam apenas como ficções teleológicas sustentadas nos ideais evolucionistas e raciológicos de progresso e desenvolvimento, há muito tempo introjetadas no *ethos* europeu como propósitos missionários, desvendando desta forma seu caráter violentamente messiânico e doutrinador. Para o caso do continente africano, vemos isto não apenas nos processos históricos propriamente tais, mas também nos dispositivos de produção de conhecimento em torno desses mesmos processos.

Um segundo caminho seria afastar-se do estadocentrismo que permeia grande parte da produção em torno do continente africano. Este estadismo tem sua origem na própria constituição do conhecimento histórico europeu. Como diria Guha:

na maioria dos casos, a autoridade que designa não é outra senão uma ideologia para a qual a vida do Estado é central para a história. É esta ideologia, que eu chamo de “estatismo”, que autoriza os valores dominantes do Estado para determinar os critérios do que é histórico.¹²

Neste sentido, para que este esforço de historização dos processos constitutivos das sociedades africanas faça sentido, devemos recusar pensar o Estado como *forma administrativa racional de organização política consolidada*¹³. Contrariamente, deve-se privilegiar o estudo sistemático do próprio

¹¹ DUSSEL, Enrique. 1992. *El encubrimiento del otro, hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Editora Plural, 1994.

¹² GUHA, Ranahit. *Las voces de la Historia y otros estudios subalternos*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002, p. 16.

¹³ DAS, Veena; POOLE, Deborah. “El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas”. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, 2008, p. 19.

processo de constituição das margens que estas configurações de poder produziram e produzem. Nesta perspectiva, a ótica de análise pretende partir de um enfoque inverso, introduzindo os processos de mobilidade social e intercâmbio, processos associativos e regulação de conflitos, como elementos constitutivos destas sociedades. Desta maneira se garante que os processos mencionados sejam entendidos como eventos que antecedem a conformação estatal – colonial e/ou moderna – e, portanto, se constituiriam dentro de uma lógica paralela. Daí propor que, historicamente, grande parte dos esforços “integracionistas” destas formas de dominação estiveram, muitas vezes, orientados a acabar com essa autonomia e controlar estes movimentos. Como consequência direta, alguns destes mesmos movimentos teriam ido se articulando de maneira mais sistemática como respostas a essa ação coercitiva de parte das formas de dominação. Desta maneira, apostamos em uma perspectiva heurística que atente para o processualismo e a agencialidade necessária na procura de uma autonomia dos processos históricos no continente.

Ambas as propostas nos obrigam a recolocar o papel da interdisciplinaridade e dos estudos comparativos na produção do conhecimento histórico em torno do continente africano, precisamente porque a primeira é produto de uma análise filosófica, mas que aposta por uma ressignificação que pode ser aplicada a qualquer região deste sul global, do mesmo modo que a segunda, mesmo sendo uma proposta metodológica oriunda do trabalho de campo antropológico, pela sua consistência analítica, permite promover estudos de caráter comparado que permitam entender repertórios coloniais e desenhos imperiais para além do padrão definido no centro em diversas regiões do mesmo mundo com históricos coloniais diversos. Certamente corremos o risco de transbordar os limites que a historiografia nos coloca, pois, infelizmente, no campo da historiografia ainda tropeçamos em alguns obstáculos para a ampliação de uma crítica que aposte na descolonização do conhecimento. Impedimentos que parecem ser oriundos não necessariamente do campo de produção do conhecimento historiográfico propriamente, mas de práticas anacrônicas que apontam para a manutenção de certas formas de poder simbólico em algumas áreas da produção historiográfica.

Mesmo condicionado pelo dito marco conceitual, descolonizar o conhecimento deveria ser uma prática instaurada no *ethos* das nossas instituições de formação. Infelizmente, continuamos lidando com o exercício da repetição de um dispositivo hegemônico de transferência de conhecimento formatado pelo que Ramón Grosfoguel (2014) definiu como *sistema-mundo ocidentalizado moderno/colonial cristão-cêntrico capitalista/patriar-*

cal¹⁴. Na contramão deste exercício de repetição é que se coloca esta reflexão, abrindo mão de décadas de debates cruzados e teorias “indisciplinadas”¹⁵ produzidas por autores e autoras que, por motivos de espaço, reduziremos a definir como “pós-coloniais”¹⁶.

Considerações finais

Autores e autoras oriundos/as de um “sul global” que optaram por produzir diferentes possibilidades heurísticas e metodológicas, movidos/as por uma desconfiança frente a um discurso desgastadamente eurocentrado (pós-moderno) que anunciara décadas atrás o colapso das pretensões universalizantes do próprio modelo ocidental dominante e seu legado de transcendência e finalismos históricos. Esta situação supostamente abriria as possibilidades para uma crítica pluriversal que tendiam a revalorizar as margens construídas historicamente em torno deste modelo. Esta desconfiança se fundou precisamente em torno deste discurso sobre descentramentos, pois, ao invés de promover a inclusão de outros saberes e conhecimentos, tem transformado essa crise paradigmática em uma nova e grande narrativa, incapaz de desafiar as estruturas de poder existentes, nem as hierarquias e violências que continua reproduzindo.

¹⁴ E como o autor mesmo esclarecerá o uso desta definição um tanto comprida e complexa: *Aún a riesgo de sonar ridículo, preferimos utilizar una frase extensa como ésta para caracterizar la actual estructura heterárquica (múltiples jerarquías de poder enredadas entre sí de maneras históricamente complejas) del sistema-mundo, antes que la limitada caracterización de una sola jerarquía llamada “sistema-mundo capitalista”*. GROSFUGUEL, Ramón. “Las múltiples caras de la islamofobia”. In: *De Raíz Diversa*, v. 1, n. 1, 2014, p. 84.

¹⁵ Sobre a ideia de indisciplinada na teorização, vide RICHARD, Nelly. “Intersectando Latinoamérica con el Latinoamericanismo: Discurso académico y crítica cultural”. In: MENDIETA, Eduardo; CASTRO-GOMEZ, Santiago. *Teorías sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). Duke, 1998.

¹⁶ Sob o termo “pós-colonial” poderíamos aceitar que inicialmente estariam reunidos um conjunto de estudos socioculturais e históricos que vão desde a crítica do colonialismo europeu na década de 40 e 50, passando pela teoria do imperialismo dos 70, até as confrontações temáticas sobre os fenômenos da diáspora, migração e racismo dos anos 80 e 90. Para Mignolo, o termo pós-colonial seria uma expressão no mínimo ambígua, perigosa e confusa. Ambígua, porque abrange e homogeniza diversas histórias coloniais e processos de descolonização, localizados em diversos espaços e tempos. Perigosa, porque esconde a potencialidade discursiva de constituir-se como uma oposição à hierarquia estabelecida na circulação e distribuição de conhecimento. Mas confusa, também, porque cria a ideia de excepcionalidade, sobretudo porque com categorias como “hibridização”, “mestiçagem”, entre tantas outras, sugere-se a ideia de descontinuidade entre a configuração colonial do objeto de estudo e a posição pós-colonial do lugar da teoria. Vide MIGNOLO, Walter. “Herencias coloniales y teorías postcoloniales”. In: GONZÁLES STEPHAN, Beatriz, *Cultura y Tercer Mundo: Cambios en el Saber Académico*, Cap. IV. Venezuela: Nueva Sociedad, 1996, p. 99.

Finalmente, frente a esta situação é absolutamente necessário questionar-se qual é o currículo pensado para a formação acadêmica no que respeita a História da África, mas transcendendo e indo além desse enquadramento curricular. Sendo pretensioso, incluiria as propostas epistêmicas e metodológicas que esse sul global, mencionado mais acima, vem delineando na forma de um debate frutífero e promissor, pois devemos nos perguntar se é possível na atualidade falar de um paradigma educacional democrático se, ao revisar suas diretrizes, constatamos que se continua a repetir ideias e concepções históricas e historiográficas forjadas em outros contextos. Esta questão nos leva a outra um pouco mais espinhosa: até quando vamos continuar introjetando conceitos, cuja suposta universalidade só é possível compreender de maneira abstrata?

Considerando apenas estes aspectos, torna-se vital tirar a ideia de que a produção acadêmica é algo que transcende os conflitos históricos e os problemas de inclusão de grande parte da população pobre e marginalizada que não entra no padrão do individualismo liberal reproduzido nas diretrizes curriculares obrigatórias no Brasil. Eis aqui que inserir a História da África para mitigar esta exclusão e, quem sabe, propor alternativas de abordagens que possibilitem a inclusão da maioria da população negra e indígena como sujeitos de História empoderados seja o desafio dos próximos tempos. Porém, se continuarmos, como até hoje, entendo-a como disciplina isolada em um currículo ainda e apenas eurocentrado, desligada das outras matérias que constituem a formação das futuras historiadoras e dos futuros historiadores, se a continuarmos mantendo fora do conjunto da história geral da humanidade, após dez anos de implementação da lei, todos os esforços até aqui realizados não terão os efeitos idealizados, além da produção de um grupo elitista e pouco significativo de especialistas sobre o tema.

Assim sendo, devemos insistir na ampliação do paradigma que aponta para a compreensão dos processos educativos, localizando-os em um espaço complexo e diverso. Este posicionamento exige, por sua vez, uma reflexão crítica dos conteúdos, das práticas e dos valores operacionalizados no processo pedagógico, mesmo que condicionados pelo marco epistemológico dominante. Desta maneira, se pretendemos democratizar o processo de formação, descolonizar o currículo e garantir reflexividade e autonomia, devemos na medida do possível criar os espaços de intercâmbio e diálogo que nos permitam reconhecer oportunamente quando uma metodologia ou um conteúdo estaria discriminando e marginalizando minorias sociológicas em nome de uma maioria ideológica e hegemônica, mas não demográfica.

O “equilíbrio das histórias”: reflexões em torno de experiências de ensino e pesquisa em História das Áfricas

Claudia Mortari¹

O escritor nigeriano Chinua Achebe, em uma de suas entrevistas, afirmou ser fundamental que ocorra aquilo que livremente traduzimos como “o equilíbrio das histórias”: diante de uma história de que você não gosta ou que não o/a representa é preciso contar outra que se contraponha a ela.² Profundamente inspirados pelas ideias de Achebe, consideramos necessário problematizar a construção de uma perspectiva acerca do ensino das Histórias das Áfricas (e da produção do conhecimento a respeito) e de suas populações, o que se constitui num desafio epistemológico e político para todos e todas. Pensamos que a promulgação da Lei n. 10.639/2003³, determinando a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004, foi um passo significativo neste sentido.

Porém, para que ocorra efetivamente uma transformação nas maneiras de pensar e viver, é preciso, também, conhecer, discutir, problematizar e refletir sobre questões que envolvem a construção de outras epistemologias. A inclusão de conteúdos é pressuposto para a transformação dos olhares

¹ Professora Adjunta de História da África do Departamento de História da FAED/UDESC e membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UDESC). E-mail: claudiammortari@gmail.com

² Entrevista concedida por Chinua Achebe em 2007 ao escritor nigeriano Helon Habila, publicada pela *The Africa Report* e *Sable Mag*. Disponível em: <<http://www.theafricareport.com/West-Africa/an-interview-with-late-nigerian-author-chinua-achebe-by-helon-habila.html>>.

³ O sistema de educação brasileiro é regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgada sob o número 9.394/1996. A Lei 10.639/03 alterou um dos artigos da LDB e que foi modificada novamente pela Lei 11.645/08, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Ao longo do texto, no entanto, optamos por citar a Lei 10.639/03 por sua importância histórica e política relacionada ao Movimento Negro.

em relação as Áfricas e suas populações? Quais caminhos seguir? Quais histórias contar para que ocorra, como proposto por Achebe, o equilíbrio das histórias?

Este artigo se propõe a apontar, a partir da experiência no ensino de Histórias das Áfricas para acadêmicos(as) de graduação e pós-graduação em História⁴ e no desenvolvimento de uma pesquisa⁵, as dúvidas, as reflexões, os questionamentos e os caminhos trilhados na tentativa de buscar uma forma de ensino e de pesquisa na temática a partir de um questionamento das tradições eurocêntricas presentes na produção do conhecimento e o rompimento das visões simplistas e estereotipadas das inúmeras experiências e vivências, no passado e no presente, das populações africanas.

Primeiro caminho: um diálogo com a legislação

A sanção da Lei Federal n. 10.639/2003⁶ e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004) é resultado, como lembra Cardoso⁷, da luta nas últimas três décadas de educadores e organizações antirracistas. Está pautada na ideia de que o conhecimento possibilita romper e contestar ideologias e preconceitos instituídos na sociedade brasileira, através de uma pedagogia antirracista. Isto, porque estudos recentes sobre desigualdade e pobreza no Brasil

⁴ No Curso de História da FAED/UDESC existem duas disciplinas obrigatórias de História da África (I e II). A primeira se refere ao período que vai do século XV ao XIX, e a segunda relativa ao século XX. Por sua vez, a experiência na pós-graduação se refere às Disciplinas Optativas: Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira – no Mestrado Profissional em História (ProfHistória) e Multiculturalismo, Cotidiano e História – no Mestrado em História (PPGH). A disciplina de História da África I foi incluída como obrigatória no currículo do Curso de História da UDESC/FAED no ano de 1995 e História da África II como optativa no mesmo ano. Em 2003, com nova alteração curricular, ambas as disciplinas passam a ser obrigatórias.

⁵ Tais reflexões são provenientes do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Modos de ser, ver e viver: o mundo Ibo a partir da escrita de Chinua Achebe (África Ocidental, séc. XX)”. O objetivo consiste em, a partir das obras literárias do escritor nigeriano (O Mundo se Despedaça, 1958; A Flecha de Deus, 1964; A Paz Dura Pouco, 1960), descortinar os modos de ser, ver e viver no mundo Ibo (Nigéria) no contexto do colonialismo e do processo de independência.

⁶ A Lei n. 10.639/2003 se constitui de uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta, em 2008, foi, novamente, modificada pela Lei 11.645, de 10 de março, que acrescentou a obrigatoriedade da inclusão de temáticas relativas a história das populações indígenas brasileiras. No entanto, optamos por manter a referência à primeira com o objetivo de reconhecer a luta dos movimentos sociais, em especial o Movimento Negro, na sua implementação.

⁷ CARDOSO, P. J. F. Reflexões avulsas sobre os significados da Lei 10.639/03. *Políticas da Cor Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, v. 21, 2005.

apontam que a negação da contribuição histórica dos africanos (e de seus descendentes) pode ser considerada fator de exclusão e produção de desigualdade. A implementação destes dispositivos, portanto, colabora sobremaneira para o combate ao racismo e à discriminação. Além disso, representam o rompimento com o silêncio oficial sobre a questão.

Na introdução das diretrizes, sua relatora, Conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, afirma que estas têm como objetivo oferecer, na área da educação, resposta às demandas das populações afrodescendentes, através do estabelecimento de “políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura e identidade”.⁸ Neste sentido, trata-se de uma política curricular que tem como fundamento as dimensões históricas, sociais e antropológicas provenientes da realidade brasileira, e que tem como objetivo combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os *negros*.⁹ A relatora prossegue, enfatizando a necessidade da produção de uma proposta educativa capaz de interferir para a formação de atitudes, posturas e valores educativos que valorizem o pertencimento etnicorracial dos descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus e asiáticos, possibilitando a sua interação “na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada”.¹⁰ Tal perspectiva indica a necessidade da reeducação sobre as relações entre brancos e não brancos.¹¹

Apesar dos inúmeros avanços derivados das demandas surgidas deste processo, como a produção de materiais paradidáticos e de cursos de formação para professores(as)¹², reflexões elaboradas por especialistas ain-

⁸ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004, p. 10.

⁹ Sobre esta questão, sugerimos a leitura do artigo de ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. “Em torno das ‘Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana’”: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, janeiro-junho de 2008, p. 5-20. Neste, as autoras apresentam uma discussão pertinente no que diz respeito à compreensão das características das diretrizes numa perspectiva historiográfica.

¹⁰ Idem, p. 10.

¹¹ As questões introduzidas pelo parecer abrangem um amplo público: professores, administradores e todos os envolvidos na elaboração, execução e avaliação de programas de interesse educacional. E, evidentemente, as famílias dos estudantes, eles próprios e todos os cidadãos comprometidos com a educação. Idem, p. 10.

¹² A exemplo de inúmeros Cursos de Qualificação de Professores(as) oferecidos pelos NEAB no Brasil, através de ações de extensão, e aqui cabe uma referência particular a nossa própria experiência no NEAB.

da têm apontado a existência de algumas lacunas em relação ao ensino de História das Áfricas. Afirmam, por exemplo, que é necessário aumentar as pesquisas sobre a história, incentivar novas publicações e traduções, introduzir disciplinas específicas nas licenciaturas, ofertar cursos de pós-graduação e, sem sombra de dúvida, modificar os livros didáticos e aumentar o número de formação de pessoal qualificado. De maneira geral, podemos afirmar que os problemas estão na característica dos currículos que, utilizando-se de uma tradição eurocêntrica, ora excluem os conteúdos, ora o abordam sob um olhar estereotipado ou equivocado, e na dificuldade de inserção das temáticas em sala de aula devido à defasagem na formação docente.¹³

Segundo caminho: pensando os conteúdos a serem ensinados

Pensamos que estudar, pesquisar, ensinar o passado, para nós, professores(as) e historiadores(as), é uma tarefa que possui significado, sentido e objetivo. As próprias diretrizes alertam, em suas *Determinações*, para alguns cuidados que devem ser tomados, e o que nos parece central são aqueles que se referem aos conteúdos a serem ministrados.

Como estabelecem as próprias diretrizes, é necessário compreender que não se trata de mudar o foco *etnocêntrico* majoritariamente de raiz europeia por um *afrocêntrico*, mas de ampliar nos currículos escolares a abordagem para a questão da diversidade cultural, étnica, social e econômica brasileira.¹⁴ É preciso estar atento para quais conteúdos e quais as formas como devem ser ensinados, e isso implica uma série de questões que devem ser pensadas e problematizadas. Particularmente, os conteúdos de História das

¹³ No que diz respeito ao Ensino Superior no Estado de Santa Catarina, a pesquisa coordenada pelo Professor Dr. Paulino de Jesus Francisco Cardoso que objetiva mapear a formação dos professores que lecionam História e Cultura da África e os conteúdos/conhecimentos sobre esse componente curricular, aplicados nos cursos de formação em ensino superior de licenciatura e bacharelado em História das universidades (públicas, comunitárias e particulares) do estado de Santa Catarina tem apontado resultados e discussões em relação à temática. Sobre isso ver, também: HECK, Mariana. *Identidades e Multiculturalismo: um estudo acerca do Ensino de História das Áfricas nas Universidades Públicas de Santa Catarina (2011-2012)*. 2013, 84 f. Monografia (Graduação em Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013; OLIVA, Anderson Ribeiro. A África não está em nós – a história africana no imaginário de estudantes do Recôncavo Baiano. *Fronteiras*, Dourados, v. 11, n. 20, p. 73-91, jul./dez. 2009. OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). *História*, São Paulo, v. 28, n. 2, 2009, p. 143-172.

¹⁴ Diretrizes, 2004, p. 17.

Áfricas devem ser abordados de forma a romper com as tendências em ler as sociedades africanas apenas pelos aspectos negativos ou pelo extenso conjunto de estereótipos e generalizações que recaem sobre elas. Assinalamos esta ideia como central, porque, se considerada, permite contribuir para a compreensão dos diversos processos históricos ocorridos no continente. Além disso, pressupõem, *grosso modo*, três pontos que estão interligados: perceber as populações do continente como sujeitos e, portanto, partícipes atuantes do processo histórico e não apenas vítimas passivas, abordagem que por si só acaba por contribuir na construção de uma imagem inferiorizada do continente e de suas populações; perceber as Áfricas como um universo histórico-cultural diverso e complexo. Neste sentido, aponta para a ideia de “estudar a história africana com o mesmo tipo de abordagem que se aplica à história europeia ou brasileira. Esse é um dos pontos mais embasados numa perspectiva dinâmica, crítica e histórica do documento aprovado”.¹⁵

Outra questão que aparece no texto das determinações se refere à proposta de vinculação entre o estudo das Áfricas e da Diáspora. Consideramos, de acordo com Oliva¹⁶, a necessidade de estabelecer a relação entre estes dois campos de estudos, mas também é preciso que se reconheçam as suas especificidades de abordagem, pois colocá-los num mesmo tópico pode gerar alguns equívocos na prática de ensino e no entendimento da própria história e de seus processos de mudança. Por sua vez, o estudo da história africana deveria estar relacionado ao dos processos históricos do continente em seu próprio eixo espaço-temporal, o que incluiria, evidentemente, as relações estabelecidas com outras sociedades, “mas sempre com o foco principal na África”.¹⁷ Esta mesma ideia está presente na obra do historiador congolês M’Bokolo¹⁸, para o qual os estudos da história africana devem acontecer levando-se em consideração os fatores *exógenos* e *endógenos* do continente, mas priorizando a ação dos povos africanos nas transformações históricas. Novamente o foco são as Áfricas e as suas populações.

Outra questão importante para o ensino de História das Áfricas é o que se refere a alguns termos que utilizamos. É preciso ter presente que os termos *África* e *africano* são categorias de análise que se referem à multiplicidade de povos, com línguas e culturas diversas, caracterizados por diferen-

¹⁵ MATTOS, 2008, p. 16.

¹⁶ OLIVA, 2009, p. 157.

¹⁷ Idem, p. 157.

¹⁸ M’BOKOLO. Elikia. *África negra*. História e civilizações até o século XVIII. Lisboa: Vulgata, 2003.

tes modos de organização social e política. O termo africano remete a uma procedência, o continente, mas não significa a homogeneização dos sujeitos e de suas culturas, tanto que alguns especialistas têm, inclusive, utilizado o termo *as Áfricas*, ideia construída a partir da compreensão da existência dessa multiplicidade.¹⁹

Isto posto, é preciso, também, romper com outras duas visões: a existência de uma África harmônica e, em contraposição, aquela composta por grupos rivais em constantes conflitos. Tanto uma quanto outra acarretam problemas no que diz respeito à compreensão e ao ensino de história. Isto é importante porque temos que trabalhar na perspectiva de que as populações africanas, enquanto sujeitos históricos portadores de valores e visões de mundo, estabeleciam laços de solidariedade, e também conflitos, a partir de seus próprios interesses e ponto de vista. Isto significa que é preciso compreendê-los a partir da reflexão do próprio processo histórico, percebendo que estas populações estiveram envolvidas em transformações ao longo do tempo a partir tanto de influências externas (se pensarmos, por exemplo, na inserção do islamismo e a presença europeia no continente) quanto de dinâmicas internas.²⁰

Outra questão em relação ao ensino de Áfricas se refere aos termos utilizados para a denominação do período da sua história do século XV ao XIX. “África pré-colonial”? “África tradicional”?

De acordo com M’Bokolo²¹, o primeiro é anacrônico e *errado*, porque se constitui de uma perspectiva repleta de implicações intelectuais e políticas. Isto porque se coloca como marco temporal, a partir do qual toda a história africana será pensada, o século colonial, ou seja, o período que caracteriza o processo de domínio do continente pelas potências europeias e que se refere apenas ao último século da sua história. Por sua vez, o segundo, embora seja um pouco mais adequado que o primeiro, também não é correto porque perpassa a ideia de África encerrada num imobilismo, parada no tempo. Este tempo do passado africano é composto por continuidades, mas, também, por invenções contínuas sob formas tanto de adaptações quanto de rupturas radicais. Então, qual termo utilizar? Eis aqui

¹⁹ ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2013. MORTARI, Cláudia. O ensino de História das Áfricas e a Historiografia: alguns apontamentos. In: MORTARI, Cláudia (Org.). *Introdução aos Estudos Africanos e da Diáspora*. Florianópolis: IOESC, 2015.

²⁰ M’BOKOLO, 2003.

²¹ Idem.

uma questão a ser discutida em sala de aula visando apontar que os próprios primados temporais possuem uma história e, portanto, precisam ser problematizados e discutidos.

Embora as questões colocadas até agora tenham se constituído de questões pertinentes para se pensar a prática do ensino de História das Áfricas, uma questão central permanece como pano de fundo e de certa forma pautada na legislação brasileira: a tentativa de construção de uma identidade *negra africana* para todo o continente.

Bem, hoje pensamos que esta última concepção possui suas limitações, pois, como coloca Appiah:

Se nos fosse possível viajar pelas muitas culturas da África naqueles anos – desde os pequenos grupos de caçador-coletores bosquímanos, com seus instrumentos da Idade da Pedra, até os reinos haussás, ricos em metais trabalhados –, teríamos sentido, em cada lugar, impulsos, ideias e formas de vida profundamente diferentes. Falar de uma identidade africana no século XIX – se identidade é uma coalescência de estilos de conduta, hábitos de pensamento e padrões de avaliação mutuamente correspondentes (ainda que às vezes conflitantes), em suma, um tipo coerente de psicologia social humana –, equivalia a dar a um nada etéreo um local de habitação e um nome.²²

Ainda, na perspectiva do autor, a resposta correta ao *eurocentrismo* não é certamente um *afrocentrismo* reativo, mas uma nova compreensão que humanize todos nós, através do aprendizado de pensar além da raça.²³ Vale lembrar aqui, também, a reivindicação de Fanon²⁴ em prol de uma história da humanidade para todos, seja qual for a sua cor. Por isso, pertencia-lhe tanto a guerra do Peloponeso quanto a invenção da bússola. Por ser homem, todo o passado do mundo era seu, e não apenas a revolta de São Domingos. Eis que essas duas referências abriram o campo para uma reflexão que implica a mudança de um olhar.

Terceiro caminho: a construção de outro olhar e de outras epistemologias

Em que pese a contribuição dos dispositivos legais²⁵ e da ampliação do campo de pesquisa em História da África no Brasil, existem, entre tan-

²² APPIAH, Kwame Anthony. *A Casa de Meu Pai. A África na Filosofia da Cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 243.

²³ Idem, p. 19.

²⁴ FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

²⁵ MORTARI, 2015.

tas outras, duas questões que nos parecem centrais e que se apresentam nas experiências apontadas até o momento.

A primeira delas, diz respeito a existência de uma visão *racializada*²⁶ e essencializada das populações africanas, construída e fundamentada pelo uso da categoria *negro*, acionada tanto no sentido de inferiorização quanto de posituação.²⁷ Aliás, os estereótipos e preconceitos que recaem sobre as sociedades e culturas africanas (e afro-brasileiras) são, paradoxalmente, muito antigos e contemporâneo.²⁸

A segunda está relacionada, especificamente, à expansão das pesquisas e dos estudos no Brasil acerca da História da África. Em que pese a existência de diferentes perspectivas de análise e a sua inegável contribuição para a produção e a difusão do conhecimento, ainda há muito que se produzir no sentido da ampliação e incorporação dos documentos históricos utilizados. Mormente, estes são relativos a escritos europeus, viajantes, administradores coloniais, religiosos, etc, que em diferentes momentos (em especial do século XV ao XX) estiveram no continente africano e estabeleceram contatos com as populações locais.

Pensamos que a permanência de uma visão racialista e a produção do conhecimento histórico a partir da perspectiva da presença ou das representações europeias sobre e em África são provenientes de uma concepção eurocêntrica/colonial/moderna sobre o mundo.²⁹ Importante apontar que esta visão colonial/racial, está presente não somente nos escritos de intelectuais quanto de uma posição do movimento social. O eurocentrismo e o colonialismo são faces de uma mesma moeda. O primeiro é uma lógica fundamental para a reprodução da colonialidade do saber, que pressupõe, entre outras questões, o controle da subjetividade e do conhecimento. “Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistas como projetos globais, [...] que situam a Europa como ponto de referência e de chegada”.³⁰ Modernidade e colonialidade acabaram projetando

²⁶ APPIAH, 1997.

²⁷ Expressos através dos diferentes veículos de informação, salta aos olhos os inúmeros estereótipos e preconceitos vinculados ao continente africano. Por outro lado, uma visão positivada acaba caindo em construções idealizadas acerca das diversas sociedades africanas, numa essencialização e homogeneização da cultura e na dicotomia entre opressores e oprimidos.

²⁸ AZEVEDO, Amailton Magno. Imagens da África: entre a violência discursiva e a produção da memória. *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, Ano 3, n. 3, 2013.

²⁹ MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

³⁰ Idem, 2003, p. 41.

um imaginário perante nações, corpos, ofícios e saberes. A colonialidade provocou a expropriação e a exclusão, a invisibilidade e a renegação de histórias locais e experiências nas Áfricas e nas Américas.³¹ Portanto, é necessário o questionamento do saber epistêmico ocidental/colonial e o descobrimento e a valorização das teorias e epistemologias do sul³² que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados. Não se trata de uma substituição, mas do surgimento de paradigmas outros. De acordo com Antonacci, no que se refere à produção de saberes de africanos nas Áfricas e de seus descendentes na diáspora, na contramão dos cânones ocidentais, as narrativas e as estéticas, as dinâmicas de expressão e reconhecimento de histórias, de lutas e de memórias destes grupos subalternizados estão a desalojar conhecimentos continentais engessados e fechados em si mesmos.³³

Não temos, obviamente, a pretensão de defender ou representar a perspectiva destas mulheres e homens africanos. Aliás, os estudiosos do chamado Terceiro Mundo, tanto dentro como fora dos Estados Unidos³⁴, nos lembram de que falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno”. Os nossos conhecimentos são sempre situados.³⁵ Nossa intenção é, efetivamente, deslocar o lugar a partir do qual alguns paradigmas são pensados e, em especial, dois deles: a existência de uma hierarquia epistêmica que coloca os conhecimentos ocidentais num local privilegiado em relação ao conhecimento e às cosmologias não ocidentais, sendo esta hierarquia institucionalizada no sistema universitário global; a existência de uma hierarquia que privilegia a comunicação

³¹ ANTONACCI, 2013.

³² Não se trata de um recorte geográfico, mas, sim, de saberes, viveres, ideias de sujeitos subalternizados pelo pensamento eurocêntrico/colonial/moderno. MIGNOLO, 2003; ANTONACCI, 2013.

³³ ANTONACCI, 2013, p. 248. Aliás, os autores decoloniais (MIGNOLO, QUIJANO, DUSSEL) partem do princípio de que, assim como para Habermans a modernidade é um projeto inacabado, a descolonização também o é.

³⁴ DUSSEL, Enrique. *Hacia una Filosofía Política Crítica*. Bilbao, España: Desclée de Brouwer, 2001; MIGNOLO, 2003; HOUNTONDJI, Paulin J. “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Centro de Estudos Sociais. Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, Março, 2008, p. 149-160.

³⁵ GROSFUGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | URL : <http://rccs.revues.org/697> ; DOI : 10.4000/rccs.697, 2008.

e a produção do conhecimento de teorias europeias e que subalternizam as não europeias colocando-as como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria.³⁶

Nesta perspectiva, reafirma-se que o problema da colonialidade³⁷ está associado diretamente àquilo que Mignolo chama de “diferença colonial e geopolítica do conhecimento”, e ela não pode ser (e não o é) um ponto de chegada. Advém daí a proposta do giro-decolonial, que se constitui de um movimento teórico, ético, político, prático e epistemológico, que busca questionar a lógica da modernidade/colonialidade. Nesta perspectiva, abre-se possibilidades de aprendizado mútuo a partir do outro, na medida em que se mantém uma postura desestabilizadora e decisiva na releitura dos construtos discursivos que moldaram o pensamento ocidental.³⁸

As questões apontadas até o momento constituíram as reflexões que resultaram na proposição de uma nova experiência na prática do ensino de Áfricas³⁹ a partir de uma temática pontual. Como o colonialismo em África seria visto se deslocássemos o *locus* de enunciação, transferindo-o do homem europeu para homens e mulheres africanos? A partir daí, nosso olhar e nossa prática, voltaram-se especificamente para a utilização de obras literárias, em especial, do escritor nigeriano Chinua Achebe. O objetivo consiste em, a partir da sua obra *O mundo se Despedaça*⁴⁰, compreendida aqui

³⁶ Estas reflexões têm por base principalmente o diálogo com autores do campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais. GROSFOGUEL, Ramón. “The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality”. In: ROBINSON, William e APPLEBAUM, Richard (Orgs.). *Critical Globalization Studies*. London: Routledge, 2005. MBEMBE, Achille. Formas africanas de auto-inscrição. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209. MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona Editores, 2014; MIGNOLO, 2003; MUDIMBE, V. Y. *A Ideia de África*. Mangualbe: Edições Pedagogo, 2014.

³⁷ “É aqui que reside a pertinência da distinção entre ‘colonialismo’ e ‘colonialidade’. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão ‘colonialidade do poder’ designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais”. GROSFOGUEL, 2008, p.18.

³⁸ MIGNOLO, 2003.

³⁹ Em especial no que diz respeito à Disciplina de África II, que compreende o contexto histórico do colonialismo e movimentos de independência nas Áfricas. Além disso, essas reflexões resultaram na elaboração de um novo projeto de pesquisa como colocado no início deste artigo.

⁴⁰ Em especial “O Mundo se Despedaça” (“Things fall apart”, publicado em 1958), sua obra mais conhecida, foi publicada em 1958, quando ele tinha 28 anos, e traduzida para mais de cinquenta línguas.

como evidência histórica, apontar os modos de ser, ver e viver no mundo Ibo (Nigéria) no contexto do colonialismo. Entre as muitas questões que são problematizadas em sala a partir da sua obra, algumas nos parecem centrais. Como o escritor vai evidenciar as ações e visões de mundo dos seus diferentes personagens? Como compreender as dinâmicas sociais, os contatos entre nativos e europeus no contexto? Como as populações nativas locais interpretaram e construíram a sua visão acerca da presença europeia na região? O que o autor e a sua escrita nos permite desvendar do processo histórico? Para além disso, partimos do princípio, consoante com Chalhoub, de que as obras de Chinua Achebe estão profundamente informadas por sua visão e seus sentidos da história. Ele era um observador arguto das transformações sociais advindas do contato com os europeus. Quais eram seus interlocutores? Quais tradições culturais eram instituídas e reproduzidas na sua obra?

Chinua Achebe (seu nome britânico era Albert Chinualumogu Achebe), escritor africano da Nigéria, nasceu na aldeia de Ogidi, em Igboland, na década de 1930, trinta anos antes da Nigéria se libertar do domínio colonial britânico. Tem, ao longo de sua carreira cerca de trinta livros (romances, contos, ensaios e poesia). De forma geral, as narrativas das obras elencadas para a análise em nossa pesquisa versam acerca da inferiorização que o ocidente imprimiu às sociedades e culturas africanas, os efeitos da colonização do continente pelos europeus, mas também uma crítica aberta à política nigeriana no contexto da independência. Além disso, trazem marcas da tradição oral, os vocábulos, os provérbios Igbo da região onde nasceu. Em 1944, Achebe ingressou na University College of Ibadan, onde estudou Teologia, História e Língua e Literatura Inglesas. Como um sujeito diaspórico, viveu entre a Nigéria e os Estados Unidos. Foi professor catedrático de Estudos Africanos na Universidade de Connecticut, nos Estados Unidos, tendo também recebido o título de doutor *Honoris Causa* de várias universidades de todo o mundo. Ao longo de sua vida viajou pelo continente africano e pela América e tornou-se uma figura central do movimento literário nigeriano. Trata-se de um escritor conhecido por ter uma voz crítica e que se recusa à “vitimização africana” e, ao mesmo tempo, à colonialidade ocidental. Para Achebe, preocupado com assuntos sociais e políticos que vão acontecendo, sobretudo em África, a literatura tem o papel de permitir “chegar à vida das pessoas para quem escrevo: eu conto o que acontece nas vidas delas, os problemas que elas têm e com que políticas elas têm de lidar nos países onde vivem”.⁴¹

⁴¹ ACHEBE, 2007.

Partimos do princípio de que autores e suas obras literárias são acontecimentos datados historicamente e expressam, portanto, o seu tempo e o seu lugar, “valem pelo que expressam aos contemporâneos”.⁴² As próprias palavras do autor escritas acima nos dão indicações neste sentido. Nesta perspectiva, nossa hipótese consiste em considerar que as obras de Chinua Achebe estão profundamente informadas por sua visão e seus sentidos da história e, portanto, podem apresentar evidências e indícios que possibilitem a compreensão dos processos históricos nas sociedades da costa oeste africana no contexto do século XX. Neste sentido, nossa intenção é nos apropriarmos da literatura como uma evidência histórica. Para isso, parte-se do pressuposto do caráter histórico do testemunho literário.⁴³ Assim, “ao invés de pensar, de forma essencialista ou idealista, nas relações entre ‘literatura e história’, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados”.⁴⁴

Por fim, sem dúvida um dos grandes desafios para a construção de práticas de ensino e de pesquisa na temática dos estudos africanos é o trabalho a partir da interculturalidade crítica, sendo esta uma construção a partir de pessoas e movimentos sociais com histórico de submissão e subalternização que assumem um discurso e uma prática contra-hegemônicos, gestados na experiência violenta da colonialidade. Por isso, como afirma Catherine Walsh, “seu projeto se constrói de mãos dadas com a decolonialidade, como ferramenta que ajude a visibilizar estes dispositivos de poder e como estratégia que tenta construir relações – de saber, ser poder e da própria vida, radicalmente distintas”⁴⁵. Neste sentido, é preciso realizar uma ação na procura de respostas alternativas de outros saberes e epistemologias que combatam a hierarquia de conhecimento estabelecida pela europeização e a globalização, ou, como sintetiza o próprio Grosfoguel⁴⁶: “aquilo que o pensamento de fronteira produz é uma redefinição/subsunção da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações econômicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia”.

⁴² CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Orgs.). *A história contada: capítulos de História social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 09.

⁴³ Idem, p. 07.

⁴⁴ Idem, p. 08.

⁴⁵ WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro, v. 7, p. 12-43, 2009, p. 23.

⁴⁶ GROSFOGUEL, 2009, p. 407.

Neste sentido, pensamos que o desafio atual no campo do ensino e da pesquisa em História das Áfricas é, principalmente, romper com a historiografia colonialista, tornando possível a interação global de perspectivas que se relacionam e desconstruem a visão de produções eurocêntricas e colonialistas. A premissa essencial destes novos estudos é a decolonialidade do olhar e, portanto, da abordagem, como propõe Mignolo.

Tais apontamentos são importantes de serem feitos porque qualquer ação de ensino e de pesquisa que envolva o campo dos estudos de História das Áfricas requer, necessariamente, uma discussão epistemológica e crítica à perspectiva histórica, ontológica e epistêmica. Isto porque, entre outras razões, existem quatro questões centrais a serem consideradas em relação as Áfricas: a extensão geográfica *subalternizada* dos vários saberes que envolvem; a estrutura multidisciplinar que abarcam; a tensão horizontal e vertical em que se inscrevem no âmbito das relações de poder; e a *ego-política* que lhe está subjacente numa lógica de conflito norte-sul. Tais questões nos levam, necessariamente, ao debate de conceitos e categorias como *colonialidade do poder*, *epistemologias decoloniais*. Para, além disso, nos encaminham para a reflexão entre a produção do conhecimento realizado por africanistas e por africanos no campo da geopolítica do conhecimento, “entre exclusões e integrações, entre fragmentações e representações diversas da realidade social, política e econômica em contexto africano”.⁴⁷

Eis nosso desafio e o convite...

⁴⁷ EUSTÁQUIO, Victor. Desafios epistemológicos em Estudos Africanos: Da colonialidade do poder às epistemologias descoloniais. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011, p. 01. https://www.academia.edu/3523733/Desafios_epistemol%C3%B3gicos_em_Estudos_Africanos.

Da desconstrução dos estereótipos às peculiaridades da construção nacional nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)

Marçal de Menezes Paredes¹

Este breve ensaio tem como objetivo apresentar, de maneira rápida e algo esquemática, os delineamentos de minha experiência no ensino, na extensão e na pesquisa em História da África na PUCRS. Dedico-me à apresentação de algumas questões trabalhadas seja no âmbito da Graduação, seja no escopo de minhas orientações e grupos de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História. O texto está estruturado em duas etapas. A primeira refere-se ao ensino nas aulas de Graduação e à extensão, particularmente ao combate aos estereótipos vinculados às corriqueiras compreensões sobre o continente africano, bem como à minha estratégia de desconstrução do mesmo. A segunda parte trata do enquadramento de minhas investigações e orientações no âmbito do Pós-Graduação. Todas essas atividades são faces de um mesmo processo e estão, por certo, relacionadas.

O combate aos estereótipos

Um primeiro dado: a disciplina de História da África, na PUCRS, é obrigatória apenas para os alunos que cursam a modalidade de Licenciatura em História, tendo sido inserida na última reforma curricular de 2010 no sentido de responder positivamente aos anseios da Lei 10.639 de 2003. Para os bacharelados do curso de História, a disciplina é crédito optativo, mesma modalidade oferecida para outros cursos (da Educação Física à Odontologia, passando pelo Direito e pelas demais Ciências Humanas). Diante deste quadro, fica fácil perceber que o primeiro desafio pedagógico é com-

¹ Professor Adjunto, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História, Escola de Humanidades, PUCRS; e-mail: marcal.paredes@pucrs.br.

bater o pesado e monocórdio estereótipo sobre a África: a visão unificada de um continente apenas definido pelas guerras fratricidas, habitado por tribos primitivas, desgraçado pela fome e pelas catástrofes endêmicas e naturais. O repto é abordar os contornos deste imaginário do senso comum, os motivos deste desfoco, as razões do desprestígio e, sobretudo, os interesses pouco nobres vinculados ao parco acesso que nossos alunos têm sobre as sociedades africanas – ainda hoje, mesmo depois de mais de uma década da Lei. Trata-se de burilar uma compreensão mais aprofundada sobre o preconceito em geral e, principalmente, sobre o racismo em particular no sentido de “chacoalhar” suas balizas-mestras demonstrando o complexo quadro que reduz a importância de um continente que, a despeito de sua imensidão e variedade cultural, fica ainda percebido através de denominador racializado da pigmentação fenotípica das peles.

Evidentemente que esse labor antiestereotípico passa pela discussão sobre a historicidade do continente e, claro, pelas diferentes correntes historiográficas que abordaram a história africana. Afinal, se é verdade que “os primeiros trabalhos sobre História da África são tão antigos quanto o início da história escrita”, como afirma John Fage², o mesmo não se pode dizer sobre o interesse desta temática pela historiografia brasileira. Ao contrário, desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, produzimos um pequeno número de africanistas. Como se sabe, a atenção dos acadêmicos estava mais voltada para as questões diaspóricas e suas reentrâncias nos projetos sociais brasileiros.³ Há algumas décadas, apenas, que a história de tão importante continente tem sido investigada no país – reitero, pela sua relevância em si, sem estar necessariamente atrelada ao Brasil. Contemporaneamente estamos, portanto, num contexto de grande relevância histórica, política e educacional. E também de um importante despertar historiográfico – com uma tendência centrífuga ao nosso resiliente nacionalismo militante.

Este processo, contudo, está repleto de riscos e de desafios. Estudar a História da África através dos parâmetros de uma dita “história universal”, quase sempre atada em eurocentrismo político inconfesso, é um equívoco

² FAGE, John. A Evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO (Org.). *História Geral da África*. V. 1. São Paulo: Ática/Unesco, 1982, p. 1-22.

³ Veja-se, por exemplo, ZAMPARONI, V. Os estudos africanos no Brasil: veredas. *Rev. Educ. Pública*, Cuiabá, v. 4, n. 5, jan./jun. 1995; ZAMPARONI, V. África e os estudos africanos no Brasil: passado e futuro. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, São Paulo, abr./jun., 2007.

costumeiramente criticado. Não é o único, porém. Tratar os diferentes modelos societários de maneira unívoca, analisar as diversas tradições culturais (ancoradas em memória oral, muitas vezes) a partir de modelos teóricos rígidos, perscrutar a miríade de etnias e povos tendo como referência categorias estanques, vislumbrar o espectro de valores tradicionais (vinculados a religiosidades díspares) a partir de pressupostos etnocêntricos, são outros problemas graves que devem ser refletidos quando se pretende começar uma abordagem acadêmica séria deste grande continente, ainda hoje pouco conhecido.

Estas questões já fazem parte da história da historiografia africanista.⁴ Entretanto, outros elementos devem ser agregados à sua crítica. Um deles é o comprometimento político ou ideológico de alguns estudos. Outro, menos percebido, é a revivescência de posturas teórico-metodológicas caras ao que já se convencionou chamar de história historicista ou escola metódica. Parece haver, de maneira geral, certa recusa implícita de se submeter a análise das fontes primárias (documentação político-jurídica, relatos de viajantes e religiosos, descrições etnográficas, relatórios administrativos, etc.) ao crivo das preocupações e prevenções acerca dos conceitos e das práticas de pesquisa que orientam a boa – e multivariada – historiografia contemporânea. A necessidade de aprofundamento teórico e de sofisticação metodológica, bem como de reflexões éticas, não podem passar ao lado da prática historiográfica africanista brasileira. Elas são mais necessárias, ainda, pela deseducação recebida e pela pouca familiaridade que a sociedade em geral tem sobre o assunto.

É importante atentar-se que o desenvolvimento do interesse para com a história da África, no final do século XIX e ao longo do século XX, se dá imerso em debates políticos, controvérsias teóricas, polêmicas culturais. Está, portanto, vinculado a opções políticas e recortes intelectuais. Por exemplo, obras de autores tão importantes quanto diferentes, dos clássicos como W. E. Du Bois, Edouard Glissant, Franz Fanon, Joseph Sedar-Senghor, Cheik Anta Diop, Amilcar Cabral, Agostinho Neto, Eduardo Mondlane, Chinua Achebe (entre muitos outros), até os mais contemporâneos especialistas como Jan Vansina, Amadou Hampatê Ba, Paul Gilroy, Kwame Anthony Appiah, Elikia M'Bokolo, John Thornton (entre tantos), sejam eles africa-

⁴ FAGE, John. A Evolução da historiografia da África. In: KI-ZERBO (Org.). *História Geral da África*. V 1. São Paulo: Ática; Unesco, 1982, p. 1-22.

nos, europeus, americanos, além de terem sido fundamentais na construção de interpretações sobre as diferentes sociedades africanas, foram – e ainda são – também peças fundamentais na *instauração* de novos parâmetros conceituais de pesquisa sobre a África. E o que há de comum neles todos? Suas narrativas, além de explicar, criticar, contar, descrever, arrumam valores, hierarquizam temas, concatenam eventos, fundam postulados e fundamentam projeções. Numa palavra: dão a ver e norteiam o foco de visão. E mais: embora diferentemente, todos construíram suas demarcações intelectuais e políticas, assim como suas interpretações históricas, em relação e diálogo (mesmo que para negá-lo ou impedi-lo) com o que estava sendo produzido nos Estados Unidos e/ou na Europa (os primeiros em âmbito político e os segundos no seio das principais universidades). É que, se o eurocentrismo é perigo já criticado, o afrocentrismo é pouco percebido nas suas mais diferentes versões⁵ (sendo ainda um putativo “brasiliocentrismo” praticamente “invisível”). Na verdade, assim como não se pode “despejar” os critérios europeus para o estudo da África, também não se pode simplesmente inverter as polaridades do jogo colonialista, inventando-se uma África pura, incorrupta e sem “contaminações”. Tampouco devemos descurar dos efeitos da mobilização da historicidade de tantos povos como predicado político nacional. Deve-se, creio, buscar um eixo analítico austero para reconhecer a importância e a fertilidade dos fluxos e dos interstícios, das continuidades e das rupturas observadas ao longo da história africana (inclusive através das suas margens: a atlântica, a mediterrânea e a índica).

A África constitui-se em um continente cuja história se dá em constante mudança, apresentando intensas migrações internas e externas. Tome-se, do ponto de vista interno, ao menos desde o século VII, a expansão islâmica – e seu relacionamento com os Impérios do Gana, do Mali e de Songhai no interior do Saara, mas também com o amálgama tensionado com os sultanatos à margem oriental que ligavam a costa africana ao contexto indiano e ao Oriente Médio. Ela constitui-se em um importante veículo de alterações sociais. Da mesma forma, destaca-se que a expansão dos povos Bantu, no século X, articulou a margem atlântica ocidental, no delta do Níger, à região do Império do Monomotapa, na margem oriental do

⁵ MORAIS FARIAS, Paulo Fernando. Afrocentrismo. Entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural. *Afro-Ásia*. 29/30, 2003, p. 317-343.

continente (passando pela região da África Central). Atente-se, *en passant*, para a diversidade de etnias inseridas nesta nomenclatura linguística.⁶ Do ponto de vista externo, outras tantas referências são possíveis, desde as pontas africanas da Rota da Seda ao contato com o expansionismo português. Não obstante sua brutalidade, o colonialismo europeu não se manifestou de forma homogênea. Apresentou diferentes fases e sofreu mudanças. Operou inflexões. Para dar conta das dinâmicas internas e externas do relacionamento entre os povos africanos (em suas diferentes estruturas políticas: linhagens, clãs, reinos e impérios) com os povos europeus (portugueses, holandeses, ingleses, franceses, italianos, entre outros), faz-se necessário um verdadeiro mergulho nas fontes disponíveis ao historiador (sendo elas várias e de variado trato), bem como se faz premente que este mergulho se dê consciente dos desafios epistêmicos intrínsecos a esta operação hermenêutica. De qualquer forma, ao se falar em África, ao se pensar em África, ao estudar a História da África, importa preocupar-se com as inflexões, com mudanças, com conversões e sincretismos, com diversidade cultural e, obviamente, com a violência ínsita ao colonialismo europeu (assim como a do seu combate). Creio ser esta panóplia de fluxos e de nuances um antídoto útil à cristalização própria dos estereótipos.

As peculiaridades da construção nacional nos PALOP

A experiência no ensino e na orientação de pós-graduandos em História da África, na PUCRS, tem um componente geral, de enquadramento institucional, e outro mais particular, vinculado à minha investigação propriamente dita. Embora seja um dos programas mais longevos do país, apenas muito recentemente começou a formar mestrandos e doutorandos cujo tema de pesquisa aborda as sociedades africanas. A história do negro brasileiro e mesmo da diáspora africana tem já longo desenvolvimento.⁷ Contu-

⁶ ZELEZA, Paul Tiyambe. "The invention of African Identities and Languages. The Discursive and Developmental Implications". In: *Selected Proceedings of the 36th Conference on African Linguistics*. Edited by Olaoba Aransanyinand Michael Pemberton. Somerville, MA: Cascadilla Proceeding Project, 2006. Acesso em: dez. 2013.

⁷ Merece aqui menção a importância do trabalho realizado, por várias décadas, da professora Margareth Bakos neste sentido. Através de seu trabalho na pesquisa e nas orientações, o Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS conta com um número bastante significativo de mestres e doutores, dissertações e teses, que tematizaram os diferentes aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul e no Brasil.

do, o foco específico das sociedades africanas é algo ainda recente, como disse. Vale grifar que o PPGH/PUCRS tem seu enquadramento na história das sociedades ibéricas e americanas. O estudo das sociedades africanas acaba por ter, com isso, um componente limitador, circunscrevendo-se “apenas” à história dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Atente-se para este “apenas” entre aspas.⁸ Ora, é evidente que o recorte dos PALOP apresenta uma dupla recusa. Primeiro a recusa de um retrato unívoco sobre o continente africano. Afinal, chama a atenção para o fio condutor da Língua Oficial Portuguesa – e, com isso, marca (mesmo que implicitamente) a diferença entre alguns projetos coloniais europeus, grifando eventualmente o conflito entre eles (lembre-se, aqui, do impacto do *Ultimatum Britânico* em Portugal na questão do Mapa Cor-de-Rosa que ligaria Angola a Moçambique, em choque com o projeto colonial inglês entre o Cairo, no Egito, e a Cidade do Cabo, na África do Sul⁹). Trata-se de perceber, no mesmo sentido, que esta disputa europeia irá ter importantes consequências para os povos africanos. Seja porque a competição europeia por colônias na África inseria-se no jogo de disputas entre nacionalismos europeus¹⁰ seja pela invasão militar, pelo domínio político e pela exploração econômica que lhes foram próprias.¹¹ A produção de relatos de viagem,

⁸ Obviamente, para os objetivos deste ensaio, serão apenas comentadas algumas características (necessariamente parciais e seletivas no escopo mais geral dos PALOP). Não é este o lugar adequado, e nem há espaço suficiente para fazer uma exposição, mesmo que sumária, do panorama geral dos nacionalismos em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Ainda outra necessária prevenção deve ficar aqui marcada. Obviamente que a noção de PALOP contém, na própria sigla, a noção de Língua Oficial Portuguesa. Contudo, creio ter este enquadramento um menor custo político e epistêmico, até porque não excluí os casos de outras línguas oficiais nestes países (o que é fato), nem tampouco prescindir do caráter estratégico e até mesmo utilitário de aproveitarmos a partilha da língua (em reuso, reciclagem e ressignificação em diferentes escalas nacionais) para acessarmos fontes e pontos de vista idiossincráticos com maior acessibilidade (na disponibilidade destas para aulas de graduação e pós-graduação, por exemplo). Mais uma ressalva: diante da variabilidade de casos a seguir expostos, vale dizer que tudo o que ficar expresso a seguir tem apenas o estatuto de notas esparsas, convidando para futuros estudos de caso. Para uma leitura panorâmica, sugere-se CHABAL, Patrick. *A History of PostColonial Lusophone Africa*. Indiana: Indiana University Press, 2002.

⁹ Fica fácil de perceber este elemento conflitual da *scramble for Africa* ao se comparar os mapas relativos aos projetos coloniais britânico, português, francês e belga. Para isto, veja-se M'BOKOLO, Elikia. *História da África Negra*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 346-347.

¹⁰ Para os desdobramentos desta leitura (que é destoando do bordão “imperialista” de vista econômico), veja-se M'BOKOLO, Elikia. *História da África Negra*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011, p. 350-351.

¹¹ Não custa lembrar aqui as diferenças entre os 1º, 2º e 3º impérios portugueses na África. Veja-se, a este respeito, por exemplo, ALEXANDRE, Valentim (Coord.). *O império africano* (séculos XIX-XX). Lisboa: Colibri, 2000.

de relatórios etnológicos e geológicos, a projeção de investidas econômicas e administrativas – que hoje são usadas como fonte – estão inseridas tanto no jogo de desprestígio racial e civilizacional entre Europa e África (como se sabe), como também no jogo de rivalidades nacionalistas entre europeus (aspecto nem sempre lembrado). Por exemplo, o uso político-pedagógico da figura de Mouzinho de Albuquerque na prisão do Gungunhana, em 1895 é um destes casos. Além da óbvia toada eurocêntrica na “vitória” da “civilização” contra a “barbárie”, a prisão do “Leão de Gaza” é construída também como desforra da “humilhação” sofrida pela questão do Mapa Cor de Rosa.¹²

A outra recusa que o termo PALOP contém é a propalada expressão “História da África Lusófona”. Para além do sotaque linguístico-cultural, próprio da matriz acadêmica anglófona, evidente no uso deste enquadramento, ou mesmo no recalcitrante mau-hálito salazarista que lhe é caro, vale dar-se conta da recusa da língua e da colonização portuguesa como denominador comum à história destes países (Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique). Na verdade, este posicionamento parte da consideração de que o próprio colonialismo português se deu de diferentes maneiras nestes países, seja porque entrou em contato com diferentes povos e etnias, seja pelas distintas estratégias jurídicas, políticas e econômicas alinhavadas. Lembre-se de que o próprio estatuto das leis do indigenato não teve o mesmo peso nos países continentais e nos arquipélagos.¹³ Ou, para dar outro exemplo, o lugar da produção das elites no âmbito do colonialismo luso – que também apresenta nuances. Veja-se o papel da geração Seminário-Liceu¹⁴, na Ilha de São Nicolau, Cabo Verde, fundado em 1866, e compare-se ao papel da formação da elite assimilada no âmbito da Casa dos Estudantes do Império¹⁵, em Lisboa, entre 1944-

¹² Veja-se, por exemplo, a matéria sobre os 150 anos deste “feito” nas páginas do Diário de Notícias, de Lisboa: <http://150anos.dn.pt/2014/07/30/1895-prisao-de-gungunhana/>.

¹³ Ou conforme afirma Augusto Nascimento: “No tocante aos são-tomenses, as práticas coloniais não passaram, senão esporadicamente, pela imposição do indigenato”. NASCIMENTO, Augusto. *Atlas da Lusofonia*. São Tomé e Príncipe. Lisboa: Prefácio, 2008, p. 35. Sabe-se, contudo, o quão forte foi sua concretização seja em Angola ou Moçambique. Veja-se, para o caso angolano, WHEELER, Douglas; PELISSIER, René. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, 2009.

¹⁴ NETO, Sérgio. *Colónia Mártir, colónia modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/CEIS20, 2009.

¹⁵ CASTELO, Cláudia. “A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial”. In: *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, 9, Lisboa, 2010 – 50 anos das independências africanas: desafios para a modernidade: actas [Em linha]. Lisboa: CEA, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/224>.

1965, que teve um importante papel na formação dos intelectuais e políticos anticolonialistas e nacionalistas (apresentando, como se sabe, uma importante parceria com os movimentos antisalazaristas em Portugal). Tenha-se ainda em conta, por outro ponto de vista, a força das chamadas Companhias Majestáticas em Moçambique e o quão peculiar foram suas interações com o capital colonial britânico em seu entorno (sendo distinto do peso estatal em Lourenço Marques colonial). Ou, noutra mirada, no escopo das sociedades crioulas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (com as clivagens entre contratados cabo-verdianos nas roças de São Tomé, por exemplo¹⁶). E frise-se aqui, isto tudo apenas no âmbito absolutamente “eurocêntrico” do assunto!

Agreguem-se as distinções étnicas (com a miríade étnica na Guiné-Bissau), as religiosas (com os sincretismos culturais e o poder do Islã em Moçambique¹⁷), bem como as quizílias políticas entre os diferentes projetos nacionais em Angola desde a segunda metade do século XX.¹⁸ Adicionem-se as nuances no que tange ao projeto de Amílcar Cabral (ou nele inspirado) sejam as da “reafricanização” cultural sejam as relativas ao relacionamento da Guiné-Bissau e Cabo Verde no âmbito do bordão “um coração e dois corpos” (ao qual Abílio Duarte, na cerimônia de Independência de Cabo Verde em 05/07/75 fez referência – e que foram rapidamente fracassados, diga-se, no âmbito das desventuras dos governos de Aristides Pereira e Luis Cabral e, evidentemente, no golpe de Estado de Nino Vieira de 1980).¹⁹

A temática da construção das nações, dos nacionalismos e da identidade nacional, como se sabe, é bastante corrente, tendo sido reaceso o de-

¹⁶ Sendo a “indigenização” dos cabo-verdianos própria de sua condição de contratados em São Tomé. Cf. NASCIMENTO, Augusto. *O fim do caminho longi*. Midelo: Ilhéu Editores, 2007.

¹⁷ MATOS, Regiane. “A dinâmica das relações no norte de Moçambique no final do século XIX e início do século XX”. *Revista História (São Paulo)*, n. 171, jul./dez., 2015, p. 383-419; BOUENE, Felizardo. “Moçambique: Islã e cultura tradicional” In: GONÇALVES, António Custódio (Org.). 2003. *O Islão na África Subsariana*. Papers of VI Colóquio Internacional “Identidades, Poderes e Etnicidades. O Islão na África Subsariana”, 2004, at FLUP – Porto. 2003. Disponível em: <http://www.africanos.eu/ceaup/index.php?p=k&type=B&pub=14&s=2>.

¹⁸ BITTENCOURT, Marcelo. Nacionalismo, estado e guerra em Angola. In: FERRERAS, Norberto (Org.). *A questão nacional e as tradições nacional-estatistas no Brasil, América Latina e África*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 231-255 e BITTENCOURT, Marcelo. “Fissuras na luta de libertação angolana”. *Métis. História e cultura*. V. 10, n. 19, 2011, p. 237-255.

¹⁹ SEMEDO, Rui Jorge. O Estado da Guiné Bissau e os desafios político-institucionais. *Tensões mundiais*. V. 7, n. 13, 2011; DUARTE SILVA, António. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. *Cadernos de Estudos Africanos*. n. 9/10, 2006; SOUSA, Julião Soares. “O Fenómeno tribal, o tribalismo e a construção da identidade nacional no discurso de Amílcar Cabral”. In: TORRAL, L. R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. (Orgs.). *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 161-172.

bate nos últimos vinte ou trinta anos. Querelas acadêmicas entre teses primordialistas e modernistas, etnosimbolistas e construtivistas, pós-colonialistas ou seus críticos, fazem parte da história do campo acadêmico.²⁰ Contudo, quando se olha para o caso da construção das nações na África²¹, tem-se a sensação de um enorme desequilíbrio: primeiro, porque o número de textos disponíveis sobre o tema é relativamente reduzido; segundo, porque a maioria dos autores geralmente trabalha o tema das identidades nacionais ou num viés claramente político ou sob uma visão francamente generalista; e terceiro, o grau destes fatores atrás apontados fica mais ainda exacerbado quando se pesquisa a história dos países africanos com língua oficial portuguesa (ainda que, nos últimos anos, tenham sido publicados bons e interessantes trabalhos).

Dentre as demarcações contemporâneas do debate, interessa-me, aqui, chamar a atenção para alguns rumos aliciantes do debate. Patrick Chabal, por exemplo, nega a relação causal direta entre a modernidade e a construção do nacionalismo africano. Ao contrário deste postulado modernista – em que concordam diferentes autores como Eric Hobsbawm, Hans Kohn ou Elie Kedourie, entre outros –, a perspectiva de Chabal afirma praticamente o oposto. Tendo em vista o caso africano, a relação é inversa à europeia: o nacionalismo na África é considerado como o promotor da modernização das sociedades (e não seu resultado, como no caso europeu).²² Esta consideração é da mais alta valência na medida em que descortina o caráter de promoção de novos parâmetros de organização social inseridos no contexto pós-independência. Assim, as “novas” nações africanas teriam mais um apelo ao futuro a ser construído que um passado a ser preservado.²³ É

²⁰ Veja-se, por exemplo, DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André. *Théories du nationalisme. Nation, nationalité, ethnicité* Sous. Paris: Kimé, 1992; ÖZKIRIMLI, U. *Theories of nationalism: a critical introduction*. New York: St. Martin Press, 2000; BALAKRISHNAN, Gl. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

²¹ Neste ponto, retomo brevemente alguns argumentos utilizados em PAREDES, Marçal de M. “A construção da identidade nacional moçambicana no pós-Independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa”. Anos 90, dezembro, 2014, p. 131-161.

²² Chabal, Patrick. “Imagined Modernities: community, nation and state in postcolonial Africa” In: TORRAL, L.R.; PIMENTA, F. T.; SOUSA, J. S. *Comunidades Imaginadas*. Nação e nacionalismos em África. Coimbra: Imprensa da Univ. de Coimbra/CEIS20, 2008, p. 41-48. Veja-se, do mesmo autor, *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. Indianápolis: Indiana University Press, 2002.

²³ Sabe-se, obviamente, do postulado teórico-político de Amílcar Cabral ou mesmo de Julius Nyerere que, de maneiras distintas, buscavam uma recuperação ou uma reafrikanização da própria África. Vale dizer que um projeto tal só é possível a partir da sensação de perda da própria tradição a ser recuperada. Sobre esta questão ver, entre outros, HOBBSAWM, E. & RANGER, T. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

neste patamar que se começa a perceber a importância de tratar cada caso do “nacionalismo africano” em sua especificidade (o que se aplica, por óbvio, ao escopo dos PALOP e, conseqüentemente, agrega força à recusa crítica da noção de lusofonia).

Este quadro de complexidades várias se acentua quando se vislumbra o grau de internacionalização da luta anticolonial no decorrer da segunda metade do século XX. As novas potências internacionais – EUA e URSS – souberam muito bem imiscuir-se no embate contra o velho colonialismo europeu. Neste ponto, a escala dos PALOP não foi diferente, apesar de suas peculiaridades. É praticamente impossível tratar do início da guerra anticolonial contra o salazarismo lusitano sem mencionar a influência ideológica, política, econômica e militar das duas grandes forças em choque no período denominado eurocentricamente de “Guerra Fria” (e que Wladimir Shubin chamou de “quente”²⁴). Insira-se neste caldeirão a influência da China maoísta e a importância da Cuba de Fidel Castro, bem como o contencioso israelo-palestino e o jogo de poderes em torno da construção do “homem afro-asiático como proletário do terceiro mundo”, e o novelo de relações de variado grau, força e permanência não será difícil de ser percebido.²⁵

A experiência da ascensão do nacionalismo angolano é fruto também deste contexto ideológico internacional. Os principais movimentos de oposição ao colonialismo português – MPLA, FNLA e UNITA – buscavam auxílio (em frentes várias) justamente nas superpotências mundiais. Deste enlace ideológico surgem propostas políticas divergentes no que tange ao projeto de nação a ser construída em Angola. Atente-se, por exemplo, ao caso das mudanças histórico-semânticas da justificação intelectual e política de Jonas Savimbi, o principal líder da UNITA.

Quase que ininterruptamente, desde 1961, Angola esteve envolta em sangrentas guerras (a anticolonial, a civil posterior à Independência, a pós-eleitoral) travadas entre suas diferentes agremiações políticas. Criados no

²⁴ SCHUBIN, Wladimir. *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. London: Pluto Press, 2008 & Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press, 2008.

²⁵ SAUL, John S. *A Flawed Freedom. Rethinking Southern African Liberation*. London: Pluto Press, 2014; SILVA, Sérgio Vieira da. *Política e poder na África Austral (1974-1989)*. Lisboa: Escolar Editora, 2013; ROCHA, Edmundo. *Angola. Contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro, 2009; LOPES, José Vicente. *Cabo Verde – Os bastidores da Independência*. Praia/Mindelo: Instituto Camões/Centro Cultural Português, 1996.

contexto dos anos 1960, o MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola –, a FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola – e a UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola – lutaram, primeiramente, de maneira paralela durante a Guerra Colonial contra Portugal – sendo o caso da UNITA marcado pela controversa Operação Ma-deira e o pacto de não agressão, em 1970, entre suas tropas e o exército português no âmbito de uma aliança anticomunista à qual, inclusive, o papel da África do Sul (no combate à SWAPO no Sudoeste Africano, hoje Namíbia) constituiu elemento de grande importância. Após a independência nacional de Angola, MPLA e UNITA lutaram entre si, deixando muito claras as divergências ideológicas e políticas, bem como as distintas alianças internacionais que os sustentavam, financeira e militarmente. Refletem, cada movimento a seu modo, nuances políticas internacionais anticolonialistas que circularam em âmbito mundial, hibridizando-se a questões de ordem interna regional.

No que tange mais especificamente à UNITA, por exemplo, há que ter presente as inflexões sofridas por seu discurso político. Olhando para o período de sua formação, em 1966, tratava-se de um movimento com alguma inspiração no maoísmo chinês. Contudo, com a anúncia da transição política rumo a independência de Angola – declarada no contexto imediatamente posterior à Revolução dos Cravos, em abril de 1974, em Portugal –, seu discurso político naturalmente se altera. O inimigo a combater já não era mais o colonialismo fascista do salazarismo lusitano. A questão de monta voltava-se, agora, para a busca de legitimidade política na partilha ou não do poder no nascente Estado-Nacional Angolano. E, neste contexto, a dinâmica do poder ir-se-ia dificultar. Em 1975, o MPLA declara a independência do país na capital, Luanda. Logo em seguida, a UNITA e a FNLA fazem a mesma declaração em Huambo, capital de província situada no Planalto Central do país. Neste momento, a UNITA já não contava com o apoio chinês. Recebia ajuda dos Estados Unidos da América em âmbito internacional e da África do Sul em escala regional. Apesar destes apoios, a coligação é militarmente derrotada, devido à intervenção de militares cubanos ao lado do MPLA. A aliança UNITA – FNLA desfaz-se de imediato, produzindo-se inclusive hostilidades esporádicas entre ambas, no centro e no sul do país.

Este breve histórico já é bastante esclarecedor das alterações ideológicas e das mudanças estratégicas operadas na justificativa política organizada por Jonas Savimbi. De mobilização étnica, maoísta e antilusitana,

transmuta-se em um discurso cívico, mais liberal e que propunha a conciliação e a permanência dos imigrantes portugueses em Angola.²⁶ Neste trajeto, não resta dúvida de que existem muitos aspectos a serem mais bem estudados, detalhes ainda não explorados e fontes ainda inacessíveis. Um deles, e que também se adere a este contexto angolano do pós-independência, remete à ação do general Otelo Saraiva de Carvalho, um dos líderes do Movimento das Forças Armadas (que liderou a revolução dos Cravos e a descolonização), no sentido de sensibilizar Fidel Castro para que fossem enviadas as tropas cubanas em ajuda ao MPLA de Agostinho Neto em Luanda²⁷. Como está fácil de ver, trata-se, portanto, da ação de um militar-político da quase ex-metrópole a apelar por ajuda das tropas cubanas para ajudarem na ascensão do regime de inspiração socialista em Angola (em descompasso, diga-se, da posição oficial soviética naquele contexto). Ora, se os acontecimentos do chamado Verão Quente português, no contexto de transição pós-salazarista, fazem, assim, também parte do contexto africano dos PALOP, o contrário também pode ser dito, afirmando-se que a própria Revolução dos Cravos teria começado na guerra anticolonial.²⁸

A construção do nacionalismo moçambicano, por sua vez, pode ser dividida, pelo menos, em três momentos históricos: o primeiro momento (1910/20-1962), antes da eclosão da luta armada pela independência, quando o associativismo e o jornalismo tiveram um papel importante nas demandas sociais e na luta anticolonial (ZAMPARONI, 1988); um segundo momento, marcado pelo conflito armado e pela formação da FRELIMO reunindo diversos movimentos tendo como objetivo comum a libertação nacional frente ao salazarismo colonialista português (1962-1975); e um terceiro, iniciado imediatamente após a independência, tendo como principal promotor o ideário da Frelimo (convertida de Frente nacionalista ampla em Partido único revolucionário, sendo esta a diferença entre a designação FRELIMO/Frelimo) sob a liderança de Samora Machel (1975-1986). Vale dizer que em cada etapa, naturalmente, foram ressignificados os termos nos quais a própria construção nacional foi pensada ou proposta, o que é natural visto serem cambiantes as condições contextuais e o ideário

²⁶ MAXWELL, K. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

²⁷ Veja-se a entrevista de Otelo Saraiva de Carvalho à Deutsche Welle em <http://www.dw.com/pt/otelo-aconselhou-fidel-castro-a-avan%C3%A7ar-rumo-a-angola/a-17507318>.

²⁸ WOOLLACOTT, John. "A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal". *Análise Social*, v. XIX (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, 1131-1155.

mobilizado nelas. É muito difícil, a não ser por arroubos românticos e/ou historicistas, estabelecer indelevelmente um fio condutor único ligando gerações, ideias, projetos políticos e contextos distintos.

Diferentemente da divisão angolana, em Moçambique coube à FRELIMO a centralidade na organização, promoção e proclamação da independência nacional. Formada em 1962 na Tanzânia, através da agregação de três movimentos de luta anticolonial já existentes – a UNAMO (União Africana de Moçambique), a MANU (*Mozambique African Nation Union*) e a UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique) – esta grande Frente de Libertação²⁹ tinha um caráter nacionalista amplo e contava com apoio internacional dos seus vizinhos ao norte do país (Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Tanzânia). Seu ideário era marcado por um forte antisalarismo, sendo sua proximidade com o Bloco Soviético ainda de caráter estratégico no âmbito do anticolonialismo.³⁰ Fato é, contudo, que a FRELIMO, enquanto frente política ampla, e sob a liderança de Eduardo Mondlane, não se teria proclamado marxista-leninista durante a luta pela independência de Moçambique.³¹ Este postulado será, contudo, modificado no imediato contexto pós-independência, já vinculado a políticas de construção nacional identitária.

De maneira algo particular, o caso moçambicano diferencia-se da construção do nacionalismo pela via do “socialismo africano” tal como proposto, inclusive, pelos movimentos oriundos dos países que deram suporte à formação da FRELIMO (Malawi, Zimbábue, Tanzânia). Veja-se, entre outros, a distinção clara ao projeto de Julius Nyerere. Se o tanzaniano promotor da *Ujamaa* apelava para uma leitura das culturas negras tradicionais como fonte do socialismo africano (anterior e independente do viés soviético), o moçambicano, por sua vez, buscou aplicar o modelo do marxismo-leninismo – ao menos desde 1977 no III Congresso da Frelimo³² – às condições moçambicanas. Basta agregarmos a este quadro a lembrança das particularidades e das opções do vizinho Kenneth Kaunda, na Zâmbia, e seu Humanismo Africano, ou mesmo o pendor pan-africano do Dr. Hastings Kazumu Banta, no Malawi, com forte influência de Kwame Nkru-

²⁹ ENDERS, A. *História da África Lusófona*. Mira-Sintra: Mem Martins, 1997.

³⁰ VIEIRA, S. *Participei, por isso testemunho*. Maputo: Ndira, 2011.

³¹ MALOA, J. M. “O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994”. *Revista Espaço Acadêmico*, n.122, julho de 2011. Acesso em: 10 mar. 2014.

³² MACHEL, Samora. *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na edificação da Democracia Popular*. Relatório do Comité Central no 3º Congresso da FRELIMO. Maputo: Avante, 1978.

mah, para percebermos o imenso rol de questões teóricas que se abrem à pesquisa sobre interpretações próprias a cada liderança, sobre as reconfigurações políticas adotadas, sobre bifurcações no que tange às estratégias de construção nacional, etc.

Desta feita, o que se quis aqui mostrar, muito ligeiramente, foram alguns contornos de um amplo projeto de pesquisa que venho desenvolvendo e com o qual tenho tido a sorte de contar com mestrandos e doutorandos denodados, responsáveis e competentes. Naturalmente, esta panóplia de elementos trazidos à baila tem, singelamente, o único pendor de chamar a atenção às complexidades teórico-políticas e historiográficas escondidas dentro do que, à partida, poderia se resumir a um enquadramento reducionista atrelado aos PALOP, o que, pela farta amostragem atrás arrolada – de fato – não o é.

Uma mirada insular ao continente africano: a África no PPGH/UFSC

Sílvio Marcus de Souza Correa¹

A África e as ilhas de história

Para essa primeira Jornada de Estudos em História da África, espero compartilhar com vocês um pouco daquilo que posso – a partir da minha condição insular – apreender das tendências historiográficas no que tange ao continente africano e como elas se manifestam na “África” do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Evocar a minha situação de ilhéu não é apenas uma demarcação do lugar de enunciação do discurso, mas também serve para me situar na cartografia do campo historiográfico tanto em nível nacional quanto internacional. Transito entre continentes já faz um bom tempo e sei o quanto algumas ilhas atlânticas se encontram na intersecção de histórias diferentes. Mas toda ilha é, geralmente, vista como um apêndice de um continente, e sua história acaba açambarcada por aquela continental. Nesse sentido, discorrer sobre a História da África no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC é uma forma de inseri-la numa historiografia que se faz também alhures.

Ao esboçar as primeiras linhas dessa comunicação, pergunto se há alguma vantagem no insulamento para tratar da história de um continente? As ilhas de Gorée, de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Bioko, Madagascar, Zanzibar e tantas outras próximas à costa africana do Atlântico ou do Pacífico foram e ainda são placas giratórias para muitas histórias. Assim como a atual Florianópolis, algumas delas foram ilhas de desterrados ou de degredados, outras escalas regulares de um comércio ultramarino. Perdidas nos oceanos, muitas delas fizeram parte de outras histórias.

¹ Professor do departamento de história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ao analisar o livro *Ilhas de História*, do antropólogo americano Marshall Sahlins, o historiador francês François Hartog chamou a atenção para algumas possibilidades de se fazer a história de uma ilha.² Uma delas seria a história a partir de uma ilha, quando se pode estender um modelo a outras ilhas ou a outros contextos insulares ou não insulares. Mas ela pode ser também mais que a história de uma ilha, quando outras experiências insulares permitem transformar histórias de uma ilha em histórias a partir de uma ilha. Da mesma forma, quando uma experiência insular se reproduz em escala continental. Recorro à linguagem metafórica, agora, para olhar a História da África no PPGH/UFSC no meio de outras histórias da África, sejam elas produzidas em contextos insulares ou continentais.

À guisa de introdução, cabe ainda ressaltar o quanto *Ilhas de História*, de Marshall Sahlins, foi importante para reconciliar história e antropologia.³ Desde então, podemos considerar outros modos de relação com o tempo, o que implica formas de temporalidades e regime de historicidade diferentes. De Alfred Wallace a Marshall Sahlins, as ilhas foram fundamentais para a elaboração de novas teorias.

A metáfora insular

Estudar a História da África pressupõe uma revisão dos postulados epistemológicos da disciplina. Uma “mirada insular” pode contribuir para isso? A experiência insular não favorece por si uma outra perspectiva historiográfica. Do iluminismo luso-brasileiro, um primeiro bosquejo histórico da África saiu da lavra de João da Silva Feijó. Ele chegou em Cabo Verde em 1783. Nos primeiros anos do seu período insular, o naturalista se indispôs com autoridades políticas e clericais, o que dificultou a sua missão científica. Chegou a ocupar o cargo de Secretário do Governo da Capitania de Cabo Verde. Apesar das funções burocráticas, prosseguiu com suas pesquisas.⁴ Ao retornar para Lisboa, dedicou-se a escrever e publicar o seu “Ensaio econômico sobre as Ilhas de Cabo Verde” (1797). Mas o naturalista tinha também o intuito de fornecer um “plano à história filosófica” das Ilhas de Cabo Verde. Partes do seu plano à história filosófica foi publicado no jornal carioca *O Patriota* em 1814.

² HARTOG, F. Marshal Sahlins et l’anthropologie de l’histoire. In: *Annales*, v. 38, 1983, p. 1.261.

³ Ver HARTOG, François. *Régimes d’historicité*. Présentisme et expériences du temps. Paris: Editions du Seuil, 2003, p. 33-51.

⁴ CORREA, Sílvia M. de S. Primeiras contribuições do pensamento ilustrado brasileiro a uma História da África. *Revista Eletrônica do Tempo Presente*, Ano III, n. 3, set., 2013.

Cabe ainda lembrar da obra do militar Elias Alexandre da Silva Correia. Depois de viver alguns anos na Ilha de Santa Catarina e ser testemunha ocular da efêmera ocupação espanhola, esteve por seis anos em Angola. Escreveu uma História de Angola (1782). Mas para Elias A. da Silva Correia e João da Silva Feijó, as respectivas histórias de Angola e das ilhas de Cabo Verde eram uma história da presença portuguesa na África. Na perspectiva de ambos, as ilhas atlânticas eram como postos avançados da civilização e antecipavam o devir do continente africano.

Porém, algumas ilhas foram vistas como sítios perdidos no espaço e no tempo. O isolamento foi percebido por alguns filósofos modernos como uma condição favorável para certas utopias. Desde a expansão ultramarina europeia, a ilha se prestou para várias metáforas da modernidade.

A ilha do esquecimento

Em termos historiográficos, a metáfora da ilha serve para pensar outras formas de historicidades. Também experiências insulares que foram tratadas como periféricas ou menores podem ser contempladas por um aporte que leve em conta outras temporalidades. Inclusive, a história de muitas ilhas é incontornável para o estudo da formação do mundo atlântico.

Essas ilhas viabilizaram novas histórias. No entanto, muitas delas caíram no esquecimento, assim como as relações do Brasil com a África. Através da prática docente, posso constatar ainda os efeitos da alheação cultural e os resquícios do processo de desafricanização que se operou no Brasil desde o século XIX.⁵

O esmaecimento das relações afro-brasileiras no século XIX teve um impacto na historiografia nacional. Francisco Adolfo de Varnhagen chegou a fazer

votos para que chegue um dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana e, por conseguinte, a acusação da procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro.⁶

Apesar da difícil equação entre o direito ao esquecimento e o dever de memória, os memorialistas e os historiadores amadores de Santa Catari-

⁵ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964, p. 203.

⁶ VARNHAGEN, Francisco. *História* [coletânea de textos organizada por Nilo Odália]. São Paulo: Ática, 1979, p. 73.

na do final do século XIX e início do século XX foram cúmplices dessa desaffricanização, tanto da memória quanto da história regional. À amnésia (in)voluntária de alguns, juntava-se ainda a ignorância de outros. Mesmo a imprensa local do período pós-emancipação noticiava com parcimônia o que acontecia no continente africano. Exceção foi o jornal *Sul-Americano* ao noticiar sobre a Guerra Anglo-Bôer em alguns números de sua breve circulação na outrora ilha do Desterro no ano de 1900. Por seu turno, os jornais teuto-brasileiros, como o *Blumenauer Zeitung* e o *Urwaldsbote*, noticiavam regularmente sobre a Partilha da África.⁷ Em geral, a imprensa catarinense do período pós-emancipação contribuía para a desaffricanização do passado recente. Naquela altura, a Partilha da África corroborava a ideia da inexorável modernização, o que dava azo à euforia do progresso, como se o colonialismo fosse promover a desaffricanização no próprio continente africano. Ao menos, essa era a leitura que se fazia da imprensa periódica em Santa Catarina durante a sua *Belle Époque*.

Fundado em setembro de 1896, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina contribuiu para a desaffricanização da história regional ao considerar a presença de africanos e seus descendentes na sociedade sulina como algo residual em comparação a outras regiões do Brasil. No IHG, estudos indígenas e açorianos foram realizados, para lembrar de alguns grupos e esquecer de outros.

O IHG seguiu ainda uma vertente luso-tropicalista que valorizou a miscigenação. Isto é, primou pelo processo de branqueamento através dos estudos da imigração açoriana, alemã e italiana no sul do país. Tal ênfase imprimiu na historiografia catarinense uma perspectiva assaz eurocêntrica. Outrossim, fazia-se a apologia de um propalado branqueamento, o que era também uma forma de desaffricanização das relações históricas de Santa Catarina com a outra margem do Atlântico.

Mas a ilha do Desterro não era a ilha dos lotófagos.⁸ Se os memoria-listas e historiadores amadores do IHG/SC pouco fizeram para um melhor conhecimento da História da África, outros intelectuais da ilha de Florianópolis foram pioneiros em explorar novos caminhos pelo Atlântico. Em meados do século XX, um grupo de modernistas entabulou um intercâm-

⁷ CORREA, Sílvio M. de S. A “Partilha da África” pela imprensa teuto-brasileira. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010.

⁸ Homero situou a ilha dos lotófagos no norte da África, onde a ingestão da flor de lótus provocava amnésia, uma suspensão do tempo.

bio com escritores da então “África portuguesa”. Contos, poemas e demais contributos literários de escritores de Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique foram publicados na revista *Sul* do Círculo de Arte Moderna.⁹ Também intelectuais que deixaram Portugal à época do salazarismo, como Augusto de Santos Abranches e George Agostinho da Silva, colaboravam com o Grupo Sul. Aliás, antes de fundar o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) em Salvador da Bahia, em 1959, o mestre Agostinho idealizou um Núcleo de Estudos Africanos na antiga Faculdade Catarinense de Filosofia, em Florianópolis. Acontece que a permuta no campo artístico-cultural entre o Grupo Sul e os escritores luso-africanos não despertou um maior interesse pela África no campo historiográfico de Santa Catarina.

Embora os estudos sobre a escravidão e o racismo no Brasil meridional tivessem um novo impulso com as teses de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, as décadas de ditadura não favoreceram os estudos africanos e afro-brasileiros em Santa Catarina. Com a redemocratização do país, deu-se maior vazão ao marxismo no ensino e na pesquisa em história nas universidades do Brasil meridional. Mas não tardou para que, diante da crise do marxismo, surgissem novas abordagens historiográficas, inclusive na História da África. Na década de 90, os novos estudos sobre a escravidão no Brasil contribuíram para uma tomada de consciência entre os historiadores brasileiros diante das lacunas no campo da História da África nas universidades brasileiras.

Africanizando a historiografia insular

Em Santa Catarina, o primeiro curso de história em nível de pós-graduação foi criado na UFSC em 1975. Em 1988, ele foi ampliado com o curso de doutorado. Nos últimos anos, surgiram ainda o curso de mestrado em História da UDESC, com área de concentração no tempo presente, e ampliado com o curso de doutorado. Recentemente, um curso de mestrado em História foi aprovado na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Chapecó (RS).

Com os cursos de história em nível de pós-graduação em Santa Catarina, os estudos afro-brasileiros proliferaram.¹⁰ Nos últimos anos, as pes-

⁹ Sobre o intercâmbio luso-afro-brasileiro na revista *Sul*, ver o artigo *Conexão Sul*: contributo africano para o modernismo sul-brasileiro no presente e-book.

¹⁰ O livro “Negro em terra de Branco” é um primeiro exemplo do esforço de alguns pesquisadores em abordar algumas questões que até então eram pouco tratadas pela historiografia regional. PEDRO, Joana M. et al. *Negro em terra de Branco*. Escravidão e Preconceito em Santa Catarina, Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

quisas sobre os libertos e os africanos livres em Santa Catarina tiveram um salto qualitativo, com destaque para os trabalhos dos historiadores Henrique Espada Rodrigues Lima Filho e Beatriz Gallotti Mamigonian, ambos atuando junto à linha “Trabalho, Sociedade e Cultura” do PPGH/UFSC. Cabe ainda destacar o Programa “Santa Afro Catarina” que articula vários projetos e se inscreve nessa africanização da história regional de Santa Catarina.¹¹ Entre suas publicações, tem-se a coletânea *História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina*, organizada por Beatriz G. Mamigonian e Joseane Zimmermann Vidal. A partir desses trabalhos recentes sobre africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina, os historiadores cumprem com o seu ofício de fazer lembrar daquilo que os outros esquecem.

Com relação à História da África, pode-se dizer que o seu campo disciplinar já teve a sua primeira floração, e sobre isso tratarei mais adiante. Embora o curso de pós-graduação em História da UFSC tenha mais de 40 anos, a História da África ocupa uma posição periférica em todas as linhas de pesquisa do programa.

Desde 2004, o departamento de História da UFSC buscou atender a Lei 10.639/2003, alterando a sua grade curricular e criando a disciplina obrigatória de História da África. Houve também concurso público para uma nova vaga em 2005. A professora Patrícia Teixeira Santos foi aprovada e atuou no referido departamento no biênio 2006/07. Com a sua saída, um novo concurso para preenchimento do cargo vacante ocorreu apenas no final de 2008. Desde então, a disciplina de História da África e outras correlatas em nível de graduação e pós-graduação têm sido ministradas pelo professor aprovado em primeiro lugar no concurso em 2008.

Minha experiência acadêmica com estudos africanos remonta aos meus tempos de doutorado na Alemanha, quando frequentei alguns seminários do africanista alemão Horst Gründer. De retorno ao Brasil, tive a oportunidade de ministrar a disciplina de História da África por alguns anos e publicar alguns artigos.¹² Somente a partir de 2009, como professor adjunto da UFSC e com dedicação exclusiva, pude concentrar minhas atividades acadêmicas de pesquisa e ensino da História da África.

¹¹ DELGADO, Andrea F.; MAMIGONIAN, Beatriz G. Santa Afro Catarina: acervo digital e Educação Patrimonial. *Esboços* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC; v. 21, n. 31, 2014, p. 86-108.

¹² Para ficar em dois exemplos: CORREA, Sílvio M. de S. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto. *POLITEIA: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 99-129, 2002; CORREA, Sílvio M. de S. A antropografia na África equatorial: etno-história e realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Revista Afro-Ásia*, 37, p. 9-41, 2008.

Em congressos nacionais e internacionais temos a ocasião de submeter os resultados de nossas pesquisas ao crivo dos pares e assim comparar o que se faz aqui com aquilo que se faz alhures. As atividades acadêmicas me propiciaram conhecer novos colegas no Brasil e no exterior com muitos vínculos de simpatia e amizade, malgrado a distância que nos separa. Seus nomes são bem conhecidos, e não vou citá-los porque não quero deixar a impressão de estar procurando colocar-me entre eles.

Nos meus primeiros anos como professor e pesquisador na UFSC, o meu primeiro projeto de pesquisa tinha por escopo o estudo da circulação de saberes entre as comunidades germânicas no Brasil e na África sob domínio colonial alemão. Junto à linha de pesquisa “Migrações, construções socioculturais e meio ambiente” e com auxílio do CNPq pude estudar a adaptação dessas comunidades em biomas diversos e tratar o colonialismo alemão na África, assunto pouco conhecido no Brasil, inclusive entre meus colegas africanistas.

Nos primeiros simpósios internacionais organizados pelo LABIMHA e realizados na ilha de Florianópolis, uma história ambiental da África foi contemplada por alguns trabalhos.¹³ Em 2012, foi publicado um livro com contribuições em história ambiental.¹⁴ Através do projeto “Germânicas Tropicais” tive ainda a possibilidade de pesquisar em arquivos da Namíbia.

Nos últimos anos, algumas dissertações de mestrado e teses de doutorado do PPGH da UFSC vêm abordando temas relacionados à História da África, principalmente na linha de pesquisa “Migrações, construções socioculturais e meio ambiente”.¹⁵ Em algumas delas, a questão ambiental é tratada de forma articulada com a categoria de gênero.¹⁶ Outros colegas

¹³ CORREA, Sílvia M. de S. Potabilizar a água do Atlântico. Do desafio de uma comunidade alemã entre o mar e o deserto do Namib. In: CORREA, Sílvia M. de S.; NODARI, Eunice S. (Orgs.). *Migrações e Natureza*. São Leopoldo: Oikos, 2013, p.119-144.; CORREA, Sílvia M. de S. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914). In: NODARI, Eunice S.; KLUG, J. (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 15-34.

¹⁴ CORREA, Sílvia M. de S. (Org.). *Bioses Africanas no Brasil: notas de história ambiental, Coleção África-Brasil*, v. 19. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2012.

¹⁵ Para ficar em dois exemplos: MÜTZENBERG, Bruno. *O emergente preservacionismo transimpérial durante o colonialismo na África: a Conferência Internacional para a Proteção da Vida Selvagem* (Londres, 1900). Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2015; PAULA, Simoni M. *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2016.

¹⁶ SCHVEITZER, Ana Carolina. *Imagens e Império: mulheres africanas sob as lentes coloniais alemãs*. Dissertação (Mestrado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2016; CRUZ, Tereza Almeida. *Um Estudo comparado das relações ambientais de mulheres da floresta do Vale do Guaporé (Brasil) e do Mayombe (Angola) – 1980-2010*. Tese (Doutorado em História), PPGH/UFSC, Florianópolis, 2012.

do PPGH, como Henrique Espada R. Lima Filho, Marcos Montysuma e Waldir Rampinelli orienta(ra)m teses ou dissertações sobre temas correlatos à História da África.

Em termos quantitativos, o número de teses e dissertações do PPGH que versam sobre História da África perfaz apenas 1% do total de 429 títulos disponíveis no repositório do PPGH.¹⁷ Temas africanos são também contemplados em dissertações e teses de outros programas de pós-graduação, como Sociologia, Relações Internacionais ou Direito.¹⁸ Inclusive, algumas delas são de autoria de estudantes africanos. Nos últimos anos, a UFSC tem recebido estudantes de países africanos para cursos de graduação e pós-graduação. Mas os cursos de mestrado e doutorado em História da UFSC não têm ainda atraído estudantes africanos.

Com base nas teses e dissertações de alguns programas da UFSC, pode-se afirmar que a produção acadêmica sobre temas africanos é irregular, uma vez que nenhum PPG tem uma linha de pesquisa em África. Desde 2013, a maior quantidade de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) com temas relacionados ao continente africano tem sido do curso de Relações Internacionais. Resta saber se esses Trabalhos de Conclusão de Curso terão prosseguimento em nível de pós-graduação.

Em relação aos pesquisadores, os “africanistas” se encontram dispersos em alguns departamentos da UFSC, atuando em diferentes programas de pós-graduação. Um esforço para reunir pesquisadores de diferentes disciplinas em torno de um eixo comum ocorreu durante o projeto Kadila, sob a coordenação da antropóloga Ilka Boaventura Leite. Com a participação de pesquisadores da Antropologia, das Letras, da Geografia e da História e ainda outras disciplinas, o projeto Kadila promoveu algumas missões científicas em Angola e intercâmbios entre estudantes brasileiros e angolanos. O projeto teve apoio da CAPES e do CNPq.¹⁹

¹⁷ <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74785>.

¹⁸ Ver por exemplo: DJALO, Mamadu. *Relações Sul-Sul: a cooperação Brasil-Guiné-Bissau na educação superior no período de 1990-2011* Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Florianópolis, 2014; ATALIBA, Lucas S. *África como fronteira do capitalismo global no século XXI: uma análise da implicação sistêmica acerca da projeção da China na região*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Florianópolis, 2015; FERNANDES, Joel Aló. *A consolidação da União Africana e o desenvolvimento sustentável: novos horizontes da integração econômica para viabilizar o mercado comum da África*. Tese (Doutorado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Direito, 2012.

No departamento de História da UFSC, outros projetos de pesquisa favoreceram o intercâmbio internacional, a pesquisa em arquivos africanos e tiveram como resultados uma gama de publicações. Marco importante para alavancar os estudos em História da África foi a criação do LEHAF.²⁰

Um laboratório insular

Desde 2013, o Laboratório de Estudos em História da África (LEHAF) tem realizado atividades de pesquisa e de extensão. Além do seu coordenador, a equipe do LEHAF é composta por estudantes de graduação e de pós-graduação. No último biênio (2015/16), integrantes do LEHAF foram autores de duas dissertações e de uma tese junto ao PPGH. Em termos de publicação sobre História da África, a equipe do LEHAF tem contribuído com uma produção regular de artigos, capítulos de livros, teses e dissertações.²¹ Destaca-se, nessa produção, uma nova abordagem historiográfica que incorpora questões ambientais e de gênero para o estudo do colonialismo na África.

Cabe ressaltar que o PPGH da UFSC tem por área de concentração História Cultural. Como professor credenciado junto ao PPGH, tenho trabalhado com a História da África a partir de temas como migrações e ambiente, desporto e lazer, visualidade e imaginário colonial.

Dentro da linha de pesquisa “Migrações, construções socioculturais e meio ambiente”, alguns projetos financiados pelo CNPq propiciaram uma abordagem em história ambiental sobre os recursos naturais no continente africano durante o colonialismo alemão. Pesquisas em arquivos europeus e africanos foram realizadas, e resultados parciais, apresentados em eventos internacionais e publicados sob a forma de artigos em revistas ou de capítulos de livros.²²

¹⁹ Para mais informações: <http://kadila.com.br>.

²⁰ <http://lehaf.paginas.ufsc.br>.

²¹ <http://lehaf.paginas.ufsc.br/publicacoes-2/>.

²² CORREA, Sílvio M. de S. Imigração e privatização dos recursos naturais na África durante o colonialismo alemão (1884-1914). In: NODARI, Eunice S. (Org.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 15-34; CORREA, Sílvio M. de S. Cultura e Natureza na “África Alemã”. Tempos históricos. Dossiê de História Ambiental. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste*, v. 15, 2011; CORREA, Sílvio M. de S. Caça e preservação da vida selvagem na África Colonial. Esboços. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*. Dossiê História Ambiental, Florianópolis, v. 18, n. 25, ago. 2011; CORREA, Sílvio M. de S. *Ou temos uma colônia ou um jardim zoológico*. Sociedade e Ambiente na África Alemã. I Encontro Internacional de Estudos Africanos – UFF – Rio de Janeiro (BR), 16 a 19 de maio de 2011; CORREA, Sílvio M. de S. *Caça esportiva e preservacionismo na África colonial*. XI Con-

Sobre as relações entre o Brasil meridional e a África austral, cabe destacar a circulação de imigrantes alemães pelo Atlântico Sul. Alguns alemães com experiência africana se radicaram no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná. Escusado é lembrar que o pangermanismo no final do século XIX e início do século XX favoreceu a invenção de uma “comunidade imaginária” entre os alemães do ultramar. Dessa comunidade germânica nos trópicos, a participação feminina tem sido abordada em alguns trabalhos.²³

No campo da história visual da África, pode-se, igualmente, apontar para uma incipiente produção acadêmica no PPGH da UFSC. Da ilha de Florianópolis, a equipe do LEHAF tem mobilizado seus recursos – mais humanos que financeiros – para uma mirada diferente sobre a história do continente africano. Ao articular as categorias de classe, raça e gênero, por exemplo, os projetos de pesquisa e de extensão universitária do LEHAF têm dado ênfase às representações da África e dos africanos na visualidade produzida pelos impérios coloniais nos séculos XIX e XX. As imagens e seus diferentes suportes (fotografias, cartões postais, imprensa ilustrada, filmes, etc.) têm sido não apenas fontes de estudos, mas objetos de pesquisas. O imaginário colonial e a sua produção de imagens da África e dos africanos são temas recorrentes nas publicações recentes dos membros do LEHAF.²⁴

As imagens satíricas da imprensa ilustrada dos séculos XIX e XX também têm sido tratadas numa perspectiva de história visual da África durante o colonialismo.²⁵ Com bolsa produtividade do CNPq, venho trabalhando nos últimos anos com a representação da África e dos africanos na imprensa periódica ilustrada. Imagens satíricas de um jornal da África Oci-

gresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. UFBA – SALVADOR (BR), 07 a 10 de agosto de 2011; CORREA, Sílvia M. de S. *Immigration, Colonisation and its Environmental impacts in “(sub)tropical Germanies”*. Environmental Change and Migration in Historical Perspective, Rachel Carson Center, Munich, August 4-6, 2011.

²³ SCHVEITZER, A. C. A liga feminina e a imigração de mulheres na colonização alemã da África (1884-1914). In: RAMOS, Eloísa H. Capovilla et al. *A história da imigração e sua(s) escrita(s)*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 314-321.

²⁴ PAULA, Simoni Mendes de; SCHVEITZER, Ana Carolina. Trabalho feminino nas colônias alemãs da África. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n. 2, jul./dez., 2015, p. 75-91.

²⁵ SOUZA, Kenya. *As guerras anglo-bôeres através das caricaturas da revista ilustrada Punch (1881-1902)*. TCC (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2015; CORREA, Sílvia M. de S. *Nem Brancos, nem Negros*. A representação dos “Amarelos” nas caricaturas do jornal Echos d’Afrique noire. *Contra/Relatos Desde el Sur*. 2015, v. 12, p. 47-59.

dental Francesa foram coligidas durante a minha estadia como professor convidado na Universidade Cheikh Anta Diop, de Dacar. Esse material serviu para uma exposição sobre caricaturas na imprensa colonial. Sob os auspícios do Instituto de Estudos Avançados de Paris, pude organizar uma exposição sobre caricaturas na imprensa colonial, realizada na capital francesa em janeiro do corrente ano.

No campo da história do lazer e do desporto, as recentes pesquisas também tiveram os seus resultados parciais apresentados em eventos ocorridos no Rio de Janeiro, Lisboa e Madri nos últimos três anos. Cabe aqui destacar o trabalho de uma equipe luso-brasileira de historiadores que vem organizando eventos anuais e uma série de publicações sob a forma de livros ou de dossiês temáticos. Sobre desporto e lazer em África, integrantes do LEHAf têm alguns trabalhos publicados.²⁶

Destacam-se ainda algumas participações em eventos internacionais no âmbito da história das ciências e da medicina tropical em contexto africano e algumas publicações.²⁷ Durante minhas últimas estadias como pesquisador visitante em Lisboa e Paris, também tive a oportunidade de oferecer oficinas sobre colonialismo e ciência no Centro Interuniversitário de História das Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa, organizar jornadas de estudos no IEA de Paris e divulgar assim um pouco do trabalho que se faz no LEHAf. Uma pesquisa sobre ciência, literatura e colonialismo foi realizada nos últimos anos e um livro que deve ser publicado em 2017. Alguns resultados parciais foram publicados sob a forma de artigo ou capítulo de livro.²⁸

²⁶ Ver por exemplo: SANTOS, Eric A. *Memórias de Hóquei em Patins nas narrativas de Francisco Velasco: Colonização e desporto em Moçambique*. TCC (Graduação em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2015; CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *As corridas de cavalos na colônia alemã do sudoeste africano (1884-1914)*. *Cadernos de Estudos Africanos*, v. 1, p. 2-18, 2013; CORREA, Sílvio M. de S. *Sociabilidades numa pequena cidade portuária do sudoeste africano (1884-1914)*. *Revista Urbana (Dossiê Cidades e Sociabilidades)*, Unicamp, v. 4, n. 5, 2012; CORREA, Sílvio M. de S. *Colonialismo, Germanismo e Sociedade de Ginástica no Sudoeste Africano*. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 5, n. 2, jul./dez., 2012, p. 1-20.

²⁷ CORREA, Sílvio M. de S. *Uma chave para a África*. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 22, p. 1.778-1.780; CORREA, Sílvio M. de S. *Le médicament qui devait sauver l'Afrique* (Book Review), *Bulletin canadien d'histoire de la médecine*, p. 428-431; CORREA, Sílvio M. de S. *O "combate" às doenças tropicais na imprensa colonial alemã*. *História, Ciência & Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 19, fev., 2013.

²⁸ CORREA, Sílvio M. de S. *A "Partilha do Gorila" entre ciência e literatura de alhures e saberes locais*. *História. Questões e Debates*, v. 62, 2015, p. 107-132; CORREA, Sílvio M. de S. *As partes do gorila e a "partilha da África"*. In: *África: histórias conectadas*. Niterói: Editora da UFF, 2015, p. 133-146.

Considerações finais

A “África” que se faz no PPGH da UFSC tem uma dimensão insular quando comparada às outras “Áfricas” produzidas em outros Programas de Pós-Graduação nas universidades do sudeste e do nordeste. Acontece que uma ilha pode ser bem mais que uma ilha.²⁹ Assim, a “nossa África” é também resultado de conexões nacionais e internacionais como a rede multidisciplinar da qual se referiu o professor Rivair Macedo.³⁰

Se uma historiografia regional e lusófona preferiu vincular a história insular de Santa Catarina mais com o arquipélago dos Açores e menos com as ilhas de Cabo Verde, Bioko, Corisco, São Tomé e Príncipe, uma nova historiografia pode repensar essas ilhas de história. Quanto ao continente africano, a mirada insular pode descobrir temporalidades e histórias ocultadas por uma história afro-brasileira acometida de um presentismo negro.³¹

A mirada insular pode lograr ainda uma leitura do mundo atlântico como um palimpsesto. Ao “Atlântico negro” que integra as diversas trajetórias da diáspora africana, sobrepõe-se um espaço intercontinental marcado também por outras trajetórias e outras diásporas.

Atento à historiografia de outros países, destaco a imigração de famílias bôeres que deixaram a África do Sul em busca de novas terras na Argentina, no México ou nos EUA.³² O mesmo vale para italianos com experiência colonial na Etiópia e que procuraram uma nova vida em Buenos Aires nos anos 30. A capital portenha também acolheu “negros” do Cabo Verde que – com passaporte português – procuravam novas oportunidades. Da “diáspora branca” vale ainda lembrar dos alemães deportados da Na-

²⁹ GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha*. Quatro visões da literatura inglesa. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. O historiador italiano demonstrou a complexidade e a dimensão não-insular da literatura inglesa quinhentista e o quanto uma ilha fictícia como a da Utopia de Thomas Morus pode revelar muito sobre uma realidade insular, isto é, da Grã-Bretanha e mais: da Europa continental do século XVI.

³⁰ Sobre essa rede multidisciplinar, ver a contribuição do professor Rivair Macedo no presente livro.

³¹ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Presentismo Negro: um tópico subjacente na história afro-brasileira, *Anos 90*. Porto Alegre, v. 14, n. 27, jul. 2008, p. 257-285.

³² CHINGOTTO, Mario R. “*La migración boer en la Patagonia*”, *Boletín del Centro Naval*, n. 690, 1972, p. 11-22; DU TOIT, Brian. *Colonia Boer: An Afrikaner Settlement in Chubut, Argentina*. New York: Edwin Mellen Press, 1995; PINEAU, Marisa. “Los sudafricanos miraron al Atlántico. La migración Boer a Argentina”, *II RIHA*, 1996, p. 273-277. Sobre a diáspora africânder para México e EUA, ver ainda DU TOIT, Brian: “Boer Settlers in the Southwest”. *Southwestern Studies*, n. 101, *Series El Paso*, Texas: Texas Western Press, 1995.

míbia para a África do Sul.³³ Também alemães com experiência colonial africana migraram para o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Isso significa dizer que mesmo em países como a Argentina ou regiões como o Sul do Brasil, onde houve uma maior concentração populacional de descendentes de imigrantes alemães ou italianos, pode-se descobrir outras conexões históricas com a África. Para isso, superar aquela imagem exótica da África é um imperativo.

Devemos também nos precaver contra o afro-oportunismo. Aliás, a história recente da aproximação do Brasil com a África nesse início do século XXI ainda está por ser escrita. Se há uma série de aspectos positivos no intercâmbio afro-brasileiro, sobretudo no campo da ciência e da cultura, outros campos tiveram ações cujos impactos ainda não foram avaliados. Provavelmente, muitos negócios e empreendimentos foram realizados através de tráfico de influência, propinas etc. Para ficar num exemplo, o investimento da Petrobrás no Benim, uma operação que parece ter rendido milionária propina ao ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Mas o afro-oportunismo não se manifesta apenas em contratos ou projetos de grandes empresas. Ele pode ocorrer em vários campos e setores não apenas da economia, mas também da educação e da ciência e tecnologia. No ano passado, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) realizou uma missão empresarial a países africanos, com a participação de aproximadamente 40 empresas brasileiras dos setores de máquinas e equipamentos, de alimentos e da construção. Ainda segundo a APEX, as relações comerciais entre o Brasil e a África poderão se intensificar nos próximos anos. O mercado africano aparece como uma alternativa para a economia brasileira. Para Santa Catarina, há previsão de novas oportunidades de comércio com alguns países africanos. Se houver recursos, provavelmente, a UFSC deve aumentar seu intercâmbio com universidades africanas nos campos da agronomia, da veterinária, da saúde, das engenharias e ainda nas áreas das ciências humanas e da comunicação. Mas a formação de um centro multidisciplinar de estudos africanos na UFSC como o CEA da UFMG não me parece viável num futuro próximo.

O que vejo num cenário futuro é a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu* em estudos africanos, composto por algumas áreas

³³ CORREA, Sílvio M. de S. Diáspora Branca na África Austral. *E-Hum*. Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, v. 8, n. 2, ago./dez., 2015, p. 77-88.

disciplinares num formato similar ao curso de especialização em História da África (Pós-Afrikas) e coordenado por Fernanda Thomaz (UFJF). Um outro formato que me parece promissor é um projeto interinstitucional em nível de pós-graduação (acadêmico ou profissional) entre universidades do RS, SC e PR. Isso pode ser uma alternativa para fomentar o ensino e a pesquisa no campo disciplinar da História da África em Santa Catarina e nos estados vizinhos. Em qualquer caso, há de se ter professores e pesquisadores qualificados e com produção acadêmica internacional. Do contrário, o afro-oportunismo poderá desperdiçar recursos e mesmo obliterar os parcos esforços que vêm sendo feitos para alavancar os estudos sobre África nos programas de pós-graduação em Santa Catarina e alhures. Ressalto que os afro-oportunistas persistem na ideia de uma África ancestral, folclórica e exótica, destoando completamente daquilo que já integra a recente produção acadêmica do PPGH da UFSC.

Por fim, gostaria de voltar ao ponto inicial, ao meu lugar de ilhéu. Aliás, minha condição insular é uma escolha. Explico. Quando Sigmund Freud escreveu a história do movimento psicanalítico em 1914, alguns meses antes de iniciar a Grande Guerra, o que ele fez foi um ensaio de *ego-histoire* no sentido lato que Pierre Nora atribuiu ao termo, ou seja, de “fazer-se historiador de si mesmo”, “inscrevendo a sua própria existência numa continuidade refletida”. No seu ensaio, Freud demonstrou o quanto Adler e Jung tinham se afastado dos princípios fundamentais da psicanálise e que por essa razão suas teorias não deveriam ser chamadas de psicanálise. E quando Carl Jung vangloriou-se que suas modificações da psicanálise haviam vencido as resistências de muitas pessoas que até então não queriam nada com ela, Freud replicou que “quanto mais Jung sacrificasse as verdades da psicanálise, mais veria as resistências desaparecendo”. Portanto, não havia motivo nenhum de vanglória.

Ora, a História da África não tem por fito agradar, ela não tem que ser a escrava da nossa atualidade, nem subserviente aos ditames de uma memória afro-brasileira. O argumento *ad captandam benevolentiam* (para obter benevolência) de uma História da África que faz do passado algo superior ao presente não seduz quem sabe que a história não deve fomentar qualquer ilusão. Mas se a tendência continental clama por uma história para o bel-prazer dos afro-oportunistas, então, melhor seguir a vocação insular, o labor em *splendid isolation*.

Os estudos africanos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

José Rivair Macedo¹

A presente exposição tem a finalidade de apresentar diferentes iniciativas de docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em particular do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, relacionadas aos estudos de processos históricos que envolvem a História da África e dos afro-descendentes. Pretende-se relatar com esta finalidade o conjunto de atividades que justifica o argumento em favor da existência de uma gradual especialização na área dos estudos africanos e afro-brasileiros na pós-graduação.

As propostas de análise e de pesquisa que dão suporte a este texto dizem respeito primeiramente ao interesse pelas realidades históricas do continente africano naquilo que lhe é próprio, desde os períodos de formação de suas sociedades até os desdobramentos mais recentes de suas instituições sociais e estatais; e ao interesse pelo conhecimento acerca das experiências das populações de origem africana no Novo Mundo, particularmente no Brasil meridional.

Nesse último caso, o Programa de Pós-Graduação em História, criado em 1996, alinha há algum tempo contribuições expressivas, como os resultados das pesquisas realizadas pela professora Sandra Pesavento sobre os grupos subalternos ou excluídos em Porto Alegre, divulgadas em obras de grande circulação²; a tese de doutorado defendida em 2001 por Paulo Roberto Staud Moreira, “Os Cativos e os Homens de Bem: práticas e representações sobre cativo e liberdade em Porto Alegre na segunda metade

¹ Professor titular do Departamento de História – UFRGS; docente permanente do PPG em História – UFRGS; Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos, NEAB-UFRGS; Coordenador da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos – ILEA-UFRGS; Pesquisador nível 1D do CNPQ, com o projeto de pesquisa: “Portugueses e africanos no contexto da abertura do Atlântico (2013-2017).

² PESAVENTO, Sandra Jatathy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; IDEM. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

do século XIX”, e várias dissertações de mestrado³. Também merece destaque o dossiê *África-Brasil*, publicado na revista *Anos 90*, do PPGH, organizado pelas professoras Regina Xavier e Regina Weber no ano de 2008, que reuniu artigos produzidos por pesquisadores de renome nacional e internacional, como o artigo de Frederick Cooper: “Conflito e conexão: repensando a história colonial da África”.

Quanto ao trabalho específico com as realidades africanas, convém lembrar das iniciativas pioneiras que remontam aos anos 1990 e que se vinculam parcialmente aos interesses pessoais de determinados docentes ou a desdobramentos institucionais. Já na metade daquela década as questões inerentes a inserção da África no contexto das relações internacionais têm sido estudadas pelos pesquisadores Paulo Gilberto Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e, mais recentemente, por Analucia Danilevicz Pereira⁴. Coube aos dois primeiros a criação, junto ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados, do CEBRAFICA (Centro Brasileiro de Estudos Africanos), que promoveu intercâmbios e atividades na África do Sul e em Moçambique e deu ensejo a publicação de obras de divulgação importantes. Desta atividade de formação resultou a tese de doutorado defendida em 2007 por Analúcia Danilevicz Pereira intitulada “África do Sul e Brasil: dois caminhos para a transição ao pós-Guerra Fria”, e as dissertações de mestrado defendidas em 2002 por Lucianne Guedes da Luz Martins, “Relações Internacionais entre Brasil e Angola, 1808-1840”; e Alexandre Luiz Pereira da Silva, “A política externa brasileira e a questão colonial portuguesa na África: 1961-1975”. No princípio do século XXI, a criação de um Curso de Mestrado em Relações Internacionais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS atraiu para si algumas pesquisas sobre África, mas os vínculos com o campo da história continuam estreitos.

³ Paulo Staud MOREIRA. *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre no século XIX*, 1993; Eduardo Henrique de O. KERSTING. *Negros e modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)*, 1998; Hilton COSTA. *Horizontes raciais: a idéia de raça no pensamento social brasileiro*, 2001; Silmei de Sant’Anna PETIZ, *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira – 1815-1851*, 2001; Gabriel Santos BERUTE. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*, 2006; Ricardo DE LORENZO. “*E Aqui Enloqueceo*” – a alienação mental na Porto Alegre escravista (c.1843-c.1872), 2007.

⁴ VISENTINI, Paulo G. F. *A África moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010; IDEM. *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012; VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

Nos últimos anos, a professora Carla Brandalise tem orientado trabalhos sobre os desdobramentos da História da África no século XX. Entre eles está a dissertação de mestrado de Mauro Luiz Barbosa Marques, que desenvolve o trabalho intitulado “Entre ferro e fogo: visões da imprensa gaúcha sobre o contexto angolano durante o governo Agostinho Neto (1975-1979)”, em que analisa o conteúdo e as formas de abordagem jornalística dos periódicos gaúchos de grande circulação nos anos de 1970 a propósito dos acontecimentos ocorridos durante o primeiro governo independente contemporâneo de Angola, chefiado por Agostinho Neto, entre os anos 1975 e 1979. Outro trabalho que procurou estabelecer as relações entre África e Brasil é a dissertação de mestrado defendida em 2008 por Alexandre Kholrausch Marques, “A questão ítalo-abissínia: os significados atribuídos à invasão italiana à Etiópia, em 1935, pela intelectualidade gaúcha”, em que foram prospectadas as manifestações públicas, via imprensa, de um grupo de intelectuais negros, moradores da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, sobre a invasão italiana na Etiópia. Já na pesquisa desenvolvida pela pós-graduanda natural de Angola, Alzira Laurinda Ngueve Mosso, para sua dissertação intitulada “Patrimônio cultural em resgate: Uma reconstituição da identidade cultural em Angola”, o escopo foi estudar as tomadas de decisões, no âmbito da esfera pública, através das quais o recém-implementado estado independente de Angola, pós-guerra civil, redimensionou a sua memória histórica coletiva.

No âmbito mais alargado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, merece destaque o esforço empreendido pelo cabo-verdiano José Carlos Gomes dos Anjos, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na cooperação acadêmica promovida pela UFRGS para a implementação do curso de doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Cabo Verde. Assinale-se ainda atividades de orientação nos cursos de pós-graduação em Antropologia Social, Ciência Política, Sociologia e História para estudantes de origem cabo-verdiana, guineense, angolana e moçambicana.⁵ Isto ocorre em virtude do envolvimento da UFRGS com a formação universitária

⁵ As formas de inserção dos estudantes africanos nas universidades brasileiras constituíram o objeto de estudo da Dissertação de Mestrado em Sociologia do jovem pesquisador guineense Frederico Mattos Alves Cabral, vice-coordenador da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do ILEA/UFRGS, defendida em 2015 sob orientação da professora Clarissa Eckert Baeta Neves, com o título: “Os estudantes africanos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras: o Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-PG)”. No momento, encontram-se regularmente matriculados no PPG de História da UFRGS três pós-graduandos africanos: o angolano Joaquim Miguel Bondo e os moçambicanos Jorge Fernando Jairoce e Lurdes Cossa.

ria de estudantes de origem africana beneficiados por programas de mobilidade acadêmica, nos termos do PEC-G e do PEC-PG que vem sendo desenvolvidos desde 1965, com notável crescimento de procura de 2002 para cá.

Os estudos africanos no PPG de História

As atividades específicas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História começaram a ocorrer em 2011, quando foi decidida a criação do setor de História da África no Departamento de História, para o qual fomos designados. As condições iniciais para tal vinculam-se ao Estágio Sênior por nós realizado no primeiro semestre de 2012 com financiamento da CAPES, em torno do plano de trabalho denominado *Portugueses e africanos no contexto da abertura do Atlântico (1430-1480)* desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, sob a supervisão da professora doutora Manuela Mendonça, que preside na atualidade a Academia Portuguesa da História e é especialista em estudos do período de governo de D. João II de Avis.

O objetivo do projeto de pesquisa e plano de trabalho era recolher evidências documentais e referência bibliográfica a respeito dos primeiros contatos entre portugueses e africanos na região da Grande Senegâmbia durante os séculos XV-XVI, em particular, e na África Ocidental, de modo geral. A intenção era encontrar títulos que pudessem revelar a maneira pela qual foram estabelecidas as primeiras negociações com as autoridades africanas e reconstituir um quadro mais preciso das condições em que se deu a inserção da Senegâmbia no circuito das relações luso-africanas. Pretendia-se igualmente avaliar que notícias os navegantes tiveram a respeito do reino do Benin, Mali e Songai, cujo núcleo de poder encontrava-se mais para o interior do continente. Os resultados alcançados foram significativos tanto no que diz respeito à atualização bibliográfica quanto ao acesso à documentação primária editada e inédita. Entre as referências vinculadas a este projeto, a mais importante é a versão resumida em forma manuscrita do *Tratado Breve dos Rios da Guiné*, de André Álvares Almada, que se encontra preservada no Ms. 525, do setor dos Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. Com a ajuda de uma equipe de jovens pesquisadores, efetuamos a transcrição dos 56 fôlios deste documento e encontramos-nos em fase de preparação, tradução e anotação com vistas a sua publicação no ano de 2017.

O passo inicial para a institucionalização dos estudos africanos foi a aprovação pela Comissão de Graduação do IFCH da disciplina eletiva *HUM 03350 – História das antigas sociedades africanas*. Embora se trate de disciplina

opcional, em sua ementa constam assuntos relacionados com as dinâmicas históricas das sociedades africanas nilóticas e do Índico, mediterrânicas, saarianas e sub-saarianas anteriores ao período da hegemonia europeia.

Iniciativas também foram tomadas no Programa de Pós-Graduação, onde tivemos oportunidade de colocar em discussão aspectos fundamentais para a constituição das bases teóricas de uma reflexão metodológica apropriada aos estudos africanos. Neste caso, maior atenção foi dada aos elementos constituintes do pensamento africano contemporâneo, através do estudo dos pressupostos de análise de intelectuais consagrados que atuaram ao longo do século XX.

No primeiro semestre de 2013, o conteúdo da disciplina HIPG 0014 – Teoria e Metodologia da História disse respeito ao estudo de autores pós-coloniais e descoloniais, introduzindo no debate a contribuição teórica do congolês Valentin Yves Mudimbe e do camaronês Achille Mbembe. Tal debate veio a ser ampliado no segundo semestre de 2014, quando, na disciplina HIPG 0040 – Seminário de Cultura e Representações – Estudo Monográfico I, foram analisadas em maior profundidade as obras de intérpretes sociais africanos de variada formação e vinculação intelectual, política e ideológica, autores de formulações singulares acerca da realidade africana, como teóricos do anticolonialismo (Albert Memmi, Aimé Césaire), da negritude (Léopold Sédar Senghor, Aimé Césaire), da descolonização e da revolução africana (Kwame Nkrumah, Frantz Fanon, Amílcar Cabral), de postulados nacionalistas e afrocentristas (Joseph Ki-Zerbo, Cheikh Anta Diop), da tradição e oralidade (Amadou Hampaté Bâ), da etnofilosofia ou da filosofia africana (Paulin Hountondji), do lugar da África no Sistema-Mundo (Walter Rodney, Samir Amin), dos discursos acerca da África e dos africanos (Valentim Mudimbe, Achille Mbembe). Os resultados alcançados nessas disciplinas foram parcialmente incorporados ao conjunto de textos que integram uma obra coletiva, sob nossa coordenação, intitulada *O pensamento africano no século XX*, em curso de publicação pela Editora Expressão Popular.

Em 2013, ingressaram no Programa de Pós-Graduação os primeiros alunos com projetos de dissertação vinculados aos temas do africanismo. No trabalho de Rafael do Canto, o tema de estudo foi a trajetória de Ollaudah Equiano (1745-1797), personagem nascido na área igbo (atual Nigéria) aprisionado aos 11 anos e mantido durante certo tempo em cativeiro na Inglaterra e na América – que de escravo na juventude mudou o rumo de sua existência ao atuar como marinheiro, alcançando o posto de oficial da Marinha Inglesa para depois se tornar ardoroso defensor do abolicionis-

mo. Já Gabriel Egger estudou o contexto político-militar da descolonização da República do Sudão, com as subsequentes rebeliões dos povos de matriz identitária Asante, Dinka e Nuer e a formação da atual República do Sudão do Sul – criada em 2011. Quanto ao projeto do estudante angolano Joaquim Miguel Bondo, diz respeito aos enfoques da História de Angola nos bancos escolares do ensino fundamental, através do exame dos programas oficiais de ensino e dos livros didáticos utilizados no período entre 1975-2002. Mais recentemente encontram-se em desenvolvimento as dissertações de mestrado de Fábio Amorim Vieira acerca das relações entre egípcios e núbios em meados do II milênio; de Ana Júlia Pacheco, acerca das representações da África na revista *Veja*; e de Gabrieli Debortoli, acerca da experiência dos africanos em Florianópolis na primeira metade do século XIX.

No ano de 2014 foi aprovado o primeiro projeto de doutorado dedicado aos estudos africanos, apresentado por Walter Lippold, que tem por objetivo a análise do impacto da cena argelina no ideário revolucionário africano dos anos 1960, em particular através das notícias do jornal *El Moudjahid* e da obra teórica de Frantz Fanon em *Os condenados da terra*, em *O ano V da Revolução Argelina* e *Em defesa da Revolução Africana*. Outro trabalho, de Rafael Antunes do Canto, dedica-se ao tema da cultura marítima dos povos bijagós da Guiné, assunto a ser provavelmente tratado durante este evento. Temos ciência da diversidade de temas, perspectivas de abordagem e problemas de investigação acima enunciados, e estamos fazendo o possível para oferecer orientação minimamente qualificada e interlocução acadêmica pertinente, enquanto aguardamos o fortalecimento de parcerias com competência acadêmica e compromisso em prol do avanço dos conhecimentos sobre os mundos africanos em nossa universidade.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos

Quanto a nossa forma de atuação, temos procurado ocupar espaços no interior da universidade de modo articulado e em consonância com esferas de ação e promoção dos saberes acadêmicos e sua interface com a sociedade. Em vista disso, propusemos em maio de 2014, junto com a equipe do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da PROEXT a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da UFRGS, sob nossa coordenação até o ano de 2018. Conforme o seu regimento, NEAB/UFRGS visa produzir, difundir e promover ações de ensino, extensão e pesquisa, por meio da articulação com diferentes instâncias

da universidade e instâncias externas que tenham interesse em questões relativas a história e cultura afro-brasileira, indígena e africana. De acordo com o mesmo documento, os seus objetivos precípuos são:

- incentivar, desenvolver e consolidar, com competência acadêmica e compromisso social, ações de ensino, extensão e pesquisa, nas temáticas afro-brasileira, indígena e africana;

- promover a produção acadêmica de conhecimento original nas temáticas negro e indígena, garantindo sua circulação e apropriação pela sociedade;

- qualificar, por meio de atividades de formação continuada, professores, pesquisadores, equipes diretivas das escolas e gestores públicos e acadêmicos para serem propositivos e atuantes no processo de implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e de pareceres ou manifestações dos Conselhos de Educação – nacional, estaduais, municipais – que contemplam populações postas à margem da sociedade;

- desenvolver práticas pedagógicas de combate ao racismo e à discriminação no contexto social, notadamente no escolar e acadêmico;

- contribuir para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos negros e indígenas nos diferentes espaços de inserção social e acadêmica;

- criar fóruns de discussão entre a universidade e a sociedade para viabilizar projetos de ensino e extensão que tenham como foco a questão étnico-racial;

- incentivar e desenvolver projetos ou atividades de pesquisa que tenham por objetivo a produção de conhecimento acadêmico original sobre assuntos vinculados notadamente às populações negras e indígenas;

- organizar, catalogar e disponibilizar de forma contínua materiais produzidos por projetos de ensino, extensão e pesquisa, visando disseminar conhecimentos acerca das temáticas negra e indígena, por meio de publicações, mídias e participação em eventos;

- produzir material didático-pedagógico para os espaços de educação básica e superior;

- produzir material acadêmico, para utilização nos espaços acadêmicos, escolares e comunitários, como resultados de pesquisas, sistematizações de ações de extensão, livros, periódicos, produções audiovisuais e catálogos, que tenham por tema questões ligadas aos negros, indígenas e africanos;

- colaborar para o fortalecimento das Políticas de Ações Afirmativas implementadas na universidade.

No interior da universidade, contamos com a participação e a contribuição de docentes e pesquisadores de diferentes faculdades e institutos, vinculados ao estudo, à pesquisa e à orientação dedicados aos povos indígenas (Maria Aparecida Bergamaschi, da FAGED, José Octávio Catafesto e Sérgio Baptista da Silva, do IFCH; Ana Lúcia Liberato Tettamanny, do Instituto de Letras), aos afro-brasileiros (José Maria Wiest, do Instituto de Ciência e Tecnologias dos Alimentos; José Carlos dos Anjos, do IFCH; Eduardo Veras e Luciana Prass, do Instituto de Artes) e africanos (José Rivair Macedo e José Carlos dos Anjos, do IFCH; Ana Lúcia Liberato Tettamanny e Eduardo Veras); de pesquisadores e servidores técnico-administrativos comprometidos diretamente com temas de interesse das questões étnico-raciais do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da PROEXT, que funciona como sede do NEAB; e com a participação de parceiros atualmente externos à universidade que ofereceram e continuam a oferecer contribuição diferencial na elaboração de políticas públicas voltadas para o combate ao racismo através de formação educativa qualificada (entre os quais a professora Vera Neusa Lopes, Paulo Sérgio da Silva e Iosvaldir Carvalho Bittencourt Jr).

Desde o ano de 2013, temos trabalhado na organização de atividades acadêmicas e culturais alusivas à *Semana da África*. A primeira edição do evento girou em torno do tema dos *50 anos da União Africana*. Nas demais edições, os eixos gerais de reflexão giraram em torno dos assuntos: *Ensino e difusão do conhecimento na África* (2014); e *Pensamento africano contemporâneo* (2015). Na atual edição, ocorrida no período de 23-25 de maio do corrente, as atividades disseram respeito ao tema da *Cultura e educação na África*, e foram inseridas na programação propostas destinadas ao público estudantil de ensino fundamental e médio (oficina de percussão iorubá; contação de histórias), a professores de ensino fundamental e médio (minicursos paralelos sobre arte, literatura e história africana) e ao público em geral (mesas de discussão sobre culturas tradicionais, tradições religiosas e ensino universitário; sessões de apresentação de trabalhos por estudantes de graduação e pós-graduação).

Encontra-se em fase de preparação a implementação de uma linha de pesquisa em Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos junto a Pró-Reitoria de Pesquisa da UFRGS, destinada a Iniciação Científica de jovens pesquisadores interessados em desenvolver projetos de investigação nas áreas de Artes, Ciências Sociais, Educação, História e Letras, vinculados aos es-

tudos dos povos indígenas e das populações negras. As temáticas e questões de interesse da linha de pesquisa são as seguintes:

Educação e relações étnico-raciais: estudos, propostas e experiências didático-pedagógicas sobre a questão indígena e negra em sala de aula, com particular atenção àquelas direcionadas para o cumprimento das determinações legais previstas nas leis federais n. 10.639/2003, n. 11.645/2008 e o Art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Epistemologias ameríndias e negras: estudos atinentes as variadas formas pelas quais as populações ameríndias e negras – afro-brasileiras ou africanas – explicam e transmitem conhecimento sobre os fenômenos que envolvem sua existência social, as categorias e os conceitos que perpassam suas línguas, culturas, religiões, através de escrita, tradição oral e outras formas de comunicação.

Imaginários, discursos e representações: estudos acerca das formas de expressão oral, escrita, iconográfica, gestual, estética e/ou outras, pelos quais indígenas e negros(as) atribuem significado a si mesmos(as), aos outros e ao mundo em que vivem.

Minorias étnico-raciais e participação política: estudos sobre as maneiras pelas quais populações ameríndias e negras – afro-brasileiras ou africanas – organizam-se e reagem aos condicionamentos sociais e políticos decorrentes de práticas discriminatórias de variada procedência, no passado e no presente.

Organização social das populações ameríndias e negras: estudos sobre as múltiplas formas pelas quais populações ameríndias e negras – afro-brasileiras ou africanas – se constituem como sujeitos sociais, relacionam-se e constroem uma dada realidade social, e como reagem, resistem ou interagem com as estruturas sociais, políticas e econômicas em que estão inseridas, no passado e no presente.

A Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos

Consideramos que o passo mais importante para a institucionalização, difusão e visibilidade dos estudos africanos veio a ser dado com a criação, em 2014, da *Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos*, sob nossa coordenação conjunta com o jovem pesquisador guineense Frederico Matos Alves Cabral. A ideia surgiu durante a promoção da *Semana da África* na

UFRGS, de 2013, quando decidimos realizar reuniões mensais para discutir temas de interesse sobre a África, nas dependências do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados – UFRGS. Nestas primeiras reuniões, ainda informais, o grupo contou com participação de pós-graduandos africanos (Frederico Cabral, Joaquim Bondo, Amílcar Santi, Nino Nhaca) e brasileiros (Rafael do Canto, Liane Depieri Amorim, Gabriel Egger, Adriano Miglia) de Letras, Ciências Sociais e História.

A inscrição e a aprovação do projeto *As sociedades africanas no passado e no presente: mutações, adaptações, recomposições* garantiu apoio oficial e verba para dar sustentação às atividades do grupo para o período de 2014-2016 e estabelecimento de uma rede de contatos com profissionais especializados em estudos africanos do Brasil e do exterior. A rede multidisciplinar conta com a colaboração de cinco docentes da própria UFRGS e trinta convidados de instituições nacionais e internacionais, entre os quais estão nomes consagrados do africanismo, como Alberto da Costa e Silva (Academia Brasileira de Letras), Marina de Mello e Souza (USP), Valdemir Zamparoni (UFBA), Silvio Marcus de Souza Correia (UFSC), Selma Pantoja (UNB), Marcelo Bittencourt (UFF), Roquinaldo Ferreira (Brown University), Paulo Farias (Birmingham University) e Elikia M'Bokolo (EHESS) (<http://grupodeestudosaffricanos.blogspot.com.br/>).

Três resultados obtidos nos anos de 2014-2016 ilustram as reais possibilidades deste grupo multidisciplinar.

O primeiro vincula-se ao ciclo de debates “A formação do saber na África contemporânea”, realizado entre os dias 29/08 e 12/12/2014, cuja finalidade foi discutir a partir de diferentes disciplinas (literatura, história, antropologia, filosofia) e diferentes focos de enunciação (escrito, oral) as formas de expressão do conhecimento na África. Os temas foram debatidos por convidados da rede, e trataram, por exemplo, do papel dos intelectuais (José Carlos dos Anjos), da identidade nacional (Marçal de Menezes Paredes, Selma Pantoja), da criação literária (Laura Padilha), das formas de constituição da memória (Manzambi Vuvu Fernando) e do lugar do mito e do ritual nas sociedades contemporâneas (Joaquim Bondo, Pedro Ventura, Anselmo Chizenga).

O segundo tem a ver com a promoção de cursos de formação junto ao Programa de Pós-Graduação, por convidados da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos. Assim, em novembro de 2015 o antropólogo, docente na Universidade Agostinho Neto e diretor geral dos museus de Angola, Manzambi Vuvu Fernando ministrou uma disciplina de Tópicos Especiais

denominada *Museus, Memória e Patrimônio em Angola*, em que desenvolveu pormenorizadamente análise do patrimônio natural, do patrimônio histórico e a história dos museus angolanos desde o período colonial, com particular atenção ao significado cultural do Museu do Dundo. Mais recentemente, em maio de 2016, o docente João Marinho dos Santos, professor catedrático da Universidade de Coimbra, ministrou junto conosco uma disciplina de Tópicos Especiais intitulada *Os portugueses, os africanos e a abertura do Atlântico* (séculos XV-XVII).

O terceiro foi a publicação do dossiê *História das sociedades africanas: temas, questões e perspectivas de estudo*, no v. 21, n. 40 de *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, para o qual apresentaram contribuições em forma de artigos acadêmicos oito colaboradores da rede multidisciplinar (<http://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/index>).

Por fim, o projeto que deu sustentação à criação da rede de estudos africanos serviu de ponto de partida para a proposição de um convênio acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da República da Guiné-Bissau (INEP), segundo acordos feitos com o pesquisador guineense Lito Nunes Fernandes. O plano de trabalho contido na documentação que fundamenta a parceria internacional prevê a realização, por parte de docentes do PPG, de diversos cursos de formação junto ao INEP a serem realizados entre o segundo semestre de 2016 e o segundo semestre de 2018, e a vinda de jovens pesquisadores guineenses para obter formação pós-graduada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. O convênio, aprovado por ambas as instituições, encontra-se na fase de recolha de assinaturas dos respectivos representantes legais, e logo poderá coroar uma série de esforços visando a aproximação e o diálogo efetivo e direto com os intérpretes da realidade africana, que tem sido nossa intenção maior.

* * *

Eis, em síntese, um breve relato sobre o estado atual dos trabalhos acadêmicos dedicados aos estudos africanos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Embora incipientes, eles atestam nossa disposição para, em várias frentes, promover a consolidação deste campo de estudo que tem demonstrado grande fecundidade no momento atual em nosso país. Esperamos estar no caminho certo, e que logo possamos começar a colher os frutos das sementes agora lançadas em terreno tão promissor.

Como ensinar o que não se conhece? Reflexões sobre o ensino de História da África nas universidades estaduais do Paraná

Ana Paula Wagner¹

Peço desculpas se meu título traz um questionamento que, de certa forma, nos leva a um lugar comum. Já se passaram mais de 13 anos da promulgação da Lei 10.639/2003, que introduziu a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio², e considero que o questionamento acima ainda é válido. Entretanto, talvez devesse reelaborar minha pergunta, suavizando a indagação. Não se trata de um total desconhecimento sobre a história do continente africano. Se eu insistisse nesta proposição, de que existe uma completa ignorância do tema em debate, estaria desconsiderando o esforço de inúmeros profissionais na busca por qualificação para atuarem em sala de aula. Porém, avalio que, em algumas circunstâncias, a História da África é parcialmente conhecida e, em grande medida, quando discutida, encontra-se envolta em uma série de generalizações e estereótipos.

Tanto é consistente esta afirmação que há pouco tempo, especificamente entre o final do mês de fevereiro e início de março deste ano, acredito que muitos de nós pudemos acompanhar as polêmicas em torno da nota que o Grupo de Trabalho de História da África e a Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) enviaram para a comissão encarregada de organizar uma proposta para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que visa estabelecer um currículo mínimo para os Ensinos Fundamental e Médio.³ Em função da importância deste debate, os pesquisadores e profes-

¹ Departamento de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, *campus* Irati. E-mail: anapwagner@gmail.com.

² BRASIL. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

³ Nota do GT de História da África da Anpuh Nacional e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História. 26 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/>>

sores que trabalham e desenvolvem estudos na área de História da África fizeram uma leitura crítica da primeira versão da proposta e apresentaram uma nota à comissão responsável pela elaboração do texto.

Gostaria de evidenciar um dos parágrafos introdutórios da nota:

É preciso apontar que o destaque dado à área de História da África na proposta atual da BNCC é de grande importância e fornece uma contribuição para o ensino de História e para o enfrentamento dos atuais desafios à plena integração social e ao exercício da cidadania no Brasil. Contudo, causa incômodo e estranheza aos historiadores brasileiros, estudiosos da África e promotores de vários eventos, debates e publicações sobre ensino e pesquisa, a elaboração de uma proposta curricular nos termos apresentados na BNCC. Os conteúdos relativos a esse campo do conhecimento não contemplam toda a complexidade das organizações sociais, culturais e políticas africanas, necessária à compreensão da História do continente.⁴

A principal crítica que perpassa a avaliação dos pesquisadores é o caráter eurocêntrico da proposta em relação ao ensino da história do continente africano, desde as noções de tempo, espacialidades, perspectivas econômicas, culturais ou políticas, o uso de conceitos inapropriados, a valorização excessiva dos estados centralizados que se assemelham a processos históricos europeus, e por aí vai. Conforme a perspectiva apresentada na proposta da BNCC e a leitura feita pelo grupo que redigiu a nota, fica excluída a possibilidade de se problematizar a “complexidade das organizações sociais, culturais e políticas africanas” e não se dá a oportunidade para construção de “novas formas de produção do conhecimento histórico: anti-eurocêntrico, policêntrico, dialógico e antirracista”.⁵

Como se vê, o debate sobre o ensino de História da África é muito atual. Embora os parágrafos anteriores façam referência ao Ensino Funda-

bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associacao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>. Acesso em: 8 maio 2016.

⁴ Nota do GT de História da África da Anpuh Nacional e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História. 26 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associacao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>>. Acesso em: 8 maio 2016, p. 1.

⁵ Nota do GT de História da África da Anpuh Nacional e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História. 26 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associacao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>>. Acesso em: 8 maio 2016, p. 3.

mental e Médio, existe uma ligação intrínseca com o Ensino Superior. Já no final dos anos 1990 e mais particularmente após a promulgação da Lei 10.639/2003, em razão da importância de se trabalhar com História da África nas escolas, além de outras demandas políticas e educacionais, as universidades brasileiras passaram a entender a urgência e a necessidade de oferecer a disciplina de História da África nos cursos de graduação e pós-graduação, além de organizarem cursos de formação de professores e produção de material didático.⁶

É nesse quadro do ensino de História da África nas universidades que minha reflexão se insere, mais especificamente visando contribuir com o conhecimento de parte deste debate na região sul do Brasil, delimitada às universidades estaduais do Paraná. O enfoque é ponderar quais as condições de aprendizado do futuro professor que entrará em sala de aula, como esses futuros profissionais da educação são formados pelas universidades e quais os instrumentos intelectuais que estes terão para discutirem o ensino de História da África nos Ensinos Fundamental e Médio. Como argumentam Marcia Albuquerque Alves e Vilma de Lourdes Barbosa, no texto *Universidade e a escola: diálogo necessário sobre a questão étnico-racial*, “o graduando, ao assumir o ofício de professor, leva para sala de aula a bagagem intelectual construída na sua formação”, por isso a relevância de se conhecer o contexto de formação destes sujeitos que se tornarão protagonistas do processo de construção do conhecimento histórico no cotidiano escolar.⁷

É importante indicar que esta proposta de reflexão surgiu inspirada no projeto que conheci em Florianópolis, quando participei do XV Encontro Estadual de História da ANPUH-SC, ocorrido no ano de 2014. Neste evento também foi realizado o I Encontro do GT de História da África de Santa Catarina. Em uma das apresentações orais, tomei contato com o trabalho orientado pelo professor Paulino de Jesus Cardoso, intitulado *O Ensino de História de Áfricas em Santa Catarina: questões e perspectivas*, investigação

⁶ Conforme Alves e Barbosa, observou-se que a “Lei 10.639 implicou em duas mudanças: na Escola – que a História da África esteja presente nos currículos e que o seu conteúdo seja ministrado; e, nas Universidades que possam ser ofertadas além de disciplinas sobre o conteúdo, pesquisas e cursos de extensão e formação continuada abordando as questões étnico-raciais”. ALVES, Marcia Albuquerque; BARBOSA, Vilma de Lurdes. Universidade e a escola: diálogo necessário sobre a questão étnico-racial. In: *Anais do XVI Encontro Estadual de História: Poder, Memória e Resistência: 50 anos do golpe de 1964*, Campina Grande, 2014, v. 1, p. 774-775.

⁷ ALVES, Marcia Albuquerque; BARBOSA, Vilma de Lurdes. Universidade e a escola: diálogo necessário sobre a questão étnico-racial. In: *Anais do XVI Encontro Estadual de História: Poder, Memória e Resistência: 50 anos do golpe de 1964*, Campina Grande, 2014, v. 1, p. 774.

desenvolvida pelo grupo de pesquisa “Multiculturalismo: Estudos Indígenas, Africanos e da Diáspora”, e vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (NEAB/UDESC).⁸ Conforme os participantes da pesquisa, o objetivo desta foi “mapear a formação profissional de professores e professoras que ministram a disciplina de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira ou similar, assim como os componentes curriculares aplicados nos cursos de licenciatura e bacharelado em História nas instituições de ensino superior (públicas, comunitárias e particulares) de Santa Catarina”.⁹

Depois de participar do evento em Florianópolis, e inspirada no trabalho desenvolvido pelos colegas da UDESC, orientei um projeto de Iniciação Científica, entre os anos de 2014 e 2015, do acadêmico do curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, instituição à qual estou vinculada. Durante dois anos, Danylo Baziewicz desenvolveu a pesquisa *O ensino da História da África nas universidades estaduais paranaenses*, sob minha orientação. O objetivo principal do trabalho foi realizar um levantamento sobre a oferta da disciplina de História da África nas universidades do estado do Paraná, particularmente entre os cursos de Licenciatura de História.¹⁰ De certa forma, passada a pesquisa, vejo que a proposta era ambiciosa, em se tratando de um trabalho de Iniciação Científica, com um aluno ainda no primeiro ano do curso. Um outro detalhe foi o contexto histórico que vivemos no Paraná no decorrer do ano de 2015, com uma greve que paralisou todas as universidades estaduais durante quase 3 meses, e que culminou com o confronto do 29 de Abril, ocorrido em Curitiba. Assim, os próximos dados que apresentarei, a maior parte deles é fruto do arrolamento de informações realizado pelo acadêmico Danylo Baziewicz e de reflexões desenvolvidas ao longo da minha experiência profissional como professora da disciplina História da África na Universidade Estadual do Centro-Oeste.

⁸ Sobre alguns resultados desta investigação, ver: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; PACHECO, Ana Julia; CARVALHO, Carol Lima de. História da África no Ensino Superior de Santa Catarina: uma aproximação. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. V. 5, n. 3, set./dez., 2014, p. 139.

⁹ CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; PACHECO, Ana Julia; CARVALHO, Carol Lima de. História da África no Ensino Superior de Santa Catarina: uma aproximação. *Revista Tempo, Espaço, Linguagem*. V. 5, n. 3, set./dez., 2014, p. 139.

¹⁰ BAZIEWCZ, Danylo. *O ensino da História da África nas universidades estaduais paranaenses*. 2015. Iniciação Científica (Relatório Final). Universidade Estadual do Centro-Oeste.

A realidade paranaense e as condições favoráveis da UNICENTRO

Ao todo, existem sete universidades estaduais no Paraná, são elas: Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), criadas no final dos anos 1960, a Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), fundadas nos anos 1990, e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), ambas com surgimento na última década. A maior parte destas instituições resultaram da incorporação de faculdades estaduais já existentes e que funcionavam em separado. De forma abrangente, elas são *multicampi* e uma delas é multirregional, como o caso da UNESPAR.

Como referido acima, interessou-nos sobretudo identificar os cursos de graduação em História que tinham a habilitação na área de licenciatura, a qual, em linhas gerais, prepara o acadêmico para atuar como professor na Educação Básica (Ensino Fundamental ou Médio). A primeira constatação realizada após o levantamento inicial, através da consulta dos sites das sete universidades, é que todas elas possuem o curso de Licenciatura em História, em pelo menos um dos seus *campi*.

Na busca por sistematizar os dados, construímos uma tipologia em torno de três situações gerais. Em um primeiro grupo, agregamos os cursos que têm a disciplina de História da África em sua grade curricular. No segundo grupo, colocamos os cursos que não têm História da África, mas em que consta uma outra disciplina com aproximações temáticas, como por exemplo, “História e cultura afro-brasileira”.¹¹ E, por fim, no terceiro grupo, os cursos que não têm a disciplina História da África, nem algo similar.

Considero que a situação geral das universidades estaduais do Paraná é relativamente positiva. Em apenas dois casos, UNIOESTE, *campus* de Marechal Cândido Rondon, e UNESPAR, *campus* de Paranaguá, embora exista o curso de Licenciatura, não consta na grade curricular nenhuma disciplina de História da África, ou algo correlato como “História e Cultu-

¹¹ Embora saibamos que existem diferenças profundas entre uma disciplina intitulada “História da África” e outra denominada “História e cultura afro-brasileira”, não podemos deixar de identificar um certo esforço das universidades em contemplarem em seus currículos acadêmicos, nem que minimamente, os debates em torno das questões referentes às sociedades africanas. Por esta razão, fizemos a distinção deste grupo em particular.

ra afro-brasileira”. A conclusão a que se chega é que os futuros profissionais da educação, formados por estas instituições, irão para a sala de aula despreparados, com algumas lacunas, para lidar com parte das premissas da Lei 10.639/2003.

No grupo das instituições que têm a disciplina de História da África, identificamos os cursos de Licenciatura em cinco universidades, em diferentes *campi*. Todavia fizemos uma particularização entre aquelas disciplinas que são de caráter obrigatório e aquelas que são optativas.¹² Entre as universidades em que o aluno efetivamente cursará a disciplina de História da África ao longo da vida acadêmica, estão a UNICENTRO, *campi* Irati¹³ e Guarapuava¹⁴, a UEPG¹⁵, a UNESPAR, *campi* Paranavaí¹⁶ e União da Vitória¹⁷, e, por fim, a UENP, *campus* Jacarezinho¹⁸.

Em duas instituições, UEM¹⁹ e UNESPAR, *campus* de Campo Mourão²⁰, as disciplinas são de caráter optativo, em que o acadêmico elege o que cursar. A leitura que fazemos desta modalidade é que, em certa medida, ela pode ser considerada como uma estratégia para que o acadêmico não fique absolutamente sem nenhuma formação nesta área. Como referido acima, por exemplo, na UNESPAR, no *campus* de Campo Mourão, existe uma disciplina eletiva, intitulada *História da África*, uma espécie de disciplina optativa que é oferecida em função da disponibilidade de um professor ministrar e o aluno se matricular, se assim desejar. Uma outra alternativa, são os temas referentes ao continente africano serem contemplados em outras disciplinas. Por orientação de alguns avaliadores e a reformulação do Projeto Político Pedagógico do curso em questão, consta no documento de *Atualização do projeto de implementação do Curso de Licenciatura Plena em História* (datado de 2010):

¹² Para esta reflexão, entende-se por disciplina optativa aquela em que o acadêmico tem a livre escolha para se matricular, ao contrário de uma disciplina obrigatória. O outro ponto importante a ser considerado é que para esse tipo de disciplina se efetivar, depende da oferta desta pelos professores do departamento ao qual o aluno está vinculado.

¹³ Disciplina *História da África*, 68 C/H.

¹⁴ Disciplina *História da África e da Cultura Afro-Brasileira*, 102 C/H.

¹⁵ Disciplina *Tópicos Temáticos em História Africana e Afro-Brasileira*, 68 C/H.

¹⁶ Disciplina *História da África*, 136 C/H.

¹⁷ Disciplina *História da África* e Disciplina *História e Cultura Afro-brasileira*. No site, não constam informações sobre a carga horária.

¹⁸ Disciplina *História da África*, 60 C/H.

¹⁹ Disciplina *Tópicos Especiais em História da África I e Tópicos Especiais em História da África II*, 68 C/H.

²⁰ Disciplina *História da África*, 72 C/H.

Foram incluídas nas ementas e na bibliografia das disciplinas o conteúdo sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena conforme Lei n. 11.645/08 que trata da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de acordo com a Deliberação CEE – PR n. 04/06 – Lei n. 10.639, isso está presente nas seguintes disciplinas: História do Brasil I, II e III, disciplina de História do Paraná e disciplina de História Contemporânea II.²¹

Embora o quadro geral brevemente apresentado não corresponda ao plano ideal do ensino de História da África nas instituições de ensino superior, entendemos que é significativa e relevante a presença da disciplina em questão na maior parte das universidades do estado do Paraná. Todavia, ainda gostaríamos de acrescentar um outro elemento para reflexão sobre o ensino de História da África nas universidades estaduais paranaense.

Todos concordarão com a assertiva de que, tão importante quanto o aluno ter condições de cursar a disciplina de História da África no decorrer da sua vida acadêmica, é o professor universitário, aquele responsável por ministrar as aulas, ter uma produção acadêmica e atuação docente (pesquisa, ensino e extensão) voltadas para a área de conhecimento da História da África e/ou Cultura Afro-Brasileira. Conforme os dados levantados por Danylo Baziewcz²² foi possível identificar os nomes de três professores das universidades paranaenses encarregados pela disciplina em análise²³, a saber: a Dra. Silvia Cristina Martins de Souza (UEL), o Dr. Delton Aparecido Felipe (UNESPAR, *campus* de Campo Mourão), juntamente comigo, Dra. Ana Paula Wagner (UNICENTRO, *campus* de Irati). Após a consulta à plataforma Lattes²⁴, o que foi observado é que os três professores

²¹ UNESPAR. *Atualização do projeto de implementação do Curso de Licenciatura Plena em História, do Curso de História da Fecilcam*. Campo Mourão, 2010.

²² BAZIEWCZ, Danylo. *O ensino da História da África nas universidades estaduais paranaenses*. 2015. Iniciação Científica (Relatório Final). Universidade Estadual do Centro-Oeste.

²³ Como já referido anteriormente, a longa greve vivida por todas as universidades estaduais do Paraná no primeiro trimestre de 2015 trouxe algumas lacunas para o desenvolvimento da pesquisa do acadêmico Danylo Baziewcz. Após o levantamento de informações a partir de sites, foram solicitados esclarecimentos adicionais aos Chefes dos Departamentos dos Cursos de História, por meio de mensagens eletrônicas. Requeria-se, sobretudo, os planos de ensino e os nomes dos professores responsáveis pela disciplina. Todavia, foram diminutos os retornos obtidos.

²⁴ Plataforma Lattes é uma plataforma virtual criada e mantida pelo CNPq, pela qual integra as bases de dados de currículos, grupos de pesquisa e instituições, em um único sistema de informações, das áreas de Ciência e Tecnologia, atuando no Brasil. Foi criada para facilitar as ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento à pesquisa, tanto do CNPq quanto de outras agências de fomento à pesquisa, tanto federais quanto estaduais, e de instituições de ensino e pesquisa.

acima mencionados têm em seu currículo informações sobre suas formações acadêmicas e produções ligadas a História da África e/ou Cultura Afro-Brasileira.

Nesse sentido, o professor universitário que tem uma formação, produção científica e atuação na área de História da África, tem grande probabilidade de fazer escolhas mais criteriosas para elaboração dos seus planos de ensino, tanto na seleção de conteúdos quanto da bibliografia a ser trabalhada em sala de aula. A crítica apresentada pelo Grupo de Trabalho de História da África e a Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) à proposta da BNCC, também serve para o professor do ensino superior. Precisamos contemplar “toda a complexidade das organizações sociais, culturais e políticas africanas, necessária à compreensão da História do continente”²⁵, empregando uma historiografia contemporânea, crítica à perspectiva eurocêntrica, e que apresenta novas temáticas, abordagens, metodologias e utilização de novas fontes de pesquisa.²⁶

Para encerrar esta reflexão, gostaria de acrescentar um último ponto. Trata-se de uma junção favorável de oportunidades de aprendizado para o graduando, quando em uma instituição de ensino superior existem, além da disciplina História da África, as disciplinas optativas com ementas abertas, como os “Tópicos Especiais em...”, e a presença de um professor especialista na área de História da África. Aqui tomo a liberdade de problematizar as particularidades da UNICENTRO, *campus* de Irati.

Em Irati, temos a disciplina obrigatória História da África e a disciplina optativa “Historiografia sobre África”, além da liberdade de criarmos disciplinas optativas a partir dos Tópicos Especiais.²⁷ O fato de ter uma professora com pesquisas e estudos voltados para a História da África, e concursada nesta área especificamente, possibilita que as disciplinas optati-

²⁵ Nota do GT de História da África da Anpuh Nacional e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História. 26 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-afrika-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-afrika-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>>. Acesso em: 8 maio 2016, p. 1.

²⁶ Para a historiografia contemporânea do continente africano, ver: KI-ZERBO, Joseph (Coord.). *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 3. ed. São Paulo: Cortez/Brasília: UNESCO, 2011; MENDONÇA, Maria Gusmão de. *Histórias da África*. São Paulo: LCTE Editora, 2008; SERRANO, Carlos; WALDMAN, Mauricio. *Memória D'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

²⁷ UNICENTRO. *Projeto Pedagógico do Curso de História da Unicentro – campus de Irati, Irati-PR, 2010*.

vas, na modalidade de tópicos especiais, sejam criadas e ofertadas, contemplando tanto temáticas mais gerais quanto específicas.

Para citar algumas práticas bem sucedidas, em 2015, por exemplo, os alunos tiveram a oportunidade de se matricularem na disciplina *História e literatura: a África em Língua Portuguesa*. Neste curso, com 68 c/h, a proposta geral era realizar um estudo das relações entre História e Literatura, tendo por foco a produção escrita em língua portuguesa sobre o continente africano. Para atingir este objetivo, foram apresentados alguns escritores africanos de expressão portuguesa (particularmente de Angola e Moçambique) e, a partir de então, discutiu-se como estes, no plano ficcional, debatem e reescrevem as histórias de seus respectivos países, problematizando temas como colonização, resistência, pós-independência, re-configurações de identidades e oralidade. O resultado final foi gratificante e enriquecedor. Destacaria o envolvimento e o grande interesse que os alunos tiveram pela leitura de *Terra Sonâmbula* de Mia Couto²⁸ e as poesias de Agostinho Neto, que estão na obra *Poemas de Angola*.²⁹

Em 2016, no primeiro semestre foi ofertada a disciplina optativa *Fontes para o ensino de História da África*. O objetivo foi desenvolver reflexões sobre o ensino, destacando a relação entre o campo de pesquisa científica e o conhecimento escolar. Por se tratar de um curso de licenciatura, buscou-se promover entre os alunos um contato com algumas possibilidades de fontes para serem problematizadas como instrumento para o ensino de História da África. Ao longo do curso, os acadêmicos puderam tomar contato com alguns objetos/produtos culturais africanos (como músicas, literatura, filmes, joias, máscaras, etc.) e desenvolver uma perspectiva de análise de que estes objetos/produtos podem configurar uma narrativa singular para se compreender as histórias das sociedades africanas.³⁰

Para finalizar esta reflexão, podemos considerar que a UNICENTRO, *campus* de Irati, acaba apresentado um quadro interessante para a discussão sobre o ensino de História da África no seu curso de licenciatura: nota-se a existência de uma disciplina obrigatória na grade curricular, tem um pro-

²⁸ COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

²⁹ NETO, Agostinho. *Poemas de Angola*. Rio de Janeiro: Codecri, 1976.

³⁰ Nesta disciplina, os acadêmicos tiveram a oportunidade de tomar contato com a música e a trajetória de Fela Kuti, com o filme “O Herói” (coprodução angolana, francesa e portuguesa), com a poesia de Agostinho Neto, com a pluralidade de máscaras referentes às culturas africanas e com uma publicação fartamente ilustrada com joias da África Oriental (*Joyas del África Oriental*. Editora: Kumbi Saleh, art tribal, 2006).

fessor com formação e atuação na área, e a possibilidade de oferta de disciplinas optativas com ementas abertas. Todos esses fatores juntos permitem oferecer aos acadêmicos a construção de “percepções e a problematização de novas narrativas, muitas vezes alternativas e construídas a partir de lugares e atores diferentes”.³¹ Assim, os acadêmicos formados a partir desta instituição teriam condições de efetivar o que diz a Lei 10.639/2003 e atuarem conforme as observações feitas pelo grupo de professores e pesquisadores vinculados ao Grupo de Trabalho de História da África e a Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África).

Como argumentam Marcia Albuquerque Alves e Vilma de Lourdes Barbosa, quando discutem a parcela de responsabilidade do Ensino Superior na efetivação da Lei 10.639/2003, o conhecimento que os futuros professores da Educação Básica possuem é, em parte, advindo deste processo de construção de conhecimento sobre a História da África desenvolvido na época da graduação. Todavia, para elas, e posicionamento com o qual compartilhamos, “o maior desafio da referida Lei não está em se inserir o conteúdo nos currículos e/ou nos livros didáticos, e sim, na desconstrução da imagem estereotipada da África, e conseqüentemente, dos seus povos, para que se possa construir um saber escolar que valorize” a história de homens e mulheres que vivem e viveram no continente africano.³²

Em 2003, no contexto de discussão sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e a organização do Ensino Fundamental no Brasil, Hebe Mattos, no texto *O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil*, já argumentava que era “urgente e essencial desenvolver uma agenda de prioridades a serem implementadas no trabalho de formação do professor de história”. Treze anos atrás, esta pesquisadora se posicionava sobre a importância de se “desenvolver condições para uma abordagem da História da África no mesmo nível de profundidade com que se estuda a história europeia e suas influências sobre o continente americano”. Mattos advertia

³¹ Nota do GT de História da África da Anpuh Nacional e da Associação Brasileira de Estudos Africanos (ABE-África) sobre a proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino de História. 26 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/bncc-historia/item/3322-nota-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-nacional-e-da-associao-brasileira-de-estudos-africanos-abe-africa-sobre-a-proposta-da-base-nacional-comum-curricular-bncc-para-o-ensino-de-historia>>. Acesso em: 8 maio 2016, p. 4.

³² ALVES, Marcia Albuquerque; BARBOSA, Vilma de Lourdes. Universidade e a escola: diálogo necessário sobre a questão étnico-racial. In: *Anais do XVI Encontro Estadual de História: Poder, Memória e Resistência: 50 anos do golpe de 1964*, Campina Grande, 2014, v. 1, p. 773-774.

que “ensinar História da África aos alunos brasileiros, com os conflitos e contradições que lhe são próprios, como todas as sociedades, é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar no Brasil”.³³ Em certo sentido, em um olhar pessimista, não avançamos muito por que nos dias de hoje ainda nos deparamos com perspectivas eurocêntricas como aquelas encontradas na primeira versão da proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que busca estabelecer um currículo mínimo para os Ensinos Fundamental e Médio.

De qualquer maneira, almejamos com estas reflexões fazer algumas sistematizações sobre a situação do ensino de História da África no estado do Paraná, bem como fomentar o debate sobre a relevância desta disciplina nas graduações de História. Também desejamos contribuir com a discussão sobre a necessidade do profissional responsável pela disciplina de História da África ser efetivamente um pesquisador/estudioso das temáticas africanas. Conforme destacado pela historiografia, é preciso promover o conhecimento do continente africano na ótica de uma metodologia diferenciada, capacitada a apreender as realidades africanas sob o prisma das especificidades que lhes são inerentes.

³³ MATTOS, Hebe Maria. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003, p. 134-135.

Nossa África

*Marina de Mello e Souza*¹

Chamar a África de nossa no ambiente acadêmico seria coisa impensável há um tempo não muito distante. Não que ela não tenha estado em nós desde quando nosso território começou a se tornar Brasil, lá nos idos do século XVI. Mas porque sua presença se dava a partir dos extratos dominados da população, fossem escravizados em tempos de escravismo, fossem trabalhadores não qualificados em tempos de capitalismo. Apesar de tê-la impregnada na cor da nossa pele, no ritmo dos nossos gestos, na melodia de nossas vozes, relutávamos em reconhecer essa presença, que foi por séculos, e com diferentes argumentos, associada a atraso e superstições. Presença ativa entre os que vivenciam o que chamamos de cultura popular, transmitida de maneira informal de geração a geração, integrada a sociabilidades comunitárias, espaços de expressão de diversas formas de criatividade, esteve bastante ausente do pensamento escolar, erudito, próprio das camadas dirigentes, que valorizam o que delas emana e desprezam o que geralmente nem sequer conhecem.

Com a redemocratização do Brasil, a emergência dos movimentos sociais, a organização de setores da sociedade civil, a renovação dos estudos acadêmicos – que se tornaram mais críticos acerca das perspectivas que fundamentavam a dominação das camadas dirigentes –, vozes há muito abafadas começaram a ser ouvidas. Nesse processo, a população negra e mestiça, historicamente marginalizada, começou a despertar alguma atenção daqueles que elegem os temas merecedores de consideração, na esfera das artes, da produção do conhecimento e da formulação de leis. Apesar de ainda sermos uma sociedade na qual o preconceito racial perpassa a maioria das relações, ampliou-se de maneira considerável o reconhecimento da importância dos africanos e dos seus descendentes para a formação do Brasil, assim como aumentou a consciência acerca dos fundamentos ideológicos que sustentaram os argumentos e posturas que inferiorizavam o negro,

¹ Departamento de História – FFLCH – USP. E-mail: marinamsouza@usp.br.

associado ao escravo e ao africano, pois este foi visto pelo pensamento ocidental, desde a antiguidade até muito recentemente, como um ser inferior em uma escala linear de evolução, que não teria produzido sociedades civilizadas, pensamento abstrato, criações artísticas sofisticadas. Entretanto, o eurocentrismo cuidadosamente construído durante séculos pelos pensadores do mundo ocidental está sendo cada vez mais questionado, à medida que são veiculadas outras formas de pensamento e de expressão, outras histórias que não a construída a partir da Europa.

Com o amparo dessas renovações epistemológicas e o estímulo dado pelas mudanças ocorridas na sociedade brasileira principalmente a partir da década de 1980, quando teve fim a ditadura militar e a censura, pelo menos em alguns setores da sociedade mudou a postura relativa ao continente africano, ao seu papel no nosso passado, sem falar no que se refere à sua importância para a nossa economia e política atuais. Hoje são cada vez mais reconhecidas as Áfricas que trazemos em nós, assim como aumenta nosso interesse pelas Áfricas que não nos dizem respeito diretamente, o que é atestado pelo imenso crescimento Brasil a fora de estudos sobre o continente que abordam os mais diversos temas, espaços e tempos.

É significativo que apenas com a promulgação da lei que tornou obrigatório o ensino de História da África, dos afrodescendentes, e num adendo posterior, dos indígenas brasileiros, esses temas tenham entrado no rol das preocupações acadêmicas, pouco a pouco e com bastante dificuldade abrindo espaços em um sistema educacional voltado para a reprodução dos valores dominantes. Até recentemente não se buscava o conhecimento acerca das culturas e histórias de grande parte de nossos ancestrais africanos, porque havia a intenção de eliminar esse aspecto da nossa formação, primeiro por meio das teorias evolucionistas de branqueamento, depois pela ideia de que no Brasil vigorava uma democracia racial, portanto não fazia sentido voltar a atenção para temas relacionados a características específicas das comunidades negras, o que criaria uma segregação considerada inexistente. Mas como não havia como ignorar a presença de matrizes africanas em uma grande quantidade de manifestações culturais brasileiras, algumas vezes elas foram abordadas por antropólogos que pesquisavam manifestações culturais geralmente entendidas como folclóricas, ou seja, reminiscências de um passado que teimavam em persistir entre as camadas consideradas menos educadas (considerando-se educação o ensino formal) e que não possuíam riquezas econômicas. A única área de estudos que sempre considerou a presença africana entre nós foi a das chamadas religiões afro-brasi-

leiras, especialmente o candomblé, pois, ao abordá-lo, não havia como não associá-lo a formas de religiosidade africanas. Mas visto como seita própria de culturas entendidas como primitivas e perseguido pela polícia, a forma como era abordado geralmente reforçava a perspectiva dominante, conforme a qual não constituía um sistema religioso. Além disso, não era considerado assunto a ser tratado pela história, e, sim, pelas ciências sociais.

Se estas atentaram para sociedades do continente africano, que de alguma forma estavam presentes nas culturas populares brasileiras, como atestam os trabalhos de Arthur Ramos, Câmara Cascudo, Roger Bastide e Pierre Verger entre outros, a história ignorou-as quase completamente. Entretanto, vale notar que no século XIX, quando eram centrais para o Brasil os laços econômicos entre os dois lados do Atlântico, fundados no comércio de gente, o interesse pelas informações acerca das sociedades africanas era maior, sendo exemplo disto o poema *Navio Negreiro* de Castro Alves, ou mais adiante os trabalhos de Nina Rodrigues, a despeito da sua carga de preconceitos.² Já para a grande maioria dos historiadores do século XX, quando consideravam a relação com a África, ela começava no porto de embarque de escravizados, e os africanos eram vistos apenas sob o prisma da escravidão. Mas como toda regra tem exceções, é bom lembrarmos de José Honório Rodrigues, que no início dos anos 1960, quando o continente vivia o processo de descolonização, chamou atenção para o afastamento do Brasil com relação à África em seu livro *Brasil e África: outro horizonte*. Mas se àquela época, quando o continente africano entrava em nova fase de sua história, alguns estudiosos dedicaram atenção a ele, isto foi logo interrompido pela ditadura militar, que instaurou a censura no Brasil, direcionou a pesquisa para temas que fossem caros aos governantes, e determinou que questões relativas a conflitos raciais fossem tratadas como ameaças à segurança nacional.³ A despeito desta postura, no campo da literatura histórica, Antonio Olinto e Zora Seljan se destacam como autores que es-

² Exemplo ainda anterior de interesse pelo continente africano é descrito por SILVA, Alberto da Costa e, Notícias da África, em *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 19/9/2007, www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/noticias-da-africa, consulta feita em: 8/5/2016, no qual dá notícia de um artigo de José Bonifácio de Andrada e Silva, que, no início do século XIX, entendeu o percurso do rio Níger a partir de conversas com africanos, antes de viajantes europeus terem-no trazido a público.

³ Sobre os estudos africanistas no início dos anos 1960 e a interrupção neles provocada pelo governo militar, ver a tese de doutorado de PEREIRA, Márcia Guerra, *História da África, uma disciplina em construção*, 2012, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: história, política e sociedade.

creveram sobre assuntos africanos e as ligações de algumas regiões daquele continente com o Brasil, entre os anos 1960 e 1980.⁴

Na década de 1960, ganhou força no Brasil a crítica acerca da ideologia da democracia racial, da qual Florestan Fernandes foi um dos pioneiros ao trazer a público sua análise sistematizada na tese *A integração do negro na sociedade de classes*, defendida em 1964 para obtenção de titularidade da cátedra de sociologia da Universidade de São Paulo. Na África formavam-se novos países que proclamavam suas independências da dominação colonial, e em países colonialistas das Américas e da Europa disseminou-se a ideia de uma identidade africana comum, forjada a partir da diáspora que levou grande quantidade de pessoas para fora do continente de origem. Enquanto isso, no Brasil a ditadura militar silenciou a voz de comunidades negras que começavam a fazer suas reivindicações de maior igualdade social a partir da afirmação de diferenças e não das semelhanças com o universo branco europeu. Demorou cerca de vinte anos para que esse processo fosse retomado, e, quando no final dos anos 1980, a sociedade civil voltou a se organizar, houve uma eclosão de movimentos sociais, entre eles os de negros, cujas principais bandeiras não se voltavam mais para a conquista de um modo de vida semelhante ao da elite branca, como ocorria na primeira metade do século XX. A identidade negra passou a ser afirmada a partir de uma diferença derivada de suas matrizes culturais africanas, o que abriu terreno para a consolidação de uma crítica ao eurocentrismo e para a busca da África que há em nós.

No meu entender, hoje o problema reside justamente nesse ponto, ou seja, entender qual é essa África. As posturas pautadas principalmente pelas ações políticas tendem a aceitar explicações simplificadoras e romantizadas, atreladas basicamente a propósitos políticos, que visam alcançar determinadas metas, previamente estabelecidas. A obrigatoriedade de abordar temas africanos e afro-brasileiros na educação das crianças e dos jovens, que responde a uma reivindicação de movimentos sociais, é certamente um ganho, cujos resultados já são sentidos. Mas o investimento em construir um conhecimento de qualidade sobre assuntos até recentemente muito pouco tratados entre nós deve ser intenso e desvinculado dos interesses imediatamente políticos, mesmo que os tenham como pano de fundo. No

⁴ Vale mencionar a trilogia de Antonio OLINTO, *A Casa da Água*, 1969; *O rei de Keto*, 1980 e *Trono de vidro*, 1987.

meu entender, para vencer a deficiência do nosso conhecimento sobre o continente africano, historicamente determinada, é necessário grande dedicação ao estudo e à pesquisa, o que vemos acontecer no nível universitário, mas de forma ainda tímida no ensino fundamental e médio.

Para dar um exemplo de como a pesquisa e o estudo levam a um ganho na qualidade do conhecimento sobre a África que existe em nós, recorro ao meu próprio percurso. Disposta a estudar as congadas no vale do Paraíba no século XIX, apresentei um projeto de doutorado sobre o tema, que, aprovado, passou a ser orientado por Ronaldo Vainfas, da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, ele pesquisava uma heresia ocorrida no Congo, na virada do século XVII para o XVIII, conhecida como antonianismo, e foi por sua sugestão que comecei a ler sobre o chamado reino do Congo e a adoção de elementos do cristianismo pelos seus governantes. Isso ocorreu nos anos 1990, quando esse assunto era pouco conhecido no Brasil. O contato com a bibliografia sobre o Congo cristão e sua história me levaram a entender as congadas, e as coroações de reis negros que as antecederam e ocorreram no Brasil, em vários lugares da América e em Portugal, à luz da história do Congo, e não apenas dos impérios ibéricos. Se Richard Burton, ao descrever uma congada que assistiu em meados do século XIX, associou-a às estruturas políticas africanas, suas conhecidas, ou Mário de Andrade, ao estudar os Congos associou-os a realezas africanas, essas autoridades negras no Brasil foram entendidas como arremedos festivos de tradições europeias, como “reis de fumaça”, como os chamou Mário de Andrade.⁵ Na maioria das vezes tratadas pelos folcloristas como parte de um processo de aculturação, as eleições de reis negros e congadas feitas pelas irmandades de homens pretos que reverenciavam santos católicos eram vistas como manifestações que haviam inserido elementos africanos em tradições europeias, e expressões da integração dos africanos e seus descendentes na sociedade escravista, por oposição a formas de resistência como os quilombos, as fugas e as revoltas.

Ao tomar conhecimento de que o Congo havia adotado o cristianismo no início do século XVI, que D. Afonso, soberano que governou de 1507 a 1542 era leitor dedicado da Bíblia, prezou a pregação dos missionários portugueses e fez da sua religião a oficial, situação que perdurou nos

⁵ ANDRADE, Mario de. *Os Congos*, em *Danças dramáticas do Brasil*, tomo 2, Belo Horizonte: Itatiaia; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1982, p. 9-105.

séculos seguintes, pude perceber que a celebração de um rei negro cristão tinha significados que iam muito além dos que até então haviam sido atribuídos à festa. A tese que então defendi foi de que o rei congo celebrado na festa do século XIX, além de possuir real autoridade sobre os que o escolhiam, assim como os chefes africanos tinham autoridade sobre as comunidades que governavam, representava a afirmação de uma conexão com a África, à qual as comunidades negras sentiam-se ligadas e que era por elas lembrada a cada ano, fortalecendo uma identidade construída no Brasil, que agregava diferentes grupos étnicos, mas que afirmava sua diferença diante da sociedade branca senhorial. Não trabalhei na chave da resistência ou da acomodação, mas argumentei que, aproveitando espaços permitidos pelos senhores brancos, como as irmandades católicas, as comunidades negras se organizaram de forma autônoma, teceram laços de solidariedade, reconstruíram estruturas dilaceradas pela escravização, criaram formas de expressão religiosa que mantinham uma coerência com suas culturas de origem. O que os africanos e crioulos do século XIX fizeram, ao elaborar as congadas, que continuam a ser feitas até hoje, foi tornar brasileiras partes da África, mesmo sob contextos que estimulavam a ruptura dos laços com este continente, visto como fator de atraso pelos olhos do evolucionismo e do racismo.

Desde a redação da tese ampliei consideravelmente meu conhecimento sobre o Congo, hoje norte de Angola, o que permitiu a confirmação do meu argumento de então, sobre na congada haver, por meio do catolicismo, a afirmação de uma africanidade, como chamei na época.⁶ Se naquela ocasião eu defendi que o Congo era evocado como elemento unificador no processo de reconstrução de identidades étnicas diversas por ter uma proeminência simbólica na região da atual Angola, de onde veio grande quantidade de escravizados por todo o período do tráfico, hoje sabemos que no século XIX foi grande a quantidade de pessoas aprisionadas no próprio Congo, e não em zonas mais ao interior, como então se pensava.⁷ Portanto,

⁶ O sentido que então dei ao termo africanidade foi de algo que, elaborado em solo americano, remetia a matrizes africanas; seriam características africanas de algo que acontece fora da África, diferente de algo realmente africano. Ver SOUZA, Marina de Mello e, *Reis negros no Brasil escravista*. História da festa de coroação de rei congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 347.

⁷ Ver a esse respeito a síntese sobre o assunto feita por SLENES, Robert W., “Eu venho de muito longe, eu venho cavando”: jogadores cumba na senzala centro africana, em LARA, Sílvia; PACHECO, Gustavo (Orgs.). *Memória do jongo*. As gravações históricas de Stanley J. Stein. Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007, p. 109-156.

além dos aspectos simbólicos então detectados, havia no sudeste brasileiro a presença de grande número de pessoas integrantes de comunidades familiarizadas com o catolicismo congues e que reconheciam a autoridade do Mani Congo. E esta, no século XIX, era principalmente simbólica, uma vez que o antigo Estado havia passado por um processo de desintegração em grande parte decorrente do comércio de escravizados, sendo os elementos cristãos centrais na legitimação da autoridade dos chefes.

Além da constatação de que a presença de escravizados congueses no sudeste brasileiro deveria ser muito maior do que a que eu originalmente supunha, um maior conhecimento das narrativas de viagens, relatos de missionários e histórias da região, me mostrou a importância de uma dança bélica sobre a qual eu já tinha notícia e que aparecia na minha tese, cuja presença na constituição das congadas foi reforçada pelas novas informações. Geralmente chamadas de sangamentos, eram danças realizadas em diversas ocasiões, como sepultamentos de chefes mortos e celebração de novos, preparação para guerras, envio de missões diplomáticas, ou nas festas católicas que reuniam grande parte da população nas capitais regionais.⁸ Parece inegável que as congadas e os moçambiques de hoje e do passado atualizaram significados africanos, presentes nos sangamentos, difíceis de serem decifrados a partir das fontes existentes.

Hoje as congadas e os moçambiques são quase sempre cortejos que saem pelas ruas ao som de ritmos de matriz africana e entoando cantos que falam sobre o passado de escravizados, a travessia do oceano e a fé nos santos protetores dos negros, especialmente Nossa Senhora do Rosário. Mas muitos viajantes e folcloristas registraram os autos dramáticos que eram encenados junto com os cortejos, no qual o rei congo cristão enfrentava um adversário pagão, que, ao ser derrotado, aceitava a religião do vencedor. A dança bélica na qual os seguidores dos dois adversários se enfrentavam, assim como o entrecho dramático, está hoje sintetizada na dança dos ternos de moçambique, na qual duas fileiras manejam bastões que se chocam conforme uma coreografia previamente ensaiada. O rei congo continua a

⁸ Sobre o tema: SOUZA, Marina de Mello e, Batalhas rituais centro-africanas e o catolicismo negro no Brasil, em *Experiências e interpretações do sagrado*, em HUFF JUNIOR, Arnaldo Érico; RODRIGUES, Elisa (Orgs.). São Paulo: Paulinas, p. 207-223, 2012 e Batalhas e batalhas..., *Revista de História da Biblioteca Nacional*, <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossie-imigracao-italiana/batalhas-e-batalhas>, consulta feita em 8/5/2016; e FROMONT, Cécile, *The Art of Conversion. Christian Visual Culture in the Kingdom of Kongo*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2014.

existir na maioria das congadas atuais, que raramente realizam o entrecho dramático e não são mais abrigadas por irmandades religiosas, mas nem por isso deixam de expressar uma religiosidade profunda, na qual catolicismo e religiões africanas se misturam, mesmo sendo estas ainda mantidas sob um véu de mistério, de segredo, interdito aos observadores externos.

Em diferentes contextos históricos foram atribuídos a esses ritos sentidos diversos. Se no século XIX as interpretações feitas pelos viajantes e memorialistas ressaltaram os elementos africanos neles presentes, os folcloristas do século XX destacaram os aspectos do entrecho dramático que lembravam autos europeus, como o enaltecimento de um rei congo cristão. A minha análise, feita no final da década de 1990, argumentou, como já dito, que o cristianismo evocado nas festas de rei congo remetia ao antigo Congo e servia à construção de uma identidade negra católica que agrupava africanos vindos de diferentes partes da África e seus descendentes, que aqui construíram novas formas de viver tendo por base valores essencialmente africanos. Hoje as referências às matrizes africanas são destacadas em versos e explicações dadas pelos próprios dançantes, na medida em que a afirmação da identidade negra passa pelo orgulho em exibí-las.

As análises das festas em torno de reis negros do passado e das congadas da atualidade mostram que a nossa África é muito mais complexa e disseminada no tecido social, especialmente das comunidades negras e mestiças, do que possa parecer à primeira vista. Enquanto os estudiosos do candomblé sempre destacaram as suas semelhanças com a religião dos orixás e voduns praticada na África Ocidental, os pesquisadores da capoeira se empenham em identificar suas origens centro-africanas, os estudiosos da língua arrolaram milhares de vocábulos de origem banto, os etnomusicólogos mostram como posturas corporais, ritmos e instrumentos africanos estão presentes em uma multiplicidade de ocasiões, a presença de elementos africanos no catolicismo negro era até recentemente menos considerada. Os estudos históricos sobre o antigo Congo contribuíram para sua melhor compreensão no Brasil. Da mesma forma, foram estudos históricos, em especial os de João José Reis, que traçaram com detalhe as conexões entre o islamismo dos hauçás e iorubás e a rebelião dos malês em Salvador, a maior revolta negra da nossa história.⁹ Foi também a historiografia sobre Palmares que

⁹ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

confirmou que ali existiu uma sociedade organizada conforme padrões políticos e culturais centro-africanos, pois durante todo o século XVII a maior fornecedora de escravizados para o nordeste brasileiro foi Luanda.¹⁰

Os exemplos poderiam se multiplicar e foram enriquecidos principalmente a partir do final dos anos 1990, quando os estudos africanos começaram a ser feitos no Brasil, que, se por décadas esteve afastado dessa área do conhecimento pelas razões já indicadas, tem avançado com rapidez na produção historiográfica sobre a África. Nesse processo deve ser destacado o nome de Alberto da Costa e Silva, historiador autodidata entre outras finas habilidades, que por meio de seus livros ajudou de forma preciosa na divulgação dos estudos africanistas entre nós, podendo hoje ser considerado o seu patrono.

Cabe ainda destacar que juntamente com o aprofundamento do conhecimento acadêmico acerca da África e o que há em nós de africano, alguns trabalhos importantes foram feitos sobre o que há do Brasil na África, tanto no que diz respeito à atuação de brasileiros no comércio de gente, como na formação de comunidades de africanos e seus descendentes que depois de uma passagem pelo Brasil na condição de escravizados, voltaram para algumas regiões da África Ocidental e lá constituíram comunidades identificadas como de brasileiros. Essas pessoas muitas vezes intermediaram as relações entre os novos interesses europeus, colonialistas, e os agentes sociais locais, levando para alguns lugares do continente africano saberes e crenças ocidentais, como o catolicismo e algumas profissões aprendidas durante o tempo em que haviam sido escravos. Conhecidos desde os anos 1950, quando Pierre Verger fez uma reportagem fotográfica e Gilberto Freyre escreveu um texto para uma série de matérias publicadas na revista *O Cruzeiro*,¹¹ só foram alvo de trabalhos acadêmicos nos anos 1980, quan-

¹⁰ Ver entre outros SCHWARTZ, Stuart, *Repensando Palmares. Resistência escrava na colônia, em Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: Sagrado Coração, 2001; THORNTON, John K., *Angola e as origens de Palmares*, em GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares, histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2010; ALENCASTRO, Luiz Felipe de, *História geral das guerras sul-atlânticas: o episódio de Palmares*, em GOMES, Flávio (Org.). *Mocambos de Palmares, histórias e fontes (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, FAPERJ, 2010; SOUZA, Marina de Mello e, *Kilombo em Angola: jagas, ambundos, portugueses e as circulações atlânticas*, em PAIVA, Eduardo França; SANTOS, Vanicléia Silva (Orgs.). *África e o Brasil no mundo moderno*. São Paulo: Annablume, 2012.

¹¹ Em agosto de 1951, a revista *O Cruzeiro* publicou uma série de fotorreportagens de Pierre Verger, com texto de Gilberto Freyre, intitulada “Acontece que são baianos”, na qual eram apresentados aspectos da vida de comunidades, conhecidas como de brasileiros, na Nigéria e no Benim.

do Mariano e Manuela Carneiro da Cunha, e depois Milton Gurán, voltaram a tratar do assunto e abriram uma linha de estudos que desde então tem sido ampliada.¹²

Finalizo lembrando uma obra de literatura histórica, e não de história acadêmica, pois no meu entender a arte tem o poder de dar vida ao que os estudos acadêmicos retratam de uma forma que busca rigor metodológico e alguma objetividade, raramente conseguindo atingir a alma das pessoas. Trata-se do livro *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2006), que, ao imaginar como poderia ter sido a vida de Kehinde, ou Luisa, mãe de Luis Gama, traça um panorama bastante completo do mundo escravista brasileiro, das situações vividas pelos africanos e seus descendentes, escravizados, libertos e nascidos livres, no Brasil e na costa da África Ocidental. Literatura da melhor qualidade, torna vivo o sofrimento da heroína, aprisionada ainda criança e que se sente africana enquanto está no Brasil e brasileira quando volta para a África. Mulher a cavaleiro de dois mundos, seus sentimentos mostram de forma exemplar como África e Brasil são as duas margens do Atlântico, que, depois de separadas em dois continentes pelos movimentos da crosta terrestre, foram reunidas pelos laços econômicos e principalmente culturais, tecidos pelas pessoas que transitaram pelo oceano ao longo de séculos.

¹² Ver entre outros, apenas as pesquisas feitas por brasileiros: CUNHA, Manuela Carneiro da, *Negros estrangeiros. Os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed., revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; CUNHA, Mariano Carneiro da, *Da senzala ao sobrado, a arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim*. São Paulo: Nobel-EDUSP, 1985; AMÓS, Alcione Meira, *Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007; GURÁN, Milton, *“Agudás”: os brasileiros do Benim*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; SILVA, Angela Fileno da, *“Amanhã é dia de santos”: circularidades atlânticas e a comunidade brasileira na Costa da Mina*. São Paulo: Alameda – FAPESP, 2014; SILVA, Angela Fileno da. *Vozes de Lagos: brasileiros em tempos do império britânico*. Tese (Doutorado em História Social), USP, 2016; SOUZA, Mônica Lima e. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil, 1830-1870*. Tese (Doutorado em História Social), UFF, 2008.

Parte II

A História da África a partir dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal: os casos de Angola e de Moçambique

Tiago João José Alves¹

Notas introdutórias

Esse ensaio pretende apresentar os contributos e as possibilidades dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal (MNE) para a pesquisa historiográfica em História da África. Como é impossível discutir todo o acervo documental, darei maior enfoque naquilo que foi de interesse no meu trabalho de doutoramento. Mesmo assim, vou apresentar uma visão geral dos fundos e das coleções existentes, e das condições de acesso e de trabalho nesses arquivos.²

Minha pesquisa de doutorado analisa a política africana do Brasil para a guerra colonial em Angola e Moçambique entre 1964 e 1975, levantando os diagnósticos e os prognósticos da ditadura civil-militar brasileira para esse conflito. Meu interesse, portanto, tem sido o levantamento dos apontamentos, das caracterizações e das deliberações dos governos brasileiros para uma guerra que envolveu o governo de Portugal durante as décadas de 1960 e de 1970.

Do lado de cá do Atlântico, o golpe civil-militar de 1964 levou ao poder uma coalisão conservadora, antirreformista e anticomunista que per-

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista da CAPES, doutorando sanduíche pelo Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, sem bolsa. Participa do Laboratório de Estudos em História da África (LEHAF). E-mail: tiagojjalves@gmail.com.

² Também realizei pesquisas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Casa Comum da Fundação Mário Soares, porém, nesse ensaio não vou discorrer sobre esses dois arquivos.

maneceu no poder durante três décadas. Do lado de lá do Atlântico, o golpe militar de 1926 amparou um regime corporativista, autoritário, anticomunista e colonialista que perdurou até 1974.

Naquela altura, quando Angola e Moçambique eram colônias portuguesas, um modelo de sociedade baseado nos interesses da metrópole foi imposto. Opressão, exploração, repressão, dependência, e racismo compuseram o cenário dessas terras africanas. Para contrapor o colonialismo português, erupções independentistas instalaram um cenário de luta nacionalista em três colônias portuguesas em África: Angola (1961), Guiné-Bissau (1963) e Moçambique (1964).

Quando emergiu a guerra colonial nessas colônias portuguesas, enquanto uma ex-colônia portuguesa, o Brasil foi enquadrado em uma encruzilhada. Por um lado, foi cobrado pelos movimentos nacionalistas que angariavam apoio para as suas lutas independentistas. Por outro lado, Portugal buscou aproximar o país de seus interesses colonialistas, garantindo apoio simbólico.

Reconheço que a formação histórica do Brasil embasou-se numa triangularidade compreendida com a ligação e a presença no Brasil de três esferas: a europeia, a sul-americana e a africana. Pela Europa, o Brasil foi colonizado e recebeu projetos de sociedade; da América do Sul, há a localização geográfica, a influência dos povos indígenas e o papel regional do Brasil no relacionamento com os países vizinhos; da África vieram os intercâmbios comerciais e a presença negra formadora da nação³.

Esses domínios atuaram sobre o Brasil de maneira conjunta e separada, sendo que cada uma dessas esferas rogou certa pressão sobre os contornos e as decisões do país. Mas foi Portugal que conseguiu maior influência sobre o Brasil. Internamente, a nação brasileira seguiu modelos declaradamente ocidentalistas. Não por acaso, em muitos momentos o país se viu imobilizado nos temas sobre a África.

Considerando a segunda metade do Século XX, o Brasil continuou imerso nessa triangularidade. No contexto da guerra colonial, houve circulação de pessoas, de mercadorias, de ideias, intercâmbios e cooperações entre Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. Portanto, meu estudo em História da África tem como ponto de partida as relações multilaterais entre Brasil, Portugal, Angola/Moçambique.

³ Ver: DZIDZIENYO, Anani. Triangular Mirrors and Moving Colonialisms. In: *Etnográfica*, v. VI (1), 2002, p. 127-140.

Apesar de não dispensar os múltiplos tipos de fontes (jornais, revistas, cartas, panfletos, manifestos, cartazes, charges), tenho dado preferência às fontes diplomáticas (relatórios, apontamentos, memorandos, ofícios, telegramas, despachos telegráficos, resoluções etc.). Trata-se de um trabalho de História Política, que compreende o político como um espaço articulador da sociedade e que não está separado dos outros aspectos da vida coletiva, mas que se ambienta no campo da História das Relações Internacionais, realçando as interações entre a política interna com a política externa.

Documentos da embaixada brasileira em Lisboa, da embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, dos consulados brasileiros em Lourenço Marques (Moçambique) e em Luanda (Angola), dos consulados portugueses no Brasil, do MRE, do MNE, do Ministério Ultramarino de Portugal, da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), entre outros, foram importantes para traçar essa pesquisa. Nos documentos elaborados por esses órgãos e instituições, tem sido possível compreender quais foram os debates em torno da guerra colonial em Angola e em Moçambique, realçando as posições de Brasil e de Portugal.

O Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores

Para pesquisar no Arquivo Histórico do MRE é necessário realizar um agendamento prévio, levando em conta a disponibilidade na agenda de atendimento. Em média, o pesquisador pode permanecer durante uma semana, podendo ser renovado esse prazo. A pesquisa não tem custos e é aberta ao público. A documentação produzida depois de 1959 está localizada no Arquivo de Brasília, a elaborada no período anterior se encontra no Rio de Janeiro. Anexo ao Itamaraty, há a biblioteca Embaixador Antonio Francisco Azeredo da Silveira. Seu acervo conta com obras de direito internacional, teoria e história das relações internacionais, história da política externa brasileira, geografia e ciências políticas, além de periódicos. A biblioteca possui a maior coleção brasileira de livros na área de relações internacionais, com mais de 100 mil títulos.

O acervo documental do Ministério das Relações Exteriores (MRE) reúne documentos produzidos pelas embaixadas, consulados, missões e/ou delegações, e leva em consideração a natureza e o grau de sigilo do assunto da documentação: a) ultrassecreto; b) secreto; c) confidencial; d) reservado; e) ostensivo. A documentação entre 1970 e 1989 encontra-se microfilmada,

podendo ser vista na própria sala do arquivo. Os documentos impressos podem ser fotografados, e os microfimes podem ser convertidos para PDF (Formato Portátil de Documento). Não há restrições para isso. Luvas e máscaras são fornecidas pelo arquivo. Uma equipe gentil e comprometida auxiliou na busca dos documentos e no esclarecimento de dúvidas.⁴

Durante os séculos XV e XIX, a África ajudou a formar a economia e a sociedade brasileira. O intercâmbio populacional e comercial possuiu consistência e vitalidade. O Brasil estava a se reconectar com o continente ao qual já estivera ligado geologicamente. Esse relacionamento foi interrompido com a Independência do Brasil, em 1822. A política externa do Brasil viveu um ciclo de regionalização, um desdobramento da formalização das fronteiras, da manutenção da independência, do fortalecimento da república e da busca por soluções aos problemas internos.⁵

Externamente, para acirrar esse distanciamento, em decorrência das negociações para o reconhecimento de sua independência, Portugal exigiu que o Brasil se afastasse da África. Secundariamente, com o avanço da colonização europeia, o continente africano foi compulsoriamente isolado do cenário internacional. No panorama doméstico, a memória africana foi praticamente excluída do imaginário brasileiro.⁶ Teses de “branqueamento” dominaram as ideias das elites brasileiras, interessadas em erguer um projeto republicano inspirado no modelo europeu. Paulatinamente foi gestada uma concepção de que a África não tinha história, possuía uma cultura extravagante e estava habitada por selvagens. Complementando esse imaginário preconceituoso, pouco se conhecia sobre o continente.

A “redescoberta” do continente ocorreu quando políticos e intelectuais, nas décadas de 1940/1950, vislumbraram na Ásia e na África novos canais de diálogo para o Brasil.⁷ Com Jânio Quadros, o Estado alavancou medidas a favor de uma política africana do Brasil, mais sólida e efetiva.

⁴ Naquela altura essa era a equipe que cuidava do funcionamento do Arquivo: Elias dos Santos Silva Filho, César Alfredo Sebata, Clóvis Aguiar, Rodolfo Castro, Felipe Reis, Ana Paula e Guilherme Cassimiro.

⁵ PENNA FILHO, Pio. LESSA; Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 39, janeiro-junho de 2007, p. 58-59.

⁶ FERREIRA, Wallace. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamentos e aproximações da “independência” à “década de 1980”. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 11, n. 1, jan./jun., 2013, p. 58-59.

⁷ Bezerra de Menezes, Álvaro Lins, Oswaldo Aranha, Affonso Arinos, San Tiago Dantas, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde e Eduardo Portella, entre outros, passaram a defender a retomada da comunicação com o

Ademais de reconhecer a dívida moral do Brasil com o continente, Quadros seguiu os debates internacionais que incentivavam a autodeterminação dos povos e indicavam brechas nas decisões do cenário internacional. Alimentou-se a tese de ver na África uma esfera de influência natural do Brasil e um ponto de inflexão da bipolaridade da Guerra Fria. O presidente reforçou a ligação étnica e cultural do Brasil com o continente africano, vislumbrando que, no século XX, o país deveria tornar-se o elo e a ponte entre a África e o Ocidente.

Jânio Quadros via em África um ponto de apoio para retirar o Brasil da posição de país subdesenvolvido. Para Quadros, o desenvolvimento precisava tornar-se uma obsessão nacional e das nações de que o Brasil pretendia se acercar. Por isso, afirmou que a rejeição do colonialismo havia se tornado o “corolário inevitável e imperativo dessa meta”. Como consigna para sintetizar esse horizonte, Quadros afirmou que o Brasil precisava, internamente, alcançar prosperidade e bem-estar, e, externamente, conviver com as outras nações, de maneira amigável e pacífica⁸.

Para reaproximar o Brasil da África, Jânio Quadros estabeleceu um conjunto de medidas, promovendo uma reforma administrativa no Itamaraty, que passou a dar maior atenção ao continente africano. Esse rearranjo criou a Divisão da África; incluiu nos Relatórios do Itamaraty uma parte exclusiva para os assuntos africanos; formalizou um grupo de trabalho para estudar e avaliar as condições de abertura de missões diplomáticas e consulares nos novos estados africanos; conjeturou parcerias econômicas e culturais; criou embaixadas em Gana, Nigéria e Senegal; Raymundo Souza Dantas foi indicado como o primeiro embaixador negro, em Gana; estabeleceram-se os Programas de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG). Essa reaproximação na década de 1960 veio acompanhada de um discurso “culturalista” que robustecia os laços

continente africano. Esses personagens não chegaram a criar um bloco, mas suas opiniões foram escutadas pela opinião pública e pelo poder estatal. Em 1957, na Divisão Política do Itamaraty (DPo), Sérgio Corrêa do Lago elaborou um memorando que deu ênfase na aproximação do Brasil com a África e com a Ásia. O memorando sugeriu dois encaminhamentos – a realização de uma missão para a África e a Ásia, por seguinte, a elaboração de um relatório que pudesse ampliar o conhecimento do Brasil sobre essas regiões. A visita e a coleta de dados e informações, na ótica de Corrêa do Lago, ampliariam as capacidades de elaboração e execução de uma política para a África e para a Ásia.

⁸ QUADROS, Jânio. Nova Política Externa do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano IV, n. 16. Rio de Janeiro, 1961, p. 7-8. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/31.pdf>>.

históricos do Brasil com a África e a importância simbólica/cultural do continente. Quanto aos Consulados Gerais em Lourenço Marques e em Luanda, foram instituídos durante o governo de Juscelino Kubitschek.⁹

Depois do golpe civil-militar de 1964, mesmo com a perseguição de diplomatas, essa arquitetura erguida no interior do MRE e no estado nacional foi relativamente preservada, permanecendo dentro da diplomacia brasileira um grupo “africanista”. Os africanistas foram alvo de críticas de segmentos da sociedade brasileira que defendiam estritamente a política portuguesa do Estado Novo. O jornalista Theophilo de Andrade comentou a dificuldade que o Brasil teve para negociar acordos bilaterais com Portugal, em 1969, por causa desse setor do Itamaraty:

Tem havido, porém, dificuldades no segundo escalão, exatamente ao nível das negociações, porque o ‘grupo africano’ que o sr. Jânio Quadros deixou no Itamaraty, recusa-se a desencarnar, e forma ambiente de frieza em torno daqueles acordos, seja por oposição ao Estado português, como foi criado por Antonio de Oliveira Salazar, seja por identidade ideológica com o grupo comuno-árabe-africano-asiático, que se traçou por programa a expulsão do homem branco da África (Diário do Paraná, 12 de Julho de 1969).

Com variações em política externa, pois a diplomacia não é homogênea, o Brasil manteve suas relações com a África, alternando a importância da região de acordo com os interesses do momento histórico. Nos anos 1970, desatou-se um espaço privilegiado da política externa do Brasil para a África, com maior ênfase na questão comercial. Como marcha dessa política externa, visitas, missões, estudos, mostras culturais e artísticas, assinaturas de acordos de cooperação e fortalecimento das relações comerciais compuseram o itinerário brasileiro. Durante o governo de Castello Branco, dois presidentes africanos visitaram o Brasil – Leopold Senghor, do Sene-

⁹ Decreto n. 50.245, de 28 de janeiro de 1961, estabeleceu o Consulado Geral do Brasil em Luanda, substituindo o Vice-Consulado Honorário do Brasil. O Decreto n. 50.247, de 28 de Janeiro de 1961, criou o Consulado Geral do Brasil em Lourenço Marques, substituindo o Consulado Honorário. O ministro das Relações Exteriores era Horácio Lafer.

Por meio do Decreto n. 50.848, de 24 de Junho de 1961, o Brasil também estabeleceu o Consulado Honorário de Nova Lisboa, província de Angola. Em 24 de Junho de 1961, por meio do Decreto n. 50.846, o governo brasileiro ainda criou o Consulado Honorário em Quelimane, província de Moçambique. Esses, sim, foram criados durante o governo de Jânio Quadros. Vale salientar que o Consulado Honorário do Brasil em Lourenço Marques fora criado durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, pelo Decreto n. 34.209, de 13 de outubro de 1953.

Ver: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50245-28-janeiro-1961-389761-publicacaooriginal-1-pe.html>>. <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=180727&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>.

gal (19 a 25 de setembro de 1964), e Maurice Yaméogo, da República do Alto Volta (novembro de 1965), atual Burkina Faso.

Esse relacionamento originou apontamentos, envios e troca de cônsules e embaixadores, levantamentos geográficos, étnicos, sociais, econômicos, comerciais, realização de missões, ou seja, análises sobre a realidade africana e diretrizes para o relacionamento com o continente. Fontes sobre esse contexto histórico podem ser levantadas no arquivo do MRE, permitindo maior amplitude das relações bilaterais do Brasil com os países africanos, incluindo as colônias portuguesas em África.

Como exemplo, um memorando secreto questiona se o diplomata brasileiro Carlos Sylvestre de Ouro Preto deveria ou não visitar Angola e Moçambique. No documento, Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Secretário Geral Adjunto para Assuntos da Europa Ocidental, expõe que a visita não causaria problemas para o Brasil, podendo inclusive favorecer o relacionamento do país com o governo português.¹⁰

Na segunda metade do Século XX, o mundo assistiu ao processo de conquista de independências de vários países africanos. Esse tema foi um dos principais assuntos discutidos pela diplomacia brasileira. A conjuntura de países africanos envolvidos em conflitos, as atividades “terroristas”, a presença comunista, as características dos movimentos independentistas, foram temas recorrentes. Discutiu-se com fôlego quais seriam os posicionamentos que o país tomaria, nas Assembleias Gerais das Organizações das Nações Unidas, relativos a esses assuntos. O problema colonial português foi um caso emblemático. Foram feitas várias votações para discutir se as regiões eram territórios autônomos, como atestava o governo português, ou se eram colônias¹¹.

A diplomacia brasileira produziu caracterizações a respeito dos principais movimentos nacionalistas¹² e das lideranças de Angola e de Moçambique. Fez sistemáticas e recorrentes análises conjunturais, realizou levantamentos sobre as capacidades comerciais das duas colônias.

¹⁰ AEO/11/920(42)(88) 431.(a)(88) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Memorandum para o Secretário Geral. Secreto, 13 de março de 1969.

¹¹ ANTUNES, José Freire. *O fator africano: 1890-1990*. Lisboa: Bertrand Editora, 1990, p. 52-55.

¹² Em Angola: Movimento pela Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Frente de Unidade Angolana (FUA). Em Moçambique: Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Num telegrama confidencial, do Consulado-Geral de Lourenço Marques, por exemplo, afirmou-se que “os desentendimentos entre os [...] dirigentes da FRELIMO parecem ser de gravidade ao ponto de ameaçar o futuro da luta pela independência de Moçambique”.¹³

O problema da segurança do Atlântico Sul, especialmente a questão do avanço comunista, foi um tema que custou caro para a diplomacia brasileira, principalmente na África austral. Por esse motivo, constantes avaliações e deliberações foram feitas envolvendo as colônias portuguesas e os países fronteiriços (Rodésia, África do Sul).

Talvez o principal enfoque no problema colonial português tenha sido o debate sobre a conformação de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, que reuniria Portugal, Brasil e as colônias portuguesas em África. Há uma grande quantidade de documentos sobre esse tema, pois essa proposta foi a principal alternativa encontrada pelo Brasil para solucionar o problema no ultramar português, inclusive candidatando-se como mediador do conflito.

Com o fim da guerra colonial e, conseqüentemente, com as independências de Angola e de Moçambique, novos temas fizeram parte dos debates brasileiros. É possível citar alguns: evacuação de brasileiros das ex-colônias portuguesas em África, emigração para o Brasil de portugueses que viviam em Angola e Moçambique, o processo de reconhecimento das independências, a emergência das guerras civis, o relacionamento comercial do Brasil com esses países, etc.

Portanto, mergulhar no Arquivo Histórico do MRE é um exercício indispensável para os historiadores que pretendem trabalhar com esses assuntos. Ademais, desse escopo de trabalho que tive, há uma infinidade de fontes sobre as relações do Brasil com os países e as colônias africanas. Outro ponto relevante são os *clippings* de notícias feitos pelos consulados e pelas embaixadas brasileiras, que reúnem jornais portugueses, angolanos e moçambicanos.

Infelizmente nem toda documentação pode ser consultada devido às restrições impostas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que ampliaram o prazo para o acesso aos documentos. Boa parte das fontes produzidas na segunda metade do Século XX se enquadram nesse cor-

¹³ DAF/600(88q) Secretaria de Estado das Relações Exteriores, telegrama do Consulado-Geral em Lourenço Marques, Situação interna de Moçambique, Confidencial, 19 e 20 de novembro de 1969.

te¹⁴. Mesmo assim, os documentos que podem ser acessados proporcionam subsídios de peso e solidez para a pesquisa histórica sobre História da África, considerando o Brasil como vetor.

O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Entre 1926 e 1975 o problema colonial transformou-se numa fatalidade para a sociedade portuguesa, a política externa subordinou-se à política colonial.¹⁵ As colônias portuguesas se tornaram o centro dos debates promovidos pela diplomacia portuguesa. A guerra colonial aprofundou essa canalização, redobrando as preocupações lusitanas.

O risco de perder as colônias assombrava o imaginário das autoridades do Estado Novo Português. O Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, ecoava a tese de que Portugal sem colônias se limitaria a ser uma nação turística, à sombra da Espanha. Dentro do MNE, os “africanistas” colocavam o problema em termos trágicos: a soberania econômica e política de Portugal exigia o domínio colonial, do contrário, o país deixaria de ser uma nação independente no contexto peninsular e europeu. O grupo dos “africanistas” hegemônizou os postos-chave do MNE e as principais embaixadas portuguesas mundo afora.¹⁶

Por esses motivos, há diversos fundos que podem interessar aos investigadores em História da África. Neles estão reunidos os documentos produzidos pelas legações/embaixadas, consulados, representações e missões do Ministério dos Negócios Estrangeiros, documentos da Comissão Interministerial do Café e do Gabinete dos Negócios Políticos do Fundo do Ministério do Ultramar. Junto funciona também a Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, reunindo títulos nas áreas de direito, polí-

¹⁴ Ver o artigo: PENNA FILHO, Pio. A pesquisa histórica no Itamaraty. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 42, n. 2, p. 117-144, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v42n2/v42n2a07>>.

No texto, Pio Penna Filho discute os prazos de acesso aos documentos impostos pela lei federal. Mesmo com a aprovação de uma nova Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011), muitos documentos do Itamaraty não puderam ser acessados.

¹⁵ MARTINS, Fernando. A questão colonial na política externa portuguesa: 1926-1975. In. ALEXANRE, Valentim (Coord.). *O Império Africano: séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2008, p. 144-145.

¹⁶ OLIVEIRA, Pedro Aires. O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974). *Análise Social*, v. XLI (178), 2006, p.162.

tica e economia internacional, diplomacia, relações internacionais, história diplomática, história, etc.

O acesso às fontes leva em consideração o seguinte critério de segurança: é necessário ter ultrapassado trinta anos da data de elaboração do documento. Caso o documento anteceda essa data limite, ele é encaminhado para Comissão de Seleção e Desclassificação, setor que faz a avaliação e dá o parecer sobre o documento, julgando a possibilidade de acesso ou não. Durante minha pesquisa, houve recorrência nesse tipo de situação, pois diversos maços nunca tinham sido pesquisados, exigindo assim a desclassificação. Em nenhum caso meu pedido foi negado.¹⁷ A divisão baseada nos critérios de sigilo está ordenada da seguinte maneira: a) Muito Secreto; b) Secreto; c) Confidencial; d) Reservado; e) Ostensivo.

Para poder pesquisar, é preciso fazer uma carteira do leitor. O documento custa 20 euros e dá acesso permanente ao pesquisador. A disposição dos documentos está mais organizada que a do arquivo do MRE. Conta com listas impressas, fichas catalográficas e arquivos em computador¹⁸, os documentos podem ser fotografados, não há nenhum custo para isso, podem ser consultados quatro maços por vez. Os funcionários são atenciosos e prestativos, ajudam sempre que alguma dúvida surge.¹⁹ Diferente do Itamaraty, não há necessidade de agendamento, o investigador permanece na sala o tempo que precisar.

O Brasil ocupou um lugar central nas preocupações do Estado português. Para Salazar, o Brasil era a semente plantada e semeada pelas mãos colonizadoras portuguesas que deu a mais bela árvore. O presidente do Conselho afirmou que o Brasil, na história portuguesa, podia ser considerado “uma das suas páginas mais belas e a sua mais extraordinária realização [...] a fonte inicial da sua vida, a Pátria da própria Pátria”.²⁰ Por conta da ligação afetiva, histórica e cultural, o governo português promoveu uma

¹⁷ No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, os documentos que envolvem indivíduos vivos não podem ser acessados, apenas os próprios citados podem acessá-los. O fundo Marcelo Caetano precisa passar pelo crivo dos familiares do ex-presidente do Conselho de Ministros. Quando a família autoriza, o investigador pode manuseá-lo.

¹⁸ No Itamaraty, é preciso solicitar aos funcionários o tema desejado ou apontar o código temático, não há um índice sobre os fundos e as coleções.

¹⁹ Equipe que estava em serviço durante a minha passagem pelo Arquivo: Dolores Fernandes, Isabel Coelho, Alice Barreiro, Antonio Baião, Anabela Isidro, Manoela Bernardo, Manuel Múrias, Margarida Lages.

²⁰ Comemorações Centenárias – Nota oficiosa publicada nos jornais de 27 de Março – Discursos de Salazar, v. III, p. 44-46, 1938.

campanha para conquistar a adesão do Brasil à manutenção de seu Império Ultramarino na África.

No Brasil, para dar cabo à campanha de sustentação do colonialismo português e dos ideais do Estado Novo, um bem estruturado *lobby* foi instalado no país. Os grupos étnicos de pressão promoviam debates, banquetes, atividades culturais, ofereciam comendas, apoio político e financeiro a parlamentares, inauguravam monumentos, forneciam vantagens pessoais, pressionavam a mídia. Em outras palavras, promoviam uma verdadeira ação orgânica para entrelaçar o apoio brasileiro à causa portuguesa salazarista e colonialista.²¹

As embaixadas e os consulados portugueses instalados no Brasil funcionavam como correias de informação dos passos de antisalazaristas e de apoiadores da causa africana. Nos documentos encontrados, foi possível perceber a filtragem que esses organismos realizavam. Intelectuais e políticos eram divididos entre inimigos e amigos de Portugal. Livros, artigos, depoimentos, entrevistas, tudo que se falava a respeito de Portugal e de suas colônias africanas era vigiado e filtrado pelas autoridades portuguesas.

A PIDE, responsável pelo combate aos “crimes políticos” contra a segurança interna e externa de Portugal, enviou agentes, os chamados “bufos”, para o Brasil. Em 1959, com o asilo outorgado pela embaixada brasileira em Lisboa ao ex-candidato de oposição Humberto Delgado, fato que suscitou um atrito com Álvaro Lins, embaixador que concedeu o direito, a PIDE abriu uma parceria com um organismo brasileiro. Foi aprovado um acordo de troca de informações entre a PIDE e o Departamento Federal de Segurança do Rio de Janeiro.²²

Ao levantar a documentação acerca das relações Brasil/Portugal, pude confirmar que a PIDE possuiu um agente destinado que seguiu ativistas da causa nacionalista africana que estavam no Brasil. A tesouraria da PIDE direcionava as finanças de seu “Fundo de Assistência” para o pagamento de uma média de 1.000\$00 Escudos ao agente Pedro da Silveira. Sua principal função era acompanhar as movimentações de grupos e indivíduos considerados “inimigos” do regime salazarista.²³

²¹ MACHADO DOS SANTOS, Luiz Cláudio. *As relações Brasil-Portugal: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975)*. 2011, 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011, p. 11.

²² PIMENTEL, Irene Flunser. *A história da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2016, p.126.

²³ Os seguintes documentos atestam isso, PIDE: PEA, n. 481-CI(2), Seção Central, Secreto. Polícia Internacional e de Defesa do Estado, 20 de março de 1964.

Como foi possível constatar nas documentações, Pedro da Silveira acompanhou as movimentações dos grupos Portugal Democrático e da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), e de diversos políticos e militantes, dentre eles: Humberto Delgado, Filipe Viegas, José Maria Nunes Pereira, José Manuel Gonçalves Rosa, Fernando da Costa Andrade, Luiz Antônio Soares, Fidelis Cabral, Antero de Almeida, Roberto Claudio da Gama, José Lima de Azevedo, Tenente Colares, Padre Algemiro Munhões, Iracema Pinto de Aguiar, Cristovão Morais, entre outros.

Mas o mais interessante nisso é que Pedro da Silveira demonstrou ser o detentor das informações sobre os ativistas suspeitos que atuavam no Brasil, salientando que podia influenciar na decisão sobre seus paradeiros. O agente da PIDE partiu da ideia de que a ditadura brasileira poderia colaborar com a repressão contra esses ativistas, chamados de “comunistas portugueses”.

Na primeira semana do mês de abril de 1964, em decorrência do golpe, o agente da PIDE elaborou um relatório geral repassando as últimas informações sobre a “Oposição Portuguesa” e os “Movimentos Nacionalistas das Colônias Portuguesas” ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira. No Relatório Geral, sustenta que os “comunistas portugueses” (angolanos e guineenses entram especialmente nessa categoria) possuíam ligações com comunistas brasileiros e com a UNE, o que facilitaria uma ação conjunta com o governo brasileiro, em virtude do “inimigo” em comum. Pouco depois, vários desses militantes foram presos pelo governo brasileiro.

O governo português também promoveu desde a década de 1960 até 1974 a promoção de viagens de autoridades, intelectuais e personalidades brasileiras para visitarem as colônias. Foi uma maneira de mostrar *in loco* uma realidade distinta daquela oferecida pelos movimentos nacionalistas e pela ONU. Embarcando em aeronaves da Transportes Aéreos Portugueses (TAP), essas viagens podiam ser financiadas pelo governo português, podendo incluir escalas e banquetes em Lisboa ou nas colônias. Cabia aos anfitriões escolher os lugares de interesse que os brasileiros podiam conhecer e visitar.²⁴ Em geral, quando retornavam ao Brasil, alimentavam um sentimento de descoberta de uma verdade escamoteada. Portanto, há vários documentos que abordam as viagens e as impressões dos brasileiros que visitaram as colônias africanas.

²⁴ Por exemplo, representantes do Secretariado Nacional da Informação de Portugal eram muitas vezes escolhidos para realizarem esses périplos.

Utilizando o mar como vetor, Portugal, durante o Estado Novo, se afastou das questões europeias, consolidando-se como um país atlântico, ultramarino e colonial. Durante a Guerra Fria, Portugal manteve algumas linhas fundamentais consoantes com esse projeto: ingressou na segurança do Atlântico, começou a fazer parte da OTAN, não renegou a participação na cooperação econômica europeia, porém, recusando a integração política, por fim, defendeu exaustivamente o império colonial e o colonialismo. Esse modelo é chamado por Nuno Severiano Teixeira de modelo clássico de inserção internacional de Portugal.²⁵

Em decorrência da centralização da questão colonial e da política ultramarina no eixo da política externa portuguesa, há uma infinidade de fontes que versam sobre esse tema. Mapas, cartografia, análises, balanços, propaganda colonialista, cartões postais, revistas, jornais, folhetos, dossiês, legislações, boletins das ex-colônias, etc. Há documentos sobre as relações de Portugal com outras nações, a participação na OTAN (Organização do Tratado Atlântico Norte), os debates realizados na Organização das Nações Unidas (ONU), o expansionismo português, a presença no ultramar, etc.

Como no contexto da Guerra Fria os movimentos nacionalistas africanos foram associados ao comunismo, Portugal fez uso de uma retórica que colocava o perigo comunista como uma das principais ameaças em África. Por isso, existem relatórios da PIDE/DGS, caracterizações sobre movimentos nacionalistas e lideranças, a influência de Cuba, União Soviética e China no continente africano, o risco da destruição do modelo de sociedade ocidental.

Sem dúvidas, esse arquivo constitui um espaço fundamental para a compreensão da História da África, principalmente das ex-colônias portuguesas (São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde). Não é o único, mas constitui-se num dos principais arquivos portugueses para esse tipo de estudo.

Considerações finais

Os arquivos são fundamentais para a pesquisa histórica. Dão ao historiador múltiplas possibilidades para seu percurso e para a produção de

²⁵ TEIXEIRA, Nuno Severiano. Breve ensaio sobre a política externa portuguesa. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 28, p. 51-60, dez. 2010. Disponível em: <http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/artigo_rri.php?ida=421>. Acesso em: 10 dez. 2016, p. 52.

sua narrativa. As fontes podem suscitar múltiplas leituras historiográficas, dependendo sempre da seletividade e do campo teórico escolhido pelo investigador. Cada pesquisador constrói sua maneira de olhar e de analisar um documento.

As fontes, por sua vez, não falam por si. Tratando-se de documentos oficiais, o crivo deve ser apurado, cabendo ao pesquisador esmiuçar as entrelinhas daquilo que foi dito e chancelado, criando novas rotas, debates e soluções para os problemas encontrados. Muitas vezes as próprias fontes criam novos dilemas e dão soluções para as arestas da pesquisa.

De nada adianta uma boa pesquisa nos arquivos se não houver um bom levantamento bibliográfico. Os dois meios são interdependentes. Nas ciências humanas, o debate coletivo também é fundamental. Ademais do esforço individual da coleta e da leitura, a crítica e o diálogo ajudam a arredondar a pesquisa e a narrativa histórica.

Passar os olhos nos guias, inventários, catálogos e repertórios é uma boa alternativa para certificar-se da utilidade ou não de um arquivo para determinada investigação. Também é importante contar com a ajuda dos funcionários. Como estão acostumados a lidar com os maços e com as pastas, eles podem ter preciosas dicas que facilitarão o trajeto, fazendo com que o pesquisador ganhe tempo e sane dúvidas.

Diante de uma nova ordem conservadora e liberal, a produção e a preservação da memória continuam sendo gestos importantes nos dias atuais, o que faz com que os critérios e os cuidados se redobrem. Como discuti o historiador Fernando Rosas, em sua última lição dada na Universidade Nova de Lisboa, existem tentativas de reinterpretção do passado recente que podem ser perigosas. Rosas apontou duas formas problemáticas. A primeira é a “desmemória”, difundida pela grande mídia, em escolas e pelas novas tecnologias, que dão a sensação de um “presente contínuo”, apagando assim os acontecimentos, os processos históricos e os valores que questionam as injustiças do tempo presente. A segunda maneira constitui-se na “revisão das representações do passado”, fazendo uso da memória como farsa, espetáculo, banalizando-a e tratando-a como objeto de consumo.

Com essa esclareção, é preciso pensar e produzir uma História da África que dissipe o culturalismo, o sentimentalismo, as visões estereotipadas, a generalização e a uniformização do continente. Deve ser uma história que não esteja condicionada aos interesses do presente ou pré-determinada, que reconheça a amplitude do continente e a sua própria historicidade.

Exotismo e Sensualidade Africana: Raça, Nação e Império na 1ª Exposição Colonial Portuguesa de 1934

Mateus Silva Skolaude¹

Neste ensaio organizado para a I Jornada de Estudos em História da África, tomamos como objeto investigativo a 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1ª ECP), realizada entre os dias 15 de junho e 30 de setembro na cidade do Porto.² O texto foi estruturado em três partes, de modo que num primeiro momento analisamos o projeto ideológico do império português em relação aos territórios ultramarinos e às populações coloniais, tomando como referência a promulgação do Ato Colonial, em 1930, assim como o advento do Estado Novo, em 1933. Posteriormente destacamos o papel proselitista e pedagógico do evento, tendo em vista a escala brasileira da exposição ao tomarmos como referência um boletim especial organizado pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Por fim, analisamos o papel preponderante da fotografia na representação estereotipada das populações coloniais, uma vez que este recurso serviu como instrumento de demarcação civilizatória ao categorizar exoticamente homens e crianças, bem como,

¹ Doutor em História pela PUC-RS (CAPES), faz parte do grupo de pesquisa: Nação, Nacionalismo e Identidade Nacional: Demarcações da História nas Matrizes Ibéricas, Americanas e Africanas, coordenado pelo Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes. Investiga temas relacionados: a identidade cultural e nacional; raça; racismo; multiculturalismo e as relações luso-brasileiras, luso-africanas e afro-brasileiras. Contato: mateusskolaude@yahoo.com.br

² Para a formatação deste artigo, nos instrumentalizamos de fontes inventariadas durante o estágio de doutoramento sanduíche realizado em Portugal e vinculado ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, entre setembro 2014 e fevereiro de 2015. O material foi reunido a partir de um levantamento feito em “Boletim Geral das Colônias”; “Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa”; “Álbum fotográfico da I Exposição Colonial Portuguesa”; “Anais dos Trabalhos do 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial”; “Civilização - Grande Magazine Mensal”; “Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia”; “Boletim especial da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro”. Além dos Jornais: “O Século”; “Comércio do Porto”; “O Comércio do Porto-colonial” e o “Jornal de Notícias”. As instituições percorridas foram as Bibliotecas Nacional de Portugal; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e das Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa; Coimbra e Porto.

de propaganda “lusu-tropical” ao priorizar imagens que realçavam a erotização corporal de mulheres africanas.

O Estado Novo e a política do Império Colonial

A partir da promulgação do Ato Colonial em 1930, assim como do advento do Estado Novo em 1933, a razão de ser de Portugal se traduzirá na legitimação do espaço colonial, ao passo que abrir mão do império colocaria em risco a sobrevivência da própria nação. O cerceamento ao debate público imposto pelo Estado Novo à questão colonial impôs uma sobreposição simbólica nas representações da nação e do império, considerando que propostas como a venda ou o abandono das colônias seriam impensáveis nos anos 30. Considerada essa limitação, não ocorreu em Portugal, diferentemente de outras metrópoles europeias, uma efetiva disputa que opusesse colonialistas e anticolonialistas, ou seja, *opor-se ao projeto colonial era opor-se à nação*.³

O Ato Colonial consistia num esforço de ordenar e unificar a legislação colonial e de estreitar as relações de dependência entre as colônias e a metrópole. As colônias tornavam-se assim uma prioridade para a política do Estado Novo, sendo que o destino do império dependia fundamentalmente do êxito do projeto colonial. Do ponto de vista ideológico, o documento representava uma nova fase da administração metropolitana no seu caráter imperial, nacionalista, centralizador e estipulava diferenças de direitos e deveres entre os nascidos na metrópole e nas colônias, bem como entre os assimilados e os indígenas. Embora vinculadas à mesma “nacionalidade”, as muitas sociedades que habitavam o “império” eram classificadas por raças, ao passo que a condição de inferioridade em relação ao português da metrópole justificava o investimento de Portugal em proteger, civilizar e evangelizar esses povos.

A perspectiva hierárquica presente no documento consistia em afirmar que pertencer à mesma identidade portuguesa não significava ser igual, ou seja, *o “império” é uma entidade política que pressupõe a existência de identidades que o “habitam” numa hierarquia, enquanto a nação pressupõe que essas identidades têm algo em comum muito importante que lhes permite a ela pertencer*.⁴

³ THOMAZ, Omar Ribeiro. *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Fapesp, 2002, p. 59-60.

⁴ MATOS, Patrícia Ferraz de. *As Côres do Império: Representações Raciais no Império Colonial Português*. Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2. ed., 2012, p. 63.

Neste contexto, a centralização de poder conferida com a promulgação da Constituição de 1933 permitiu ao Estado Novo direcionar esforços na legitimação de “saberes coloniais” a partir de uma série de estudos sobre a “cultura portuguesa” no interior da qual não havia uma clara separação entre as escalas: “nacional”, “colonial” e “imperial”. Sendo assim, para tratar das questões relacionadas a viabilidade e propaganda das colônias, entraram em cena importantes segmentos sociais, como administradores, intelectuais, missionários e políticos.

Estes atores procuravam compor uma leitura coerente em diferentes campos das populações e dos territórios coloniais. Por conta disso, foram instrumentalizadas atividades científicas que retratavam os espaços, as gentes e as virtudes dos territórios ultramarinos, com o objetivo de afirmar o futuro do império. As exposições coloniais e os congressos científicos organizados neste contexto, tinham por objetivo provar a existência de um conhecimento colonial e, ao mesmo tempo, fazer com que um conjunto de saberes ultrapassasse o universo acadêmico. Não por acaso, o regime já consolidado e inspirado pela Exposição Colonial de Paris de 1931 promoveu a sua primeira grande exposição destinada a propagandear o império e o Estado Novo como um regime moderno.

1ª Exposição Colonial Portuguesa (1934)

As grandes exposições coloniais configuradas a partir da segunda metade do século XIX procuravam divulgar o progresso das metrópoles, de modo que eram organizadas visando uma hierarquia em termos de desenvolvimento econômico, tecnológico e racial. Ao mesmo tempo, permitia-se ao público deparar-se com os primórdios da humanidade através de tribos selvagens e seminuas, com estranhos e primitivos costumes. Os indígenas eram classificados e expostos como se estivessem numa escala evolutiva, da selvageria à civilização, ao passo que esta interpretação era muitas vezes associada numa escala construída pelo fenótipo. Em outras palavras, estas diferenças eram demarcadas dentro de uma lógica que ia do menos ao mais negro da África e passava pelos amarelos ou quase brancos da Ásia.⁵

Estes “zoológicos humanos” tornaram-se fenômenos populares na Europa e nos Estados Unidos. Consistiam em grupos de “selvagens” ou

⁵ MATOS, 2012, p. 162.

“nativos”, conforme eram identificados os povos das colônias e expostos em jardins de aclimação, exposições universais e coloniais ou circos itinerantes. Estas práticas serviram aos diferentes discursos, e o contexto colonial do período foi especialmente propício a estes eventos, ao passo que foram poucas as vozes contemporâneas que os condenaram.⁶

Ao longo da década de 1920 e início dos anos 30, Portugal esteve presente em várias exposições internacionais e coloniais. Em 1924, participou da Feira Internacional de Bruxelas, e, cinco anos mais tarde, da exposição Ibero-Americana de Sevilha. Em 1931 participou da Exposição Internacional Colonial de Paris, organizada entre maio e outubro de 1931. Este evento constituía-se na maior exposição organizada até então, de modo que o visitante poderia observar pavilhões referentes não só ao império francês, mas também ao inglês, ao holandês e ao português.⁷

A Exposição Internacional Colonial de Paris serviu de referência para a 1ª ECP, tendo em vista a participação e a experiência adquirida no evento francês. Desse modo, a exposição portuguesa, organizada três anos depois, representava o coroamento de uma nova postura de governo em relação às colônias. O Estado Novo objetivava consolidar externamente o império colonial e, ao mesmo tempo, buscava transmitir internamente aos portugueses a concepção de um grande Portugal, uno e indivisível.

Organizada entre os meses de junho e setembro de 1934, a 1ª ECP foi financiada pelo Ministério das Colônias sob a responsabilidade do Sr. Armindo Monteiro (1896-1955), que deu amplos poderes ao capitão Henrique Galvão (1885-1970) enquanto comissário responsável pelo encontro. Militar fortemente ligado ao regime, Galvão era um profundo conhecedor dos territórios coloniais, tendo em vista que já havia sido governador da província de Huíla em Angola (1929) e participado na exposição Colonial de Paris, em 1931. Também foi responsável pela organização de outros eventos desta natureza e foi autor de diversos ensaios, crônicas e narrativas relacionadas às colônias africanas.

Os ideólogos do encontro compactuavam da ideia de que a 1ª ECP deveria prevalecer pelo seu caráter pedagógico e proselitista, ao passo que o objetivo principal consistia em fortalecer a política imperial junto à popula-

⁶ VICENTE, Filipa Lowndes. “*Rosita*” e o império como objecto de desejo. 2013, p. 1. Disponível em: <<http://www.publico.pt/cultura/jornal/rosita-e-o-imperio-como-objecto-de-desejo-26985718#/0>>.

⁷ MATOS, 2012, p. 168-173.

ção. A exposição teve como sede a cidade do Porto. Reconhecida como “capital do norte”, a urbe representava um importante e tradicional centro político, científico, industrial e mercantil. Organizada a partir de uma rígida estrutura governamental, a 1ª ECP materializava os princípios definidos no Ato Colonial e incorporados pela Constituição do Estado Novo. Em que pese o caráter centralizador da exposição, o evento também obteve apoio de entidades empresariais, em especial o Grupo Pró-Colônias e a Igreja Católica que, por sua vez, legitimava o projeto colonial como de interesse superior e patriótico.⁸

Assegurada a cidade do Porto como sede, ficou definido como local mais adequado para as instalações o Palácio de Cristal e os seus jardins. O local além de um edifício com amplo espaço interno, próprio para este tipo de atividade, também possuía um vasto jardim, extensão fundamental para receber os nativos das colônias. O Palácio de Cristal representava um projeto modernizador e um dos mais significativos monumentos da arquitetura portuária. Do ponto de vista simbólico, a escolha do palácio e da cidade do Porto enquanto sede da 1ª ECP representava, em certa medida, o dinamismo e a modernização do projeto colonial português. Na ocasião, o edifício construído a base de ferro e vidro foi completamente reformado e passou à nomenclatura de Palácio das Colônias.

A exposição foi estruturada a partir de duas seções, uma oficial e a outra particular. Compareceram à exposição mais de um milhão de portugueses. Muitos se fizeram presentes em ar de festa, com o mesmo espírito alegre e descuidado com que vão ao teatro, aos parques e ao futebol. Com frequência, ouvia-se manifestações do tipo: “vamos ver os pretos!”. O jardim do Palácio de Cristal fora temporariamente ocupado por reproduções de monumentos de Gôa e de Macau, exemplares da fauna africana, cinema com exibição de filmes sobre as colônias, desfiles militares com soldados moçambicanos, a banda militar de soldados angolanos, uma livraria destinada à venda e propaganda de livros coloniais e uma feira popular. Também houve, nos três meses e meio de atividades, diversos congressos científicos, um concurso de beleza e uma carreata de comemoração e encerramento. Neste período, procurava-se dar visibilidade aos resultados mais recentes da colonização portuguesa, nas áreas de educação, transportes e medicina. Ocorreu, ainda, a filmagem de um documentário sobre as exposi-

⁸ THOMAZ, 2002, p. 218-219.

ção. Entre a multiplicidade de atrações, destaca-se um *comboio turístico* (trem) que permitia aos visitantes passearem por alguns dos territórios ultramarinos, assim como um pequeno *cabo aéreo* (teleférico) que transportava os turistas da área externa para o interior da exposição.⁹

Nos três meses e meio, a estrutura tanto interna como externa fora ornamentada a partir de uma perspectiva diversificada, tendo em vista a necessidade de recriação do universo cultural e paisagístico de cada colônia. No interior do palácio, as estruturas metálicas estavam organizadas por elementos decorativos provenientes dos próprios territórios ultramarinos. Na seção oficial, legitimavam-se a propaganda do Estado Novo e as obras coloniais. Do pavilhão histórico, priorizava-se a ideia de um espaço criado por Portugal, em diferentes partes do planeta e que, em pleno século XX, ainda se fazia presente. Para tanto, foi no jardim do Palácio de Cristal a grande atração do evento, tendo em vista o objetivo de recriar os territórios ultramarinos em sua mais completa diversidade. Era indispensável traduzir o cotidiano dos povos o mais próximo da realidade, desde a floresta tropical, o deserto, a alimentação e as aldeias típicas, ou seja, o objetivo consistia em oferecer ao público, a sensação de viajar por todo o império português. Neste passeio, as representações etnográficas acabaram por ser as mais populares, num total de 324 nativos expostos, entre mulheres, homens e também crianças.¹⁰

Diferentemente de um museu, a exposição incorporava um universo a parte, considerando as particularidades de cheiros, sons e imagens em movimento. Neste sentido, os 324 nativos, desde a chegada ao Porto, foram cuidadosamente observados por professores e estudantes universitários, sob a responsabilidade do antropólogos da Universidade do Porto. A partir das experiências com os indígenas, os cientistas chegariam a conclusões com respeito a usos e costumes, a maior ou menor aptidão em trabalhos manuais, assim como, às suas capacidades intelectuais.¹¹

Estes nativos eram evocados como sendo todos portugueses, porém em diferentes escalas classificatórias, ou seja, apesar de serem tratados uniformemente como “indígenas”, alguns grupos eram diferentes entre si e foram colocados em patamares civilizacionais distintos. Alguns aspectos eram levados em conta quando desta seleção, seja pela indumentária, o

⁹ VICENTE, 2013, p. 1-2.

¹⁰ THOMAZ, 2002, p. 223.

¹¹ Idem, p. 221.

nível social, as demonstrações culturais e de trabalho. Essa forma de justificar o grau de desenvolvimento dos povos das colônias, colocava os angolanos, moçambicanos e guineenses no nível mais baixo da escala civilizacional. Em seguida, os cabo-verdianos por serem considerados mestiços e dominarem melhor a língua portuguesa, eram colocados em uma escala acima destes últimos. Num patamar mais desenvolvido, eram classificados os timorenses, tendo em vista que eram reconhecidos como mais organizados. Por último, os macaenses e os indianos, com vestes mais sofisticadas e ricas, eram classificados acima de todos os outros.¹²

A pluralidade de ações mobilizadas ao longo do evento foram tantas que, sempre que possível, a perspectiva visual deveria estar presente como um aparato ideológico. De acordo com esse plano, o passado representado na exposição deveria ser evocado de muitas formas, tanto para as pessoas letradas, mas, sobretudo, para a maioria não letrada. Valendo-se desta premissa, a exposição priorizava elementos de uma cultura visual portadora de signos com forte penetração social.

Não por acaso, os meios de comunicação tiveram um papel preponderante na cobertura da exposição. Dentro desta perspectiva pedagógica, cumpre assinalar que as pesquisas que tiveram como objeto de estudo a 1ª ECP geralmente tomam como referência analítica um amplo espectro documental produzido em Portugal, sobretudo, a partir da imprensa escrita que deu ampla cobertura ao evento, seja antes, durante e após a sua realização.

Para tanto, o aspecto de originalidade que articulamos neste ensaio compreende a perspectiva escalonar¹³, tendo em vista que os princípios ideológicos e pedagógicos da exposição não ficaram circunscritos à imprensa portuguesa. Neste caso, destacamos a posição assumida pelos organizadores da Sociedade Luso-Africana no Rio de Janeiro em um número especial da revista da respectiva entidade.¹⁴ Na edição comemorativa, o editorial elaborado vinha de encontro aos interesses defendidos pelos principais re-

¹² MATOS, 2012, p. 200-202.

¹³ O uso da escala constitui-se enquanto uma perspectiva de natureza metodológica que permite uma reflexão historiográfica a partir de diferentes níveis, desde o mais local até o mais global. REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444.

¹⁴ Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto – 1934. Caderno Panorama, n. 9, abril-junho de 1934.

presentantes e ideólogos do salazarismo e que foram propagados de forma geral pelos meios de comunicação em Portugal.¹⁵

O boletim especial foi organizado em 167 páginas, estruturado a partir de muitas homenagens, entre elas uma página exclusiva com a publicação de um pequeno currículo do Capitão Henrique Galvão, assim como a representação facial do Diretor Geral da 1º ECP representada ao centro do brasão imperial com o nome e o símbolo de cada uma das colônias em torno da imagem central.¹⁶ Além desta, uma página inteira com fotos dos governadores de cada uma das colônias.¹⁷ A maior parte do periódico foi ocupada por reportagens específicas da exposição através de inúmeros textos relacionados às diferentes regiões coloniais, que na sua grande maioria foram produzidos por jornalista e militares com conhecimento e influência política em cada um dos territórios ultramarinos¹⁸, além de uma ilustrativa capa.

¹⁵ Sobre o posicionamento ambivalente da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro em relação à política do Estado Novo Português, ver SKOLAUDE, Mateus Silva. *Raça e nação em disputa*: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937). Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2016, p. 135-148.

¹⁶ Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto – 1934. Caderno Panorama, n. 9, abril-junho de 1934, p. 118.

¹⁷ Maj. Dr. Raúl Manso Preto (Governador do Timor); Cel. José Ricardo Cabral (Governador Geral de Moçambique); Gen. João Caveiro Lopes (Governador do Estado da Índia); Cap. Amadeu de Figueiredo (Governador de Cabo Verde); Cap. Ricardo Vaz Monteiro (Governador de São Tomé); Maj. Luiz de Carvalho Viegas (Governador da Guiné); Cel. Eduardo Ferreira Viana (Governador Geral de Angola); Cel. Bernardo de Miranda (Governador de Macau) (p. 72).

¹⁸ FERREIRA, Cel. Antônio Vicente. *Alguns aspectos da política indígena de Angola*. (p. 57-64); ALMEIDA, Gen. João de. *Notas à margem sobre a descoberta do Brasil*. (p. 65-66); MARTINS, Gen. Luis Augusto Ferreira. *Mais fumo* (p. 67-72); MARTINS, Cel. Eduardo de Azambuja. *A instrução militar em Moçambique* (p. 73-74); SALDANHA, Dr. Joaquim. *O sul de Moçambique entre o índio e os Libombos* (p. 75-79); HESPANA, Cap. Jaime Rebelo. *Colonização do Planalto de Benguela* (p. 80-82); MOURA, Maj. Jacinto José do Nascimento. *General Henrique de Carvalho* (p. 83-86); BRAGA, Paulo (jornalista). *A cidade portuguesa de Lourenço Marques: A grande realização* (p. 89-93); SEIXAS, Manuel de (escritor e publicista). *A obra colonizadora dos portugueses* (p. 95); TEXEIRA, Luis (jornalista). *África*. (p. 111-112); ESPIRITO SANTO, Salustino Graça do. (Eng. Agrônomo) *O Aspecto agrícola de S. Tomé* (p. 113-116); MIRANDA, António Augusto de. *A Magistratura Judicial das Colónias Portuguesas*. (p. 116-117); COSTA, Ten. Mário. *População europeia de Lourenço Marques: A tal descolonização...* (p. 123-126); ARCHER, D. Maria (escritora e publicista). *Singularidades de um país distante: Caçadas em Angola* (p. 127-132); TEIXEIRA, Ten. Augusto César de Justino. *Timor* (p. 133-137); LIMA, Rodrigo de Abreu (Antigo deputado) *Dois palpitantes temas coloniais* (p. 143-146).

Observam-se na capa deste número especial relacionado a 1ª ECP elementos que procuravam realçar a exposição enquanto um meio de aproximação política entre Portugal e Brasil. O aspecto simbólico estabelecido pelo jogo de cores deixa clara esta tentativa. Como representação lusitana, a caricatura centralizada do rosto de um homem negro, africano e português, com um barrete vermelho na cabeça, tendo ao centro o símbolo do império em dourado, na parte superior à direita. Aliam-se a isto, os letrados em vermelho e verde, na parte superior à esquerda. Como realce a representação brasileira, destacam-se as folhas verdes de palmeira na parte inferior à esquerda, bem como, o pano de fundo em amarelo.

A partir da edição especial da revista da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro endereçada aos portugueses e descendentes espalhados por todo o Brasil, percebe-se a função didática da exposição, ou seja, permitir ao público conhecer a vastidão territorial, os amplos recursos e as oportunidades das colônias ultramarinas. Caberia neste caso, envolver a população metropolitana e da ex-colônia no projeto da política imperial. A imagem de capa reflete o signos da propaganda colonial articulada pelo Estado Novo. A partir dela, entende-se uma perspectiva identitária mais ampla, que incorporava a ideia de nação ao levar em conta a grande diversidade de “raças” do império. Seja nos discursos, na imprensa de forma geral e na própria exposição, o império surgia como realização plena e última da nação. Desse modo, uma outra ferramenta fundamental usada a serviço do colonialismo português foi a fotografia, de modo que este instrumento exerceu um papel fundamental na legitimação das representações hierárquicas, exóticas e sensuais dos grupos e dos territórios que compunham o denominando império colonial.

Fotografia, Exotismo e sensualidade das populações coloniais

Ao tomarmos a fotografia como forma simbólica de contextualização do real, é preciso atentar para o fato de que a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras culturais estabelecidas pelo sentido humano da visão, uma vez que a representação pode ser interpretada por uma variedade de grupos sociais, que nem sempre se identificam pela palavra escrita. Todavia, pode-se considerar que imagens e discursos sobre o real não são exatamente o real, ao passo que ambos precisam ter a aparência da verdade, precisam convencer que aquele é o real.

Desta forma, é na aceitação e na capacidade mobilizadora que se mede a eficácia das representações, sejam elas imagens ou discursos.¹⁹

Valendo-se deste registro, é importante considerar o poder que a fotografia assumiu a partir do último quarto do século XIX, enquanto perspectiva técnica e visual a serviço dos aparatos de estados e governos, tendo em vista o uso das imagens enquanto um registro indiscutível de verdade. Tratadas desta maneira, são metodicamente fotografados, medidos, numerados e nomeados as regiões fronteiriças, os guetos urbanos, os bairros pobres, as cenas de crimes, assim como, trabalhadores, vagabundos, criminosos, loucos, pobres e raças colonizadas.²⁰ No caso específico da política colonialista, o advento da fotografia foi o principal mecanismo utilizado para representar imagetivamente o universo colonial e, ao mesmo tempo, serviu como aparelho inseparável dos vários saberes científicos que usavam as colônias e os indígenas como laboratório a serviço da propaganda política e do poder colonial.²¹

Não por acaso, a 1^o ECP teve um fotografo oficial, o Sr. Domingos Alvão (1872-1946), proprietário da Casa Alvão na cidade do Porto e que publicou um “*Álbum fotográfico da 1^a Exposição Colonial Portuguesa*” com 101 clichés fotográficos, editado no Porto pela Litografia Nacional.²² O grupos étnicos da Guiné foram os que mais receberam atenção por parte da imprensa e do público de forma geral. Também foram os mais fotografados pela câmara oficial de Domingos Alvão que procurou realçar o caráter físico destas populações indígenas.

Os símbolos e os significados afirmados neste espaço constituíam representações que, ao mesmo tempo, reforçava mitos, costumes, crenças, modos de ser e fazer. Nesse caso, a 1^a ECP tinha uma função pedagógica e poderia ser entendida enquanto um rito que objetivava reunir o presente ao passado, a tradição e a modernidade, constituindo um espaço de memória para afirmar o que não deveria ser esquecido e projetado. Devido ao seu caráter educativo, curioso e de entretenimento, a exposição tornou-se um sucesso, e a identidade comum, legitimada entre os diferentes grupos na

¹⁹ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. In: *ArtCultura*, v. 8, n. 12, 2006, p. 97-115.

²⁰ TAGG, John. *El peso de la representación*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 2005, p. 86.

²¹ VICENTE, Filipa Lowndes. O império da visão: Histórias de um livro. In: VICENTE, Filipa Lowndes. *O Império da Visão – Fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 29.

²² ALVÃO, Domingos. *Álbum fotográfico da I Exposição Colonial Portuguesa*. Porto, 1934.

exposição, não representou de forma alguma qualquer tipo de igualdade, ou seja, a proposta alargava a percepção da nação, dentro uma perspectiva identitária em que se demarcavam os grupos colonizados a partir de diferentes níveis, sem jamais perder de vista a fronteira entre o eu e o outro, os civilizados e os incivilizados. A fotografia e o enunciado²³ abaixo sintetizam simbolicamente a forma como estas representações eram afirmadas.

A Praça do Império de frente ao Monumento ao Esforço Colonizador serviu de palco para a exibição da mulher negra exótica, com seios descobertos, empunhando a bandeira de Portugal. Conota, ainda, o forte caráter simbólico da 1ª ECP, ou seja, o enunciado: *Negra muito embora, portuguesa de lei, ei-la empunhando a bandeira verde rubro que domina todo o Império* expressa o espírito edificante da exposição e, ao mesmo tempo, a legitimação hierárquica da nação, ou seja, todos iguais, mas uns mais iguais que os outros. Nota-se categoricamente no enunciado da foto, a instrumentalização ideológica implementada pelo Estado Novo na estruturação de uma política identitária baseada na unidade do império. Se, por um lado, afirmava-se a diversidade colonial e o reconhecimento da condição da “negra” enquanto portuguesa, por outro, demarcava-se a fronteira e a hierarquia no interior do projeto colonial, a partir da categorização racial “negra” que, neste caso específico, servia como significante na demarcação diferencial.

A ambiguidade estabelecida na categorização da diferença, enquanto negra e portuguesa, demarcava uma fronteira com objetivos claros, ou seja, tinha por princípio estabelecer uma alteridade pensada para o público da metrópole no contato com este *outro português* enunciado como exótico, mas que fundamentalmente necessitava ser civilizado. Este foi o caso de Augusto, menino negro oriundo da colônia da Guiné que ganhou notoriedade por brincar livremente no espaço da exposição, ao passo que foi condecorado como mascote do evento. O menino não ficou imune às lentes de Alvão, que o fotografou a partir do mesmo universo simbólico.

As duas fotos de Augusto caracterizavam os signos racializados da inferioridade colonial, cuja intencionalidade política visava, mais do que permitir aos portugueses da metrópole conhecer a realidade dos nativos das colônias, justificar a missão humanista das populações que efetivamente necessitavam da ação civilizadora do império português. O exotismo do menino africano, sentado nu ao chão e no primitivo tocar de tambor, con-

²³ Revista Civilização, Grande Magazine Mensal – Número 69 – Junho de 1934, p. 32

trastava com a criança inofensiva que recebia o caloroso colo da aristocrata lisboeta Amélia Rey Colaço. Neste caso, a atriz, vestida com traje de gala ao segurar e proteger a criança negra e nua, referendava simbolicamente a efetiva missão do Estado Novo, ou seja, expor os indígenas como seres exóticos e indefesos, como forma de legitimar as políticas voltadas aos espaços ultramarinos.

Figura 1: Criança Bijagóz “Augusto” (legenda original)



Fonte: ALVÃO, Domingos. Álbum fotográfico da I Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 1934.

Para além da exotização imposta pelos organizadores e propagandistas da exposição, era necessário também criar laços de afetividade na população metropolitana com os povos oriundos das colônias. Para que isto efetivamente tivesse algum resultado prático, utilizou-se a estratégia de individualizar alguns nativos, como forma de torná-los verdadeiros ícones da exposição.

Esse foi o caso do menino Augusto e da jovem Rosinha, da etnia balanta, que foi exposta pelos organizadores da exposição, tendo em vista os anseios da política estado-novista que buscava despertar, na subjetividade masculina, o desafio de sujeitos dispostos a migrarem para os territórios ultramarinos do império. A estratégia foi bem-sucedida. Rosinha e as mulheres balantas não só atraíram um grande público, como também constituíam uma “sensualidade” capaz de mobilizar, na memória do passado, o futuro da política imperial.

Naquela altura, circulou um cartão postal cuja fotografia original se encontra no álbum fotográfico de Alvão. Sua legenda afirmava o papel atribuído a Rosinha: “O Sucesso da Exposição de 1934.” Este sentimento foi amplamente partilhado pelos visitantes. Rosinha tornou-se o “objeto” mais fotografado, analisado e discutido da exposição.

Figura 2: Mulher Balanta “Rosita” (legenda original)



Fonte: ALVÃO, Domingos. Álbum fotográfico da I Exposição Colonial Portuguesa. Porto, 1934.

A 1ª ECP de 1934 representou um marco, de modo que, pela primeira vez na história portuguesa, mulheres africanas foram expostas seminuas para a “apreciação” do público metropolitano, como forma de inspirar a libido machista e a consequente ambição colonialista. É indispensável salientar que toda a reflexão que busque identificar no significado desta exposição um instrumento político, habilmente articulado pelos intelectuais do Estado Novo, necessariamente não se poderá furtar de analisar as questões de gênero e o apelo sexual assumido pelos ideólogos da exposição. Entre as muitas atrações durante os mais de três meses de verão em que a exposição permaneceu aberta, Rosinha foi alçada como a representação suprema do grande império português.²⁴

A exposição serviu como porta de entrada para uma visão colonial em que a África era representada pela harmonia racial e como um lugar idealizado para os colonos e suas futuras e misteriosas companheiras. Neste espaço, as colônias emergiram como lugares desejáveis e irresistíveis, terras de oportunidades para ganhos econômicos, sociais e sexuais, ou seja, um endêmico *novo Brasil*. Neste caso, o erotismo e o fetiche foram utilizados como *instrumentos de poder* criados deliberadamente através de atraentes mulheres negras. A 1ª ECP foi um evento eficaz na concretização deste objetivo, uma vez que a exploração do corpo negro e feminino ajudou a disseminar o apelo “lusotropical” nas diferentes classes sociais, sobretudo, no universo popular masculino.²⁵

Ao que parece, a menina balanta não teve voz própria, ou seja, não houve esforços visíveis para entrevistá-la através de tradutores como foi o caso dos seus companheiros de etnia, mas do sexo masculino. O que ela tinha a dizer era irrelevante, ao passo que Rosinha estava lá para “aparecer”, e não para ser ouvida. Rosinha era essencialmente “muda” e provavelmente não interagiu com o público, que contribuiu para sua “consagração”. Até aonde se sabe, Rosinha não tomou qualquer iniciativa própria, talvez não estivesse completamente ciente do impacto de sua presença. Para tanto, verifica-se efetivamente que, a partir do conjunto de imagens, que Rosinha foi reproduzida de muitas maneiras, tendo em conta a comercialização de fotografias individuais, ou mesmo como cartão postal. Muitas das

²⁴ MORAIS, Isabel. “Little Black” at the 1934 Exposicao Colonial Portuguesa. In: T. J. Boisseau and A. M. Markwyn. *Gendering the Fair: Histories of Women and Gender at World Fairs*. University of Illinois Press, 2010, p. 22-23.

²⁵ MORAIS, 2010, p. 26.

imagens erotizadas foram produzidas com o objetivo claro de mobilizar no universo masculino o “desejo colonial”, de modo que Rosinha foi pensada estrategicamente para ser o “sucesso da exposição”. Muitas das fotografias expressavam momentos da vida diária na vila, e Rosinha parece ter sido claramente instruída a representar. A mulher jovem de seios nus, com os dois braços levantados, as mãos segurando a cabeça no centro da imagem e o rosto direcionado para o olhar colonial do macho, indicavam sua “disponibilidade sexual”. A comercialização do corpo e da imagem de Rosinha, sua assimilação à ordem colonial do império português sobreviveram ao tempo através dos cartões postais, anúncios e fotografias.²⁶

Ao analisar as relações ideológicas de gênero e raça presentes na 1ª ECP é importante considerar um elemento paradoxal presente na política colonialista do Estado Novo. Se, por um lado, os homens de ciências e letras, sobretudo os antropólogos ligados ao regime condenavam cientificamente a ideia da miscigenação enquanto algo negativo, por outro, a mesma miscigenação representava uma perspectiva central do projeto imperial, ao passo que a erotização de Rosinha personificava a legitimação deste imaginário.

Neste caso, os ideólogos da 1ª ECP, ao priorizarem a erotização de mulheres negras seminuas, tornavam a miscigenação um valor não admitido, mas que detinha um caráter subjetivo da política colonial. Ao compactuarmos deste entendimento, consideramos que os princípios ideológicos do “lusotropicalismo”²⁷ não podem ser compreendidos única e exclusivamente pelo marco regulatório tradicional de autoria, obras e temporalidade. Ao tomarmos este pressuposto como mote, consideramos que a perspectiva “lusotropical” já era apresentada como uma característica tendenciosa do colonialismo português nos anos 30, duas décadas antes de ser propagandeada de forma pública pelo regime do Estado Novo e de receber o carimbo oficial de Gilberto Freyre.

²⁶ MORAIS, 2010, p. 31.

²⁷ “Este conceito foi ‘inventado’ com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido a interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade ‘científica’ de que até aí não dispunha. A influência do lusotropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para o das mentalidades”. CASTELO, Cláudia. *O modo português de estar no mundo: O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Coleção: Biblioteca das Ciências do Homem/História/17, 2. ed., 2011, p. 14.

A produção histórica a partir dos arquivos coloniais portugueses¹

Simoni Mendes de Paula²

Desde que a produção historiográfica passou a pleitear um espaço no *hall* das ciências, a partir do século XIX, as fontes históricas e, conseqüentemente, a ida aos arquivos têm sido parte da rotina de pesquisa dos historiadores. É inegável que as formas de análise dos documentos, bem como a própria definição do que pode ser considerado uma fonte histórica, têm sofrido mudanças ao longo do último século, porém, a importância dessa documentação disponível nos arquivos para o saber histórico não costuma ser contestada.

Frequentemente, os trabalhos produzidos por historiadores apresentam como resultado final a análise dessas fontes, devidamente questionadas e problematizadas. No entanto, a própria ida ao arquivo e a seleção de fontes que esses arquivos disponibilizam para o público em geral renderiam uma análise a parte, tão rica quanto a análise do objeto de pesquisa. Isso porque o arquivo pode ser pensado como um espaço discursivo, um local de inclusão e exclusão de sujeitos, saberes e situações.³

Essa percepção do arquivo como um local de escolhas e de porta-voz de determinados grupos se torna ainda mais evidente quando se trata dos arquivos coloniais, comumente situados no território das nações que exerciam o poder colonial sobre outras regiões. Por esse motivo, muitos arquivos têm sido objeto de pesquisa de antropólogos, interessados em realizar estudos etnográficos nessas instituições.

¹ Este artigo é parte dos resultados de uma pesquisa realizada em Lisboa, durante o Doutorado Sanduíche, com financiamento da Bolsa Capes/PDSE, Processo – 99999.004707/2014-01.004707/2014-01.

² Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: simoni.mendes@yahoo.com.br.

³ VALENTIM, Cristina Sá. O(s) pó(s) do arquivo: Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial. In: *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES*, 2013, p. 4.

Esse trabalho não tem a pretensão de elaborar uma análise etnográfica, mas, sim, trazer algumas reflexões sobre as possibilidades de pesquisa oferecidas ao historiador em alguns arquivos coloniais portugueses e como, em alguns casos, a documentação disponível delimita a pesquisa, obrigando o historiador a realizar recortes que até então não eram pensados, além de atentar para as vozes e situações que foram silenciadas, seja por falta da própria produção das fontes ou por escolhas conscientes. Analisa, assim, os percalços que o historiador poderá encontrar ao longo de seu trabalho nesses arquivos.

Importante destacar que grande parte das reflexões aqui apresentadas partem da experiência pessoal vivenciada por mim durante o período de doutorado sanduíche, realizado na cidade de Lisboa, em 2014, cuja motivação principal era o levantamento de fontes nos arquivos portugueses sobre os usos das águas do rio Cunene, situado no sul de Angola, durante o período colonial.

A coleta de fontes nos arquivos portugueses tinha a pretensão de cumprir com alguns quesitos que haviam sido propostos no projeto de pesquisa, como, por exemplo, a documentação referente à utilização dos recursos hídricos nas guerras coloniais, o debate diplomático sobre a delimitação da fronteira sul e, por fim, os documentos sobre os projetos de aproveitamento hidráulico, sobretudo a partir do Estado Novo.

Para atender essas necessidades, diversos arquivos disponíveis na capital portuguesa foram visitados durante o período de coleta de fontes. Dentre esses arquivos, esse texto irá destacar aspectos e experiências vivenciadas em dois arquivos especificamente, o Arquivo Histórico Ultramarino, arquivo que conta com um vasto acervo sobre a história portuguesa no ultramar, e o arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O arquivo histórico como o repositório da história colonial

Com o desenvolvimento tecnológico, tornou-se cada vez mais comum a disponibilização de fontes primárias em repositórios digitais de diversos arquivos históricos espalhados pelo mundo. De maneira rápida e prática, qualquer historiador pode consultar as revistas ilustradas publicadas em Portugal, apenas acessando o site da Hemeroteca de Lisboa, por exemplo. Diante dessas possibilidades, o que motiva os historiadores a se deslocarem

até um espaço físico, muitas vezes situado em outros países como é o caso dos pesquisadores brasileiros que necessitam de documentos sobre o colonialismo na África, para a realização de sua pesquisa?

A conclusão mais óbvia é de que nem todos os documentos estão disponíveis *on-line*. Isto não deixa de ser verdade, porém, é provável que para a maioria dos historiadores, a digitalização das fontes não seria um motivo real para afastá-los de vez dos arquivos. Essa proximidade do historiador com o arquivo talvez esteja relacionada à colocação da historiadora Eide Azevedo Abreu de que manusear um documento é como “[...] pegar com as mãos o próprio tempo. Essa substância tão impalpável como que adquiriria presença material, com cor, textura, cheiro”.⁴

Via de regra, o próprio prédio que abriga os arquivos, e isso pode ser constatado nos dois arquivos que serão analisados mais a frente, torna-se uma descoberta a parte para o historiador. Geralmente, trata-se de um prédio histórico, que em outros momentos abrigou alguma sede administrativa ou construções privadas de um período remoto. O assoalho, a iluminação, o mobiliário e o cheiro do passado são lembranças que ajudam a compor esses lugares, além, é claro, de sua representatividade histórica, o que acaba transformando-o em lugar de memória.

Pierre Nora, em seus trabalhos sobre a memória e os lugares de memória, afirma que é o efeito material, simbólico e funcional que transforma determinados locais em lugares de memória. Para o caso dos arquivos históricos, um local a princípio puramente material, seria a imaginação do pesquisador que vai torná-lo um lugar de memória, que “[...] o investe de uma aura simbólica”.⁵

Da mesma forma, pensando o simbolismo e em como o historiador dá sentido aos documentos encontrados nos arquivos, Arlette Farges, em seu *O Sabor do Arquivo*, afirma: “Nele [no arquivo], tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns, raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e constituir aquilo que mais tarde se chamará história. O arquivo não escreve páginas de história.”⁶ Ou

⁴ ABREU, Eide Sandra Azevedo. Os encantos do arquivo e os trabalhos do historiador. Reflexões a partir da Coleção Marquês de Valença. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. v. 19, n. 1, jan./jun. 2011, p. 250.

⁵ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 21.

⁶ FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 14.

seja, é o historiador que transforma o documento em história e, consequentemente, é ele quem dá ao arquivo a aura de guardião da história.

Não convém aqui discutir as implicações das afirmações de Farges e Nora sobre o simbolismo da ação do historiador sobre os arquivos. No entanto, ainda que se concorde que sem a análise não há história no documento, torna-se relevante ressaltar que em algum momento é realizada uma seleção de fontes que estarão disponíveis em determinados arquivos, quase como um enquadramento, de maneira que, por mais que o historiador tente se manter isento, invariavelmente essa seleção prévia, organizada por terceiros irá refletir em sua pesquisa e, consequentemente, definir qual documento terá a possibilidade de se transformar em história pelas mãos do historiador.

Nesse sentido, o caso dos arquivos coloniais é emblemático. Como citado anteriormente, grande parte dos acervos disponíveis para a consulta de documentos referentes ao período colonial encontra-se situado em arquivos históricos sediados nos países que detinham o poder colonial. Dessa forma, é evidente que a documentação consultada por mim, sobre o colonialismo em Angola, nos arquivos portugueses, está marcada pela determinação prévia do arquivo.

Além da seleção do próprio arquivo enquanto instituição, o historiador ainda tem que lidar com o fato de que a grande maioria, quase absoluta, dos documentos disponíveis nos arquivos coloniais portugueses terem sido produzidos por próprios portugueses, portanto, registrando suas percepções sobre o evento. É interessante ressaltar, no entanto, que quando o pesquisador se encontra impossibilitado de realizar sua pesquisa na área que foi colonizada, como foi meu caso, os arquivos coloniais situados nos grandes centros auxiliam no desenvolvimento da pesquisa, mesmo com suas limitações.

Essas considerações a respeito dos arquivos coloniais têm levado alguns pesquisadores a utilizar o próprio arquivo e seus documentos como objeto de pesquisa, como é o caso de Ann Lara Stoler. A antropóloga aponta que alguns pesquisadores de temas relacionados ao colonialismo já não estão apenas analisando as fontes, mas, sim, observando como essas fontes foram constituídas e recicladas para confirmar velhos direitos ou para fazer novas exigências políticas, e como se constituiu o próprio arquivo colonial, considerando de que forma os documentos disponíveis nos repositórios colidem com as memórias coloniais:⁷

⁷ STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance. *Archival Science*, n. 2, p. 87-109, 2002, p. 89.

*[...] we are just now critically reflecting on the making of documents and how we choose to use them, on archives not as sites of knowledge retrieval but of knowledge production, as monuments of states as well as sites of state ethnography. This is not a rejection of colonial archives as sources of the past. Rather, it signals a more sustained engagement with those archives as cultural artifacts of fact production, of taxonomies in the making, and of disparate notions of what made up colonial authority.*⁸

Para alguns pesquisadores, os arquivos constituem uma forma de representação que eles próprios visam definir como realidade. Nesse sentido, os arquivos coloniais podem ser pensados como bibliotecas coloniais, locais que atuam como protagonistas do conhecimento, produtos de um momento em que se via o outro como agente passivo de sua própria história, alguém sobre quem se escrevia, dando-lhe uma condição de subalternidade.⁹

É muito comum a produção do conhecimento estar imbricada de relações de poder, e isso fica visível com a produção documental colonial. Grande parte do conhecimento produzido durante o colonialismo estava vinculado à ideia de facilitar a submissão dos povos. Sendo assim, os documentos que refletem a produção realizada nesse momento, terão essas características. Da mesma forma, as ditas fontes oficiais, cartas, telegramas, relatórios, entre outros, terão também essa noção de subalternidade.

É certo que as limitações das fontes já são previstas pelos historiadores, a quem caberá a sutileza e sabedoria de analisar e questionar essas fontes tendo em vista esses problemas gerados nos arquivos. No entanto, é inevitável que a produção de qualquer estudo sobre colonialismo, baseado exclusivamente nos arquivos coloniais encontre algumas limitações, como a impossibilidade de manter ao longo de todo o trabalho as vozes dos grupos colonizados.

Entende-se, desta forma, que os arquivos são produtos constituídos cultural e socialmente, refletindo as relações desiguais de poder que existem nas sociedades¹⁰, cabendo ao historiador utilizar esse suporte fornecido pelos arquivos da melhor forma possível, a fim de diminuir essa desigualdade. Dito isto, passamos à análise e a reflexões das experiências vivenciadas por mim no Arquivo Histórico Ultramarino e na Sociedade de Geografia de Lisboa.

⁸ STOLER, 2002, p. 90.

⁹ VALENTIM, Cristina Sá. O(s) pó(s) do arquivo: Uma etnografia em arquivo colonial numa pesquisa pós-colonial. In: *IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES*, 2013, p. 2.

¹⁰ *Ibidem*, p. 4.

Arquivo Histórico Ultramarino: a morada dos arquivos coloniais portugueses

A cidade de Lisboa apresenta uma ampla gama de locais de pesquisa, e, na maioria deles, o historiador pode ter acesso a algum tipo de documentação referente às colônias ultramarinas. Porém, nenhum historiador que realize pesquisas sobre alguma colônia portuguesa irá a Lisboa sem visitar o Arquivo Histórico Ultramarino. Como o próprio nome já denota, o AHU é o arquivo colonial português por excelência.

Denominado anteriormente de Arquivo Histórico Colonial, ele foi fundado em 1931, pelo Decreto n. 19868, tendo por objetivo:

[...] reunir num só local, em boas condições de segurança e conservação, toda a documentação colonial que se encontrava dispersa. Desta forma tornou-se possível tratar tecnicamente toda a documentação para que pudesse ser posta à disposição do público e divulgada a informação nela contida.¹¹

Seu repositório é formado por documentos de natureza histórico-colonial que até aquele momento se encontrassem em posse do Ministério das Colônias¹², os documentos existentes nos arquivos dos governos coloniais, o material cartográfico e os documentos que futuramente entrassem no Ministério das Colônias, transcorridos dez anos, além dos documentos históricos do extinto Conselho Ultramarino, que vigorou entre 1642 e 1833.¹³

A denominação Arquivo Histórico Ultramarino veio posteriormente, quando ele passa a integrar, em 1974, a Junta de Investigações Científicas do Ultramar (JICU), organismo que realizava investigações científicas nas colônias, sendo membro do Ministério do Ultramar. Alguns anos após a descolonização da África, a JICU passou a ser chamada de Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT). Recentemente, o IICT e, conseqüentemente, o AHU vêm passando por uma série de mudanças na sua gestão, levando-os a ser tutelados pela Universidade de Lisboa.¹⁴

Suas instalações, como mencionado anteriormente, são um espetáculo à parte. O Palácio dos Condes de Ega começou a ser construído ainda

¹¹ Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=223&idi=12414>>. Acesso em: 05 maio 2016.

¹² O Ministério das Colônias passou a se chamar Ministério do Ultramar durante o Estado Novo, quando as colônias passaram a ser denominadas províncias ultramarinas.

¹³ *Carta aberta*: o Arquivo Histórico Ultramarino, a democracia e o conhecimento. Disponível em: <<https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/carta-aberta-o-arquivo-historico-ultramarino-a-democracia-e-o-conhecimento-1629251>>. Acesso em: 05 maio 2016.

¹⁴ *Ibidem*.

no século XVI, com uma arquitetura impressionante, mantendo até hoje os painéis de azulejos instalados no século XVIII.¹⁵ O espaço, que foi frequentemente visitado por generais franceses durante a invasão francesa, traz consigo uma simbologia que o transforma em um lugar de memória e que hoje guarda memórias do período áureo da expansão colonial portuguesa. Apenas sua instalação já é um motivo suficiente para aflorar nos historiadores a vontade de realizar suas pesquisas nesse local.

O acervo é, sem dúvidas, o mais rico em se tratando de documentos sobre a história do ultramar português. De acordo com o site institucional, o arquivo conta com cerca de 16 quilômetros de documentos, quase todos oriundos dos órgãos da administração ultramarina portuguesa, entre o século XVII e 1974-1975.¹⁶ Para minha pesquisa, particularmente, foram consultados dois grupos de documentos oficiais: as pastas do Ministérios das Colónias/Ministérios do Ultramar, especialmente os referentes à Direção Geral de Obras Públicas e da Direção Geral das Colónias, e os documentos do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, que embora não estivesse relacionado ao Ministério do Ultramar, encontra-se hoje hospedado no AHU.

Além dos documentos ditos oficiais, ou seja, produzidos por órgãos oficiais, o acervo do AHU ainda oferece ao pesquisador uma diversidade impressionante de material cartográfico, estando grande parte já digitalizado em alta resolução. E, para completar, o arquivo ainda conta com uma rica biblioteca, disponibilizando desde livros publicados recentemente sobre as colônias portuguesas até livros escritos ao longo dos séculos XIX e XX, como relatos de guerras, relatos de expedições, entre outros.

Apesar de riquíssimo, não se pode deixar de observar que o acervo disponível apresenta o mesmo problema comum a tantos arquivos, a pré-seleção de fontes que podem ser disponibilizadas para o pesquisador. Embora se apresente como um arquivo de documentos coloniais, os autores que produziam tais arquivos eram quase todos de procedência portuguesa, fossem eles portugueses residentes em Portugal ou autoridades portuguesas residentes no ultramar.

É interessante observar como essa seleção do material existente no arquivo direciona a pesquisa de cada historiador. Quando elaboramos um projeto de pesquisa, levantamos hipóteses que buscamos comprovar com

¹⁵ Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=223&idi=12415>>. Acesso em: 05 maio 2016.

¹⁶ Disponível em: <<http://www2.iict.pt/?idc=82>>. Acesso em: 05 maio 2016.

indícios encontrados e que esperamos posteriormente encontrar nos arquivos, porém, em alguns casos, a ida ao arquivo nos obriga a realizar modificações que não faziam parte de nosso roteiro de pesquisa inicial.

O Arquivo Histórico Ultramarino ofereceu a mim e a milhares de historiadores uma imensidade de fontes, porém, estas não foram suficientes para evitar que meu trabalho tivesse que ser reconfigurado. O grande problema para mim e para a maioria dos pesquisadores da história das colônias é a ausência da voz dos grupos colonizados, o que de certa forma não condiz com o discurso civilizatório e, posteriormente, da igualdade entre moradores do ultramar e os da metrópole, como foi amplamente propagandeado pela política colonial do Estado Novo português. Há que se ressaltar, no entanto, que nesse arquivo, aparentemente, o grande problema no enquadramento das fontes não está no trabalho dos arquivistas que lá trabalham ou já trabalharam, mas, sim, um problema decorrente da produção da própria fonte, que criava essa subalternidade.

Outro problema recorrente no AHU é a deficiência no sistema de catalogação e pesquisa interna do arquivo. É óbvio que a grande quantidade de fontes disponíveis dificulta esse trabalho. Porém, ressalta-se que a falta de um sistema eficiente de pesquisa dos documentos torna o tempo de trabalho de campo extenso e, muitas vezes, ineficiente, uma vez que o pesquisador finaliza seu trabalho ciente da existência de um número considerável de fontes que não passou pela sua mão e que pode ter um valor inestimável para seu trabalho.

Porém, seria injusto discorrer sobre esse arquivo sem mencionar o esforço de seus colaboradores para conservar o material em bom estado, mas, sobretudo, seus esforços para auxiliar no que for possível o trabalho dos pesquisadores. Salvo algumas raras exceções, os funcionários são extremamente solícitos no atendimento, tanto na entrega do material solicitado, quanto nas dicas de possíveis materiais que podem ser úteis para a pesquisa, especialmente após algumas semanas de trabalho, quando eles já estão cientes do objeto de pesquisa de cada um.

Por fim, não se pode deixar de ressaltar que, embora apresente os problemas acima mencionados, especialmente quanto ao processo de colonialismo do próprio arquivo, o Arquivo Histórico Ultramarino é um espaço que mantém viva a história das conquistas ultramarinas portuguesas, motivo de orgulho historicamente para seu povo. Trata-se de um excelente local para o resgate da memória da história portuguesa e, de certa forma, uma opção para pesquisas coloniais para aqueles que não têm a possibili-

dade de realizar sua pesquisa nas antigas colônias, desde que o profissional saiba interpretar e problematizar as fontes lá encontradas.

Sociedade de Geografia de Lisboa: o centro da produção científica ultramarina

A Sociedade de Geografia de Lisboa foi criada com uma proposta totalmente distinta dos motivos que levaram a criação do Arquivo Histórico Ultramarino. A SGL foi fundada em 1875 pelo cientista e escritor Luciano Cordeiro, e fomentou a produção de conhecimento científico da África, mas sempre com vistas a trabalhar em prol do império ultramarino português. Tinha como objetivo

[...] animar e proteger os estudos geográficos e tornar conhecidas as colônias e os territórios que lhe ficam próximos, delibera [...] mandar explorar por pessoas competentes as colônias, estudando-as e descrevendo-as sob o ponto de vista da sua geografia, linguística, etnografia, climatologia, demografia e patologia. Publicar os trabalhos geográficos e científicos que tivessem por objecto observações e estudos diretamente feitos nas respectivas localidades tropico-equatoriais. Previa-se a instituição de um prémio para a melhor memória em trabalho original que se escrevesse a respeito de geografia e colonização das terras de África tropico-equatorial.¹⁷

As instalações da SGL são um espaço onde se vive a expansão marítima portuguesa. A construção centenária abriga a sede da instituição desde 1897, tendo sua inauguração feito parte das comemorações do 4º centenário do descobrimento do caminho marítimo para as Índias por Vasco da Gama. Todos os espaços do prédio de quatro andares fazem referência à experiência colonial portuguesa, desde o seu átrio, onde o pesquisador obrigatoriamente atravessará uma sala com estátuas de grandes personagens da expansão colonial, como Pedro Álvares Cabral.¹⁸

Toda essa apologia ao expansionismo ultramarino português se reflete, evidentemente, no acervo que o pesquisador encontrará ao visitar o arquivo da SGL. Se no AHU o pesquisador vai ter acesso a uma grande variedade de documentos oficiais, na SGL a maior parte do acervo é com-

¹⁷ SANTOS, Maria Emília Madeira. *Das travessias científicas à exploração regional em África*: uma opção da sociedade de geografia de Lisboa. Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 1991, p. 6.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.socgeografialisboa.pt/historia/instalacoes>>. Acesso em: 05 maio 2016.

posta por publicações com temas referentes às colônias. Estas publicações, em sua grande maioria, são resultados de pesquisas realizadas em expedições fomentadas pela própria instituição. O grande diferencial do seu acervo está nas coleções de revistas científicas que circulavam em Portugal, sobretudo na primeira metade do século XX.

A coleção mais conhecida e, provavelmente, a mais requisitada é o Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa. O BSGL começou a ser publicado em 1976, portanto um ano após a inauguração da sociedade, e continua sendo publicada no século XXI, sendo uma das mais antigas revistas de Portugal ainda em circulação. Segundo informações da própria SGL, “os trabalhos que tem publicado centram-se sobre a expansão portuguesa e territórios por onde ela se faz sentir, ocupando-se de sua História, Antropologia e Etnografia, bem como da filologia dos seus povos até às Ciências da Natureza dessas regiões”.¹⁹

De fato, são essas informações que costumam ser encontradas nos artigos do boletim, fazendo com que qualquer historiador do colonialismo, sobretudo na África, encontre facilmente algum artigo sobre qualquer região da África portuguesa. Porém, retomando o debate anterior baseado nas reflexões de Ann Laura Stoler, observa-se que os arquivos coloniais, e o Boletim da SGL é um grande exemplo disso, funcionam como *official repositories of policy*, em que são dadas a algumas pessoas as credenciais de reivindicar a verdade colonial, verdade esta que servirá como documento utilizado em pesquisas para se compreender a dita “realidade” colonial.²⁰

Essa “credibilidade” que algumas pessoas detêm, sejam elas cientistas, militares, políticos, entre outros, não se restringem apenas às produções científicas como é o caso dos artigos das revistas, mas também podem ser observadas nos ditos documentos oficiais que encontramos no Arquivo Histórico Ultramarino, onde se verifica que a história dos povos submetidos ao poder colonial é contada por essas pessoas a quem esse mesmo poder oferece essa credibilidade.

Outra particularidade da documentação desse arquivo especificamente é que praticamente todo material disponível para pesquisa é material produzido para publicação. Isso significa que, se nos documentos do AHU pode-se encontrar alguns documentos particulares que podem expressar

¹⁹ Disponível em: <<http://www.socgeografialisboa.pt/publicacoes/2009/03/27/o-boletim-da-sociedade-de-geografia-de-lisboa>>. Acesso em: 05 maio 2016.

²⁰ STOLER, Ann Laura, 2002, p. 101.

ideias diferentes das ideias defendidas publicamente, com os artigos publicados isso raramente poderá acontecer, visto que todo material lá selecionado foi feito com vistas a defender as ações do governo colonial.

Considerações finais

Essas reflexões sobre o arquivo colonial apontam para um processo de colonialismo da produção de documentos dessa temática histórica, demonstrando que a produção documental e a própria organização dela nos arquivos refletem a experiência colonial, mantendo viva, de uma forma mascarada, a condição de subalternidade que esses povos sofreram durante todo o período de submissão colonial.

Assim, a condição do historiador é de um duplo trabalho, tendo que analisar uma situação histórica de submissão, utilizando-se da lente do colonizador, fazendo com que seja necessário, não apenas historicizar o objeto de pesquisa, mas também desconstruir o documento e, a partir disso, analisar as questões da forma mais coerente e isenta possível.

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* como fonte documental: aspectos contextuais e aportes metodológicos

Priscila Maria Weber¹

Quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido. Ou ainda, deve evocar na memória a presença, lado a lado, de prédios em ruínas e construções recentes, vislumbrando assim a notável transformação de estilo que empresta uma profunda dimensão temporal a uma simples fileira de casas; que observe também o diferente ritmo dos processos de modernização sofrido por diferentes meios de transporte, que, do tremó ao avião, mesclam-se, superpõe-se e assimilam-se uns aos outros, permitindo que se vislumbrem, nessa dinâmica, épocas inteiras. Por fim, que contemple a sucessão de gerações dentro da própria família, assim como no mundo do trabalho, lugares nos quais se dá a justaposição nos diferentes espaços da experiência e o entrelaçamento de distintas perspectivas de futuro, ao lado dos conflitos ainda em germe. Esse olhar em volta já é suficiente para que se perceba a impossibilidade de traduzir, de forma imediata, a universalidade de um tempo mensurável e natural – mesmo que esse tempo tenha uma história própria – para um conceito de tempo histórico.

Reinhart Koselleck

Há algumas curiosas informações referentes à obra de António de Oliveira de Cadornega que consideramos interessante destacar já na parte

¹ Doutoranda em História na PUCRS – Bolsista CAPES.
E-mail: priscilamariaweber@gmail.com

primeira desse trabalho. Isso quer dizer que o modo como os manuscritos da *História Geral das Guerras Angolanas*² chegaram até as bibliotecas de Évora e Paris serão investigados, bem como a forma como essas obras são copiadas e anotadas. Longe de nos posicionarmos acerca da originalidade das mesmas, inferiremos apenas argumentando que há características que possibilitam concluir diferenças na reprodução dos tomos.

Seguimos explanando aspectos relacionados ao contexto de escrita da obra HGGA, com o embarque de Cadornega rumo à África, bem como as agruras vividas por ele e por sua família durante a inquisição. A mãe do soldado mente que possui filhos que morreram meninos ao Santo Ofício, enquanto ambos estão destacados em cargos administrativos em Luanda, casados, se relacionando com cristãos-novos e holandeses, integrando o comércio de escravos e possuindo acesso a documentação administrativa, item que possibilitou Cadornega observar a substituição do oficialato em Angola. Consequentemente, como ele não desejava regressar a Portugal, o mote para a escrita da obra HGGA ocorre em virtude do soldado necessitar narrar aos Bragança, casa dinástica recém-restaurada em Portugal, os anos de fidelidade junto à coroa, ou os serviços prestados em Angola.

Por fim, concluímos nosso texto refletindo com o auxílio de algumas obras de cunho teórico-metodológico. Observamos os diferentes contextos de escrita que compõem uma obra e que são capazes de complementar a realidade empírica através de suas interpretações e imaginações. Uma obra é crítica e transformadora, desconstruindo e reconstruindo, trazendo ao mundo variações, modificações significativas, algo que anteriormente não existia. A concepção puramente documental da historiografia é uma ficção heurística, de modo que nenhuma descrição é pura: no momento em que foi concebida, ela serviu para corroborar algum propósito.

Características da obra HGGA enquanto manuscritos nas bibliotecas de Évora e Paris

Durante a pesquisa com a obra *História Geral das Guerras Angolanas* encontramos curiosas informações a respeito da utilização, edições ou cópias da obra de Oliveira de Cadornega. Ao chegar em Lisboa no ano de 1683, foi aprovada pelo Santo Ofício, visto que, ao findar do primeiro tomo,

² Utilizaremos durante o texto para designar a obra *História Geral das Guerras Angolanas* a sigla “HGGA”.

no autógrafo do autor, encontra-se o seguinte parecer: *Qualquer livreiro pode encadernar este tomo sem escrúpulo. Lisboa, 13 de Dezembro de 1683. Fr. Chistovão de Foyos. Calificador do Santo Officio.*³ Com essa mensagem encontrada em manuscritos localizados na biblioteca de Évora, inferimos que possivelmente a obra foi reproduzida em um número que foge à quantificação.

Ou seja, há em Évora uma cópia dos tomos de número I e II que apresentam alguns problemas, não apenas pela tinta de qualidade inferior utilizada, deteriorando alguns capítulos, mas, sobretudo, em virtude da exclusão de iluminuras e do ano de 1681, logo, dos dados fornecidos em parte do terceiro tomo. Sabe-se ainda que no tomo de número III, nas páginas 264 e 265, há uma lista escrita com letra que se difere da corrente nos outros tomos.⁴ Essas características não são encontradas nas obras junto aos catálogos da Biblioteca Nacional de Paris e da Academia de Ciências de Lisboa. A Biblioteca de Paris possui a obra completa ornada com ilustrações a guache,⁵ e a Academia de Ciências possui dois volumes com ilustrações que se assemelham aos tomos localizados em Paris, sendo que o volume de número II encontra-se no Museu Britânico.⁶

³ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de, 1972, tomo I, p. XV.

Os Qualificadores deveriam ser clérigos, egressos de universidades e com reconhecidas qualidades intelectuais, haja vista que sua função era justamente vistoriar os livros que viriam para a Igreja. Assim, entendemos que a função do Qualificador era aprovar e censurar livros, com o intuito de proteger a população de influências capazes de exaurir alguma perturbação ao catolicismo. *Eram, por assim dizer, representantes incontestes dos Inquisidores em terras distantes dos tribunais [...]*. BONFIM SOUZA, Grayce. *Para remédio das almas: comissários, qualificadores e notários da inquisição portuguesa na Bahia (1692-1804)*. Tese (Doutorado em História Social), UFBA, 2009, p. 82.

⁴ Essas informações são observadas por DELGADO, José Matias. In: CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. XVI.

⁵ Sobre as iluminuras em guache, talvez Oliveira de Cadornega, ou ainda algum copista, as tenha inserido, visto que essa técnica a base de água é de fácil execução, tonando-se popular em Europa desde o século XVI.

A consulta dos termos técnicos, tais como “iluminuras” e “guache”, bem como a utilização e difusão destes, foram realizadas através de catálogos da *British Library*, não havendo nenhum objetivo em aprofundá-los, mas, sim, observar a possibilidade de aplicação dos mesmos no contexto supracitado. BROWN, Michelle. *Glossary of Manuscript Terms*. Adaptado de *Understanding Illuminated Manuscripts: A Guide to Technical Terms*. 1994. Disponível em: <<http://prodigi.bl.uk/illcat/GlossI.asp>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

⁶ Segundo catálogo de manuscritos da Academia de Ciências de Lisboa, o volume encontra-se no Museu Britânico com a seguinte numeração: códice 15183. ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA. *Catálogo de Manuscritos – Série Vermelha, Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1978, p. 31.

Há discussões que consideram os tomos da biblioteca de Évora ilegítimos. Longe de nos posicionarmos quanto à originalidade ou cópia desses manuscritos, apresentamos essas informações apenas para que o leitor compreenda o processo que culmina nas edições de 1940 e 1972. Assim, a publicação datada de 1877 e intitulada “História do Congo”, com autoria do Visconde de Paiva Manso,⁷ confere legitimidade aos tomos parisienses.⁸ Nessa obra o autor transcreve excertos da obra HGGA e compara o autógrafa do autor com a assinatura presente em duas cartas remetidas no ano de 1661 por Oliveira de Cadornega a D. Afonso VI, solicitando a fundação de uma Misericórdia em Luanda.⁹

Quanto aos tomos localizados na Academia de Ciências, não possuímos meios para averiguar se Paiva Manso os conhecia, pois nada menciona a esse respeito em seu texto. Segundo José Matias Delgado, os manuscritos de Oliveira de Cadornega lá estão, porque constituíam parte do acervo do Convento de Nossa Senhora de Jesus, instituição que atualmente pertence à Academia.¹⁰

Em 25 de julho de 1883 a Sociedade de Geografia de Lisboa solicitou algumas cópias de documentos inéditos portugueses existentes na Biblioteca Nacional de Paris. A resposta é que há na biblioteca um *magnífico exemplar de Cadornega com título também de Guerras Angolanas, como o manuscrito da biblioteca de Évora, sendo muito mais perfeito e ornado de iluminuras, o que faz crer que este seria o traslado definitivo e apurado da obra.*¹¹ Talvez por crer no

⁷ GARRIDO, Luiz. *O Visconde de Paiva Manso*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1877, p. 17. Embora as elogiosas descrições, é possível extrair dessa obra dados interessantes sobre o autor, tais como sua formação como advogado e o não exercício da função, bem como sua ligação com a Academia Real das Sciencias.

⁸ PAIVA MANSO, Levy Maria Jordão de. *História do Congo*. Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1877, p. 272.

⁹ BRASIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: A.G.U. 1952, v. 7, p. 138-139.

“No documento, Cadornega diz que Luanda ficava distante cerca de 40 léguas e que Massangano tinha um grande número de pobres enfermos, além de viúvas necessitadas que não estavam sendo atendidas pela Misericórdia de Luanda. Na carta, ele reitera a lealdade dos habitantes de Massangano à Coroa portuguesa e seu exclusivo interesse em prover caridade àqueles indivíduos.”

OLIVEIRA, Ingrid Silva de. Misericórdias africanas no século XVII: a Misericórdia de Massangano. In: *África: passado e presente*: II Encontro de estudos africanos da UFF. Niterói: Editora UFF, 2010, p. 61.

¹⁰ DELGADO, José Matias. In: CADORNEGA, António de Oliveira. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. XVIII.

¹¹ Localização na Biblioteca Nacional de Paris: Catalogue des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais, par Alfred Morel-Fatio. Imprimerie nationale, Paris: 1892. XVIII^e siècle – Papier. 3 volumes, 261, 241 et 191 feuillets. Peintures. 370 × 240 mm. Manuscrit en portugais. Bibliothèque nationale de France. Département des manuscrits.

caráter fidedigno dos manuscritos localizados em Paris, ou ainda por convencer-se com a argumentação proposta por Paiva Manso, as anotações das edições de 1940 e 1972 são embasadas em cópia transcrita do manuscrito parisiense, pelo padre Maria Antunes no ano de 1929.

Com cerca de 1800 páginas distribuídas em três tomos, sinteticamente podemos inferir que os conteúdos da obra abrangem detalhamentos sobre alianças e demais atividades políticas em Angola, bem como exaustivas descrições de batalhas. No tomo de número I e II são arrolados fatos advindos dos principais governos, desde Paulo Dias de Novaes, passando por Pedro Cesar de Menezes e Salvador Correia de Sá e Benevides.¹² O terceiro volume dedica-se a expor hábitos, crenças e ritos dos povos de Angola,¹³ juntamente com laudatórias menções aos “sucessos” bélicos portugueses e à capacidade do oficialato em administrar aquela colônia lusa.

O contexto de escrita da obra HGGA: fragmentos sobre Oliveira de Cadornega

A compra do ofício de soldado por António de Oliveira de Cadornega foi obtida no ano de 1639, junto ao ainda Duque de Bragança, Dom João II.¹⁴ Embora o predomínio administrativo no reino português estivesse em posse da casa da Áustria, os alvares ao período próximo que avivavam a restauração eram constantes. Além disso, a compra dos ofícios e mercês driblava tanto as Ordenações Filipinas quanto os atentos olhos inquisitoriais.¹⁵ A “*Carta de favor*” passada em Almada e dirigida a Pedro César de Menezes, com a qual foi possível Cadornega acompanhar esse governador e embarcar para Angola como soldado, proporcionava a possibilida-

¹² Pedro César de Menezes é enfocado de forma demorada na obra HGGA, pois segundo Cadornega o governador teria participado da *odisseia dos portugueses contra a usurpação holandesa*. Já Salvador Correia de Sá e Benevides é descrito como agente principal da *reconquista de Angola*, pondo fim à estada holandesa. CADORNEGA, António de Oliveira. 1972, tomo I e II.

¹³ Por ora, cabe mencionar apenas descrições sucintas a respeito dos conteúdos dos tomos, visto que prolixas informações em nada contribuiriam para com o expor dos pressupostos primeiros desse trabalho.

¹⁴ Dom João II foi proclamado rei de Portugal como Dom João IV.

¹⁵ Os textos das Ordenações enumeravam competências tidas como naturais ou essências da realeza e proclamavam a origem real de toda jurisdição. In: HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 62. A primeira edição data de 1604. A que ora temos acesso é a seguinte: Ordenações Filipinas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1885.

de de adquirir, sob o caro preço de abdicar da família e dos estudos, tão desejados pelo pai de Oliveira de Cadornega, uma relativa estabilização, pois o ofício de soldado corresponderia a um cargo administrativo.¹⁶

Com estas fatias de pão daquella sempre esclarecida Casa de Bragança foi eu sustentado e mais meus irmãos; e porque eu não ficasse de fora de seus favores vindo de Lisboa com hum irmão meu por nome Manoel Correa de Cadornega que hoje vive, e he morador de Villa da Vitória de Masangano tendo assentado praça de Soldado nos Almazens daquella Corte contra vontade de nosso Pay que queria seguíssemos os estudos vendonos sem nenhum amparo estando o nosso Exellentissimo Senhor, na Era de 639 da banda dalem onde tinha vindo a instancia do rei Rey Dom Phelippe o quarto sendo Governador de Portugal a Infanta Dona Margarida Duqueza de Mantua, Tia do dito Rey, a respeito de dizerem vinha huma poderosa Armada do Christianismo Rey de França contra Portugal, viesse a preparar ou mandar preparar as Fortalezas e gente de guerra como Contestable que era daquelles Reinos; outros ajuizarão fora outro o fim de que Deos o livrou para nelle começar a renascer a Monarquia Lusitana.¹⁷

Lhe pedimos nos quizesse favorecer com huma carta de favor para o governador Pedro Cezar de Meneses com que vínhamos embarcados para Angola a servir nas guerras da Conquista destes reinos e nos fez mercê de nola mandar passar, dizendo a Manoel Caldeira de Castro Moço da Guardaroupa levasse recado ao Secretario Antonio Paes Veigas para a fazer, favor singular de Suas Reaes mãos que os Sereníssimos Duques de Bragança sempre souberão dar muito e pedir pouco; a qual Carta teve sempre em tanta estima, o governador que sendo aprisionado do Flamengo onde lhe tomarão quando possuía teve industria para a haver das mãos inimigas, e a levou consigo quando foi destes Reinos para Portugal fazendo lhe tanta veneração como o poderá fazer a mais devota Relíquia.¹⁸ (grifos nossos)

Essas descrições sucintas servem para atentarmos à instabilidade e complexidade da relação política entre cristãos-novos e a coroa Ibérica. Se, por um lado, a coroa impunha requisitos políticos, sociais e de mérito para o exercício de um ofício, com exigências como a naturalidade obrigatória dos beneficiados, ou ainda laudos que comprovassem aptidão a função, geralmente outorgados pela instituição que concedia o cargo, com a finalidade de evitar transferências entre particulares,¹⁹ exigindo que as mesmas

¹⁶ Utilizamos para averiguar essa informação outro texto de Oliveira de Cadornega, que não a obra “História Geral das Guerras Angolanas”. Desta vez, a obra “Descrição de Vila Viçosa”, dedicada ao Conde de Ericeira, traz informações complementares sobre a aquisição de cargos pelo autor. CADORNEGA, António de Oliveira de. *Descrição de Vila Viçosa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982, p. 9.

¹⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1972, tomo I, p. 6.

¹⁸ CADORNEGA, António de Oliveira, 1972, tomo I, p. 7.

¹⁹ CUNHA, Mafalda Soares da. “O provimento de ofícios menores nas terras senhoriais. A Casa de Bragança nos séculos XVI-XVII”. In: STUMPF, R.; CHATURVEDULA, N. (Orgs.). *Cargos e ofícios nas monarquias ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*, Lisboa, CHAM, 2012, p. 21.

fossem feitas na mão do rei, por outro lado, o rendimento desses ofícios representava cerca de 20% dos recursos dos Bragança, quando em 1626 a casa da Áustria ainda estava no poder.²⁰

Assim, a força motriz para a negociação da disponibilização do ofício de soldado para Cadornega atuar na África deu-se em virtude de um cristão-novo, assim como muitos, necessitar oportunidade de sobrevivência apartada dos encaixes da inquisição e, por parte não apenas dos Bragança que lucraram com a transação, mas da casa da Áustria que permitia o afrouxamento de alguns ofícios quando necessitava de mão de obra em alguma colônia. No caso, com os avanços flamengos, a situação em Angola se fazia emergencial.

A fidelidade da família de Oliveira de Cadornega aos Bragança é justificada através das menções às gerações que foram agraciadas com cargos, secundarizando o fato de estes serem uma negociata que visava ganhos. Assim, os feitos bélicos de Portugal e a ascensão do soldado em Angola, que ora possui, para parafrasear o padre António Vieira, um *grossíssimo cabedal*,²¹ são expostos na obra como que para elucidar a dedicação do soldado aos Bragança, que mesmo recém se estabilizando na administração de Portugal, tiveram contadas *a seus reais pês esta história das guerras angolanas*.²²

Para além disso, as mortes e degredos de seus familiares também são subsumidos, visto que seu pai morreria pobre, pois perdeu tudo na ocasião de um saque pelos flamengos na costa de Angola, quando de sua viagem de regresso a Portugal, após uma longa estada de trabalhos como oficial maior da fazenda real em Buenos Aires.²³ Sobre seu irmão, Manuel de Cadornega, sabe-se que embarcara juntamente com António de Cadornega para Angola, assentando praça de soldado e vivendo, pelo menos até 1680, em Vila da Vitória de Massangano.

²⁰ CUNHA, Mafalda Soares da, 2012, p. 26.

²¹ VIEIRA, Padre António – *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, v. VI, p. 174.
Por todos os reinos e províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grossíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio do mundo. [...] E porque são duas as causas que desnaturalizaram deste reino os homens de negócio – ou as culpas de que estão sendo acusados na Inquisição ou o receio do estilo com que as cousas da fê se tratam em Portugal

²² CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 1.

²³ DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra *História Geral das Guerras Angolanas*. In: *Representações de África e dos africanos na História e Cultura – Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011, p. 109.

Das irmãs não se têm maiores detalhes, apenas que uma delas foi julgada e condenada ao degredo da comarca em que vivia, ou seja, Vila Viçosa, e que a outra faleceu.²⁴ A mãe, Antónia Simões Correia, foi cruelmente torturada e morta, conforme se pode observar em processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde ela menciona possivelmente como um ato de proteção, que tem *filhos que morreram meninos*.

*Ella declara, Antónia Simões Correia, ser cristã nova, não sabe em quanta parte. Que é viúva de António de Cadornega, cristão-velho, de quem teve filhos que morreram meninos, e Violante de Azevedo, solteira, de mais de 25 anos; e Francisca de Azevedo que faleceu a quatro anos, sendo solteira. Que sabe ler e escrever.*²⁵

Segundo quantificação de António Borges Coelho, em Évora, local onde Antónia e Violante foram presas, há cerca de 8.644 processos arrolados entre os anos de 1533 e 1668. Destes réus, 7.269 são acusados de judaísmo, compondo um índice percentual de 84%. A percentagem aumenta para 89% caso considerarmos as acusações de heresia.²⁶ Conjeturamos o quão desinteressante seria para um cristão-novo estabelecido em outras terras regressar a Portugal, visto que esses dados fomentam a argumentação de ainda haver, no terceiro quartel do século XVII, perseguições advindas dos autos de fé, com execuções aos cristãos-novos e pilhagens de seus bens, como podemos observar com a execução da mãe de Cadornega, que data de 1662.

As agrestes perdas familiares advindas da inquisição e o temor em abdicar das posições adquiridas em África são relatados por meio da exposição dos anos que vivera apenas com os rendimentos proporcionados pelos Bragança, que concederam um cargo de escrivão a seu pai, modo como ele e seus irmãos sobreviveram.²⁷ Tudo indica que o pai de Cadornega tenha permanecido nesse cargo até a sua morte e, após, a vulnerabilidade das relações com a atual casa dinástica leva sua mãe à execução. O *corpus* documental de que ora dispomos para essa averiguação, para além do processo inquisitorial de Antónia Simões Correia, constitui-se na própria obra de Oliveira de Cadornega. Ambos não abarcam com maiores detalhes os bens

²⁴ Processo disponível junto ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo. N. 9.939, folha 38, imagem 75, de 13 de Janeiro de 1662. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2301963>>. Acesso em: 06 out. 2012.

²⁵ DEMARET, Mathieu Mogo, 2011, p. 79.

²⁶ COELHO, Antonio Borges. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa, Caminho, 1987, p. 72.

²⁷ CADORNEGA, António de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1972, tomo I, p. 6.

em posse de sua família à época da execução de Antónia Cadornega. Contudo, como observamos, há sinais, nesses documentos, de decadência, se não em Angola e por parte de Cadornega, em Portugal, com sua família aos poucos, sendo desmantelada.

Em virtude desses fatos, o regressar a Portugal se fazia desinteressante. A escrita da obra “História Geral das Guerras Angolanas” inicia-se em torno de 1670, concomitante com o findar das guerras pós-restauração, que condiziam com a estabilização da nova casa dinástica. Há na obra de Oliveira de Cadornega uma construção do vínculo com os Bragança, forjando um sentimento de fidelidade, pois, desde a geração de seu avô, havia prestações de serviços a essa casa dinástica. Com isso, inferimos que o dedicar da obra HGGA a casa dos Bragança é também uma troca estabelecida dentro de uma possibilidade de linguagem, calcada em uma determinada *ordem*²⁸ que exprime noções *mercantilistas*.²⁹ Ou seja, o não regressar a Portugal em virtude dos encaixos inquisitoriais se externaliza através dos préstimos citados. Essa é moeda de troca que garante produção de sentido à obra de Cadornega.

Aporte teórico-metodológico para a interpretação de contextos históricos

A oportunidade de buscar nas fontes não indícios de palavras rígidas, literais, cristalizadas, mas o movimento destas, as maneiras inovadoras em que foram utilizadas, resultantes ou não de experiências novas, originando problemas e possibilidades discursivas, auxiliam o historiador a vislumbrar os contextos (configurações sociais, valores constituídos, modos de pensar, acontecimentos, etc.) e a romper visões que utilizam as fontes de formas descritivas.³⁰ Eles (os contextos) podem ser analisados através dos meios produzidos pelos usos da linguagem que, como foi formada em períodos específicos, apresenta dimensões históricas. Assim, a linguagem determina

²⁸ CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 132. *Os pensamentos, entre as múltiplas instituições, experiências e doutrinas, desvenda-se de forma não explícita, mas que constitui um princípio organizador de uma cultura. Há, portanto, uma espécie de ordem. Contudo, ela sempre escapa, porque a linguagem, tradutora primeira do pensamento, fala à revelia das vozes que a enunciam.*

²⁹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 238-248.

³⁰ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 37.

o que nela pode ser dito, mas também pode ser modificada pelo que nela é dito.³¹

Isso quer dizer que uma obra é capaz de complementar a realidade empírica através, justamente, de suas interpretações e imaginações. Uma obra é crítica e transformadora, desconstruindo e reconstruindo, trazendo ao mundo variações, modificações significativas, algo que anteriormente não existia. A concepção puramente documental da historiografia é uma ficção heurística, de modo que nenhuma descrição é pura: no momento em que foi concebida, ela serviu para corroborar algum propósito. Por outro lado, a falta de um *corpus* documental é o mesmo que subsumir o arcabouço advindo de linguagens proporcionado pelo documento, ou seja, idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagens distinguíveis como vocabulários, regras, precondições, implicações e estilos, itens complexos e chaves para o historiador dissecar o contexto pretendido como estudo.³²

Segundo Marçal de Menezes Paredes, *é próprio do olhar histórico chamar atenção para as historicidades dos significados, para fazer aparecer as diferentes maneiras como a experiência, em distintos momentos, foi apreendida*.³³ Analisar essas historicidades através da condição de transitoriedade de significados é uma condição fundamental da própria história como disciplina, sendo um antídoto para a imobilidade teórico-conceitual.³⁴

Há, com isso, importância em sopesar os contextos de produção de cada obra, para somente então conseguirmos interpretar, com seus vocabulários e sintaxes, os sons de suas línguas mais que as palavras pronunciadas, dando tom aos discursos e aos contextos que os tornaram possíveis,³⁵ desmitificando uma obra escrita enquanto fonte de proposições descritivas: o constante desafio do historiador, nesse caso, reside em interpretar os códigos, regras, sistemas implícitos nas práticas de escrever, na seleção do que é lembrado e posto em palavras.

³¹ POCOCK, John Greville Agard, 2003, p. 64.

³² POCOCK, John Greville Agard, 2003, p. 35.

³³ PAREDES, Marçal de Menezes (Org.). *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*. Porto Alegre: Oikos, 2012, p. 149.

³⁴ LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y ler textos. In: PALTÍ, Elias José (Org.). *Giro linguístico e História Intelectual*. Buenos Aires: Prometeu, 2011, p. 241, apud PAREDES, Marçal de Menezes (Org.), 2012.

³⁵ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 121.

John Pocock elucida esse movimento, metaforizando-o, quebrando a noção de que a realidade pode ser representada de forma rígida. Exemplificando através de espelhos, o reflexo de um acontecimento advindo de um mundo exterior, no momento em que ocorreu, deve ser substituído por espelhos que se autorrefletem em múltiplos ângulos, fundindo elementos externos e internos, refletindo uns aos outros. Enquanto alguns deles compartilham o mesmo espaço de tempo, outros estão situados em um passado e um futuro, reconhecendo que a percepção do novo só se faz possível se reconhecermos que ela se realiza ao longo do tempo e na forma de um debate sobre o tempo. As experiências e as formas de percebê-las entrariam, então, na baila da discussão historiográfica.³⁶

A necessidade em expor as considerações supracitadas deu-se pelo fato de elas acompanharem durante o processo de escrita do trabalho de dissertação intitulado *Aquela belicosa rainha com valor costumaz: as ambiguidades de Ginga na obra "História geral das Guerras Angolanas" de Oliveira de Cadornega e seus usos na historiografia brasileira*, possibilitando que refletíssemos sobre as fontes documentais não apenas enquanto um documento que guarda, rigidamente, a verdade através dos tempos.

Consideramos uma obra como a HGGA tão importante para estudos sobre História da África que englobam o século XVII, os reinos de Ndongo, Matamba e adjacências, ou ainda sua personagem principal, a rainha *Ginga*, como um documento que possui um autor, e que este pode ser analisado enquanto um sujeito que não está descolado do tempo em que escreve, ao contrário, está atrelado a contextos específicos que influem diretamente na escrita de sua obra.³⁷

³⁶ POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 56.

³⁷ FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2006, p. 34.

“Saudações das nossas colônias”: o cartão postal como fonte para os estudos de colonialismo em África

Ana Carolina Schweitzer¹

Sob a rubrica *Griisse aus unsere Kolonie* (saudações da nossa colônia), milhares de cartões postais foram emitidos das regiões de domínio colonial alemão na África para outras fronteiras do império e alhures. Abaixo desta frase, imagens da fauna, da flora, da paisagem urbana e das populações das regiões colonizadas eram impressas. No verso do cartão, podia-se ler uma mensagem do remetente, possíveis informações sobre sua localização e data, também os dados do destinatário. O postal, na virada do século XX, foi um objeto de consumo de massa, devido a sua utilização e ao seu baixo custo. Foi empregado como um meio de comunicação, um souvenir ou ainda uma lembrança de viagem. Através destes usos, este objeto ultrapassou as fronteiras coloniais, transportando informações escritas e visuais sobre o continente africano e o contexto colonial em que se encontrava.

A pesquisa na área de História há muito já reconheceu a imagem como uma fonte para seus estudos. Pinturas, fotografias, quadrinhos e caricaturas passaram a compor o paleta de fontes dos historiadores e possibilitaram ampliar seus questionamentos acerca da vida social em diferentes contextos. Todavia, nas pesquisas que tratam da história do continente africano, sobretudo nos anos de colonialismo europeu, as fontes visuais ainda carecem de atenção. Esta apresentação tem por escopo discutir o cartão postal como uma fonte para os estudos sobre os anos de colonialismo na África, a partir da abordagem de uma “História Visual”. Logo, propõe-se compreender as especificidades desta fonte através desta perspectiva, tomando como estudo de caso a experiência colonial alemã.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.
E-mail: carol_schweitzer@hotmail.com

O cartão postal em contexto colonial: objeto que ultrapassa fronteiras

No ano de 1884, ocorreu na capital do II Reich uma sequência de encontros e reuniões diplomáticas, conhecida como Conferência de Berlim, que tinham por interesse delimitar as fronteiras das possessões europeias na África, sobretudo no região do Congo. Definiu-se a partir de então que as regiões das atuais Namíbia, Camarões, Togo e Tanzânia estariam sob controle colonial da Alemanha.² Ainda em 1884, a empresa norte americana Kodak solicitou a patente do rolo de filme e, quatro anos depois, colocou a primeira câmera portátil no mercado.³ Esses dois eventos, a criação de uma nova tecnologia e a definição de fronteiras coloniais, promoveram a inserção da prática fotográfica no continente africano.

Desde os primeiros anos de colonialismo alemão há anúncios de comercialização de aparatos fotográficas no solo africano. Em 1902, era possível adquirir na colônia do Sudoeste Africano Alemão (*Deutsch Südwestafrika*), atual Namíbia, rolos de filmes, câmeras Kodaks e papéis para impressão de fotos. Também fotógrafos profissionais ofertavam seus trabalhos e divulgavam seus ateliês através de anúncios publicados em jornais locais. O comércio de imagens fotográficas poderia ocorrer no ateliê fotográfico, em casas de impressão ou ainda em papelarias. Ao atentar para os anúncios publicados nos jornais locais das diferentes colônias alemãs, observou-se um aumento na oferta de produtos visuais. Ou seja, a partir da primeira década do século XX, ampliou-se o interesse do público consumidor por estes produtos, bem como a diversidade destas mercadorias visuais. Isto permite inferir sobre a criação de uma “economia visual colonial”. A *Swakopmunder Buchhandlung* (livraria de Swakopmund), pode servir de exemplo para elucidar este crescimento de um mercado de imagens em contexto colonial.

Este estabelecimento abriu suas portas em 1900, na cidade de Swakopmund, localizada na antiga colônia do Sudoeste Africano Alemão. Em menos de dois anos, além de ter uma sede na cidade de Swakopmund, a

² Escusado é lembrar que a experiência colonial alemã durou três décadas. Teve início oficialmente a partir da Conferência de Berlim (1884-1885) e encerrou-se com o início das Primeira Guerra Mundial, quando tropas francesas, britânicas e sul-africanas invadiram as então colônias alemãs.

³ FABRIS, Annateresa. *Fotografia: usos e funções no século XIX*, São Paulo: EDUSP, 1991, p. 33-35.

empresa inaugurou uma filial em Windhoek. A ampliação também pode ser notada ao se atentar para a oferta de produtos deste local: vendia-se livros, revistas ilustradas, itens de papelaria, aparatos fotográficos, fotografias e cartões postais.⁴ Este último item parece ter rendido bons lucros, pois, com o passar dos anos, ele ganhou evidência nos anúncios publicados nos jornais locais. Em 1903, a *Swakopmunder Buchhandlung* já informava a venda de postais em formato de álbuns. A partir de então, destinou alguns de seus anúncios para ofertar exclusivamente este produto, o cartão postal, que em 1913 poderia também ser adquirido em versão colorida.

Embora a popularização da câmera fotográfica fosse concomitante a este período, o custo da aquisição de uma câmera, rolos de filmes e impressão das imagens ultrapassava o custo dos postais. Era possível adquirir um pacote com doze postais por apenas 1 marco alemão, na colônia do Sudoeste Africano em 1903. Logo, para grande parte da população, a compra de postais era mais viável que a produção de suas próprias imagens fotográficas. Desse modo, torna-se compreensível que o consumo de fotografias também foi fomentado não só pela venda das câmeras, mas igualmente pela reprodução da imagem em um objeto de baixo custo: o postal.

Segundo a historiadora Filipa Lowndes Vicente, ao transformar a fotografia num objeto vendável, ampliou-se a ressonância visual da imagem fotográfica.⁵ Entre estas opções, a historiadora destaca a comercialização de álbuns fotográficos, fotografias estereoscópicas e o cartão postal. Ao retomar os anúncios de jornais locais, como o da *Swakopmunder Buchhandlung*, fica evidente a ampla oferta do postal como um produto visual nos anos de colonialismo. Vale lembrar que esta transformação da fotografia em objeto de venda, sobretudo em postais, ocorreu também nas demais colônias no continente africano e alhures. Compete atentar que algumas características desta economia visual ultrapassam as fronteiras coloniais. Extrapolam também o contexto colonial, visto que muitos destes cartões continuaram a ser comercializados mesmo após o fim do colonialismo em África. Estes apontamentos podem ser melhor discutidos a partir da análise do postal a seguir.

⁴ *Deutsch-Sudwestafrikanische Zeitung*, 20 de fevereiro de 1902; *Luderitzbuchter Zeitung*, 4 de março de 1909.

⁵ VICENTE, Filipa Lowndes. Fotografia e colonialismo: para lá do visível. In: JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *O império colonial em questão* (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições. Lisboa: Edições 70, 2012, p. 439.

Figura 1: Cartão Postal com grupo Herero



Fonte: Hereros. D.S.W-Afrika (Verlag der Swakopmunder Buchhandlung). Acervo da autora.

Para uma breve descrição da fotografia deste postal, cabe informar que ela é composta pela imagem de sete indivíduos, sendo dois deles homens e cinco mulheres. Não consta nenhuma data impressa neste objeto. Uma pequena palavra no canto inferior direito informa o grupo ao qual estes sujeitos pertenciam: *Herero*. A partir desta informação, já se poderia imaginar o local de produção da imagem, visto que este grupo reside entre o sul de Angola e a Namíbia. No entanto, uma segunda informação foi escrita no postal e pode ser lida no canto inferior esquerdo: *D. S. W. Afrika*. Esta rubrica significa *Deutsch Südwestafrika* (em português, Sudoeste Africano Alemão) e corresponde a região que foi ocupada pelos alemães durante os anos de colonialismo. Sendo assim, embora a ausência da datação, pode-se afirmar que, no momento de impressão deste postal, a região onde

⁶ Como a partir de 1914 esta região tornou-se protetorado da União Sul-Africana, posteriormente britânico, o termo “*Deutsch*” (alemão) foi obliterado do nome, designando a região apenas como Sudoeste Africano.

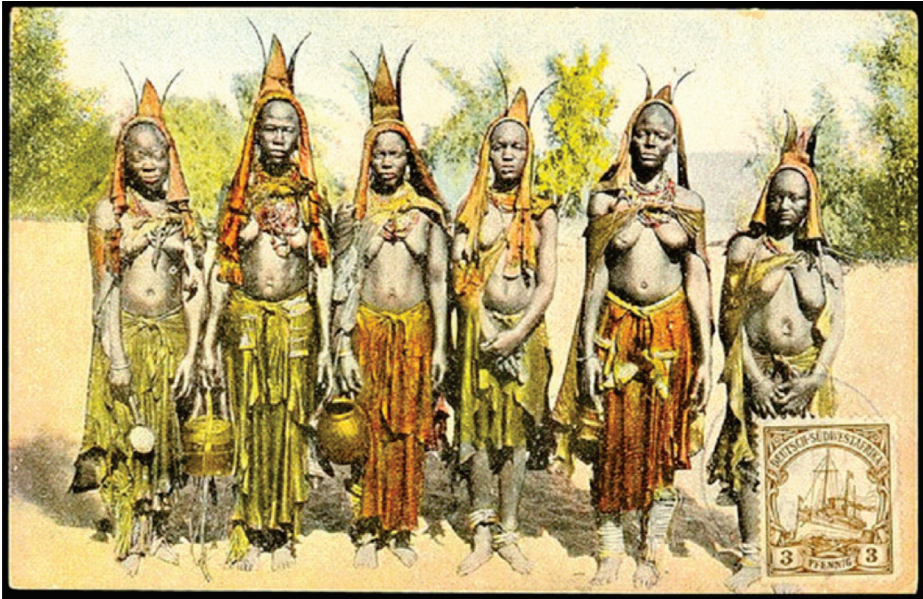
a fotografia foi produzida estava sob controle do II Império Alemão.⁶

Além dos elementos apontados, as rubricas nos cantos inferiores, outra informação impressa neste postal pode auxiliar no entendimento deste objeto como fonte para o estudo do colonialismo. Abaixo da localização espacial, encontra-se o seguinte dado *Verlag der Swakopmunder Buchhandlung*” (editora da livraria de Swakopmund). Isto informa o local de impressão do postal. Conforme comentado, a *Swakopmunder Buchhandlung* foi um estabelecimento inaugurado sob a presença colonial alemã e destinava-se a vender diferentes produtos visuais. No entanto, seu funcionamento não cessou com o fim do colonialismo alemão, em 1914. É possível que, durante alguns anos, a *Swakopmunder Buchhandlung* tenha permanecido fechada, mas hoje o atendimento ainda ocorre na cidade sede, Swakopmund. Em anúncio publicado na página virtual do estabelecimento eles informam “*since 1900/seit 1900*” (desde 1900), em dois idiomas, acusando uma clientela de origem teuto presente na Namíbia.

Em certa medida, a comercialização destes produtos visuais, no qual o postal se insere, não foi interrompida com o fim do colonialismo. Ao fazer uso deste objeto como fonte para pesquisa, faz-se necessário atentar não só para imagem que ele reproduz, mas também para informações contidas nele que possam oferecer indícios que nos ajudem a percorrer seu circuito social ou os modos de interação entre este objeto e a sociedade que o produziu e consumiu. No caso do postal anterior, que reproduz a fotografia do grupo *Herero*, seu contexto de produção pode ser identificado através da rubrica do nome da colônia.

Na figura a seguir, por exemplo, foi através do selo colado sobre a imagem fotográfica que se pode identificar o contexto de produção e impressão deste postal.

Figura 2: Cartão Postal colorido com grupo Herero



Fonte: Hererofrauen. (Disponível em Delcamp.net. Acesso 12 jun. 2016). Acervo de Jochen Baeuerle.

No canto inferior direito, abaixo da imagem das seis mulheres, encontra-se um selo. Além de informar o valor de custo, três *Pfennig* (centavos), consta ainda a informação do local onde ocorreu a postagem: a colônia do Sudoeste Africano Alemão. Novamente, a ausência da data nas legendas do postal incita o historiador a buscar outros elementos para poder identificar esta fonte.

Além da ausência da datação, há outros elementos comuns nos dois cartões postais reproduzidos neste artigo: algumas mulheres *Herero* têm suas imagens reproduzidas em ambas as fotografias (figuras 1 e 2). Conforme estudos que relacionam o uso da prática fotográfica em contexto colonial, pode-se identificar estas fotografias com características de imagens de “cenas e tipos”. O estudo de Clara Carvalho acerca das fotografias encontradas no acervo do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa ao longo dos 29 anos da sua existência (1945-1974) demonstrou o quanto fotografias produzidas sobre grupos africanos neste período reproduziam um padrão, que a pesquisadora definiu como “olhar colonial”.⁷ Carvalho considerou tanto

⁷ CARVALHO, Clara. *O Olhar Colonial: antropologia e fotografia no Centro de Estudos da Guiné*. Texto cedido pelo autor.

o enquadramento empregado pelo fotógrafo, quando o posicionamento dos indivíduos fotografados. Parte das assertivas da autora podem ser compreendidas se retomarmos os postais reproduzidos anteriormente.

Em ambas as imagens (figuras 1 e 2), os indivíduos se encontram lado a lado, carregando utensílios e fazendo uso de adereços. Seus braços estão alinhados ao corpo ou unidos em frente a sua barriga. As cabeças estão levemente inclinadas, curvam-se para que os olhos mirem aquele que os fotografa. Os olhares não demonstram simpatia ou intimidade pelo fotógrafo, talvez um estranhamento, mas de modo algum um enfrentamento. Estes apontamentos podem ser observados nos dois postais, como também em muitas imagens fotográficas produzidas em contexto colonial. Novamente, vale apontar que estas características não são especificidades do colonialismo alemão. As experiências coloniais francesa, portuguesa, inglesa e belga também fizeram uso do recurso fotográfico para classificar, enquadrar, objetificar os povos africanos colonizados.

Vale lembrar que a fotografia foi utilizada também para fins científicos na virada de século XIX. Desse modo, imagens semelhantes aos postais reproduzidos acima serviram como suporte de estudos etnográficos sobre as populações consideradas “nativas”. A utilização deste recurso imagético motivou o aumento de produção deste tipo de imagem sobre as populações africanas. Logo, pode-se atentar para a criação de um modo de ver e fotografar estes grupos em contexto colonial. O consumo e a produção de imagens não ocorre como um ato passivo, como bem destacou o historiador Paulo Knauss⁸. Afinal, os modos de ver são construídos socialmente.

A relação entre a produção fotográfica em contexto colonial e os estudos etnográficos foi analisada por Juan Naranjo, em seu livro intitulado *Fotografia, antropologia y colonialismo* (1845-1860).⁹ Nele, Naranjo fez um breve balanço histórico dos usos da fotografia como instrumentos dos estudos de etnografia e antropologia durante o colonialismo. Assim como outros autores já citados neste trabalho, o historiador compartilha da ideia de que a fotografia desempenhou papel fundamental na virada de século XX para o estudo e a categorização do outro.

⁸ KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura* (UFU), v. 8, p. 97-119, 2006.

⁹ NARANJO, Juan (Org.). *Fotografia, antropología y colonialismo* (1845-2006). Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.

Essa “democratização da informação visual”, concomitante aos anos de colonialismo em África, igualmente afetou os modos de observar realizados pelos estudos científicos, de maneira especial a antropologia e a etnografia. A fotografia supriu a falta de trabalhos de campos, pois se podia ter acesso a informações visuais a partir dela. Se alguns fotógrafos produziram imagens com intuito de vendê-las para instituições científicas, isso não significa que todos tiveram sucesso nesse mercado destinado à comunidade científica. Já no final do século XIX ocorreram queixas acerca da falta de parâmetros em algumas destas fotografias, impossibilitando o seu uso. Observou-se que, embora houvesse grande produção de fotografias sobre os grupos a serem estudados, muitas delas acabaram por não servir para esta finalidade. Buscou-se, então, um “rigor científico” na produção destas imagens para fins de pesquisa. O rompimento entre a etnografia e a antropologia, na virada de século, foi apontado por Naranjo como elemento importante para esta busca de rigor. Essa mudança corroborou para uma nova geração de antropólogos que tinham por objetivo o estudo de uma cultura, e tornava o processo de contato e observação fundamental.

Ao fazer um levantamento sobre postais que reproduzissem a imagem de mulheres africanas, produzidas durante o colonialismo alemão, a autora deste trabalho atentou que muitos padrões adotados pelos estudos etnográficos para se produzir imagens foram também incorporados e reproduzidos nas fotografias impressas em postais.¹⁰ Unem-se nestes postais dois interesses: o do conhecimento científico, produzido por antropólogos e etnógrafos; o do consumo de massa, que foi motivado por leigos interessados nas imagens sobre as colônias em África. Os postais produzidos em contexto colonial colaboraram para a construção de um conhecimento visual sobre o continente africano. Este conhecimento, sobretudo sobre as populações locais, era permeado também pelo olhar classificatória dos saberes científicos contemporâneos ao contexto colonial. Escusado é lembrar a influência do darwinismo social para as teorias raciais neste período. As fotografias impressas nos postais popularizam ainda mais essas informações, através desse conhecimento visual compartilhado.

¹⁰ SCHVEITZER, Ana Carolina. *Imagens do Império: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs (1884-1914)*. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Os postais do grupo Herero auxiliam nesta compreensão. Como não consta a informação sobre o nome do fotógrafo, não há como saber se estas imagens foram produzidas para serem utilizadas num estudo etnográfico ou se foram encomendadas por um centro de pesquisa. O fato de terem sido impressas em postais, não impede que tenham sido utilizadas de algum outro modo. Todavia, a materialização destas duas imagens em postais promove um novo circuito social para ambas.

Cartão postal e circuito social: múltiplas possibilidades

A concepção de circuito social da imagem já possui copiosa bibliografia. No Brasil, as pesquisas de Boris Kossoy, Annateresa Fabris, Eduardo França Paiva e Ana Maria Mauad promoveram grandes contribuições sobretudo nas discussões metodológicas sobre os rumos/caminhos e circuitos da imagem fotográfica.¹¹ Para os estudos sobre a produção e o consumo de imagens em contexto colonial, alguns avanços ainda são necessários. A perspectiva que se discute neste trabalho propõe incorporar as discussões já realizadas na bibliografia brasileira brevemente citada com os estudos sobre o colonialismo em África. Propõe-se compreender a imagem fotográfica como um artefato, atentando para seu suporte material. Deste modo, pode-se compreender as influências, as relações e as interações entre este objeto-imagem, no caso o cartão postal, e a sociedade que o produziu.¹²

Somente ao lembrar de sua materialidade é que poderemos nos aproximar da visualidade de uma época, da interação entre a imagem e a sociedade que a produziu. Apenas deste modo é possível também entender como,

¹¹ KOSOY, B. *Fotografia & História*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, v. 1. 180p.; KOSOY, B. *Os tempos da fotografia*. O efêmero e o perpétuo. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, v. 1. 175p.; KOSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, v. 01. 156p.; FABRIS, A. (org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1991; FABRIS, A. *Identidades virtuais: uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004, 204p.; MAUAD, Ana M. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: EDUFF, 2008, v. 1. 261p.; MAUAD, Ana M. *Sob o signo da imagem: A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social, da classe dominante, na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói: LABHOI/UFF, 2002, v. 1. 465p.; MAUAD, Ana M. Como nascem as imagens? Um estudo de história visual. *História. Questões e Debates*, v. 61, p. 105-131, 2014; MAUAD, Ana M. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. *Revista Brasileira de História da Mídia*, v. 2, p. 11-20, 2013; PAIVA, E. F. *História & imagens*. 2. ed. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, v. 1, 120p.

¹² Cabe lembrar apenas que a imagem fotográfica foi reproduzida em outros suportes além do postal, como, por exemplo, nos livros de literatura colonial e nas revistas ilustradas.

ainda hoje, estas imagens circulam e são ressignificadas. Considerar a imagem como objeto é compreender que ela faz parte do jogo social. Elas estão presentes no cotidiano e contribuem para a nossa concepção de mundo. Desta maneira, interagimos com elas. No entanto, como bem ressaltou o historiador Ulpiano Bezerra Meneses, o artefato interage com o sujeito, depende de um ator, pois, sozinho, o artefato não gera nenhuma ação.¹³

A partir da perspectiva de História Visual, Meneses sugere que se inverta o caminho para que se possa compreender a interação entre imagem/artefato e sujeito. É preciso refazer os percursos do objeto-imagem, desde o momento em que ele chegou às mãos do pesquisador ao instante em que ele foi produzido. Faz-se necessário atentar para os possíveis percursos percorridos por este objeto. A preocupação de Meneses era de cunho metodológico, o historiador não tinha por objetivo refletir acerca das imagens em contexto colonial. No entanto, para os estudos que têm este recorte temporal, aqueles que se ocupam a investigar acerca do colonialismo em África, compete ao historiador analisar também a situação dos acervos e arquivos coloniais hoje.

No caso dos postais reproduzidos neste trabalho, apesar da imagem ter sido produzida no mesmo contexto, possivelmente compondo uma série fotográfica, seus circuitos foram distintos. O primeiro postal (Figura 1) foi adquirido pelo valor de 25 euros, aproximadamente um ano atrás em um antiquário parisiense. O segundo (Figura 2) compõe o acervo do *website Delcampe* e pode ser acessado *online* e adquirido por cerca de 26 euros.¹⁴

Por conseguinte, ao refazer o trajeto destas fontes, deve-se lembrar que, antes de serem apropriadas pela autora deste trabalho como fonte histórica, elas estavam à venda num mercado visual atual. No entanto, estes dois postais não se encontravam mais à venda em papelaria, como no contexto colonial, porém faziam parte do acervo de lojas que vendem produtos antigos ou destinados a coleções. O valor desses postais possivelmente foi alterado, já que agora eles não são um objeto para comunicação, mas um objeto de memória. O tempo passou a ser um elemento que agrega valor a estes artefatos-imagens.

A comercialização de postais impressos durante o colonialismo ainda se faz presente. O *Delcampe*, por exemplo, serve como um portal de ven-

¹³ MENESES, Ulpiano Bezerra de. História e Cultura visual: reflexões cautelares”. In: XII Jornada de História Cultural: História, Cultura e Imagem, 2015, Porto Alegre. *Conferência*. Porto Alegre: Anpuh-RS, 2015.

¹⁴ *Delcampe*. Disponível em: <<http://www.delcampe.net/>>. Acesso em: maio 2016.

das que associa postais ofertados por diferentes antiquários ou colecionadores individuais de locais diversos. Criado em 2000, por Sebastian *Delcampe*, o *website* tem por intuito servir como uma galeria de venda virtual de objetos de colecionadores, em sua maioria postais, moedas e selos antigos. Atualmente possui mais de um milhão de usuários registrados, de diferentes países.

Para o caso do colonialismo alemão, pode-se citar dois outros exemplos de *websites* de vendas: o *Ansichtskarten Center* e o *AK Ansichtskarte*.¹⁵ Como os nomes acusam, são *sites* alemães destinados exclusivamente à venda de postais. O público alvo são colecionadores. Embora ambos estejam em língua alemã, as entregas ocorrem para qualquer região. O acervo disponível para compra nestes *websites* também é vasto, ultrapassa um milhão. Uma diferença notável entre eles está no fato de o *AK Ansichtskarte* comercializar apenas postais que foram publicados antes de 1945, enquanto que o *Ansichtskarten Center*, assim como o *Delcampe*, não faz nenhuma restrição às datas de impressão dos cartões.

Estes acervos de *websites* são importantes locais para pesquisa e coleta de arquivos. Permitem identificar um mercado ainda existente e encontrar muitas imagens produzidas no contexto colonial que permanecem em circulação. Um exemplo importante é o livro da historiadora Daniela Moreau intitulado *Edmond Fortier – Viagem a Timbuktu: fotografias da África do Oeste em 1906*. Nele, a autora propõe analisar os postais publicados pelo fotógrafo, relacionando-os com a presença colonial francesa na região.¹⁶ Durante uma década, Moreau coletou os postais da autoria do fotógrafo Edmond Fortier (1862-1928), contabilizando milhares de postais da região tida por África do Oeste. Ao longo de sua vida, o fotógrafo assinou cerca de oito mil postais. Este número não comporta a quantidade de postais reproduzidos, visto a impossibilidade de se conhecer o número das tiragens de cada impresso. Mas, com base no seu levantamento acerca das produções de Fortier, Daniela Moreau acredita que cerca de 1 milhão de postais foram editados pelo fotógrafo e circularam nas primeiras décadas do século XX.

O esforço da historiadora em reunir e recompor quase integralmente a obra de Fortier é admirável. Como o prefácio assinado por Paulo Fernan-

¹⁵ *AK Ansichtskarte*. Disponível em: <ak-ansichtskarten.de>. Acesso em: maio de 2016; *Ansichtskarten Center*. Disponível em: <ansichtskarten-center.de>. Acesso em: maio 2016.

¹⁶ MOREAU, Daniele. *Edmond Fortier – Viagem a Timbuktu: fotografias da África do Oeste em 1906*. São Paulo: Literart, 2015, 465p.

do de Morais Faria bem define: é resultado de uma longa caminhada.¹⁷ Em seu livro, Moreau admite a importância de *websites* que intermediam a compra e a venda de postais para a exequibilidade do seu feito. Esses *sites* se tornaram ferramentas importantes para localização e aquisição de muitas das fontes que reuniu. Do mesmo modo, foram ferramentas fundamentais para esta pesquisa.

No entanto, algumas cautelas e alguns apontamentos são necessários. As ferramentas de busca disponíveis nestes *websites* muitas vezes promovem a reprodução de uma lógica colonial. Isso fica evidente quando se insere termos utilizados em contexto colonial e que hoje pouco se aplica, ou ocorreu desuso devido seu teor depreciativo. Entre eles: *Neger* (negro), considerado atualmente pejorativo na língua alemã, devido a sua associação ao período colonial¹⁸; ou *Eingeborenen* (nativos), termo mais utilizado para referenciar os africanos de modo geral, sem identificar suas regiões de origem ou grupos.

Além dos *websites* de comercialização, alguns acervos institucionais são compostos por postais. Porém, são poucos aqueles que inserem as informações do verso do cartão e consideram as fotografias (ou outras imagens que podem estampar um postal) como fonte visual, possível de compor um arquivo de imagens. Para o caso do colonialismo alemão, o acervo da Universidade de Köln pode ser citado como um exemplo satisfatório.¹⁹ Nele, além da reprodução da imagem de frente e verso do cartão, há ainda tabelas com as informações que foram obtidas, como algumas casas de impressão, datas, fotógrafos, locais. Evidentemente, muitas das imagens reproduzidas carecem de informações.

Ao evidenciar o postal como fonte para o estudo do colonialismo, busca-se também promover questionamentos para estes acervos que conservam fontes do período colonial, pois, conforme já abordado, apesar dos diferentes usos deste objeto, não se pode ignorar a imagem impressa no seu verso. Se os acervos institucionais as ignoram no momento de classificar e

¹⁷ FARIA, Paulo Fernando de Morais. Prefácio. In: MOREAU, Daniele. *Edmond Fortier viagem a Timbuktu: fotografias da África do Oeste em 1906*. São Paulo: Literart, 2015, p. 12-14.

¹⁸ Atualmente, para identificar a cor, emprega-se o termo “Schwarze” e não mais “Neger”. Embora possua especificidades, pode-se comparar essa discussão acerca da mudança de termo com o uso dos termos “negro” e “preto” no Brasil.

¹⁹ *Digitale Sammlungen Köln*. Kolonialismus und afrikanische Diaspora auf Bildpostkarten. Disponível em: <<http://www.ub.uni-koeln.de/cdm/search/collection/kolonial>>. Acesso em: jan. 2016.

catalogar estas fontes, acabam por dificultar o acesso do historiador a este artefato do passado.

Por outro lado, contemplar a sua função de comunicação torna aparente o motivo pelo qual é difícil a coleta desta fonte. Há diferentes sujeitos presentes na vida social deste suporte de imagem: o fotógrafo, que produziu a imagem, a casa de impressão, o estabelecimento de venda, o comprador/remetente, o destinatário. Há postais que jamais foram comprados, outros foram comprados, mas não foram remetidos. Ainda existem aqueles que foram postados e permaneceram guardados numa caixa de lembranças, esquecidos, indisponíveis para a consulta do pesquisador.

O modo como um objeto está situado no espaço, interfere no modo como será a interação entre a sociedade e ele. Esta afirmativa cabe tanto para a questão da reorganização dos acervos institucionais como para o deslocamento da imagem em formato de postal no contexto colonial. Novamente, retorna-se ao primeiro postal. Sua impressão ocorreu no Sudoeste Africano Alemão. Cerca de cem anos depois foi encontrado num antiquário. A circulação daquela fotografia do grupo Herero não teria o mesmo alcance e projeção, caso ela fosse impressa numa revista alemã. Neste caso, apenas aqueles que conhecessem o idioma alemão iriam adquirir o periódico e visualizar a fotografia. Ao ser impressa num postal, dispensa-se o conhecimento do idioma, já que o postal permite a escrita de terceiros. Amplia-se então seu alcance, permitindo, por exemplo, que ultrapasse fronteiras de conhecimentos linguísticos, culturais e coloniais. De uma situação colonial alemã, o postal 1 se deslocou para o centro da capital francesa. O deslocamento físico também representa um deslocamento de sentido. Seu uso, sua apropriação e seu significado também se alteraram. Postais com imagens de grupos africanos dificilmente poderiam ser vendidos nas papelarias de centros urbanos hoje. Por isso, a busca em antiquários é necessária.

Considerações finais

Nos apontamentos discutidos neste texto, atentou-se para a compreensão do postal como fonte de pesquisa histórica sobre o colonialismo a partir de uma perspectiva que o analise como um artefato, um objeto do passado. Pensar o postal como um objeto, ou seja um suporte para imagem, significa atentar para a interação, a relação entre sujeito e objeto. Significa também identificar os sujeitos que atuaram para a construção de um conhecimento visual produzido em contexto colonial. Tentar esboçar os

circuitos de suas fontes, pode contribuir para a compreensão das mudanças de apropriações e significados dos objetos. Afinal, ainda que a presença colonial europeia tenha se encerrado no final do século XX na África, as imagens deste período continuam a interagir com a nossa sociedade.

Ao longo do século XX, ocorreram mudanças que afetaram o uso dos cartões postais como instrumentos de comunicação. A aquisição de postais ainda é plausível, mas os espaços de venda e as imagens que ele reproduz são outros. Torna-se evidente o papel do espectador da imagem. Na perspectiva da uma História Visual, o espectador não é aquele que apenas observa, mas é também sujeito que realiza ações, interfere e cria sentidos às imagens. Se os espectadores mudaram, as imagens também vão mudar, seja no estilo, na técnica ou no suporte.

Por fim, cabe ressaltar que os dois postais reproduzidos neste trabalho foram impressos a cerca de cem anos. A composição deles pouco mudou, apenas se deterioraram ao longo do tempo, talvez o papel talvez tenha ficado mais amarelado e a tinta menos acentuada. Conservaram-se os artefatos, mudaram as sociedades e seus modos de ver.

Por uma perspectiva mais endógena das sociedades africanas

Rafael Antunes do Canto¹

Os saberes africanos nos conhecimentos acadêmicos

Existem no mínimo três formas de analisar o continente africano que, ao longo dos últimos anos, vêm sendo utilizadas.² A primeira e mais simplista é aquela que analisa o continente e suas sociedades apenas de uma forma periférica, desconsiderando seu passado e as dinâmicas distintas de suas sociedades antigas. A segunda, mais profunda, é aquela utilizada, na grande maioria das vezes, por pesquisadores europeus ou mesmo americanos, mas que parte apenas de uma visão externa do continente. Diferente da primeira, considera suas dinâmicas internas, entretanto sempre privilegiando o olhar externo e as formas ocidentalizadas do conhecimento. A terceira, que consideramos ser a mais importante e a menos encontrada em trabalhos acadêmicos, está alicerçada nos estudos que consideramos serem externos, mas que dão ênfase às dinâmicas internas do continente. Além disso, busca também encontrar o conhecimento interno produzido na África, levando em conta as pesquisas produzidas por pesquisadores africanos ou que busquem entender o mundo africano, valorizando os saberes endógenos de suas sociedades. Acreditamos que, a partir de um determinado momento, ou melhor, de um maior aprofundamento na pesquisa, se faz necessário que os pesquisadores e pesquisadoras busquem de alguma forma mergulhar no mundo africano, seja ancestral, como no meu caso, o que

¹ Doutorando na UFRGS. Financiamento: CAPES. E-mail: rafael_docanto@hotmail.com

² O debate acerca das diferentes visões utilizadas em pesquisas sobre o continente africano estão alicerçadas em discussões de longa data. Simplificando a discussão, a visão interna busca entender e agregar às pesquisas acadêmicas a produção a partir de pensadores nascidos, criados no continente ou que se disponham a entender as suas dinâmicas internas. As outras visões consideram em grande medida pesquisas feitas a partir de um interlocutor que analisa o continente, sem levar em conta suas dinâmicas internas. Essa crítica tem sido vigorosa principalmente por intelectuais provenientes do continente e que vivem, viveram ou atuam em universidades fora da África.

torna tudo mais difícil, ou mesmo contemporâneo, que torna as coisas um pouco mais fáceis.

Porém, exatamente do que estamos falando aqui? O que é esse mundo interno africano? E o que há de tão importante para a pesquisa nesse mundo interno africano que não possa ser deixado de lado? De alguma forma, essas são as questões que buscaremos responder nesse texto, dentro dos limites definidos. Caso não possam ser plenamente respondidas, o que realmente acreditamos, pelo menos poderão mostrar um caminho, a partir de autores e livros, aos que buscam iniciar suas pesquisas acerca das populações africanas ou mesmo aprofundar pesquisas já iniciadas.

Quando buscamos um objeto de pesquisa no mundo africano, nós nos deparamos com diversos obstáculos. Entre eles estão a língua da população a ser analisada, que normalmente não nos é acessível. O que encontramos é uma ponte através das línguas europeias que foram amplamente impostas aos grupos africanos e que acabaram sendo as línguas jurídicas de seus estados-nação. Sendo assim, apesar de o pesquisador conseguir de alguma forma adentrar o mundo africano, é importante ter ciência de que essas línguas, em grande maioria, não são as detentoras dos conhecimentos passados de geração para geração na grande maioria das populações africanas. Essas línguas perdem em muito, quando da tradução, de como se constituem esses conhecimentos, esses saberes. Outro obstáculo comum é a distância geográfica ou mesmo a falta de possibilidade de uma visita *in loco* à população a ser estudada ou mesmo ao espaço geográfico onde essa mesma existiu. Diversos espaços do continente africano são quase inatingíveis, seja pelas distâncias, pelos conflitos armados ou mesmo pela falta da presença do estado de direito em diversos locais. Além destes problemas, temos também a falta de documentos escritos, o que para nós acadêmicos ocidentais acaba muitas vezes por impossibilitar a pesquisa. Poderíamos citar aqui mais algumas das imensas dificuldades em estudar culturas africanas das mais variadas partes do continente e do espaço-tempo em que existiram. Mas não é isso que pretendemos. Na verdade, todas essas dificuldades acabam por permitir ao pesquisador um objeto de pesquisa novo, intocado, que muitas vezes ainda não foi analisado por ninguém. Ao visualizarmos o imenso continente africano com seus cinquenta e quatro ou cinco países, dependendo do momento em que imprimimos o mapa, veremos uma infinidade de possíveis pontos de pesquisa. E apesar desses imensos obstáculos e das dificuldades financeiras e linguísticas, veremos um mundo a ser pesquisado, prestes a ser descoberto. Sabemos muito pouco ou quase

nada sobre essas populações. E quando digo isso, refiro-me em especial ao mundo interno dessas populações, a suas dinâmicas de relações pessoais, sociais e de sobrevivência que ao longo das centenas de anos têm-se desenvolvido nesse que é o continente que abriga os seres humanos há mais tempo que qualquer outro. Refiro-me a seus conhecimentos endógenos, suas formas de ver e entender o mundo que são em diversos casos completamente distintas das que conhecemos no mundo Ocidental. Na maioria das vezes, esses conhecimentos são excluídos das pesquisas acadêmicas, pois são ininteligíveis ao interlocutor, quer dizer, ao pesquisador. É difícil ou mesmo impossível para um pesquisador ocidental entender o *modus operandi* de determinadas sociedades. Sendo assim, torna-se preferível ao pesquisador deixar de lado alguns elementos, que muitas vezes irão parecer místicos ou mesmo mágicos, com medo de parecer não acadêmico. Entretanto, é nesse momento que ele deve mais ainda se internalizar e mergulhar nesse novo mundo de pesquisa, completamente diferente das lógicas de mundo que estamos acostumados. Porém, acreditamos que não é possível que isso seja feito sem uma série de leituras que irão permitir a esse pesquisador entender o quanto for possível as diferentes lógicas das sociedades africanas. Essas leituras constituem ferramentas de pesquisa e de entendimento que permitem a um desconhecido do mundo africano endógeno interpretar as formas de viver diversas e ímpares das centenas de populações que ao longo dos séculos viveram no continente. Para isso, acreditamos ser necessária uma determinada série de leituras e autores que podem abrir as janelas do mundo africano.

Autores indispensáveis para se conhecer as dinâmicas africanas

Dentre as obras selecionadas que acreditamos ser importantes para o pesquisador buscar conhecer o mundo africano a partir de uma perspectiva endógena, algumas são essenciais. Estão entre elas *A invenção da África*, de Valentin Mudimbe,³ que aborda de forma única a questão de como construir uma ponte entre os saberes endógenos e os saberes acadêmicos. Além disso, Mudimbe, enquanto filósofo, apresenta ao leitor iniciante nos conhecimentos africanos o quanto os saberes ancestrais ou endógenos fazem par-

³ MUDIMBE, Valentin. *A invenção da África*. Mangualde: Editora Pedago Ltda., 2013.

te da vida cotidiana no continente. Além de Mudimbe, outra leitura que consideramos imprescindível para buscar entender as formas de entendimento do mundo africano são os livros e artigos de Achille Mbembe. Em especial, o texto *As formas africanas de auto-inscrição*⁴ que aborda as diversas maneiras dos povos africanos de se autossignificarem. Mbembe tem sido considerado um autor de difícil entendimento tanto dentro como fora da África. Entretanto, seus trabalhos são profundos, e suas obras tornam-se confusas ao leitor ocidental, acredito eu, muitas vezes por não conseguirmos entender as lógicas de mundo daquelas sociedades.

Outro autor que acredito ser de suma importância no que tange ao entendimento da filosofia africana e na forma com que os saberes e conhecimentos transitam entre as sociedades africanas é Paulin Hountondji.⁵ Com o livro, *A produção do saber na África contemporânea*, obra organizada pelo autor e que integra um grande grupo de autores africanos pouco conhecidos, ajuda na construção desse entendimento endógeno ou saber ancestral como alguns costumam utilizar. Inclusive um dos capítulos do livro destina-se a constituir um entendimento entre esses saberes e o mundo moderno, *Saberes endógenos e desafios da Modernidade*, de Obarè Bagodo. Não poderia deixar de citar aqui o primeiro autor que me permitiu visualizar esse abismo entre o entendimento acerca do saber e do conhecimento ocidental e africano, Amadou Hampâté Bá.⁶ O autor possui diversos textos que apontam para esse tema, inclusive no compêndio produzido pela UNESCO, disponibilizado via rede de dados, *História Geral da África*,⁷ que, apesar de desatualizado, é ponto de partida para qualquer trabalho que busque encontrar as sociedades africanas. Além desses, existem hoje muitos autores africanos ou africanistas, em geral na área da filosofia, que buscam um entendimento entre o mundo moderno e as ancestralidades africanas tão vivas no cotidiano do continente, inclusive no mundo urbano, e que figuram muitas vezes como saberes exóticos. Acessar os textos desses pensadores africanos não é tarefa fácil. Nos últimos dois anos em que o Grupo de Estudos Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), vincu-

⁴ MBEMBE, Achille. As formas africanas de Auto-inscrição. *Revista de Estudos Afroasiáticos*, ano 23, n. 1, 2001, p. 171-209.

⁵ HOUNTOUNJJI, Paulin (Org.). *O antigo e o moderno na produção do saber na África contemporânea*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2012.

⁶ BÂ, Amadou Hampâté. *A tradição viva. História Geral da África*, v. I, Brasília: UNESCO, 2010.

⁷ Para acessar os oito volumes da *História Geral da África – Unesco*, buscar o site do Ministério da Educação. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16146.

lado ao Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados (ILEA), tem participado das RIMS (Redes Multidisciplinares de pesquisa), foi possível a interligação com pesquisadores de diversas partes do mundo e, dessa forma, a aquisição, seja de forma física ou digital, de obras das mais diversas áreas em relação às sociedades africanas e que nos demonstraram o quanto ficamos isolados a partir de nossas bibliotecas e de nossos parcos contatos digitais. Isto ocorre em grande parte porque esses pesquisadores não conseguem que seus artigos ou livros adentrem o cânone dos estudos africanos, seja nas universidades ocidentais ou nas editoras. Podemos citar mais ainda o filósofo ganês Kwame Anthony Appiah,⁸ que diversas vezes figura como pensador externo ao mundo africano, mas que consideramos produtor de um saber extremamente útil àqueles que buscam um profundo entendimento das sociedades africanas.

O pesquisador externo adentrando o mundo interno africano

Comumente sou questionado em relação à questão de como um sujeito externo pode obter o conhecimento dito endógeno de que buscamos nos apropriar e que a partir desse texto considero tão importante na pesquisa das sociedades africanas. Essa resposta perpassa dois problemas e que possuem soluções distintas. A primeira diz respeito ao local da fala, que, no caso, seria de um pesquisador ocidental, ou brasileiro. Primeiramente, ser um ocidental não desqualifica minha capacidade de pesquisa, apenas a dificulta. Na verdade, em termos de pesquisa histórica, é comum os historiadores se referirem a uma necessidade extrema de afastamento do objeto a ser analisado, o que, nesse caso, me coloca em um determinado espaço que, para muitos, poderia ser considerado como privilegiado. Dessa forma, considero plenamente possível a partir de textos, conversas, visitas *in loco*, imagens e reflexões, aproximar-me o máximo possível para produzir um determinado conhecimento acerca de uma determinada sociedade africana. O segundo problema diz respeito ao sujeito da fala: ser um branco, falando de um mundo negro, visto que minha pesquisa é focada em uma população africana negra. Nesse ponto, acredito que a maior dificuldade diga respeito aos problemas enfrentados em relação aos estudos afrodescendentes, princi-

⁸ APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

palmente no Brasil. Como país que mais recebeu levas de escravizados vindos do continente africano e que até hoje carrega na relação de classes as marcas da herança escravista mal resolvida nas diferenças sociais, acredito ser sempre necessário especificar minha posição e meu lugar de fala como pesquisador e professor, fortalecendo a importância dessas pesquisas para ajudar a minimizar as mazelas da escravidão na sociedade brasileira atual.

Além disso, acredito ser importante apresentar ou demonstrar a linha que separa as pesquisas ligadas à afrodescendência e os estudos das sociedades africanas, principalmente levando em conta que certos problemas existem apenas na sociedade brasileira, não sendo necessário analisá-los em relação às sociedades africanas, ainda mais do passado. Dito isso, seja em palestra, ou na introdução de um texto, penso que ser branco não é um limitador para minha pesquisa. Estudando sociedades africanas negras do passado, posso, a partir de um intenso mergulho tanto em documentos como outros tipos de fontes históricas, aproximar-me das sociedades pesquisadas. Preciso levar sempre em conta, é claro, a perspectiva do conhecimento endógeno, ou proveniente da própria África. Parafraseando Jean Copans,⁹ não é possível que um antropólogo ou pesquisador possa conhecer uma determinada sociedade sem buscar ao menos entender sua língua. Não seria aceitável que um pesquisador que estudasse a sociedade francesa não buscasse entender francês. Contudo, é permitido que todo e qualquer pesquisador que busque conhecer as sociedades africanas leia apenas as línguas europeias que tratam do assunto.

O que está em questão aqui não é apenas um essencialismo ou algum tipo de Pan-africanismo que obrigue a que determinadas pesquisas sejam feitas apenas por aqueles que vivem, ou viveram alguma herança de determinada sociedade. Não é isso, de forma alguma. O que se pretende, e que deve buscar o pesquisador que se aprofunda em determinado assunto acerca do continente africano, é validar seus saberes, seus conhecimentos, a partir de uma lógica que faça sentido aos sujeitos de quem está se falando. É de alguma forma dar voz àqueles de quem a pesquisa trata, para que, a partir deles, possa ser visto um entendimento de mundo que traga alguma significação para seus presentes e passados. Minha pesquisa trata dos Bijagós, populações que vivem nas ilhas da costa ocidental que possui o mesmo nome. Apesar de buscar um passado, do qual grande parte dos Bijagós de

⁹ COPANS, Jean. *A longa marcha da modernidade africana*. Lisboa: Edições Pedagogo, 2014.

hoje não se reconheça, acredito ser necessário que, quando minha tese estiver pronta e disponível, as populações das quais eu trato possam ter acesso a ela. E mesmo que não a leiam, pois talvez não seja possível, que saibam que aquele trabalho buscou de alguma maneira retratar suas heranças a partir de uma perspectiva que levasse em conta suas visões de mundo atuais, suas formas de dar significado a sua vida, a seu passado e não apenas uma visão do mundo de quem produziu o trabalho.

A importância da inclusão dos conhecimentos endógenos nos saberes acadêmicos

O formato de pesquisa, de universidade e de conhecimento que utilizamos nas academias ocidentais, e nas brasileiras em geral, foi desenvolvido a partir da distribuição das áreas de conhecimento que se desenvolveram a partir do século XVII, mais ou menos, entre a vida de Galileu e a de Newton. Essa distinção entre as ciências e a forma cartesiana de estudar os fenômenos observados pelos homens foi, em grande parte, a base para as universidades na Europa. Posteriormente, esse desenho de universidade foi plenamente copiado no Brasil, quando, tardiamente, o país passou a possuir esses institutos do saber. Entretanto, sem diminuir, de forma alguma, a importância desses pensadores e sem, de forma alguma, desqualificar as universidades, é preciso hoje, no século XXI que se repense essas formas de pesquisa e que se assegure que outras lógicas, distintas dessas, sejam incorporadas ao saber dito acadêmico. E é nesse intuito que se faz necessário ampliar em nossas pesquisas o entendimento de mundo de outros, que não aqueles que pensam da mesma forma que nós. Em se tratando de comunidades africanas, algo que se faz primeiramente necessário é incluir a tradição oral no rol de transmissão de saber das comunidades. Grande parte dos saberes transmitidos de geração a geração no continente se deram de forma oral, e, sendo assim, seria uma imensa perda que esses saberes não fizessem parte do rol de fontes que o pesquisador utiliza em seu trabalho. Se é difícil que isso seja feito? Sim, é muito difícil. Contudo, é necessário. Buscando um entendimento a partir do pensamento de José Jorge de Carvalho,¹⁰ as

¹⁰ CARVALHO, José Jorge de. *Encontro de saberes na Universidade: Bases para um diálogo interrepistêmico*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de inclusão no ensino superior e na pesquisa – Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq), Universidade de Brasília – UNB. Coord. Geral José Jorge de Carvalho, 2014.

universidades e os universitários perdem em muito se não incorporarem à sua grade de conhecimentos os saberes tradicionais.¹¹ Levando-se em conta que na maior parte da vida do homem na África a escrita não se impôs como instrumento de transmissão de conhecimento de geração para geração, seria uma tolice que apenas esse tipo de saber fosse considerado ao estudar as sociedades africanas. No caso do Bijagós e de seus saberes ligados ao mar, eu diria que seria até uma perda de tempo se não incluíssemos as tradições orais como forma de agregar o saber. Caso isso não seja feito, estaremos apenas elencando e transpondo no papel os inúmeros relatos de europeus que visitaram ou que deram suas perspectivas acerca das ilhas, como Alvares Almada ou Francisco Lemos Coelho.¹² É preciso que se descubra o que significava aquele mundo para os Bijagós, se aquele passado tem algum significado hoje.

Os Bijagós e seu significado para os povos africanos a seu redor

Uma perspectiva que considero diferenciada e de grande importância, que muitas vezes é deixada de lado, diz respeito a buscar descobrir como outros povos africanos imaginavam ou davam significado aos povos do continente. Se pretendermos buscar uma perspectiva histórica que se utilize de uma visão interna da África, devemos entender que as dinâmicas de relações entre suas populações muitas vezes refletem ou reverberam, como preferem os físicos, o que buscamos quando estudamos uma sociedade.

¹¹ Esse entendimento acerca dos saberes tradicionais ou saber-fazer está ancorado em pesquisas maiores nas universidades brasileiras fortalecidas por indicativos da UNESCO. O projeto “Encontro dos Saberes”, já está em sua quarta edição, e, de acordo com José Jorge de Carvalho, as disciplinas ministradas nas universidades que aderiram ao projeto são um sucesso, deixando sempre uma imensa lista de espera para a matrícula. As universidades envolvidas são UNB, UFMG, UFPA, UECE, UFJF e UFSB no Brasil. Além dessas, a Pontifícia Universidad Javeriana do Colombia também participa do grupo. São diversos os cursos e as disciplinas que aderiram ao projeto, desde as áreas da Antropologia, Farmácia, Arquitetura, Engenharia, Educação Ambiental, Artes Cênicas, Música, sendo que, dependendo da universidade as disciplinas podem ser ministradas na Graduação ou mesmo no Pós-Graduação.

¹² ALMADA, A. A. de. Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde [ed. do Ms. da Biblioteca Pública Municipal do Porto, datado de 1594], ed. António Brásio, Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964. COELHO, Francisco de Lemos. *Descrição da Costa de Guiné e situação de todos os portos, e rios della; e roteyro para se poderem navegar todos seus rios*, 1684: BNL, Cód. 454. Pub. por Damião PERES, *Dois Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho*, 2. ed. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1990, p. 89-25 (doravante cit. como *Descrição* (1684)).

de. Para que eu possa entender as comunidades Bijagós e suas diversas culturas marítimas, posso e devo buscar entender, como os Kru, os Muxilundas, os Vili, os Nhomincas, os Bubi e todos os outros povos marítimos da costa ocidental visualizavam e entendiam os Bijagós, se é que isso ocorria. Não é tarefa fácil. Contudo, vai ser a partir dessa busca que poderei visualizar uma nova História de África. Caso eu não empreenda essa tentativa, vamos continuar analisando a vida desses marítimos a partir das mesmas três ou quatro referências escritas que possuímos, de como eles eram hábeis marinheiros e grandes saqueadores do mar. Acredito ser muito mais rico do que ficar analisando apenas os textos que tenho em mãos e que provavelmente não significam nada ou quase nada para essas sociedades que me proponha analisar, buscar tencionar esses sujeitos com as representações do passado que nós possuímos deles. Se existe algo a ser falado acerca dos Bijagós no período em que busco empreender minha pesquisa, e acredito plenamente que há, é preciso que eu ultrapasse o limite dos documentos escritos. Talvez não consiga, mas sabemos que a pesquisa rica é essa, que busca ultrapassar os limites possíveis.

Caso eu pretendesse uma dissertação de mestrado, talvez pudesse me manter nesse nível, analisando e estudando os textos que por muitos já foram estudados e que muitas vezes ainda têm muito a dizer. Mas quando me proponha a uma tese de doutoramento, vejo-me obrigado a buscar mais. Caso esse mais, não seja possível, que fique registrado em minha escrita o limite que pude alcançar, para que outros que venham posteriormente possam, quem sabe como mais recursos que eu, continuar do ponto onde parei. Mas que esse ponto seja em África, e não nas linhas dos relatos europeus acerca do continente. As dinâmicas a que me proponho falar aqui têm a ver com a inter-relação que existia entre esses povos antes ou durante a chegada dos europeus. Essas dinâmicas podem e devem nos apresentar as trocas de tecnologias que aconteciam ou não entre os diversos grupos de marítimos que transitavam na costa ocidental, dos quais os Bijagós eram apenas um dos grupos. Esses enlaces que por vezes tornavam-se tão importantes quando estudamos outros grupos ou sociedades em outros continentes parecem quase sem importância quando estudamos sociedades africanas, tamanha é a dificuldade de atingi-las. Acredito que nesse espaço geográfico, principalmente o marítimo e fluvial em que empreendo minhas pesquisas, analisar os povos circundantes da sociedade que pretendo estudar torna-se tão importante quanto a própria sociedade estudada. A riqueza do saber fazer em termos de construção de embarcações, de técnicas de

pesca, de entendimento dos baixios, dos arrecifes, dos ventos e de todo um mundo necessário aos povos que viviam do meio aquático-fluvial na costa ocidental africana se constitui como um saber universal em relação a sociedades marítimas e que não pode de forma alguma ser desprezado enquanto conhecimento. Deve sim, ser agregado ao conhecimento acadêmico e incluído no rol dos conhecimentos africanos ao longo dos tempos.

Os saberes endógenos africanos e o conhecimento universal

De acordo com Obaré Bagodo e Cheik Anta Diop¹³ é possível fazer uma longa digressão em relação aos conhecimentos ocidentais acadêmicos até a Grécia antiga e encontrar correlações entre o nascimento desses conhecimentos e sua ligação com os saberes endógenos africanos. Principalmente partindo das ligações entre Grécia e Egito, considerando a sociedade Núbia. São desde conhecimentos ligados diretamente a astronomia, passando pela filosofia e outras áreas do conhecimento. Contudo, não acredito que seja necessário, muito menos imprescindível, provar que no continente africano foram produzidos saberes e conhecimentos partilhados por todas as civilizações, sejam elas ocidentais ou orientais, visto que, pela posição geográfica do continente africano, por sua longa presença da população humana desde seu nascimento, e sua incessante conexão com os outros povos do mundo, muitos dos saberes de grande parte das grandes áreas de conhecimento humano tiveram seu embrião no continente africano. A linguagem, a botânica, a astronomia, a engenharia náutica e civil. Se nos detivermos nesse tipo de discussão, podemos presumir que foi a partir dos primeiros seres humanos, e esses em África, que passamos a buscar resolver grande parte dos problemas que impulsionaram a mente humana, e que muitos deles até hoje se propõem.

Penso que o conhecimento universal do homem vem sendo produzido ao longo das últimas 40 mil gerações e que, sim, as sociedades africanas participaram dessa grande jornada tanto quanto qualquer outra, ou mais. Contudo, aos olhos de uma sociedade ocidental que se acostumou e estudar o continente africano apenas do ponto de vista dos 400 anos de escravidão e dos 80 anos de imperialismo europeu, é difícil pensar que nesse espa-

¹³ Apud HOUNTOUNDJII, Paulin (Org.). *O antigo e o moderno na produção do saber na África Contemporânea*. Mangualde: Edições Pedagogo, 2012.

ço tenha sido produzido algum tipo de conhecimento válido para a sociedade moderna. Dessa forma, torna-se imperativo que seja feito esse resgate histórico do mundo antigo africano, que a África se torne parte da escrita da História como agente produtora de conhecimento, e não apenas como passiva, e que se considere a produção dos conhecimentos africanos como agentes constitutivos desse mundo moderno onde se assenta o saber ocidental.

Outro ponto importante diz respeito à relação entre o saber e o saber-fazer e sua qualificação em relação ao conhecimento produzido dentro das universidades. Tanto as universidades quanto os problemas que elas buscam resolver são em grande medida produzidos na sociedade. O próprio entendimento de que existe uma academia, universidades, e que esse é um espaço de conhecimento, é bastante incipiente no continente africano. Dessa forma, para as populações de grande parte dos países africanos, os saberes, os conhecimentos estão alojados em outro espaço e nas mãos de outros sujeitos, que não os acadêmicos. Não acredito que seja necessário usurpar os conhecimentos desses detentores do saber, que em alguns lugares da África Ocidental são conhecidos como “Domas”. Nem mesmo penso que as academias ou universidades devam se excluir do saber desses sujeitos. Acredito na proposição do encontro do saber e das ideias propostas enunciada por Valentim Mudimbe, de que é necessário que se constitua uma ponte entre os saberes, de que se coloquem lado a lado esses conhecimentos e que eles possam transitar nos diversos espaços que lhes são propostos. Dessa forma teremos um enriquecimento que irá proporcionar um maior entendimento das sociedades que deles possam usufruir.

Contudo, para que isso aconteça, é necessário que o saber-fazer, que os mestres do conhecimento não acadêmico sejam considerados detentores de um saber considerado importante dentro dos estados-nação, tanto quanto os mestres do conhecimento acadêmico. De certa forma as universidades, como são concebidas no ocidente, foram introduzidas no mundo africano a partir do nascimento dos estados-nação modernos. Dessa maneira, elas ficaram distantes dos conhecimentos endógenos africanos, seja por sua falta de habilidade em transitar no mundo interno das populações, seja porque já existiam os lugares de saber dentro do continente e que foram ignorados por fazerem parte de outras lógicas.

Considerações finais

Refletir sobre as sociedades africanas a partir de uma visão endógena, que perseguimos, causa algum desconforto para alguns pesquisadores que consideram que o conhecimento histórico não pode ser produzido a partir de determinadas lógicas e fontes. Entretanto, grande parte do conhecimento histórico que foi produzido sobre o continente africano não responde às realidades das populações analisadas, principalmente por partir de uma visão externa dessas. É um conhecimento válido, contudo apenas como forma de entender aquele espaço no tempo, sem qualquer preocupação de agência dos sujeitos estudados. Acreditamos que o investimento em buscar entender as dinâmicas internas dos povos africanos possa ajudar a minimizar ou entender melhor os danos que a construção do mundo moderno causaram ao continente, considerando que todos, inclusive os próprios africanos, em especial suas elites, participaram dessa construção. Essa perspectiva que propomos não tem nada de inovador se nos referirmos a outros espaços do mundo. Contudo em relação às sociedades africanas, ela acaba por esmorecer principalmente pelas dificuldades de pesquisa que essas sociedades impõem.

Sudão do Sul, Orientalismo, Tolstói

Um caldo de digressões sobre História, fontes e o ofício do historiador

Gabriel Cabeda Egger Moellwald¹

Analisar as fontes² construídas por europeus entre os séculos XVI e XX sobre os diversos espaços com os quais houve contato requer muito cuidado. O motivo simples para esse cuidado é o ponto de partida de tais fontes, tendo sido construídas por europeus específicos em um período marcado pela ascensão política, econômica, tecnológica e militar da Europa no mundo. Cada fonte inevitavelmente carrega uma própria razão de ser, havendo nela uma subjetividade intrínseca com seus próprios marcadores culturais e linguísticos. No caso da produção europeia acerca dos lugares e povos que seus agentes encontravam e exploravam com crescente ferocidade enquanto se desenvolvia um sistema mundial conhecido como “colonialismo”, a leitura oferecida pelas fontes será imensamente enviesada.

Em sua célebre e muito citada obra *Orientalismo*, Edward Said expõe essas posições inescapáveis ao “orientalista”, pensador ocidental³ a se debruçar nos temas referentes ao “outro” essencial, o “oriental”. No caso, o autor refere-se ao Oriente Médio e ao Extremo Oriente, mas podemos incluir nesse grupo os estudos produzidos sobre África. A interpretação de Said exposta abaixo ilustra bem a afinidade entre as relações de poder estabelecidas pela Europa imperial e suas potenciais colônias e o “conhecimento” produzido sobre o “outro”, sustentador e justificador dessas relações.

Para Hurgronje [orientalista holandês nascido em 1857 e morto em 1936], a distinção entre o Oriente e o Ocidente não era um mero chavão acadêmico ou popular: muito pelo contrário. Para ele, ela equivalia à relação de poder essencial, histórica, entre os dois. O conhecimento do Oriente prova, acen-

¹ Mestre em História pela UFRGS com financiamento CAPES. E-mail: gabriel.egger@gmail.com

² Documentos oficiais, relatos, estudos etnográficos, científicos, geográficos, botânicos, obras que pretendessem englobar esses conhecimentos, etc.

³ “Ocidental” e não mais somente “europeu”, pois o autor inclui também norte-americanos entre seu objeto de estudo.

tua ou aprofunda a diferença por meio do qual a soberania europeia [...] se estende efetivamente sobre a Ásia.⁴

Ao interpretar a obra de um intelectual orientalista escrevendo em 1899, Said afirma aquilo já exposto nas primeiras páginas de seu trabalho seminal: uma das faces do orientalismo sendo “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”.⁵ Ao criar uma visão do “outro” a partir de uma relação de superioridade, a Europa, através de suas tropas de pesquisadores, antropólogos, etnólogos, acadêmicos, missionários, etc., pôde desenvolver uma visão superior de si, tornando-se, assim, apta a “melhorar” o outro com sua empresa colonial. O intelectual congolês Valentim Mudimbe construiu um conceito semelhante ao de Said ao tratar do que chamou de “biblioteca colonial”, o arcabouço de obras construídas por europeus sobre a África que acabaram por “inventar” uma ideia do continente calcada no olhar ocidental. Carlos Cardoso evoca Ousmane Kane para também dar importância a uma “biblioteca islâmica”, criadora de um “espaço de significados [que] influencia consideravelmente o imaginário e as representações das populações, particularmente em áreas fortemente islamizadas da África”.⁶

Não é nosso objetivo aqui analisar profundamente aspectos da obra de Mudimbe, Kane ou Said, mas apenas apresentamos superficialmente algumas ideias desses autores para levantar alguns questionamentos acerca da interpretação e do uso de fontes para o pesquisador de História. Para o historiador menos incauto, sempre tentado à crítica profunda de suas fontes, o que Said e Mudimbe confirmam é a inescapável subjetividade, viés, preconceito de toda obra, ou, em nosso caso, toda fonte construída por “um” em relação a “outro”. A crítica mais ferrenha dos autores recai sobre o ocidental, o europeu, e depois o norte-americano incluído, pelo simples motivo da ascensão mencionada anteriormente, que, vinculada ao expansionismo impulsionado pelos maciços capitais reunidos, fizeram do mundo um grande butim ou mercado para usufruto dos impérios estabelecidos por essa lógica retroalimentada. Ou seja, as bases para o “orientalismo” ou para a “invenção da África”, seja pelo estudo do Oriente pelo ocidental, seja pelo preconceito com que se lida com o “outro”, sempre inferioriza-

⁴ SAID, E. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 261.

⁵ SAID, 2001, p. 15.

⁶ CARDOSO, C. *Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África*. Lisboa: CEaA, 2011, p. 313.

do a fim de exaltar seu “oposto”⁷, estão diretamente vinculadas ao colonialismo europeu mencionado anteriormente.

* * *

Todo trabalho historiográfico pressupõe necessariamente a existência de fontes, independentemente de quão metódico o trabalho. Para o historiador que opte por se debruçar em África, o “africanista”, mimetizando o “orientalista” de Said, sua primeira tarefa será uma profunda análise crítica das fontes que escolher. E para isso – para o mínimo sucesso dessa leitura crítica das fontes – servem muito as obras de Said, Mudimbe e tantos outros críticos do olhar ocidental sobre o mundo não ocidental. Será possível, então, o desenvolvimento de um “orientalismo” ou “africanismo” em outros termos, passado agora, mesmo que recentemente, o período colonial europeu? O quanto das características dessas fontes “coloniais” denunciadas por Said e Mudimbe persistem hoje, a reproduzir, quem sabe, algo de “neocolonial”, para usar termo cunhado pelo libertador ganês Kwame Nkrumah⁸, em pleno período pós-colonial?

A escrita deste artigo parte do princípio de que é possível a produção de obras, sejam quais forem, originadas de qualquer lugar sobre qualquer outro. Para tanto, defendemos a ideia do universalismo do pensamento e do pressuposto da honestidade: no caso da obra historiográfica, que seus objetivos sejam claros e que haja abertura para que eventuais partes obscuras possam ser posteriormente encontradas. Em consonância com essa crença na possibilidade de uma obra sobre o “outro”, defendemos também a ideia de que o texto histórico é, por essência, um gênero literário, a concentrar no autor os pressupostos intrínsecos à sua existência no espaço-tempo. Ou seja, não há nada de absoluto em História, por mais que tente o autor ou o coletivo de autores. E, ao se configurar como uma forma textual, não há como imaginar uma obra historiográfica sem pensar as subjetividades da escrita. Por último, mantendo a crítica a toda forma de colonialismo, seja através da violência “necropolítica”⁹ das forças colonizadoras, seja

⁷ E aqui cabe outro conceito desenvolvido por Mudimbe: o “paradigma da diferença”, no qual a África servia como oposição fundamental para produzir a imagem europeia do outro e de si mesma. Essa e outras reflexões podem ser encontradas em MUDIMBE, 2013.

⁸ Em sua obra de 1965, *Neocolonialismo: última etapa do imperialismo*, Kwame Nkrumah elabora sobre as novas formas de dominação e exploração por parte dos países hegemônicos nos países menos desenvolvidos (NKRUMAH, 1967).

⁹ “Necropolítica” é um termo cunhado pelo intelectual camaronês Achille Mbembe, baseado na ideia de biopoder de Foucault, para designar o tipo de relação de poder calcado pela sua mais

através do colonialismo simbólico, seja através de qualquer força opressiva ou repressiva imposta por “uns” sobre “outros”, esse pequeno trabalho pretende defender uma forma criativa, aberta e crítica do “escrever da História”.

A busca incessante de compreensão das coisas do mundo põe sobre o historiador uma responsabilidade única: é através do historiador que é feita a ligação entre pontos no tempo-espaço da convivência humana. Cabe ao historiador definir como serão entrelaçados esses pontos. Que seja esse então não apenas um trabalho científico, ou filosófico, mas também, e principalmente, criativo – arte, por assim dizer. Que a História não se restrinja aos métodos impostos pelo cientificismo tão em voga nos tempos coloniais, e que, através de uma leitura aberta das fontes presentes, faça a presença do historiador emergir, e da sua obra ecoe um pouco de todos os tempos, em eternidade fluida.

Após essa curta digressão, voltemos à questão das fontes. Vimos que, por muito tempo, grande parte do conhecimento histórico sobre África e Ásia foi construído de fora, através de mãos estrangeiras a carregar um olhar geralmente preconceituoso e simplificador desses lugares altamente diversos. Isso é tão mais evidente em relação ao continente africano, mais precisamente os locais no qual a oralidade ocupa um lugar de proeminência, seja pela ausência de uma cultura escrita ou pela manutenção de tradições milenares. Ou seja, aquilo que sobrou para o historiador contemporâneo de fontes históricas de longos períodos temporais sobrevive em escritos “orientalistas” – no sentido negativo sugerido por Said – ou na memória e transmissão oral dos povos em questão. Em ambos os casos, são fontes inconfiáveis. Mas, afinal, não seriam todas as fontes de certa forma inconfiáveis?

O que fazer, então, se quisermos produzir uma história diferente daquela apresentada pelos “ocidentais” sobre os locais colonizados, sem cairmos no risco de simplesmente reproduzir como “História” as tradições oralmente transmitidas? Em última instância: será possível fazer um trabalho historiográfico de África considerando o que possuímos de fontes? Cremos que sim, mas somente se considerarmos o “escrever história” como ato criativo, carregado de posições políticas, mas sem grandes pretensões cien-

profunda manifestação, a morte e a privação de liberdade. Essa forma de soberania se faz presente nas estruturas do colonialismo, nos sistemas escravagistas e, mais dissimuladamente, nos Estados modernos (MBEMBE, 2011).

tíficas. Explicações podem ser criadas e refutadas em um piscar de olhos, e eis aí a beleza de nossos empreendimentos.

* * *

Iniciamos esse texto com uma breve apresentação dos conceitos de “orientalismo” de Said e “biblioteca colonial” de Mudimbe aplicados na análise de fontes históricas. Ambos os termos remetem a um período do tempo que compreende a ascensão, o auge e a queda do colonialismo europeu, por sua vez inserido numa mais longa história do capitalismo mundial. E aqui aventamos nossas próximas questões: o que acontece com as fontes e obras produzidas após o fim do colonialismo europeu em África, terminado o período de descolonização do continente? As obras de Said e Mudimbe, além das de centenas de outros autores, alguns fortuitos o suficiente para ostentarem em seus currículos o título de “pós-coloniais”, são, em si, produtos desse período. Críticos ferrenhos das estruturas coloniais, esses autores produziram um arcabouço de obras filosóficas tratando da questão colonial, de seus aspectos no continente descolonizado e do que resultou daquele período. Poucos se debruçaram especificamente no ramo da História, antes produzindo obras muito mais ricas e densas com a ajuda secundária de análises historiográficas.

A obra *História Geral da África*¹⁰ é, quem sabe, o caso mais notório de uma tentativa de desenvolver uma nova interpretação histórica do continente africano a partir de um olhar que partisse de dentro. Esse colossal trabalho envolvendo centenas de colaboradores de diversos países acabou por resultar em nove tomos tratando de uma miríade de assuntos relacionados à convivência humana ao longo do tempo nesse amplo, diverso território. Simultaneamente, centros acadêmicos, agências e órgãos públicos internacionais continuaram a produzir seus relatórios, pesquisas e estudos sobre África.

Com o desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e a inserção na sociedade de controle¹¹ contemporânea de territórios antes considerados remotos, agências de notícias passaram a registrar em tom jorna-

¹⁰ KI-ZERBO, 2010

¹¹ “Sociedade de controle” é uma expressão cunhado por Gilles Deleuze expandindo o conceito de “sociedade disciplinar” de Foucault. De acordo com Deleuze (1992), essa expansão do controle social teria começado após a Segunda Guerra Mundial, com o uso de inovações tecnológicas para o controle da sociedade sendo a principal característica dessa nova forma de poder sobre os corpos.

lístico o que acontecia no continente. Filmes documentários com imagens vívidas do período colonial e pós-colonial brotaram em número crescente, e a mais recente proliferação das redes sociais ampliou a quantidade e o compartilhamento de potenciais fontes para trabalhos historiográficos. Portanto, em um primeiro instante, podemos afirmar que o historiador de temas contemporâneos possui uma grande vantagem em relação ao historiador do período colonial pela simples quantidade de material disponível. Esse olhar positivo dos desdobramentos do debate sobre História da África após o esforço da *História Geral* deve ser contemplado com muita cautela. Afinal, outra pergunta merece reflexão: o quanto desse viés “orientalista”, novamente nos termos negativos de Said, persiste nas fontes produzidas no período pós-colonial e nas obras contemporâneas, incluídos aí os trabalhos de autores pós-coloniais? Com quais preconceitos estaria unguído, por exemplo, um boletim de uma agência de refugiados das Nações Unidas sobre a situação em determinado país africano?

Para tentarmos responder, pelo menos de forma rasa e preliminar, a perguntas como essa, usemos o exemplo de um conflito armado no Sudão do Sul, país sujeito de minhas investigações para dissertação de mestrado.¹² No dia 15 de dezembro de 2013, disputas em um quartel do exército entre grupos rivais desencadearam uma longa e sanguinária guerra civil no país. Na ânsia de entender os motivos que levaram a tal conflito, com combates e carnificinas muito bem documentadas e divulgadas pela mídia internacional e missões da ONU no país, sobraram explicações das mais diversas. Dentre elas, e quem sabe a mais recorrente, analistas pouco conhecedores das dinâmicas internas do país se apressaram para sobressaltar o caráter “étnico” do conflito. Para esses autores, tratava-se de uma disputa entre grupos étnicos supostamente rivais. De um lado estariam os *dinka*, etnia majoritária no país, englobando diversas subdivisões e à qual pertence o presidente Salva Kiir Mayardit. Do outro, os *nuer*, segundo grupo em número de habitantes e também com suas diversas subdivisões, ao qual pertence o ex-vice-presidente Riek Machar, acusado de articular um golpe de Estado. O simplismo com o qual o fator étnico foi usado para explicar uma disputa política extremamente complexa pode ser o sinal de uma abordagem “orientalista” nas análises sobre o recente (e, enquanto escrevemos esse texto, ainda em andamento, apesar das inúmeras tratativas para estabelecer uma paz) conflito sul-sudanês.

¹² EGGGER-MOELLWALD, 2015.

Acreditamos que, para compreender minimamente o assunto em questão, assim como para compreender qualquer assunto pertinente à longa história humana, é preciso um olhar mais cuidadoso. E, no caso das nuances das relações de poder na África, é preciso uma reflexão sobre as questões endógenas para evitar explicações errôneas sobre o continente em toda sua diversidade. Reproduzimos aqui um pequeno trecho de artigo escrito pelo africanista Mathew LeRiche acerca da questão étnica no Sudão do Sul. Para o autor:

No Sudão do Sul, qualquer líder tem importantíssimas obrigações com sua comunidade ou tribo. Essas obrigações são muitas vezes satisfeitas incluindo grande número de membros da família ampliada ou companheiros de tribo em postos de governo, ou como motoristas, conselheiros, guardas e/ou outras funções secundárias.

A maioria das figuras envolvidas [no conflito atual], se bem que não todas, têm forças de segurança altamente originadas de suas áreas nativas e tribos ao redor. Essa abordagem nepotista criou uma situação na qual os principais apoiadores e defensores físicos de líderes individuais possuem construções étnicas mais ou menos exclusivas.¹³

LeRiche consegue compreender a importância dos fatores étnicos na composição dos quadros políticos no país sem recorrer a um dualismo simplista *dinka* vs *nuer*, como muitas vezes é transparecido em outras leituras sobre o tema. Sim, há um “fator étnico”, por assim dizer, fundamental para entendermos a situação, mas mais importante é entender como ocorre a politização da etnia no contexto pós-colonial sul-sudanês. Para conseguir elaborar uma interpretação minimamente densa sobre os motivos que levaram ao conflito, torna-se necessário entender como essa sociedade se organiza; e, para tanto, é necessário um olhar endógeno a refletir as sutilezas da formação do Estado-nação sul-sudanês, da distribuição de poder e influência em um território extremamente diverso. Não é objetivo deste pequeno artigo refletir sobre o caso específico do Sudão do Sul, mas acreditamos que ele possa servir de exemplo das diversas formas com que ainda se reproduz um olhar preconceituoso e simplificador das dinâmicas políticas dentro do continente africano.

Como, então, pode um pesquisador “ocidental” compreender as questões internas pertinentes aos desenvolvimentos políticos em África? Uma possível saída é a leitura de obras produzidas por autores africanos. Porém,

¹³ LeRICHE, 2014.

apesar de estarem aparentemente em uma situação privilegiada para interpretar os eventos a se desenrolarem no continente, ou pelo menos em suas regiões de origem, a leitura dessas obras deve também ser feita com muita parcimônia. Retomando o caso de nossa pesquisa sobre o Sudão do Sul, nos deparamos com muitas fontes produzidas por sul-sudaneses acerca da história do seu país. Em todos os casos, pudemos aproveitar muito do exposto pelos autores; porém, ao aprofundarmos essas leituras, notamos fortes tendências políticas nos textos, algumas ocultas, outras bem explícitas. Um bom exemplo dessa tendenciosidade reside nos trabalhos desenvolvidos por sul-sudaneses sobre as guerras civis sudanesas que se desenrolaram entre 1954 e 2005, com um período de relativa paz de uma década nos anos 1970. Obras ricas em detalhe, como *Sudan's Painful Road to Peace*, de Arop Madut-Arop, publicada em 2006, demonstram um claro posicionamento político. Já nos agradecimentos, Madut-Arop abertamente faz menção aos diversos membros do SPLM/A¹⁴ que possibilitaram a feitura de sua pesquisa¹⁵, indicando que sua obra, por mais que estivesse calcada em documentos e relatos pretensamente confiáveis, representa o olhar de e para apenas um dos lados na longa disputa entre norte e sul do Sudão, a desembocar na independência do sul oficializada em 2011. A obra de Madut-Arop ganha em importância pela honestidade com que o autor se coloca em relação ao seu objeto de estudo. Mesmo focado em escrever a história do SPLM/A e dedicar sua obra a alguns de seus membros, mantém-se crítico a muitas das ações do movimento.

Apresentamos esses exemplos apenas para afirmar aquilo que colocamos no início deste artigo: não há obra, nem fonte, inteiramente confiável. É sabido que houve guerra, que pessoas morreram, foram presas, adoeceram, se viram obrigadas a buscar refúgio em países vizinhos, tiveram terras desapropriadas, etc. É também sabido que houve inúmeras operações militares organizadas pelo governo sudanês, pelas guerrilhas sulinas, por grupos dissidentes. Os eventos em si ocorreram, mesmo que seja impossível recontá-los em seus detalhes ou com total confiança, mesmo por aqueles que os vivenciaram – a memória do passado, afinal, está atrelada a

¹⁴ *Sudan's People Liberation Movement / Army*, grupo “rebelde” sul-sudanes formado em 1983 e principal protagonista da região na segunda guerra civil sudanesa de 1983 a 2005. Após a paz e a formação do Sudão do Sul enquanto país independente, o SPLM/A assumiu o governo. O que fora movimento armado e entidade política durante a guerra tornou-se o Estado, executivo, legislativo, judiciário e militar.

¹⁵ MADUT-AROP, 2006.

sua evocação no presente. Podemos traçar uma cronologia dos fatos, mas não poderemos jamais responder às questões subjacentes a eles com firmeza plena. Podemos apenas supor, e, se nos despirmos da vontade de produzir uma História derradeira, isso basta.

* * *

Liev Tolstoi, famoso escritor russo de *Guerra e Paz*, concatenando sua história com a beleza do texto literário, nos traz uma reflexão interessante acerca da possibilidade (ou impossibilidade) de interpretarmos a História. Colocando em questão as causas que levaram ao desencadeamento da guerra franco-russa no contexto napoleônico, Tolstoi passa a enumerar várias delas para depois chegar à conclusão de que “para nós, a posteridade, que não somos historiadores nem entusiastas dos métodos de pesquisa, e que por isso contemplamos o acontecimento com um bom-senso desnuviado, as suas causas se apresentam numa quantidade inumerável”.¹⁶ O autor segue, apresentando as ações de figuras centrais do conflito e o desenrolar de eventos marcantes para afirmar que “todas essas causas – bilhões de causas – coincidiram para produzir o que ocorreu. E por consequência, nada foi a causa exclusiva do acontecimento”.¹⁷

A obra de Tolstoi, lançada em 1869, no prenúncio da expansão imperialista europeia, e em um período no qual a análise histórica se restringia aos movimentos dos “grandes homens” e às interpretações das causas e consequências de guerras e tratados diplomáticos, expõe uma visão revolucionária do “acontecer histórico”. Para o autor, “a pessoa vive para si de forma consciente, mas serve de instrumento inconsciente para a realização dos objetivos históricos. Um ato executado é irreversível, e sua ação coincide no tempo com milhões de ações de outras pessoas, recebe um significado histórico”.¹⁸ Sobre os “grandes homens”, Tolstoi arrebatou:

O rei é escravo da história.

A história, ou seja, a vida inconsciente, comum, a vida de colmeia da humanidade, usa todos os minutos do rei para si mesma, como um instrumento para alcançar seus objetivos.¹⁹

Esta digressão do *Orientalismo* ao Sudão do Sul contemporâneo ao Tolstoi de *Guerra e Paz* pode parecer estranha aos propósitos iniciais deste

¹⁶ TOLSTOI, 2013, p. 1.265.

¹⁷ Idem, p. 1.266.

¹⁸ Idem, p. 1.268.

¹⁹ Idem, p. 1.268.

artigo, mas serve para ilustrar algumas questões fundamentais e interconexas: por tratar da “vida em colmeia da humanidade”, do percorrer dos humanos no fluxo espaço-temporal, a ideia da História enquanto ciência, da forma como era escrita em tempos de Tolstoi, não passa de utopia devido à impossibilidade de se englobar todos os elementos constituintes – suas fontes – em uma análise objetiva. Se consideramos todos os trajetos humanos como elementos constitutivos da História, oferecer explicações para determinados acontecimentos, seja o conflito no Sudão do Sul, seja a invasão francesa da Rússia no começo do século XIX, é tarefa, no mínima, ingrata.

Tendo em mente, então, que a “História”, da forma como ela se desenvolveu ao longo do tempo, está untada pelo ato criativo dos autores que a escreveram, concluímos. Mesmo com o advento das redes sociais, dos perfis de usuários e da monstruosa capacidade de armazenamento do *Google*, jamais se alcançará o desejo oculto do historiador cientificista de reproduzir o passado. É isso que subjaz às questões de Said e Mudimbe que pincelamos anteriormente. O “orientalista”, o autor das obras contidas na “biblioteca colonial”, cujo intuito era produzir trabalhos científicos sobre as regiões subalternas do mundo político de então, só nos será útil enquanto fonte por se apresentar como uma visão de seu tempo. O conjunto dessas obras será sempre o reflexo do pensamento de seus criadores, grupos de autores compartilhando interpretações, posições políticas e projetos de vida. Pessoas, em si, em constante mudança e reconstrução. Atentos à dica de Tolstoi de que “todas [as] causas – bilhões de causas – coincidiram para produzir o que ocorreu. E por consequência, nada foi a causa exclusiva do acontecimento”, podemos escrever um trabalho de História ainda preocupados com aquilo que aconteceu, mas sem pretensões de abarcá-lo completamente. O historiador não deve, porém, ceder às limitações de seu ofício, assim como o filósofo não deixa de filosofar devido às limitações epistemológicas da razão. Uma sugestão é despir-se de pretensões científicas e assumir o caráter literário e político de seu trabalho.

Referências

- CARDOSO, Carlos. *Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações acadêmicas regionais em África*. Lisboa: CEAs, 2011, p. 301-323.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

EGGER-MOELLWALD, Gabriel Cabeda. *O Longo Processo de Configuração do Estado Sul-Sudanês: uma investigação histórica*. 179 f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África*. V. I. Brasília: Unesco, 2010.

LeRICHE, Matthew. *South Sudan: not just another war and another peace in Africa*. In: <<http://africanarguments.org/2014/01/28/south-sudan-not-just-another-war-and-another-peace-in-africa-by-matthew-le-riche/>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

MADUT-AROP, Madut. *Sudan's Painful Road to Peace*. Lexington, KY: BookSurge, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguido de sobre el gobierno privado indirecto*. España: Editorial Melusina, 2011.

MUDIMBE, V. Y. *A Invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Lisboa: Edições Pedagogo, 2013.

NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo, última etapa del imperialismo*. México: Siglo XXI Editores, 1967.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TOLSTOI, Liev. *Guerra e Paz*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

Parte III

A África em caricaturas nos periódicos ilustrados e satíricos da Primeira República Portuguesa

Diego Schibelinski¹

Introdução

As ideologias de dominação que sustentaram os regimes coloniais impostos por algumas potências europeias ao continente africano, principalmente após a segunda metade do século XIX, possuíam alicerces que extrapolaram a barreira do material, adentrando o plano do simbólico. Mais do que dominar por meio da força, foi preciso promover a construção de “verdades” que, ao criarem um imaginário acerca do Outro e do lugar que este deveria ocupar, legitimavam as relações sociais assimétricas geradas pela estrutura social colonial. Contudo, tanto as identidades, quanto os ideais de alteridade – assim como a vasta gama de “verdades” que estas categorias produzem – são produtos históricos de um processo em frequente construção e reformulação. Mais especificamente com relação ao caso português, algumas autoras como Fillipa L. Vicente² e Leonor P. Martins³ chamam atenção para a importância que a imprensa – especialmente a imprensa ilustrada – pode ter assumido no processo de formulação, difusão e consolidação de um imaginário social colonial.

Tendo isto em mente, este trabalho tem como objetivo localizar e identificar de que maneira as colônias portuguesas em África foram representadas em caricaturas vinculadas na imprensa ilustrada metropolitana.

Para responder a tal pergunta, foram analisados cinco periódicos ilustrados satíricos publicados entre os anos de 1910 e 1926: *O Zé*, *O Thalassa*, *O*

¹ Aluno de graduação do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: whisllety@outlook.com

² VICENTE, Fellipa L. (Org.). *O Império da Visão: fotografias no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

³ MARTINS, Leonor Pires. *O Império de Papel: imagens do colonialismo português na imprensa periódica ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

Xuão, *O Papagaio Real* e *O Século Cômico*. Todos os exemplares analisados foram encontrados no acervo digital da Hemeroteca de Lisboa. Foram consideradas fontes em potencial para análise, caricaturas que, publicadas dentro do recorte temporal sugerido, apresentaram de alguma forma uma representação das colônias africanas ou dos africanos. Estas caricaturas, depois de encontradas, foram identificadas, catalogadas, e analisadas segundo uma tipologia elaborada para o estudo da representação da África e dos africanos nestes periódicos. O tratamento das caricaturas como fontes foi realizado levando em consideração a bibliografia especializada na discussão do tema.⁴ Assim, o que exponho a seguir é um breve resumo desta pesquisa.

A imprensa satírica e humorística na Primeira República

A instauração do regime republicano português, em 5 de outubro de 1910, e a fragilidade política da Primeira República, que se estendeu até 1926, fez daquele período um profícuo cenário à imprensa portuguesa, principalmente à imprensa ilustrada e satírica. Acalorados debates e discussões políticas entre entusiastas republicanos e monarquistas inconformados, pouco a pouco, foram tornando-se a pauta de destaque de inúmeros periódicos humorísticos que se lançavam ao mercado editorial da capital portuguesa.⁵

Se em um primeiro momento *thalassas*⁶ estavam mais preocupados em atacar o novo regime republicano, enquanto os republicanos, por sua vez, saudavam a libertação da nação do atraso imposto pela monarquia, aos poucos, a instabilidade política e a incapacidade do governo de lidar com questões caras a ambos os grupos encarregaram-se de homogeneizar algumas das críticas estampadas nas páginas destes periódicos. Exemplos disso são as críticas destinadas à posição do novo regime frente ao colonialismo português em África.⁷ Isso fez com que, ao longo da Primeira República portuguesa, inúmeras caricaturas vinculadas na imprensa humorística e satírica tivessem por tema a África e os africanos. Nessas imagens satí-

⁴ LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

⁵ OLÍMPIO, Ana Filipa P. M. *Uma caricatura de país*. 2013, 180f. Dissertação (Mestrado em Desenho), Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

⁶ Aqueles de tendência política monarquista ou antirrepublicanos.

⁷ ALEXANDRE, Valentim. Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. *Penélope: Fazer e desfazer História*. N. 11. Lisboa: Editora Cosmos e Cooperativa Penélope, 1993. p. 53-66.

ricas tem-se uma representação do Outro e do lugar que este deveria ocupar na ordem colonial, reproduzindo assim, certas relações sociais enquadradas na lógica da estrutura social colonial daquele período (ver figura 1).⁸

Figura 1: Evocando Camões



Fonte: O Século Cômico, Lisboa, 23/06/1919 © Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A representação das colônias no imaginário político português

A representação das colônias no imaginário político português teve muitas nuances. Entre outras, destaca-se a infantilização como um recurso visual da imagem satírica. Em 26 de março de 1912, o jornal *O Zê* publicou uma caricatura intitulado “Ai! Os bichos...” (ver imagem 2)⁹, em que a ale-

⁸ *Evocando Camões*. O século Cômico, Lisboa, 23/06/1919, p. 4. N. 1.123 – XXII ano.

⁹ *Os bichos...* O Zê, Lisboa, 26/03/1912, p. 4. N. 72 (194) – 4º ano.

goria da república portuguesa, vestida com as cores da bandeira e usando na cabeça o barrete frígio, encontra-se sentada, em prosa, junto a uma alegoria masculina, representação que faz alusão ao poderio bélico inglês. Ao seu redor brincam dez crianças, as possessões portuguesas – Angola, Moçambique, São Thomé, Guiné, Cabo Verde, Açores, Madeira, Timor, Macau e Índia – que, enquanto o casal se enamora, estão a brincar, sendo espreitadas por quatro feras – Espanha, como um leão, Estados Unidos, um elefante, Alemanha, como leopardo, e a Holanda, na pele de um lobo. A legenda faz alusão às relações entre Portugal e a Inglaterra e de como, apesar de não danosa, qualquer lapso nesta aliança seria aproveitado pelas feras que cairiam contra os “miúdos”. A tendência à infantilização das representações das nações coloniais que pode ser observada nesta caricatura esteve também nas páginas de outros periódicos satíricos daquele período, como por exemplo, *O Thalassa* que, de orientação monarquista – contrária a de *O Zé* – vinculou em suas páginas ao longo dos anos de sua existência, cerca de outras cinco caricaturas que traziam as colônias africanas por meio destas frágeis e infantis representações.

Figura 2: Os bichos



Fonte: *O Zé*, Lisboa, 26/03/1912 © Hemeroteca Municipal de Lisboa.

É interessante percebermos que, na imprensa ilustrada da Primeira República portuguesa, a representação dos africanos como selvagens, canibais, preguiçosos, ou mesmo bestiais diminui em relação às figuras infantil e feminina.¹⁰ A versão infantilizada dá fundamentação à suposta necessidade de intervenção colonial. Ao construir uma representação infantilizada da colônia, justifica-se por meio da ingenuidade, a necessidade da intervenção colonial. Como uma criança, as colônias deveriam aceitar a civilização, demonstrando submissão e lealdade ao colonizador paternal. Como bem salienta Valentim Alexandre¹¹, a representação infantilizada da África não pretende negar a precocidade, a mobilidade e a agudeza da infância, mas, sim, negar-lhe a capacidade do desenvolvimento de capacidades intelectuais superiores, demandando assim a educação, a civilização. Contudo, civilizar também significa ensinar de que forma os corpos devem trafegar e, em uma sociedade patriarcal e extremamente sexista, como a sociedade portuguesa do início do século XX, há outro corpo que também precisa ser educado, civilizado e protegido: o corpo feminino.

Neste sentido, outro recurso dos caricaturistas é a apresentação das colônias por meio de figuras femininas. Isso faz sentido se pensarmos que dentro dos aspectos de uma ideologia patriarcal que constrói a mulher conforme as suas necessidades, a figura do feminino costuma caracterizar-se como uma sub-representação, ou, um marcador de subalternização. Geralmente as representações construídas do feminino, neste contexto, têm a função de reforçar hierarquias de uma estrutura em que o protagonismo deve sempre ser exercido pelo masculino.¹² Tais representações subalternas do feminino, geralmente, seguem alguns padrões, no caso das caricaturas analisadas estes são: a mulher negra como objeto de repulsa ou, ainda, a imagem da mulher africana como a representação da lascívia, como o elemento corruptor da ordem, como na caricatura de Gastão Lys, de 28 de abril de 1914, publicada no “*Papagaio Real*” (ver figura 3)¹³, onde Angola é desenhada como uma

¹⁰ Sobre a mudança destes estereótipos ver: CUNHA, Luis M. de Jesus. A imagem do negro na banda desenhada do Estado Novo: algumas propostas exploratórias. *Cadernos do Noroeste/ Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho* – V. 8:1 (1995). Minho, 1995, p. 89-112.

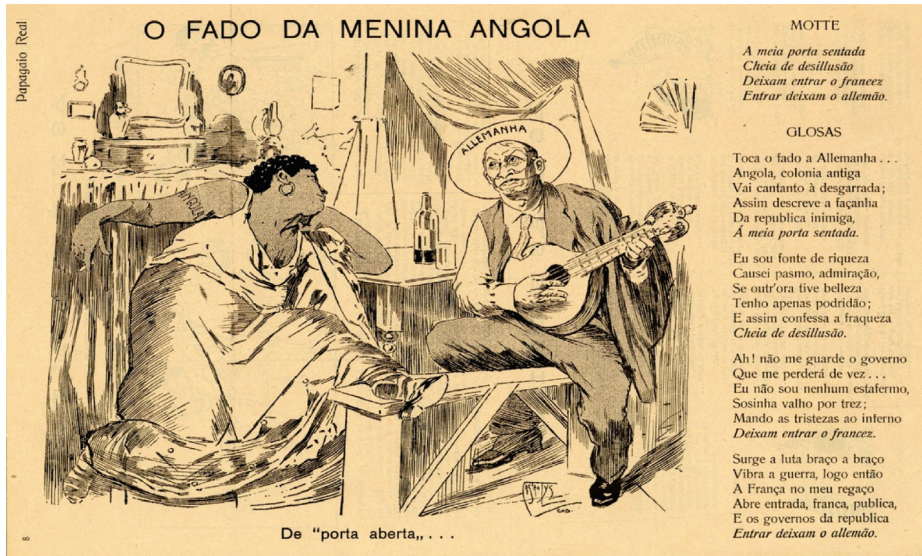
¹¹ ALEXANDRE, Valentim. A África no imaginário político português (século XIX- XX). *Penélope: Fazer e desfazer História*. N. 15. Lisboa: Editora Cosmos e Cooperativa Penélope, 1995. p. 39-52.

¹² FERREIRA, Jonatas & HAMLIN, Cynthia. Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados. *Revista de Estudos Feministas/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. V. 18, n. 3. Florianópolis: UFSC, set.-dez. 2010, p. 811-835.

¹³ *O fado da menina Angola*. Papagaio Real, Lisboa, 28/04/1914, p. 9. N. 04 – 1º ano.

mulher negra, de formas sinuosas e provocativas, sentada de pernas abertas junto a um homem com sua guitarra, personificação masculina da Alemanha.

Figura 3: O fado da menina Angola



Fonte: Papagaio Real, Lisboa, 28/04/1914 © Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Considerações finais

Se, pouco a pouco, as representações do negro durante a Primeira Republica vão se afastando de alguns clichês, isso não significa que elas passam a fazer alusão ao negro de maneira positiva e livre de estereótipos. Novas formas de ver e representar o Outro mantêm em seus corpos marcadores de inferiorização que serão transmitidos através da imprensa ilustrada que, por meio de seu “humor”, flexibiliza e autoriza a criação destes estereótipos, reproduzindo e naturalizando o racismo vigente.

Como se pode observar, através do traço de republicanos e monarquistas, doçura e intriga, ingenuidade e lascívia, enfim, clichês e preconceitos amalgamaram-se na representação do caráter africano nas caricaturas do período. Seja sob uma visão infantilizada ou sobre uma identificação feminina, as colônias africanas foram representadas como uma entidade sob tutela, sem capacidade de autodeterminação. Além do mais, ao recorrer à figura infantil ou feminina para representar a alteridade africana, as caricaturas estavam também contribuindo para a autoimagem dos colonizadores portugueses.

A África e os africanos na literatura colonial infanto-juvenil¹

Lara Lucena Zacchi²

As Bandas Desenhadas (BD) podem ser utilizadas como fontes históricas para tratar de certos temas como, por exemplo, a representação da África e dos africanos na imprensa ilustrada metropolitana. Neste trabalho, tem-se a análise do imaginário colonial a partir de um estudo comparativo entre uma BD belga e outra francesa dos anos 1930. São elas: *Tintin au Congo* (1930), do desenhista belga Hergé, e *Frimousset Directeur de Jardin Zoologique* (1933), texto de Jaboune com ilustração do desenhista francês Pinchon.

Ao analisar um conjunto de elementos da narrativa visual das duas bandas desenhadas supracitadas, percebe-se que os enredos reproduzem uma ideologia colonial. Em muitas cenas dessas histórias, a “supremacia branca” se manifesta por meio das ações dos protagonistas brancos e pela suposta passividade dos africanos. Nota-se também a postura sempre paternalista dos europeus para com os africanos. Assim, essas duas bandas desenhadas se inscrevem numa literatura ilustrada da década de 30 e podem corresponder a uma “propaganda de colonialismo na cultura popular”³ voltada ao público infanto-juvenil.

Nas aventuras de Tintim no Congo, vários elementos reforçam a ideia de que o colonialismo belga é necessário ao Congo e ao seus indivíduos. Os africanos são representados como preguiçosos, selvagens, indolentes, ignorantes, medrosos, supersticiosos, etc. Esta reprodução de estereótipos ligados à preguiça e à inutilidade poderia ter a finalidade de justificar a exploração da mão de obra colonial.

¹ Trabalho apresentado em forma de banner, na I Jornada de Estudos em História da África, em junho de 2016.

² Graduanda no curso de História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: laralucenaz1@gmail.com

³ REIS FILHO, L. A África que Tintim viu: Metáforas da Superioridade Européia, Estereótipos Raciais e Destruição das Culturas Nativas em uma Desventura Belga. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, v. 6, p. 353, 2009.

Em *Tintin au Congo*, a criação da ideia do “bom selvagem” é evidentemente reproduzida em diversos momentos da história. O “bom selvagem” seria aquele que obedecesse às ordens dos colonizadores, obtendo disciplina ao domínio colonial, não resistindo às explorações e ainda, sendo grato ao processo civilizatório.⁴ Cabe então ser destacada a presença do “boy”, o personagem Coco. Este diz respeito a um menino congolês – representado como uma criança medrosa – que trabalha para Tintim e Milu em troca da “civilização”, que seria obtida através do contato e dos ensinamentos do homem branco, reforçando aí a ideia do paternalismo.

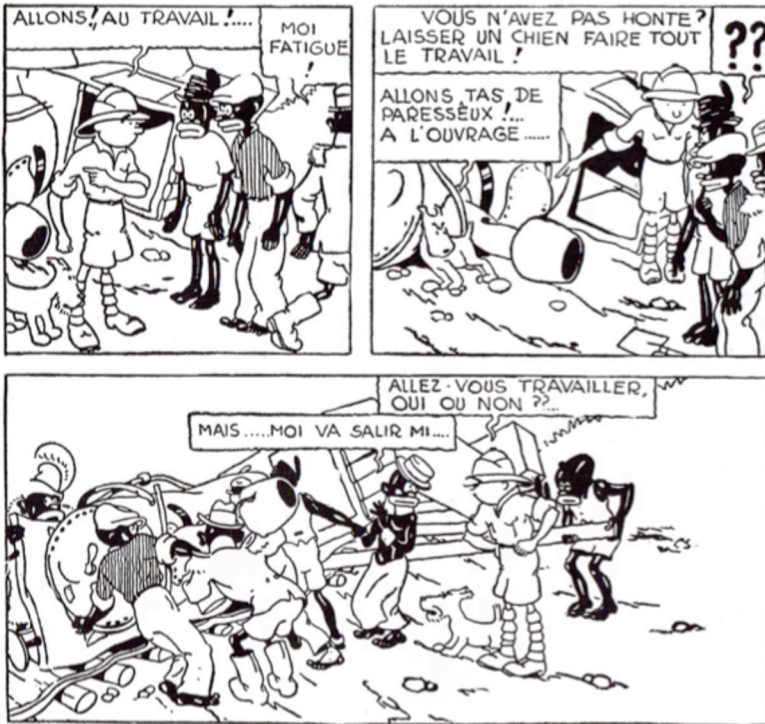
Em contrapartida, há também a representação do “mau selvagem”, que é relacionado à selvageria e à barbárie. Na história, Tintim tenta transformar os “maus selvagens” em bons. Pode-se dizer assim, que há a presença de “negação” do africano⁵ uma vez que este só será uma boa pessoa – aos olhos dos colonizadores – se deixar seus costumes e culturas de lado, rendendo-se à exploração colonial e à tentativa europeia do processo “civilizatório”. Ou seja: é a imposição de uma outra cultura considerada superior sobre a sua, costurando a ideia de que os africanos precisam do branco europeu para “evoluir” como civilização e sociedade.

Os sinais da “falta de civilização” contrastam com a imagem do herói da BD. Tintim personifica o colonizador em todas as suas ações. Ele é um jovem branco, cujos atributos positivos fazem de sua imagem a antípoda daquela dos africanos. Estes aspectos podem ser percebidos nas imagens abaixo:

⁴ PINTO, Alberto Oliveira. A retórica do discurso colonial em Tintim no Congo, de Hergé. *Revista Scripta250608finalgrafica.pmd*, v. 12, 2008, p. 57-79.

⁵ PINTO, Alberto Oliveira, 2008, p. 84.

Figura 1: Tintin au Congo



Fonte: Hergé. Tintin au Congo. Casterman, 1995, p. 22.

Figura 2: Tintin au Congo



Fonte: Hergé. *Tintin au Congo*. Casterman, 1995, p. 16.

Na BD *Tintin au Congo*, o cenário africano aparece sempre como um espaço selvagem e perigoso. Através de muitas caçadas, o herói pretende dominar e transformar a fauna e a flora africana. Assim, Tintin interpreta a figura de caçador e explorador de recursos na colônia. Ainda, “a civilização, representada pelo cristianismo e pelo europeísmo, vence sempre a natureza, representada pelo continente africano”.⁶

Esta exploração dos recursos naturais do Congo foi uma atividade extremamente forte e brutal que caracterizou o colonialismo belga na região, visto que a Bélgica resistiu por muito tempo à independência do Congo devido também às suas riquezas que traziam grandes lucros.⁷ A caça também foi um aspecto forte para a consolidação do domínio colonial, des-

⁶ PINTO, Alberto Oliveira, 2008, p. 89.

⁷ M'BOKOLO, Elikia. África central: o tempo dos massacres. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

tacando o comércio de marfim e de peles, por exemplo, que trouxe impactos ambientais bastante negativos para as colônias.⁸

A “missão civilizadora” do colonialismo serve de fio condutor da narrativa. O jovem protagonista desempenha vários papéis durante a sua aventura pelo Congo. Entre outras atividades, o herói exerce a docência para crianças negras. A sua “missão pedagógica” se expressa também pela inculcação de valores ocidentais e se configura como mais um exemplo da postura paternalista que caracterizaram as ações do herói em suas aventuras no Congo belga.

Figura 3: Tintin au Congo



Fonte: Hergé. Tintin au Congo. Casterman, 1995, p. 38.

Durante a história de outra BD analisada – *Frimouset Directeur de Jardin Zoologique* –, os personagens europeus também dão forças para a reprodução de inúmeros clichês em relação aos africanos, contribuindo para a consolidação da imagem do Outro e, conseqüentemente, da ordem colonial, agora francesa. Mais uma vez, é evidente a divulgação da ideia de superioridade europeia, delineando a ideia do europeu civilizado em detrimento ao africano.

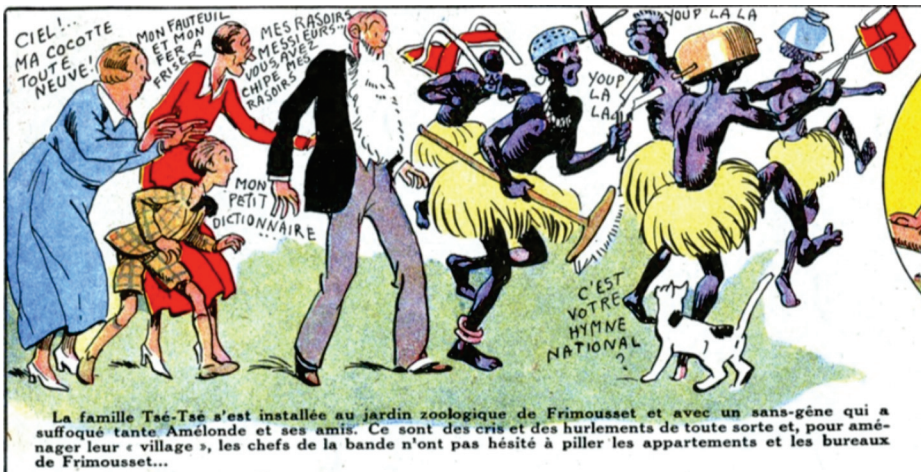
Na BD, tem-se uma paródia dos “zoológicos humanos”. O jovem Frimouset recebe uma tribo de africanos que vem para ser exibida no Jardim Zoológico de sua família. Essa história em quadrinhos faz alusão às exposições coloniais que eram realizadas em Paris, Marselha e em outras cidades francesas e da Europa.

⁸ CORREA, S. M. S. A caça na África colonial e a questão da conservação de espécies animais. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

A compreensão da reprodução do retrato africano como distinto, selvagem e exótico é fundamental para que se possa entender a gênese destas “exposições coloniais”.⁹ A curiosidade pelo corpo do Outro é ligada a uma construção científica da diferença, e como resultante, às exibições do Outro¹⁰, o exótico e diferente, inferiorizado em uma hierarquia racial e cultural. Estes zoológicos humanos foram bastante presentes durante o colonialismo francês no fim do século XIX e no século XX. Aí é evidente a *animalização* dos africanos, os quais eram colocados atrás de cercas em exposições para que os europeus os vissem. Assim, estas exposições serviam também para a fixação da imagem racista do exótico, consolidando ainda mais o sistema colonial.

Na BD *Frimousset Directeur de Jardin Zoologique*, a representação dos africanos como uma horda de canibais selvagens é um exemplo da reprodução do imaginário colonial. A poligamia e outros costumes africanos são tratados não apenas pela lupa do exótico, mas também pelo eurocentrismo que faz do Outro um ser inferior na sua forma de falar, de comer, de vestir-se, etc.

Figura 4: Frimousset Directeur de Jardin Zoologique

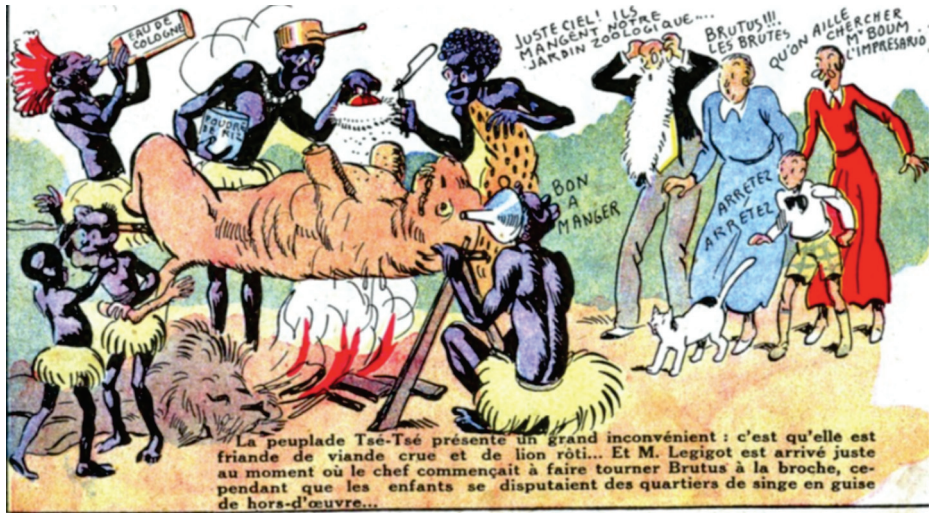


Fonte: PINCHON. *Frimousset Directeur de Jardin Zoologique*. 1933, p. 33.

⁹ BLANCHARD, Pascal et al. *Zoo humains et exhibitions coloniales*. 150 ans d'inventions de l'Autre. Paris: La découverte, 2011, p. 10.

¹⁰ BLANCHARD, Pascal et al., 2011, p. 168.

Figura 5: Frimousset Directeur de Jardin Zoologique



Fonte: PINCHON. Frimousset Directeur de Jardin Zoologique. 1933, p. 33.

Devido à confusão e à balbúrdia que a presença de uma horda de selvagens acarreta, o desfecho dessa BD culmina numa inversão da ordem. Os europeus passam a ser exibidos no lugar dos africanos. Assim, o alvo do espetáculo não é mais a selvageria do Outro, mas a civilização do *Self*. O Jardim Zoológico de Frimousset deixa de ser uma exposição da alteridade e passa a ser uma vitrine, um espelho, no qual se reflete a própria imagem dos visitantes europeus.

Tanto na BD belga quanto na francesa, a aparência do africano é delineada a partir de racismos. A representação de suas vestimentas, de suas artes e de suas formas de agir definem com inferiorização o africano. Também, nas duas histórias pode-se notar a presença da insistência da ordem colonial em associar a figura do africano com a do animal macaco¹¹, reforçando uma ideia de parentesco entre estes. Assim, há a desumanização do Outro.

É majoritária a presença da concepção do “atraso” africano como civilização durante os diálogos e ações dos personagens nas BDs. Os autores fazem questão de delinear o atraso e a ignorância destes também em relação ao domínio de objetos, os quais são mostrados como únicos aos

¹¹ PINTO, Alberto Oliveira, 2008, p. 84.

européus. Seja o domínio de armas de fogo e explosivos, como em *Tintim*, ou até mesmo o desconhecimento a respeito das funções de um dicionário e artefatos do dia a dia ocidental, como em *Frimousset*.

Outro elemento colonial evidenciado diz respeito à língua francesa como superior. Em *Tintin au Congo*, há a necessidade de mostrar os congolezes falando “mal” a língua dos colonizadores belga, estes – africanos – que falam o *petit négre*. Já em *Frimousset Directeur de Jardin Zoologique*, os personagens europeus se “submetem” a aprender a língua do grupo africano, e quando percebem que o líder deste grupo fala o francês, se espantam com seu “avanço” ao dominar a linguagem. Percebemos, então, o uso da língua francesa – nos dois casos – como ferramenta de dominação e consolidação da ordem colonial.

Ambas as histórias representam o Outro como inferior, e nenhuma delas questiona o colonialismo. A representação do Outro se dá a partir de diversos clichês, reforçando estereótipos e preconceitos em relação aos africanos. O racismo é uma constante nas representações dos africanos nessas bandas desenhadas. A BD concorre, portanto, para reforçar junto ao seu público leitor uma visão eurocêntrica da dominação colonial, através da qual a África não é mais que um espaço para o protagonismo europeu, e suas gentes, nada mais do que uma alteridade subalterna.

Nas duas bandas desenhadas, os estereótipos em relação à África e aos africanos remetem ao imaginário colonial do período entre-guerras. Nelas, tem-se a afirmação da pretensa superioridade cultural dos europeus em relação aos africanos. As bandas desenhadas podem ser objetos de estudo e também fontes para pesquisas sobre as imagens produzidas durante a primeira metade do século XX e para uma história visual do colonialismo. Elas serviram como manobra para reforçar o sistema colonial e paternalista, sobretudo sobre o público infanto-juvenil do contexto. Ainda, no caso de *Tintin au Congo*, as histórias acabaram atingindo fortemente o público do Congo, onde elas eram disseminadas também entre adultos, como exemplos das experiências que seus familiares tiveram no período colonial.¹² Em suma, as propagandas coloniais francesas e belgas ajudaram a perpetuar – em alcance praticamente mundial – preconceitos e desigualdades que se fixam até os dias atuais.

¹³ HUNT, Nancy Rose. “Tintin and the interruptions of Congolese comics.” *Images and Empires: Visuality in Colonial and Postcolonial Africa*. 2002, p. 93-96.

Referências

- BLANCHARD, Pascal et al. *Zoo humains et exhibitions coloniales. 150 ans d'inventions de l'Autre*. Paris: La découverte, 2011.
- CORREA, S. M. S. *A caça na África colonial e a questão da conservação de espécies animais*. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- GIRARG, Eudes. Une relecture de Tintin au Congo. In: GIRARG, Eudes. *Études*, Juillet, 2012.
- HERGÉ. *Tintin au Congo*. Casterman, 1995.
- HUNT, Nancy Rose. "Tintin and the interruptions of Congolese comics." *Images and Empires: Visuality in Colonial and Postcolonial Africa*. 2002, p. 90-123.
- JABOUNE; PINCHON. *Frimousset Directeur de Jardin Zoologique*. 1933.
- M'BOKOLO, Elikia. África central: o tempo dos massacres. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- PINTO, Alberto Oliveira. "A retórica do discurso colonial em Tintim no Congo, de Hergé." *Revista Scripta250608finalgrafica. pmd* 12. 2008, p. 57-79.
- REIS FILHO, L. A África que Tintim viu: Metáforas da Superioridade Européia, Estereótipos Raciais e Destruição das Culturas Nativas em uma Desventura Belga. *Estudos em Comunicação/Communication Studies*, v. 6, p. 349-368, 2009.
- REIS FILHO, L. O Imperialismo e a Representação do Congo em Tintim na África. *Revista eletrônica história em reflexão (UFGD)*, v. 2, p. 1-25, n. 11, 2008.

Caçadores de troféus, produtores de imagens: fotografia e imaginário colonial em Moçambique¹

Ruben Souza²

Introdução

Na segunda metade do século XIX, as expedições de europeus pelo continente africano se multiplicaram sobremaneira, como, no caso português, as expedições de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto.³ Tais relatos auxiliaram na composição de um imaginário metropolitano sobre o que seria o continente africano. Para dar um outro exemplo, Joseph Conrad, em seu livro *Coração das Trevas*, constrói uma narrativa já estudada da África em suas representações e alegorias.⁴ Ainda no século XIX, haviam alguns residentes de Lourenço Marques que escreviam sobre suas empreitadas, e Diocleciano Fernandes das Neves foi um dos que viveu no atual território de Moçambique nas décadas precedentes a ocupação colonial efetiva e relatou suas experiências relativas a uma atividade fundamental na porção oriental da África: a caça.⁵ Neves começa o seu Livro Primeiro pontuando a situação dos que viviam em Lourenço Marques, por volta de 1860, e da caótica situação em que se encontravam, devido as “cor-

¹ O presente trabalho foi apresentado em formato de pôster na Primeira Jornada de Estudos em História da África, no dia 3 de Junho de 2016, em uma versão mais objetiva, sob o título “Caça, troféu e fotografia no imaginário colonial”.

² Bolsista do Laboratório de Estudos em História da África (LEHAf), vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: rubensouzass@gmail.com

³ Capelo e Ivens publicaram seus relatos principalmente em *De Benguella às terras de Iácca*, de 1881, e *De Angola à contra-costa*, em 1886. A empreitada de Serpa Pinto foi publicada em 1881 em dois volumes, sob o título *Como eu atravessei África*.

⁴ Edward W. Said, em *Cultura e Imperialismo*, empreende um estudo da relação entre o imperialismo formal e as manifestações literárias, que fornecem elementos para um imaginário metropolitano nem sempre verossímil, porém fundamental para entender o processo de assimilação do projeto colonial, portanto, imperial.

⁵ NEVES, Diocleciano Fernandes das. *Itinerário de uma viagem à caça dos elephantes*. Lisboa: Typographia Universal, 1878.

erias e extorsões que os cafres do rei Mawewe, sucessor do célebre Manicusse, faziam em todos os pontos, onde os habitantes de Lourenço Marques exerciam o seu tráfico”.⁶

Fernandes das Neves era um desses prejudicados, e comenta também a sua triste situação. Sua narrativa de incursão ao Reino de Gaza, estado soberano da região sul de Moçambique, é um dos exemplos basilares da importância da atividade cinegética antes mesmo do domínio colonial naquela região. Aliás, a ofensiva militar portuguesa a Gaza só consegue obter êxito definitivo em 1895, demonstrando a força africana de resistência ao colonialismo, afetada por divergências internas de sucessão.⁷ Dessa forma, é possível perceber que, após a derrota de Gaza ter se consolidado, a prática da caça (já fundamental em décadas anteriores, como demonstrado), começa a ser alvo de políticas portuguesas de fomento econômico da colônia e, sobretudo, uma atividade essencialmente europeia.⁸

Caçar em Moçambique, entre o comércio e a fidalguia

Em 1903, uma Comissão de Caça é formada em Lourenço Marques, com a influência de um grupo de esportistas portugueses, por ordem do governador-geral de Moçambique. Um primeiro regulamento para o exercício da caça foi publicado no mesmo ano, no Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Moçambique, em 7 de Novembro. Em 1909, foi publicado no Boletim Oficial um novo regulamento para o exercício da atividade. As motivações do esforço são sobretudo evidentes: via de regra, pretendem estimular o comércio do marfim, de modo a avultar a receita da colônia, como “nalgumas colônias inglesas acontece”⁹, mas também em

⁶ NEVES, p. 3-4.

⁷ Segundo Gabriela dos Santos, o Reino de Gaza se mostrou um desafio, e uma força política fundamental na região, revelando-se peça-chave também em diplomacias europeias em disputa na região, como Portugal e a Grã-Bretanha.

⁸ Alguns trabalhos fundamentais são produzidos analisando este processo de clandestinidade em que os caçadores africanos foram colocados, na África Oriental em geral. Para o caso de Moçambique, ver COELHO, Marcos Vinícius Santos Dias. *A caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo – c. 1895-1930*, Campinas. Para a África Oriental Britânica (atual Quênia), ver STEINHART, Edward I. *Black poachers, white hunters: a social history of hunting in colonial Kenya*.

⁹ *Relatório sobre o Regulamento de Caça. 16.06.1906. Arquivo Histórico de Moçambique*. Cumpre salientar que a colônia inglesa do Quênia serviu de base para a regulamentação do exercício de caça em Moçambique. Considerada por muitos um paraíso de caça, tinha uma legislação tida como eficiente para o exercício da prática comercial/esportiva. “*Estas considerações tão verdadeiras, são aceitas por todos os países civilizados...*”.

um esforço de atribuir à práxis dos africanos o labéu de clandestinidade, fundamental para a consolidação do poder português na sociedade colonial, em uma prática tão imprescindível àquela região. Dessa forma, as restrições impostas ao calibre das armas permitidas aos europeus e aos “indígenas”, os preços de licenças e proibições de práticas costumeiras de alguns grupos da região sul da África Oriental Portuguesa foram alguns dos mecanismos que os portugueses, encabeçados por Duarte Egas Pinto Coelho e José da Costa Fialho, se valeram no processo paulatino de exclusão dos indígenas da atividade comercial e do protagonismo da caça. Através desse processo, a venda de marfim é transformada em monopólio dos brancos, excluindo os africanos do protagonismo da atividade que, na época de Fernandes das Neves, era em grande medida dependente de grupos “indígenas”. Contudo, se na porção comercial da caça os africanos foram sumariamente excluídos do processo, para o divertimento e *status* que a caça esportiva proporcionava, os africanos perduraram enquanto sujeitos fundamentais, muito embora os clichês não permitam enxergar com clareza esta especificidade.

O fetiche da encenação

Milhares de fotografias de caça circularam pelo império português nas três primeiras décadas do século XX, na forma de álbuns fotográficos, matérias em periódicos ilustrados, cartões postais e fotografias particulares colecionadas em arquivos. O afã pela visualidade também compõe uma perspectiva de transformação do continente africano, por intermédio do colonialismo, no melhor estilo *L’Afrique qui disparaît*, a célebre coleção de cartões-postais de Casimir Zagourski, fotógrafo que registrou aspectos do Congo belga e adjacências, como Ruanda, Quênia, Tchad, etc.¹⁰ Nas fotografias de caça publicadas nos *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*, de José dos Santos Rufino, nas matérias publicadas em periódicos portugueses como *Ilustração Portuguesa*, e nas fotografias do Arquivo Fotográfico da Companhia de Moçambique (companhia concessionária que administrou a região de *Manica e Sofala* até a década de 1940), existe uma cultura visual que permite inferir um imaginário colonial que condicionava

¹⁰ A série de postais com fotografias de Zagourski foi composta com o objetivo de congelar à eternidade o exótico, o primevo, antes que o progresso da marcha civilizacional transformasse a África em um continente “assimilado”.

os modos de retratar os despojos da empreitada, as figuras presentes e outros elementos a serem (ou não) retratados.

Nas fotografias de caça, podemos inferir a noção de superioridade branca que triunfa sobre uma África selvagem, primitiva. Essa simbologia se exprime no ato de colocar os pés sobre o animal abatido. Trata-se de uma manifestação da pretensa domesticação da natureza, uma das pedras angulares do colonialismo.

Figura 1: Resultado de uma caçada nos territórios de Manica e Sofala (legenda original)



Fonte: RUFINO, José dos Santos. *Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique*, vol. X. Raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 93.

Mais uma vez, podemos encontrar na narrativa de Conrad a diferença entre a natureza doméstica e civilizada do Tâmisia, em contraponto ao aspecto selvagem e incivilizado do Congo, e perceber como a tradição literária pôde exprimir aspectos fundantes do projeto imperial, tal como a domesticação da natureza. Conforme apontam Lynch e Woolgar,¹¹ a imagem contém um arranjo textual e uma tradição discursiva, e as imagens de caça

¹¹ LYNCH, Michael; WOOLGAR, Steve (Orgs.). *Representation in scientific practice*. Cambridge: MIT Press, 1990.

transmitem uma visão do mundo naquele período, sobretudo por parte do *operator* e do *spectator*.¹² O animal – morto – é então a prova material que divide o humano e o não humano, a saber, a possibilidade de matar para recriar a vida animal, prática também comum em museus de história natural, muitas vezes abastecidos com exemplares de animais africanos que iam para suas coleções.¹³

Figura 2: Um bonito leopardo do distrito de Lourenço Marques (legenda original)



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique, vol. X. Raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 109.

¹² Roland Barthes, em *A câmara clara*, emprega os termos *operator*, *spectrum* e *spectator* para identificar os elementos presentes na fotografia, o fotógrafo, o fotografado e o espectador.

¹³ Linda Kalof e Amy Fitzgerald analisam a organização do troféu de caça dentro do ambiente fotográfico. KALOF; FITZGERALD. *Reading the trophy*.

Em muitas fotos, podemos observar o posicionamento do animal abatido como se fosse um exemplar naturalizado. Outro elemento fundamental e que diz respeito à relação entre europeus e animais é a arma de fogo. De sentido fático, ela representa a masculinidade e a virilidade que o *sportsmen* se permite redescobrir, uma vez apartado da civilização metropolitana. Se o africano é fundamental, como carregador, guia, cozinheiro ou exercendo outras funções, o registro fotográfico não trata disso. A fotografia registra um falso protagonismo europeu. Nela, o africano quase sempre é relegado a um papel secundário no enquadramento, quando não escamoteado do registro. Raros são os registros de africanos que aparecem portando armas, na figura de protagonistas do registro. Geralmente estão retratados como “caçadores indígenas”, marcados muitas vezes por pinturas corporais e armas de caça consideradas tradicionais. A arma de fogo, em seu poder de controlar a vida e a morte, é em grande medida ostentada por brancos, e mesmo medidas legais tratavam de prover a diferenciação entre armas permitidas a indígenas (de pequeno alcance, de calibre inferior de 12) e a europeus (mais potentes, em melhores condições).

Figura 3: Grupo de caçadores de Lourenço Marques, com o produto de uma pequena caçada (legenda original)



Fonte: RUFINO, José dos Santos. Álbuns fotográficos e descritivos da colônia de Moçambique, vol. X. Raças, usos, costumes indígenas e alguns exemplares da fauna moçambicana, 1929, p. 104.

A fotografia de caçadas na África é um objeto fundamental para uma reflexão sobre diversos aspectos do colonialismo, como a hierarquização entre colonizador e colonizado, o domínio colonial sobre a natureza africana, a satisfação masculina dos caçadores brancos e a emasculação do colonizado, uma vez que a arma de fogo simboliza uma virilidade que lhe foi negada.

Referências

- BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Notas sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto. *De Benguella às terras de Iácca*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- COELHO, Marcos Vinícius Santos Dias. *Maphisa & Sportsmen: a caça e os caçadores no sul de Moçambique sob o domínio do colonialismo – c. 1895-1930*. Campinas: [Tese de Doutorado], 2015.
- CORREA, Sílvio M. de S. Caça e preservação da vida selvagem na África Colonial. Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. *Esboços*. Florianópolis, v. 18, n. 25, ago. 2011.
- KALOF, Linda; FITZGERALD, Amy. Reading the trophy: exploring the display of dead animals in hunting magazines. *Visual Studies*, v. 18, n. 2, 2003, p. 112-122.
- LYNCH, Michael; WOOLGAR, Steve (Orgs.). *Representation in scientific practice*. Cambridge: MIT Press, 1990.
- NEVES, Diocleciano Fernandes das. *Itinerário de uma viagem à caça dos elephantes*. Lisboa: Typographia Universal, 1878.
- RUFINO, José dos Santos. *Álbuns Fotográficos e Descritivos da Colônia de Moçambique*. V. 10, [Raças, Usos, Costumes Indígenas e alguns exemplares da Fauna Moçambicana], 1929.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique*. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.
- SERPA PINTO, Alexandre Alberto da Rocha de. *Como eu atravesssei África*. Londres: Sampson Low, Marston, Searle e Rivington, 1881.
- SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- STEINHART, Edward I. *Black poachers, white hunters: a social history of hunting in colonial Kenya*. Oxford, Nairobi, Athens: James Currey, EAEP, Ohio University Press, 2006.
- VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *Império da visão: Fotografia em contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

